



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Jonaz Gil Barcelos

Jorge Amado e o capitalismo dependente: o intercurso da literatura com o estudo da
formação social brasileira

Florianópolis

2022

Jonaz Gil Barcelos

**Jorge Amado e o capitalismo dependente: o intercurso da literatura com o estudo da
formação social brasileira**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de
Santa Catarina para obtenção do título de
doutor em Serviço Social.

Orientador: Professor Ricardo Lara, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Barcelos, Jonaz Gil

Jorge Amado e o capitalismo dependente : o intercuro
da literatura com o estudo da formação social brasileira /
Jonaz Gil Barcelos ; orientador, Ricardo Lara, 2022.
227 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Literatura. 3. Capitalismo
dependente. 4. Superexploração. 5. Classe trabalhadora. I.
Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Jonaz Gil Barcelos

Jorge Amado e o capitalismo dependente: o intercuro da literatura com o estudo da
formação social brasileira

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Ricardo Lara
Presidente (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Beatriz Augusto de Paiva
Examinadora (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Cristiane Luiza Sabino de Souza
Examinadora Externa (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Heloísa Teles
Examinadora Externa (UFSC)

Prof. Dr. César Henrique Miranda Coelho Maranhão
Examinador Externo (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Patricia Laura Torriglia
Suplente (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de doutor em Serviço Social.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Ricardo Lara, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2022.

À Dadá, com todo o meu amor e afeto.

AGRADECIMENTOS

O ser humano é constituído por intermédio de suas relações, o que significa dizer que, em vida, o seu processo de aprendizagem pode ser infinito.

No final da década de 1980 e início de 1990, eu havia me tornado um estudante negligente para com a escola, fato que transformou os meus estudos formais em um verdadeiro descalabro, marcado por sucessivas reprovações. Como eu fui criado por uma mãe *sola* que trabalhava diariamente longe de casa, a rua tinha se tornado o meu espaço favorito de socialização. Assim, os primeiros momentos marcantes da minha vida, em termos de conhecimento, se deram junto com os meus amigos nas praças de Porto Alegre. Mais tarde, já durante a minha juventude em Araranguá, eu decidi retomar os estudos de forma séria. Leitor tardio, com gosto pela área de humanas, fui convencido pelos amigos a fazer o vestibular. Naquela época, eu não fazia ideia do que era uma Universidade Federal. A esses meus amigos eu deixo o meu obrigado!

Posteriormente, já morando em Florianópolis, tive a sorte de estabelecer contato com muita gente interessante. Colegas da Universidade, professores, trabalhadores, militantes sociais, sindicalistas e companheiros de luta, o que me possibilitou, através desses laços de camaradagem, acessar um espaço importante para o aprofundamento dos meus conhecimentos sobre a realidade e sobre a vida. Período que também ficou marcado pela minha militância orgânica, com uma atuação voltada para a transformação social. Por isso, sou grato a todos os meus colegas e camaradas.

Mais recentemente, no curso do Serviço Social, eu pude vivenciar novas experiências e estabelecer novos laços de amizade e de camaradagem. Seja no grupo de estudos, seja em sala de aula, a ampliação dos meus horizontes foi efetiva e fecunda. Acompanhado pelo meu orientador desde o início, e ao lado de valorosas professoras e de colegas imprescindíveis, o transcurso da minha formação não poderia ter sido melhor. Obrigado!

Por fim, não poderia deixar de mencionar a importância que tiveram nesse percurso a minha ex-companheira e a minha falecida mãe. A primeira por ter me incentivado e me acompanhado nessa jornada e a última por ter me criado com todo o seu amor, afeto e exemplo de vida, o que me leva, inevitavelmente, a lamentar o fato de que ela não esteja aqui para ver aquele guri, de infância pobre e que adorava fugir da escola, concluir mais uma etapa de sua formação acadêmica. Graças a ela, essa feia flor furou o asfalto!

Lutar com palavras
parece sem fruto.
Não têm carne e sangue...
Entretanto, luto.

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

O debate que se apresenta nesta tese tem como objetivo demonstrar a relevância que a literatura romanesca tem para o estudo e a compreensão da realidade brasileira. Para tanto, utilizaremos algumas obras de Jorge Amado, publicadas na década de 1930, visando analisar tanto a tessitura econômica, social, política e cultural que ensejou a confecção de seus textos, quanto a realidade expressa através dos dramas vivenciados pelos seus personagens ficcionais, o que será feito à luz do método marxiano e com base nas formulações que os teóricos do capitalismo dependente nos legaram como um contributo político-intelectual para o entendimento da América Latina. Assim, temas como a superexploração da força de trabalho, a formação da classe trabalhadora e a presença da discriminação étnico-racial serão pautados por meio da escrita amadiana, fazendo com que o debate acerca do processo de constituição do capitalismo no Brasil seja reforçado com a presença desse importante instrumento de análise.

Palavras-chave: Literatura. Capitalismo dependente. Superexploração. Racismo.

ABSTRACT

The debate presented in this thesis aims to demonstrate the relevance that romance literature has for the study and understanding of the Brazilian reality. In order to do so, we will use some works by Jorge Amado, published in the 1930s, aiming to analyze both the economic, social, political and cultural fabric that gave rise to the production of his texts, as well as the reality expressed through the dramas experienced by his fictional characters, which will be done in the light of the Marxian method and based on the formulations that the theorists of dependent capitalism have bequeathed to us as a political and intellectual contribution to the understanding of Latin America. Thus, themes such as the overexploitation of the workforce, the formation of the working class and the presence of ethnic and racial discrimination will be guided by Amado's writing, making the debate about the process of constitution of capitalism in Brazil reinforced with the presence of this important instrument of analysis.

Keywords: Literature. Dependent capitalism. Overexploitation. Racism.

RESUMÉN

Le débat présenté dans la Thèse a pour devise de démontrer la pertinence de la littérature romanesque pour l'étude et la compréhension de la réalité brésilienne. Pour ce faire, nous utiliserons des ouvrages de Jorge Amado, publiés dans les années 1930, visant à analyser à la fois le tissu économique, social, politique et culturel qui a donné lieu à la production de ses textes, ainsi que la réalité exprimée à travers les drames vécus par ses personnages de fiction. Ce qui sera fait à la lumière de la méthode marxiste et sur la base des formulations que nous ont léguées les théoriciens du capitalisme dépendant comme contribution politique-intellectuelle à la compréhension de l'Amérique latine. Ainsi, des thèmes tels que la surexploitation de la main-d'œuvre, la formation de la classe ouvrière et la présence de la discrimination ethnique- raciale seront guidés à travers l'écriture amadienne, renforçant le débat sur le processus de constitution du capitalisme au Brésil avec la présence de ce important instrument d'analyse. Ce qui, à la fin, je crois a été prouvé avec les discussions et les réflexions développées dans la Thèse.

Mots clés: Littérature. Capitalisme dépendant. surexploitation. Racisme.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA FORMAÇÃO DO SER SOCIAL	25
1.1 A arte diante da alienação.....	30
1.2 Intelectualidade e lutas de classes.....	35
1.3 O contexto da produção amadiana.....	47
1.4 “Um mínimo de literatura para um máximo de honestidade”: Jorge Amado e o caráter denunciante do seu romance proletário.....	56
2 CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA (MARXISTA) DA DEPENDÊNCIA PARA O ENTENDIMENTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO	69
2.1 O capitalismo dependente na América Latina.....	75
2.2 Observações acerca da categoria superexploração da força de trabalho.....	84
2.3 Breves apontamentos sobre o Estado no Capitalismo Dependente.....	88
2.4 Opressão e superexploração da força de trabalho nos cacauais do sul da Bahia: um retrato amadiano da realidade dos trabalhadores rurais em meados de 1930.....	96
3 A CLASSE SOCIAL COMO UM SUJEITO POLÍTICO	116
3.1 Sobre a conexão existente entre alienação e exploração na ordem do capital.....	121
3.2 As particularidades da constituição da classe trabalhadora no Brasil.....	124
3.3 Para uma caracterização do lumpemproletariado brasileiro.....	130
3.4 O lumpemproletariado como um sujeito potencialmente revolucionário na obra de Jorge Amado.....	139
4 A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO DA CLASSE DE TRABALHADORES ASSALARIADOS NO BRASIL	161
4.1 O vir a ser de Antônio Balduino na escrita de Jorge Amado: um protagonista negro e de luta.....	177
CONCLUSÃO	207
REFERÊNCIAS	218

INTRODUÇÃO

A ideia desta pesquisa surgiu de uma inquietação que sempre se apresentava quando alguém fazia referência, textual ou oral, às expressões da questão social sem especificar exatamente do que se tratava ou de como essas múltiplas manifestações surgiam e se reproduziam historicamente. Melhor dizendo: é como se o entendimento da questão social, como um conjunto de expressões oriundas da relação entre capital e trabalho e que se encontra profundamente marcado pelos contornos ideopolíticos que perpassam o processo histórico de constituição e consolidação do capitalismo no Brasil, fosse uma coisa dada, algo que se encontra inscrito nas entrelinhas dos textos voltados para a orientação e formação de assistentes sociais.

É claro que, partindo da análise marxiana sobre a denominada “lei geral da acumulação capitalista”, diversos estudiosos lograram não só desvelar o complexo de causalidades da “questão social”, tornando-o cada vez mais compreensível em suas múltiplas determinações, como também fizeram com que suas reflexões sobre as desigualdades econômico-sociais e político-culturais tivessem maior alcance em termos políticos. Basta pensar aqui, por exemplo, nas elaborações teóricas que animaram os debates em encontros, fóruns, conselhos e assembleias, e que resultaram na ocupação de espaços institucionais e organizacionais para a construção de políticas públicas e sociais visando minorar as desigualdades da população brasileira.

No entanto, no que concerne aos estudos e ao entendimento da questão social no âmbito da formação acadêmica e profissional, me parece que ainda há uma carência acerca do debate sobre a formação social do capitalismo dependente, principalmente no que diz respeito à compreensão da totalidade condicionante das expressões da questão social no Brasil. Fato que me levou, entre o projeto e a efetivação propriamente dita da presente Tese, a deixar de lado o debate sobre a questão social em si — tema que goza de uma profunda e profícua elaboração no campo do Serviço Social — para me debruçar sobre o desenvolvimento do regime de exploração capitalista e a formação da classe trabalhadora no capitalismo dependente brasileiro. Até porque, para entender como as expressões da questão social se apresentam e são assimiladas pelos partícipes das lutas de classes, é preciso antes atentar para as condições que engendram essa realidade e que fazem dela um terreno repleto de disputas e contradições.

Assim sendo, o trabalho que segue visa colaborar com os estudos sobre a formação social brasileira, tendo como pano de fundo de sua realização os romances publicados por Jorge Amado na década de 1930, a saber: *Cacau* (1933), *Suor* (1934) e *Jubiabá* (1935), obras que, ao nosso ver, trazem consigo uma preciosa contribuição para a apreensão dos dramas vivenciados

pelo conjunto de trabalhadores no processo de consolidação do capitalismo dependente, devido, justamente, à conjunção de fatores econômicos e extraeconômicos que faziam da opressão e da superexploração da força de trabalho um mecanismo fundamental para a manutenção e reprodução das desigualdades sociais, políticas, culturais e étnico-raciais.

Claro está que, por tratar-se de obras ficcionais, tais livros não poderiam deixar de apresentar alguns pontos contrários ao seu uso enquanto instrumentos de formação¹. Todavia, é sabido que o acesso a esse tipo de literatura e sua assimilação pelo leitor enriquece a exploração dos temas ao que ocorre no restrito campo de acadêmicos que tendem a estudar tão somente as obras de suas respectivas áreas. Além disso, o fato de os romances apresentarem mensagens mais acessíveis e compreensíveis para os seus receptores faz com que seu uso se torne de fundamental importância para mediar o debate que se quer travar acerca da realidade brasileira.

Com isso, a hipótese que se apresenta aqui é a de que a utilização dos referidos romances, como instrumento de estudo, pode ser de significativa importância para o entendimento da formação social brasileira e, por conseguinte, para a compreensão do processo produtivo sob o capitalismo dependente. Isso envolve, inevitavelmente, um debate relativo às formas históricas de usurpação/exploração da força de trabalho alheia, às relações de subjugação/dominação entre as classes sociais e às reconfigurações dos sujeitos imbricados nas lutas ideológicas.

Para tanto, é preciso estar ciente de que toda narrativa traz consigo uma visão de mundo, a qual não é neutra e tampouco é exclusiva na representação que se faz de seu objeto/tema. Ademais, é importante salientar que toda e qualquer obra artística é, por si mesma, um produto social. Portanto, não é possível compreendê-la visualizando-a como algo que está à “margem de suas condições sociais de produção e, conseqüentemente, da estrutura social a partir da qual é produzida” (CUEVA, 2021, p. 193). Todavia, por mais que tal obra esteja inexoravelmente inserida em um contexto que a explica, ela jamais se restringirá às determinações estruturais de forma unívoca. Isso porque os fenômenos do campo cultural são infinitamente mais ricos do que as determinações estruturais que os impulsionam, o que, por sua vez, faz com que esses fenômenos se sobreponham dando um sentido mais nítido aos desenvolvimentos socioestruturais que os conformam. De acordo com Cueva (2021):

¹ Penso aqui, em relação aos contras, na questão da veracidade dos argumentos, bem como no uso de fontes fidedignas para o embasamento dos mesmos, algo que é muito caro às disciplinas que se enquadram no campo das ciências humanas, por exemplo.

Já que a cultura não é, em primeira instância, um fator constitutivo (determinante) da estrutura social, mas sim um campo empírico determinado por ela, se impõe um deslocamento não apenas teórico, mas também metodológico que consiste em deixar de lado momentaneamente o plano de sua existência fenomênica (colocando inclusive entre parênteses o conceito que o designa), para que se concentre no plano das estruturas e processos que lhe conferem sentido. Isso, já advertimos, sem o prejuízo de que, em um segundo momento, se retorne à análise dialética do outro aspecto igualmente real do problema: o do grau e das maneiras pelas quais uma determinada cultura historicamente constituída, sobredetermina, por sua vez, a forma concreta de desenvolvimento dos processos sociais e confere à respectiva formação social uma ‘fisionomia’ nacional *sui generis* (CUEVA, 2021, p. 193-194).

A escolha de determinados romances, com o intuito de analisá-los, baseando-se na compreensão do contexto que ensejaram as suas produções, não poderia se dar sem levar em consideração a conformação ideopolítica exteriorizada pelo respectivo autor. Já que a minha intenção não é outra, senão a de usar a literatura ficcional como um recurso heurístico para entender a realidade histórico-social, ou, *mutatis mutandis*, para fazer da sua utilização um incentivo ao aprofundamento dos estudos referentes à formação da sociedade brasileira. Tanto que, foi a partir de uma leitura atenta de Jorge Amado que eu pude projetar a viabilidade de se trabalhar com algumas de suas obras no entendimento do capitalismo dependente, razão pela qual, se fez necessário proceder a realização de um estudo correlato no campo da História e da Sociologia para buscar compreender os meandros que perfazem essa sociabilidade em sua particularidade histórica e dramaticidade artística, de forma que, categorias como: capital; alienação; superexploração; capitalismo dependente; escravidão; classes sociais; lumpemproletariado; racismo; entre outras, foram de extrema importância para a interpretação, análise, reflexão e exposição referente ao que estava exposto na obra amadiana.

A percepção das subjacentes relações sociais de produção, que ora transparecem na prática da superexploração, ora se desnudam na conduta opressiva das classes dominantes, demandava por um domínio prévio de uma literatura crítica — principalmente de obras legatárias e/ou inscritas naquilo que se convencionou chamar de tradição marxista. Isso porque o sujeito que almeja compreender o seu objeto, no intento de revelar a sua complexidade de maneira concreta, precisa ser municiado com estudos que o auxiliem na conexão entre a ficção e a realidade — entendendo a arte como uma criação que se abstrai de uma determinada materialidade. Ao se analisar o conteúdo de um romance, é possível projetar distintos

panoramas acerca de sua contribuição cultural — tendo em vista a capacidade de absorção e de interpretação daquele que se debruça sobre a obra. Portanto, não há nenhuma dúvida quanto à seletividade que deverá ser adotada nesse processo. Seja com relação aos temas elegidos, à seleção dos aspectos centrais ou à escolha do enfoque a ser dado, a determinabilidade do pesquisador estará presente². Dito isso, vamos à nota biográfica.

Jorge Amado, autor dos romances a serem estudados, nasceu no município de Itabuna, no sul da Bahia, em 10 de agosto de 1912 e faleceu no dia 06 de agosto de 2001, às vésperas de completar 89 anos. Filho de fazendeiro de cacau, Amado viveu a sua infância em Ilhéus. Depois, foi para Salvador, onde concluiu seus estudos ginasiais e começou a trabalhar em um jornal, participando ativamente da vida literária local. Naquela época publicou o seu primeiro romance, *O país do carnaval*, em 1931. Mais tarde, em 1935, se mudou para o Rio de Janeiro para estudar na Faculdade Nacional de Direito. Chegando lá estabeleceu contato com a juventude comunista, envolvendo-se politicamente com os movimentos impulsionados pelo Partido Comunista Brasileiro, o que o levou ao exílio entre os anos de 1941 e 1942, na Argentina e no Uruguai. Posteriormente, foi eleito deputado federal por São Paulo, fato que o levou a participar ativamente como militante do PCB da Assembleia Nacional Constituinte. Porém, com o seu partido sendo posto na ilegalidade, em 1947, teve que se exilar novamente indo morar na Europa³. Ao retornar para o Brasil, Amado acabou por se afastar da militância do partido, dedicando-se inteiramente à literatura⁴. Suas obras foram traduzidas para diversos idiomas, 49 ao total, sendo que muitas delas conheceram inúmeras adaptações para o teatro, cinema e televisão. Merecedora de distintos prêmios, nacionais e internacionais, sua obra é tida como uma das chaves para se entender as profundezas do Brasil.

Das obras do autor baiano escolhidas para este estudo, pode-se dizer que estão entre as que se enquadram numa espécie de literatura de denúncia, como romances de caráter

² O que para mim se deu através da escolha de determinados temas para estruturar cada capítulo deste estudo, bem como, para estabelecer o percurso a ser realizado na leitura e na interpretação de cada uma das obras de Jorge Amado.

³ Na Europa, Jorge Amado residiu inicialmente na França, mas após ser expulso de lá com a sua família dirigiu-se para o castelo da União dos Escritores, que ficava na Tchecoslováquia. Durante esses quase cinco anos em que esteve por lá, Amado pôde viajar pela Europa Central e ir até a União Soviética. Foi nesse período, inclusive, que ele visitou Lukács em Budapeste, no ano de 1948.

⁴ Junto com a morte de Josef Stalin, em março de 1953, e com a divulgação do relatório de Nikita Khrushchev, em fevereiro de 1956, veio o medo, o desgosto e a desesperança para o casal Jorge e Zélia. Sentimentos que logo se converteriam em uma cobrança do escritor baiano por uma autocrítica de seu partido, o PCB. No entanto, parte do comitê central – que se encontra envolto em uma crise interna do partido – decidiu por reagir de forma adversa, transformando as pretensões do romancista em elementos de acusação e de difamação do mesmo. Assim, devido aos sucessivos desgastes gerados no movimento comunista mundial e na direção de seu partido, Amado optou por se afastar das fileiras do PCB e se dedicar integralmente ao seu trabalho literário, fato que o levou posteriormente à assunção de uma postura política de descrédito com relação ao ideário comunista, sendo visto por ele como um projeto impulsionado por sectários.

documental e proletário. Seja nas fazendas de cacau, no trabalho intermitente das cidades ou na trajetória de vida do lumpemproletariado, lá está, na escrita de Jorge Amado, o registro da exploração e da opressão que aflige o povo brasileiro. Daí a opção pelos livros *Cacau*, *Suor* e *Jubiabá*, por entender que neles estão representadas as agruras daquela gente que se vê compelida a vender a sua força de trabalho por um preço irrisório, a viver em cortiços e a enfrentar todas as formas de violência que recaem sobre o conjunto de sua classe. Um país de capitalismo dependente, que empreende a superexploração de seus trabalhadores e que perpetua as desigualdades étnico-raciais como um expediente inerente à sua forma de reprodução social.

Sendo assim, a utilização das obras supracitadas foi realizada com a intenção de serem apresentados alguns elementos que sirvam para elucidar, demonstrar e orientar os estudos sobre as condições de vida e de trabalho no capitalismo pertencente à periferia de seu sistema mundial. Além disso, pretendemos demonstrar o quanto pode ser elucidativo o uso da literatura ficcional na compreensão dos determinantes econômico-sociais e político-culturais da nossa realidade, ou, em outras palavras, das características mais típicas de um determinado período histórico, razão pela qual, como forma de mediação, optamos por inserir um debate teórico prévio à abordagem de cada um dos romances selecionados, com o intuito de subsidiar a leitura e a reflexão sobre alguns temas que se encontram nas narrativas apresentadas pelo escritor utilizado neste estudo.

Sem embargo, também é importante salientar que Jorge Amado possuía uma vinculação ideopolítica definida, o que se explicita tanto nos temas que são abordados quanto nos desfechos apresentados por ele em suas tramas. É o drama vivenciado pela classe trabalhadora que impulsiona a sua escrita, que faz dos seus enredos a projeção ideal de uma objetividade dilacerante e que transforma uma parcela significativa de miseráveis numa força social potencialmente revolucionária, donde há necessidade de se debater em meio aos seus romances o caráter do capitalismo dependente e as suas implicações nas relações de classes. Isso significa tratar não só da dinâmica econômico-estrutural, como também da configuração sociopolítica e étnico-racial dos trabalhadores, em uma sociedade profundamente marcada por séculos de escravidão e pela manutenção da superexploração. Portanto, há aí uma perspectiva de classe a ser sustentada na leitura que se pretende fazer da realidade histórica.

Ao tratar do problema referente à intervenção ideológica de classe nas ciências sociais, Agustín Cueva (2021) chama a atenção para a inexistência de uma prática que seja “livre de valores” em termos de produção científica, podendo resultar tanto em uma elaboração que se aproxima ao máximo de realidade, pela justeza de sua reflexão teórica, quanto na projeção de anseios e de ideais que não correspondam objetivamente à realidade sócio-histórica, mas que

operam de acordo com uma suposta “ética operária”.

Assinalamos, em primeiro lugar, que é falso que uma posição eticamente progressista assegure *por si só* a produção de conhecimentos corretos, ou seja, objetivos, acerca da realidade social. Lukács já observou, ao escrever o prólogo autocrítico à *A teoria do romance*, a possibilidade de entrelaçamento em um mesmo autor, e até numa mesma corrente de pensamento, de uma “ética de esquerda e uma epistemologia de direita”. [...]. Isso não quer dizer que nos textos inspirados por uma ética progressista não possa haver *ideias justas* ou juízos corretamente *críticos* acerca dos efeitos do sistema; mas uma coisa é reconhecê-los e denunciá-los, e outra conhecer a estrutura e as leis que determinam sua produção constante. (CUEVA, 2021, p. 153-154).

Desse modo, acreditamos que a obra de Jorge Amado se apresenta como um documento marcadamente impregnado por uma ética de esquerda, porém, como é de sua própria natureza literária, carente de uma elaboração mais aprofundada acerca dos condicionantes estruturais daquilo que o autor se propõe a denunciar, o que, bem entendido, será a intenção da presente tese. Nessa perspectiva, serão utilizados os romances de 1930 para traçar um panorama histórico dos determinantes econômicos, sociais, culturais e políticos que subjazem os enredos projetados pelo romancista baiano. Em outras palavras, o movimento que se pretende empreender aqui é o de trabalhar com conceitos relativos ao campo teórico do marxismo, a partir da utilização de alguns estudos que foram realizados por intelectuais preocupados em entender a constituição do capitalismo em nível internacional e, sobretudo, em nível nacional. Esse movimento deverá alcançar os elementos que caracterizam a realidade brasileira, preenchendo, assim, os cenários em que se desenvolveram as tramas das personagens contidas nos romances de Amado.

Para tanto, utilizaremos o materialismo como perspectiva de pesquisa e chave explicativa da realidade, englobando aquilo que entendemos como a crítica das ideologias, das leituras contemplativas e da naturalização de tudo que é essencialmente humano. Materialismo que vê na particularidade da espécie humana a sua capacidade de produzir socialmente os seus meios de vida, assim como, a si mesma de forma contínua e contraditória, o que significa dizer que é por meio de sua potencialidade sociometabólica que a humanidade consegue não só criar as condições históricas de sua existência, como também afirmar-se como portadora de uma faculdade teleológica que a transforma num agente consciente de suas ações e transformações⁵.

⁵ Para se evitar qualquer exagero com relação ao papel desempenhado pela consciência na ação transformadora da realidade, bem como, o seu contrário com a adoção de uma visão mecanicista da perspectiva materialista, reproduzimos aqui uma importante observação feita por Leo Kofler (2010, p. 124-125), que diz: “A partir desta compreensão epistemológica, torna-se impossível não reconhecer que a consciência é a qualidade que diferencia a vida social dos demais níveis de ser, constituindo-a cabalmente como um nível específico. Mas isso significa que não pode haver nenhum aspecto da vida social (trate-se de uma relação ou de uma atividade) que não se configure por meio da consciência – insista-se neste *por meio da*. Aqui, o mecanicismo materialista pode se vangloriar dos seus fáceis triunfos: ele realça de forma indevida e não dialética o papel das condições naturais

Com isso, tem-se uma teoria da história capaz de compreender a realidade — objetiva e subjetiva — como sendo a resultante de um movimento de interação entre os seres sociais. Interações que, sob o capitalismo, aparecem em grande medida subsumidas à primazia do lucro e, por conseguinte, aos ditames das classes dominantes⁶.

Além disso, é preciso salientar que dentro da perspectiva do materialismo, o objeto a ser pensado é o pressuposto efetivo de todo o processo de representação e, por conseguinte, de interpretação da realidade. É dizer que o objeto de pesquisa nada mais é do que o substrato real da atividade cognitiva que é levada a cabo pelo sujeito que o interpela. Lembrando que, aquilo que se apresenta como a reprodução ideal do concreto real — o concreto pensado — é, necessariamente, o resultado de um processo de aproximação sucessiva em face do objeto pesquisado. Daí a importância de nos atermos aos elementos que são determinantes para esse movimento contínuo de perscrutação e de apropriação teórica do real, pois como Netto (2020) assinalou, para Marx,

a atividade cognitiva do sujeito deve submeter-se aos imperativos postos pelo objeto: são a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do sujeito. O conhecimento teórico verdadeiro, sempre aproximativo, aperfeiçoável e verificável na prática social, implica precisamente que a função do sujeito consiste em *nada acrescentar ao objeto*, mas em *extrair* dele os traços essenciais que o constituem. Ao sujeito que pesquisa, o objeto pesquisado exige, para a reprodução ideal dos seus traços essenciais, para além da honestidade científica de não lhe imprimir ou atribuir o que lhe é alheio, uma alta qualificação intelectual e cultural: só um *sujeito intelectualmente rico pode apreender a riqueza imanente ao seu objeto*. (NETTO, 2020, p. 316).

Outro ponto a ser destacado é o uso do romance literário como um recurso heurístico para a realização desta pesquisa, incluindo aspectos que envolvem tanto a descrição da realidade — naquilo que há de accidental — quanto o destino dos indivíduos por meio da narrativa apresentada pelo autor — naquilo que há de pulsante nas relações inter-humanas dos personagens. No desenrolar do drama, o que se torna mais atrativo para esta pesquisa é justamente a causalidade que é posta pela dinâmica capitalista em distintos cenários

porque entende, erroneamente, que este ponto de vista - sobre o papel da consciência - implica, necessariamente e em última análise, uma recaída no idealismo. No entanto, os seus temores carecem de fundamento. [...] Ao destacar o importante papel que o aspecto ativo (e dirigido a fins) desempenha na conexão dialética do processo social, tal concepção o faz afirmando que este aspecto ativo é dependente, em última instância, das condições sociais objetivas resultantes desta atividade e por elas determinado basicamente. [...] Assim considerado, [...] o processo social aparece em sua totalidade como práxis realizada com a intervenção da consciência e na qual os aspectos objetivo e subjetivo do processo constituem uma unidade”.

⁶ Ao se referir a esta relação social alienada, Marx (2004, p. 55) afirma: “As funções que o capitalista exerce não são mais do que as funções do *próprio* capital – do valor que se valoriza sugando trabalho vivo – exercidas *com consciência e vontade*. O capitalista só funciona enquanto capital *personificado*, (o capitalista) é o capital enquanto pessoa; do mesmo modo, o operário funciona unicamente como *trabalho* personificado, (trabalho) que a ele pertence como suplício, como esforço, mas que pertence ao capitalista como substância criadora e incrementadora de riqueza”.

econômicos-sociais, interferindo, direta e/ou indiretamente, na conduta dos personagens enquanto representação de experiências humanas reais, o que nas palavras de Lukács significaria assumir um papel ativo em face dos acontecimentos⁷, ou seja, uma postura participativa dos personagens que deriva, precisamente, “da posição de princípio assumida” pelo autor “diante da vida” e “dos grandes problemas da sociedade” (LUKÁCS, 2010, p. 155), fato que também reflete na escolha do escritor a ser trabalhado pelo pesquisador-autor desta tese.

Conforme a tradição marxista, um dos temas centrais de sua preocupação teórico-política é o ser humano e os seus problemas, sendo este ser uma pessoa concreta, situada histórica e socialmente, por vezes, em uma realidade profundamente desumana. Essa situação que faz com que, dentro dessa perspectiva, o ponto de partida e de chegada de uma análise crítica seja justamente o mesmo: o ser humano real e as suas causas objetivas, destacando que, dentro desse quadro social, esse ser se apresenta como o criador efetivo da história e, como tal, condicionado pela realidade que o cerca e o conforma como sujeito que age. Assim, de acordo com a concepção da autocriação humana através de suas ações — entendendo, sobretudo, o papel primordial que o trabalho desempenha nesse processo —, podemos buscar as respostas dos problemas sociais no mundo material que é tanto resultante quanto condicionante de suas realizações e motivações⁸.

Nesse sentido, a figura do indivíduo ganha uma conotação importante para o entendimento da constituição de determinadas personalidades. Estas, que são formadas social e historicamente, e que só podem ser reveladas mediante a atuação dos indivíduos que a comportam e a expressam tipicamente. E como nenhuma personalidade pode ser concebida de forma autônoma, isto é, abstratamente descolada do sujeito real, os indivíduos analisados deverão ser considerados no conjunto das relações sociais para que a compreensão de seu caráter social seja a mais próxima possível da realidade concreta que a constitui. Pois, como

⁷ Para melhores informações, ver o texto “Narrar ou descrever? Uma discussão sobre o naturalismo e formalismo”, publicado em Lukács (2010).

⁸ Como diria György Márkus (2015, p. 63-65), é “um erro grosseiro identificar a concepção marxiana da determinação socio-histórica do indivíduo com o pressuposto segundo o qual cada personalidade humana concreta poderia ser totalmente resolvida e reduzida a uma infinidade de determinantes sociológicos (ou sociológicos e biológicos), e que teria que ser compreendida como simples resultado mecânico dessas determinações. O homem não é uma *tabula rasa* passiva, que simplesmente sofre e registra as impressões feitas sobre ele pelo seu meio social. [...] A história pessoal de um indivíduo é determinada na interação incessante entre suas próprias ações e as ‘reações’ de seu entorno social. A personalidade humana se desenvolve [...] em um diálogo constante entre o homem e o mundo, entre a atividade subjetiva e a realidade social objetiva. O homem só pode constituir a sua vida a partir da materialidade a qual lhe é fornecida pelas circunstâncias históricas, pela sua sociedade. Mas, mesmo no período em que as tendências de alienação dominam, é o *próprio indivíduo* que *faz* sua própria vida – ainda que talvez dentro de limites muito estreitos – com essa materialidade”.

diria Adam Schaff (1982),

isto que nós chamamos a *personalidade do indivíduo dado* consiste em um certo conjunto de características e de propriedades. Trata-se, em particular, de suas propriedades espirituais e psíquicas as quais chamamos, com frequência, de *caráter* do homem. Esta definição é um tanto quanto vaga e exige uma relativa grande dose de precisão científica quanto à definição da “personalidade”, mas as intuições que ela envolve são semelhantes, se não forem idênticas. Assim, mesmo reconhecendo que falamos aqui do indivíduo de maneira vaga e imprecisa, que estes problemas devem ainda ser analisados e precisados pela ciência (em particular, pela psicologia e pela antropologia) podemos admitir que chegamos, sozinhos, ao conhecimento da questão essencial: é impossível separar a pessoa humana, como totalidade espiritual, do indivíduo, como “ser real”. A personalidade nada mais é do que um atributo específico do indivíduo e lhe pertence, estreitamente, a mesmo título que sua aparência física. Assim, qualquer tentativa de separar a personalidade do indivíduo, de fazer da personalidade uma hipóstase, representa uma mistificação do mesmo tipo da que produz quando se procura separar o indivíduo de sua aparência exterior ou de sua sombra para atribuir-lhes uma existência distinta. (SCHAFF, 1982, p. 88-89).

Entretanto, quando usamos a literatura para abordar determinados aspectos da vida social ou para tratar de questões que estão relacionadas às condições de existência de parte da população, é necessário recorrer ao uso das personagens ficcionais para encetar tais estudos. Isso significa dizer que as personalidades que aparecem como elementos de análise e de reflexão, não são necessariamente sujeitos reais que atuam objetivamente na sociedade. São, em verdade, condensações que surgem como expressões figurativas daquilo que pode ser real e factível ao receptor, desde que haja uma conformidade entre os mundos — ficcional e real —, bem como, uma conexão mediada entre a intenção do escritor e a capacidade de absorção do leitor. Sendo assim, as personalidades que são construídas através das personagens deverão expressar de certa forma aquilo que já se apresenta objetivamente aos indivíduos que se deparam com o enredo da obra e que conseguem se reconhecer no desenrolar da mesma.

Por essa razão, consideramos que o romance social, que é objeto deste estudo, constitui-se como uma ferramenta fundamental para a compreensão e a transformação da sociedade, desde que a construção das personagens esteja amparada nas condições concretas de vida daqueles que se quer representar e/ou alcançar com a confecção da obra. Dessa forma, haveria uma objetividade refletida na formação das personalidades dos sujeitos que ganham vida através da escrita literária.

É claro que dentro de uma concepção materialista da sociedade e da história, é preciso sempre contextualizar o momento em que ocorre a criação da obra em questão. Afinal, como produto de um ser pensante e atuante, a literatura pode ser entendida tanto como o resultado reflexivo e representativo do pensamento de seu autor — naquele momento —, quanto a expressão mais elaborada e significativa de sua atuação enquanto sujeito que almeja marcar posição em face das contradições e dos dilemas sociais em presença. Vale ressaltar que, diante

de um quadro histórico delimitado, toda e qualquer produção traz consigo uma interrogação acerca da pertinência e da consistência de sua elaboração, já que, no movimento da realidade, tudo tende a se transformar e a perecer com o tempo⁹.

Como já dissera Marx e Engels (1975, p. 133), “na história da sociedade os agentes são unicamente os homens, dotados de consciência, agindo com reflexão ou paixão e prosseguindo objetivos determinados”, ou seja, tudo que é feito pelo ser humano é efetuado com uma “intenção consciente” e com um “fim escolhido”. Ainda que, de acordo com o referido autor, raramente os fins desejados são de fato realizados e os diversos objetivos perseguidos são efetivamente alcançados. Daí o advento inevitável das contradições e dos entrecosques que fazem do movimento da realidade um aparente jogo de forças exteriores que se sobrepõem e determinam as realizações oriundas da capacidade humana. Todavia, o feito de reconhecermos que é a partir da ação consciente que o ser humano transforma objetiva e subjetivamente o mundo ao qual pertence, faz com que seja possível compreendermos a expressão literária como a projeção ideal de uma realidade que se quer entender e transformar¹⁰. Motivo pelo qual, toda e qualquer manifestação artística não pode ser vista como uma obra desinteressada.

Em uma sociedade baseada na exploração de uma classe pela outra — considerando aqui as classes sociais que sustentam a reprodução da ordem do capital —, é mister levar em consideração a presença das ideologias que emanam da posição ocupada pelas distintas camadas ou estratos sociais pertencentes às classes fundamentais. Por isso, é preciso destacar que no modo de produção capitalista o fulcro da exploração é a relação antagônica entre

⁹ Ao travar um debate sobre a concepção materialista da história, Karl Korsch (2008, p. 136-137) apresenta a seguinte observação: “Todas as verdades que disseram ou dirão respeito a nós, seres terrenos, são de natureza terrena e, portanto, estão submetidas – sem qualquer privilégio – à ‘caducidade’ e a todas as outras chamadas ‘insuficiências’ dos fenômenos terrenos. Contudo, de outra parte e ao contrário do que frequentemente imaginou o antigo ‘materialismo’, nada no mundo do homem é um ser morto, um jogo cego de forças inconscientes e de matéria sem sentido – assim como não o são as ‘verdades’. Todas as ‘verdades’ humanas são sobretudo, como o próprio homem que as pensa, um produto – e um produto humano, à diferença dos chamados puros ‘produtos da natureza’ (que, enquanto naturais, não podem ser, no sentido próprio da palavra, ‘produtos’!). Elas são, pois, em termos mais precisos, *um produto social*, criado ao mesmo tempo que outros produtos da atividade humana pela cooperação dos homens no marco da divisão do trabalho, nas condições naturais e sociais de produção de uma época determinada da história da natureza e da história humana”.

¹⁰ Nesse sentido, consideramos que vale a pena reproduzir a seguinte passagem de Leo Kofler (2010, p. 139), presente em sua obra *História e dialética*: “Somente se percebermos que a consciência ideológica exerce uma função prática na sociedade é que poderemos compreender que a sua forma não é arbitrária, mas deve adequar-se de algum modo à totalidade do processo, tal como um tijolo numa construção. As ideologias não são imagens especulares meramente passivas, no interior das quais o homem encontraria um prazer irresponsável; são, ao contrário, a expressão da passagem necessária da ação e da vontade do homem pela sua consciência. Para poder agir, a sociedade (tal como ocorre na célula-matriz de qualquer atividade, o trabalho) tem que conceber o projeto que só depois converterá em ações. Portanto, o pensamento do homem não se restringe a considerar *a posteriori* o que já aconteceu; para usarmos as palavras de Marx, ele não se comporta de maneira puramente ‘contemplativa’, mas participa do próprio processo. A tomada de consciência sobre o próprio ser é a forma [...] mediante a qual se projeta a finalidade da atividade prática imediata: considerando-a na perspectiva histórica ampla, é a forma por intermédio da qual uma classe pode colocar-se objetivos históricos e dar os passos necessários para realizá-los”.

proprietários e não proprietários dos meios de produção, donde as suas contradições tendem a assumir o primeiro plano das manifestações histórico-sociais. Todavia, isso não exclui de forma alguma a presença de uma gama de relações, pensamentos e ações que conformam os indivíduos enquanto sujeitos sociais e, por conseguinte, fazem deles partícipes das diversas contradições de caráter secundário que se apresentam em nossa formação social. Portanto, estamos falando de classes e de frações de classes que não podem ser vistas como forças estáticas, homogêneas ou desarticuladas, até porque, a realidade é uma totalidade orgânica que está sempre em movimento e as estruturas que perfazem a sociedade não são mais do que processos efetivamente dinâmicos.

Sendo assim, em uma formação social específica, a análise de sua dinâmica capitalista deverá ser feita de acordo com as relações que são estabelecidas e as contradições que se expressam — tanto de modo perene quanto de forma efêmera — a cada momento da realidade concreta. Razão pela neste trabalho optamos por delimitar o estudo no período de formação do capitalismo dependente e de constituição da classe trabalhadora assalariada, tendo sido realizado com o intuito de abarcar tanto as denominadas contradições primárias quanto as secundárias, entendendo-as como determinações e sobredeterminações de uma mesma realidade estrutural e processual¹¹.

Em tempo, é preciso afirmar aqui que a presente tese se inscreve numa vertente contrária aos postulados do pós-modernismo. Entendemos este último como uma corrente de pensamento que nega a perspectiva de totalidade (caracterizada como uma visão totalitária que

¹¹ Para que não ocorram mal-entendidos com relação ao exposto nos dois últimos parágrafos, faço uso de uma extensa passagem de Agustín Cueva (2021, p. 100-101), quando ele menciona: “Usamos neste caso o conceito de sobredeterminação para indicar uma relação em que um nível determina o outro, mas sem que o nível determinado seja um epifenômeno do determinante”. Ao que segue: “As contradições que originam os grupos que não são classes sociais têm sido conceituadas no marxismo como contradições *secundárias*. O importante é compreender que isso não significa subtrair delas transcendência humana ou moral, nem negar a urgência de sua resolução, mas sim que remete às seguintes questões, muito precisas. Primeiro: essas contradições não surgem das estruturas básicas de nenhum modo de produção. Com efeito, não existe modo de produção algum fundado na exploração da mulher, por exemplo, por mais que até hoje a mulher tenha sido ‘normalmente’ superexplorada em todos os modos de produção divididos em classes [...]. Segundo: por isso mesmo, e *por si só*, tais contradições não comprometem a configuração estrutural e nem são suscetíveis a explicar a evolução histórica da mesma. Terceiro: a partir dessas contradições não é possível conceber uma alternativa às tais estruturas de base. O capitalismo, por exemplo, mal pode ser superado por um ‘modo de produção indígena’ ou de ‘cor’ [...]. Por não serem contradições estruturais propriamente ditas, as de caráter secundário são difíceis de apreender teoricamente em razão de sua própria heterogeneidade. É o que ocorre com a questão étnica, por exemplo, que na própria América varia enormemente de país a país e até de região a região. Não é o mesmo o problema indígena no altiplano andino e na selva amazônica, como tampouco se equipara nenhum destes com o problema da discriminação contra a população negra, que por sua vez tampouco é o mesmo no Brasil e nos Estados Unidos. São problemas derivados da história de cada formação social e das modalidades concretas de desenvolvimento do capitalismo e é nessa perspectiva que devem ser estudadas”. Mesmo assim, “nenhuma das dificuldades anteriores pode justificar o relativo descuido ou a defasagem a respeito desses problemas que se nota na tradição marxista, que deve estudá-los não substituindo a análise rigorosa de classe, mas sim sob essa mesma perspectiva”.

desconsidera a heterogeneidade), a existência das lutas de classes (identificada como a negação da pluralidade dos indivíduos), a macro-história (descrita como uma grande narrativa que nega a descontinuidade), a verdade objetiva (encarada como uma imposição arbitrária que nega o relativismo). Ou seja, trata-se de um movimento intelectual que não só nega a racionalidade que afirma a objetividade do conhecimento, como também é cético com relação à capacidade da humanidade de promover grandes transformações socioestruturais de forma prático-revolucionária¹².

Sem querer aprofundar esse debate, mas apenas fazer alguns contrapontos que consideramos necessários, iniciamos afirmando que: 1) Se não há verdade e sim “verdades” — dentro de uma concepção que se tornou comum em afirmar que cada um tem a “sua verdade” —, então podemos dizer que a inverdade deixou de existir no mundo. Afinal, se todos têm a “sua verdade”, onde estará a mentira?!; 2) Sabemos que a existência da realidade objetiva independe da nossa razão, entretanto, para que ocorra a apreensão do objeto pelo pensamento humano, é necessário que se faça uso da razão — enquanto capacidade cognitiva de abstração do real —, como um mecanismo indispensável e indissociável ao sujeito que se encontra situado historicamente. Daí que advogar a incapacidade do ser humano de se apropriar do real para transformá-lo de forma consciente — isto é, conforme uma orientação eminentemente teleológica —, não passa de uma postura de negação da razão, dado que, trata-se, ao fim e ao cabo, de uma negação da própria história como um constructo social; 3) Se as lutas de classes e, de modo consequente, as grandes rupturas revolucionárias encontram-se obliteradas, como explicar a permanência das desigualdades, das discriminações, das opressões e das repressões sem ter que recorrer à existência do antagonismo entre capital e trabalho?! Como fazer para demonstrar que as divergências ideológicas, os embates teóricos, os enfrentamentos corporais e os conflitos armados não tenham relação com a manutenção ou não da ordem social? Esta que se encontra regida pela lógica do capital e, por conseguinte, pelos interesses que motivam e orientam aqueles que detêm o poder econômico e político da sociedade. Não seria isso uma comprovação daquilo que justamente se quer negar? Isto é, da presença inegável da luta entre classes sociais?! Afinal, como explicar a preservação do modo de produção capitalista senão através da exploração e da dominação de uma classe de muitos — trabalhadores — por uma classe de poucos — capitalistas.

Como a pós-modernidade se apresenta com uma feição de esquerda, com alguns apontamentos críticos à determinadas limitações que se fazem presentes no capitalismo, ela se

¹² Para um debate mais aprofundado sobre o pós-modernismo, ver: Eagleton (2011).

insere como uma corrente de pensamento que almeja modificar a sociedade, sem que para isso tenha que ocorrer, de fato, uma transformação radical da mesma. Com isso, tem-se uma apreciação que parece se prender muito mais às manifestações dos conflitos individuais/grupais, do que na existência das relações de antagonismo das classes em presença¹³, o que, de certa maneira, nos remete à crítica apresentada por Marx (2017) na *Miséria da Filosofia*, quando o revolucionário alemão afirma que as relações imaginadas por Proudhon — em sua formulação metafórica da sociedade-pessoa como *Prometeu* — são relações entre indivíduos e não entre as classes sociais que sustentam a reprodução da sociedade burguesa mediante relações de exploração¹⁴.

A partir disso, é importante ressaltar que esse estudo procura se vincular a um projeto societário, o que também significa dizer que tanto o desenvolvimento da pesquisa como o da exposição teórica de seu resultado é, de certa maneira, caudatária do ardor revolucionário que visa emancipar a humanidade transformando substancialmente a realidade social. Pois, como diria Eduardo Galeano (2005):

Escribir, ¿tiene sentido? La pregunta me pesa en la mano. Se organizan aduanas de palabras, quemaderos de palabras, cementerios de palabras. Para que nos resignemos a vivir una vida que no es la nuestra, se nos obliga a aceptar como nuestra una memoria ajena. Realidad enmascarada, historia contada por los vencedores: quizás escribir no sea más que una tentativa de poner a salvo, en el tiempo de la infamia, las voces que darán testimonio de que aquí estuvimos y así fuimos. Un modo de guardar para los que no conocemos todavía, como quería Espriu, “el nombre de cada cosa”. Quien no sabe de dónde viene, ¿cómo puede averiguar adónde va? (GALEANO, 2005, p. 178).

Precisamente por acreditar que a arte é muito mais do que a mera representação de um objeto qualquer é que começaremos com o debate a respeito da questão estética, apontando

¹³ Ao debater o apego que a pós-modernidade tem à aparência fenomênica – entendida como uma prática de reprodução imediata da realidade a ser realizada e validada pela sensopercepção dos indivíduos –, Teixeira e Frederico (2009, p. 144) apontam para este tipo de postura como uma espécie de confusão que se faz ao identificar o *real* com o *existente*. “Para manter distância dessas posturas, é preciso estar atento ao caráter histórico do pensamento de Marx e, assim fazendo, não confundir o *real* com o *existente*, com o dado imediato, com o *empírico*. Marx não se limitou a nos oferecer um retrato detalhado do capitalismo inglês do século XIX; mediante o estudo do ‘caso’ inglês buscou entender as leis que regem a dinâmica do modo de produção capitalista, isto é, a realização de um universal (modo de produção), num particular (a Inglaterra do século XIX). Sua obra não pretende ser apenas uma descrição das particularidades do capitalismo na Inglaterra, mas sim a compreensão das leis operantes no modo de produção capitalista. Para isso enfocou a Inglaterra, país onde o capitalismo se encontrava mais desenvolvido, em que suas determinações se encontravam mais explicitadas, oferecendo, portanto, melhor ângulo para se entender o automovimento do capital”.

¹⁴ Ainda sobre a crítica a Proudhon, é interessante notar que nessa passagem Marx (2017, p. 94) aponta para a seguinte questão: “Se, pois, na teoria, bastava, como faz o sr. Proudhon, interpretar a fórmula do excedente de trabalho no sentido da igualdade, desprezando as condições atuais da produção, na prática deveria bastar uma repartição igualitária, entre os operários, de todas as riquezas hoje obtidas, sem nada alterar nas condições atuais da produção”. Concepção que nos remete, mais uma vez, à crença – de cunho reformista – de que é possível suprimir os males do capitalismo sem superar realmente o capital.

tanto para a relevância do realismo quanto para a importância da elaboração artística no contexto de luta contra o capitalismo. Em seguida, com a intenção de apresentar um panorama geral que subsidiará, tanto as discussões a serem desenvolvidas ao longo da tese quanto o estudo da obra *Cacau*, debateremos sobre a constituição do capitalismo dependente e os seus reflexos nas relações de classes e no processo de produção encetado no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Mais adiante, quando a obra *Suor* entrar como objeto de estudo, anteriormente teremos realizado um debate sobre a superexploração da força de trabalho e os seus impactos na formação da classe trabalhadora com a presença massiva do lumpemproletariado. Isso nos leva, posteriormente, à necessária discussão sobre a questão étnico-racial brasileira, pois, depois de séculos de escravidão, o País relegou ao negro o papel de força de trabalho acessória e periférica, colocando-o em uma condição de luta necessária para sua afirmação como sujeito pertencente à sociedade civil. Daí a importância da obra *Jubiabá*, que traz em seu enredo a trajetória dos negros que seguem pelejando pela conquista de uma liberdade e de uma igualdade efetiva.

Essas obras acima mencionadas proporcionam debates importantes a respeito das condições de trabalho e vida daqueles que precisam vender sua força de trabalho para poder sobreviver e que não encontram outra saída possível a não ser se organizar para a luta como e enquanto classe. Tudo isso dentro de uma composição literária que transforma os seus personagens em um reflexo ativo das experiências vividas pela esmagadora maioria da sociedade, ou seja, a classe trabalhadora. Isso denota, para reforçar aquilo que já foi dito, a importância de se utilizar o romance como um objeto de estudo e chave heurística para o entendimento da realidade social, fomentando, assim, a criação e o desenvolvimento de um caldo cultural propício à reflexão do receptor quanto ao conteúdo exposto de forma literária, razão pela qual, o alcance de uma ficção pode ser mais rápida, direta e profícua ao leitor, principalmente, quando ele consegue se identificar com as situações e os personagens que compõem a obra. Por isso, o romance precisa ser encarado como um recurso importante para a nossa formação pessoal e profissional.

1 A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA FORMAÇÃO DO SER SOCIAL

A ficção literária cumpre uma função importante na sociedade. Ela, por si só, representa uma extensão do pensamento que se objetiva e se prolifera no tempo e no espaço, sendo reconhecidamente uma forma de conhecimento. Toda literatura tem o poder de apresentar como objetivação um conjunto de ideias, de valores e de preceitos que podem orientar tanto as ações quanto os pensamentos daqueles que se encontram sob a influência de uma grande obra. Isso porque a percepção gerada pela leitura, com a assimilação dos conflitos e dos dramas vivenciados pelos personagens, faz com que o sujeito desenvolva as suas capacidades cognoscitivas e sensitivas, e conseqüentemente, amadureça intelectualmente¹⁵.

O romance, como um gênero literário, constitui-se como um instrumento de representação da cotidianidade dos indivíduos, trazendo consigo os mais diversos aspectos que a compõem. Concentrando uma grande quantidade de informações sobre a vida social, o romance torna possível aos seus leitores uma melhor compreensão da sociedade e de suas individualidades. E como a realidade que é transmitida na configuração da obra literária é inesgotável, também o é o processo de aprendizado proporcionado pela leitura.

O sujeito que se dedica à leitura de uma obra de ficção e que consegue extrair dessa obra elementos que o façam se identificar com as personagens inscritas na narrativa passa, inevitavelmente, a desenvolver um sentimento que o projeta para além de si mesmo, colocando-o subjetivamente no lugar do outro. Em termos específicos, isso potencializa não só a sua capacidade de compreensão, como também o desenvolvimento de uma maior empatia em seus processos reais de interação¹⁶.

A arte, como produto da consciência humana, deve necessariamente refletir a existência do ser humano na realidade objetiva. Mas esse reflexo não é direto e nem mecânico. Isso quer dizer que nesse processo de reflexão, a consciência não joga um papel de mera receptora, como se espelhasse o mundo exterior de forma passiva. As imagens que reproduzem a existência do mundo exterior não são outra coisa senão construções mediadas pela fantasia

¹⁵ No que diz respeito à relação de complementaridade entre a razão e a sensibilidade, para o desenvolvimento do intelecto, argumenta Leandro Konder (2005, p. 16): “A experiência tem mostrado que, se não ampliamos o campo daquilo que sentimos (ou do que podemos sentir), nossa capacidade intelectual fica prejudicada, nossa racionalidade se deforma. Ou o sensível e o racional se apoiam mutuamente ou ambos sofrem prejuízos”.

¹⁶ Relativamente ao impacto que uma obra de arte pode gerar em seu receptor, Lukács (1992) chama a atenção para o fato de que nenhum sujeito se apresenta perante uma obra de arte como tábula rasa e que, portanto, haveria um *antes* e um *depois* com relação ao enriquecimento da personalidade desse sujeito ao desfrutar de um objeto artístico. O que bem entendido, significa dizer que a eficácia de uma grande arte depende também da capacidade de seu receptor, que ao se deparar com uma obra deverá travar uma luta interna entre as suas velhas experiências e as novas impressões geradas mediante a sua percepção artística.

do escritor que, como tal, desempenha um papel central em sua criação. Nesse sentido, a arte é uma forma específica de reflexo. Ela reflete a realidade, mas a reflete de um modo próprio. É importante destacar que, diferentemente da ciência e da visão de mundo cotidiana, a arte consegue reproduzir a realidade que se encontra fragmentada, apresentando o particular e o geral de uma forma unitária, ao se utilizar justamente dos recursos que lhe são peculiares. Nesse sentido, diria Lukács:

Na medida em que dá forma a indivíduos e situações particulares, o artista suscita a aparência da vida. Na medida em que lhes dá a forma de indivíduos e situações exemplares (unidade do individual e do típico), na medida em que torna diretamente perceptível a maior profusão possível das determinações objetivas da vida como traços particulares de indivíduos e situações concretas, origina-se seu “mundo próprio”, que é o reflexo da vida em seu conjunto animado, da vida como processo e totalidade, precisamente porque intensifica e supera, em seu conjunto e em seus detalhes, o reflexo costumeiro dos acontecimentos da vida. (LUKÁCS apud COTRIM, 2016, p. 216).

Assim, a realidade que se reflete na verdadeira arte não é a mesma da visão positivista, que enxerga o mundo tal como ele se apresenta em sua imediatez, confundindo a aparência das coisas com a sua essência, num entendimento de que à consciência caberia tão somente o registro passivo dos fatos, com a tarefa de compreender a regularidade destes sem grandes questionamentos. Ao contrário, a arte deve refletir a realidade social para além da aparência, captando de forma sensível os destinos da humanidade, superando, com isso, as impressões nebulosas que encobrem a sua essência.

A verdadeira arte visa ao maior aprofundamento e à máxima abrangência na captação da vida em sua totalidade onidirecional. A verdadeira arte, portanto, sempre se aprofunda na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a superfície dos fenômenos, mas não representa esses momentos essenciais de maneira abstrata, ou seja, suprimindo os fenômenos ou contrapondo-os à essência; ao contrário, ela apreende exatamente aquele processo dialético vital pelo qual a essência se transforma em fenômeno, se revela no fenômeno, mas figurando ao mesmo tempo o momento no qual o fenômeno manifesta, na sua mobilidade, a sua própria essência (LUKÁCS, 2011a, p. 105).

Nesse sentido, a verdadeira arte traz consigo um potencial de ruptura com a fetichização das relações sociais, ao promover uma elaboração que coloca em evidência tanto as condições degradantes em que se encontram os seres humanos, quanto a necessidade de superação daquilo que dificulta o desenvolvimento desses em sociedade. Ao figurar artisticamente os elementos da vida social que lhe interessam, o escritor deverá transcender as circunstâncias imediatas em busca dos nexos causais que movem aquela parcela da realidade que ele pretende representar. Isso significa que, nesse processo, o artista deverá conformar a sua criação de acordo com o conteúdo a ser figurado, sem deixar de manter a unidade objetiva

entre a forma e o conteúdo.

Assim, a definição da obra literária como reflexo da objetividade real não diz respeito apenas ao conteúdo figurado, mas refere-se também à própria figuração, porque ela é expressão imediata do conteúdo. A *forma* é a *modalidade determinante* da obra de arte, que perde necessariamente o seu caráter de reflexo da objetividade se a forma se reduzir em sua construção a mero *instrumento* de apresentação de um conteúdo (COTRIM, 2016).

Para Lukács, a configuração artística das contradições objetivas da vida faz do romancista um sujeito capaz de alcançar de forma criativa o conhecimento dos antagonismos como forças motoras da sociedade capitalista. Assim, o problema da ação se impõe como ponto central no processo de criação, quando a realidade refletida de forma estética passa a exigir uma representação que consiga apresentar a relação do ser humano com a sociedade e a natureza através de sua ação.

Esta posição central da ação não é uma invenção formal da estética; ao contrário, ela deriva da necessidade de refletir a realidade do modo mais adequado possível. Se se trata de representar a relação real do homem com a sociedade e a natureza (ou seja, não apenas a consciência que o homem tem dessas relações, mas o próprio ser que é o fundamento desta consciência, em sua conexão dialética com esta última), o único caminho adequado é a figuração da *ação*. E isso porque somente quando o homem age em conexão com o ser social é que se expressa sua verdadeira essência, a forma autêntica e o conteúdo autêntico de sua consciência, independentemente de que ele o saiba ou não, e quaisquer que sejam as falsas representações que ele tenha desta conexão (LUKÁCS, 2011a, p. 205).

Disso se depreende a importância que o realismo tem para Lukács em suas discussões sobre estética — realismo que deve ser entendido não como um “estilo” ou “escola” literária¹⁷, e sim como uma forma de promover o autoconhecimento do ser humano através de realizações que se dão de forma *desfetichizada*.

Fielding y Balzac describen que la tarea del novelista es convertirse en "historiador de la vida privada". Pero, precisamente siguiendo esta tendencia hacia la mayor verosimilitud en la reproducción de las determinaciones decisivas de la sociedad burguesa, proceden con plena conciencia artística y van más allá del promedio trivial de la vida burguesa cotidiana cuando representan los personajes y situaciones, configuran las pasiones, y cuando construyen la acción. [...] Los grandes novelistas oponen osadamente la verdad de las contradicciones sociales (que toman de forma extrema) a la banal verosimilitud del acontecer y de los personajes de la vida burguesa cotidiana promedio. Su realismo reside en esta valentía a la hora de revelar las contradicciones, en la veracidad social de sus contenidos, para cuya

¹⁷ Nesse sentido, Leandro Konder (2013, p. 189-190) explica: “na acepção ampla que lhe dá o marxismo, o conceito de realismo abarca toda a grande arte e não se deixa encerrar em fórmulas comprometidas com quaisquer “escolas”, “correntes”, “estilos” ou “métodos” particulares. Empregado em sua máxima amplitude, o conceito de realismo serve à estética marxista para frisar na arte o seu caráter de *conhecimento da essência da realidade*. Com base em tal conceito, a estética marxista define, desde logo, uma posição de combate às teorias que veem na arte acima de tudo uma *atividade lúdica gratuita*, a *manifestação de uma subjetividade fetichizada* (desligada de seu condicionamento histórico-social) ou a *representação fragmentária de uma realidade epidérmicamente captada*”.

configuración el realismo de los detalles es un medio formal. (LUKÁCS, 2011b, p. 82)¹⁸.

Na visão do autor húngaro, a arte apresenta-se como uma capacidade criativa, pela qual o ser humano torna-se capaz de reproduzir de forma humanizada a realidade que existe de maneira objetiva e estranhada. Pois, segundo Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto (2011), para Lukács,

a arte é uma *modalidade específica* do reflexo da realidade, que produz um conhecimento *antropomorfizador* do mundo do homem (em contraste com o conhecimento *desantropomorfizador* próprio da ciência), o que permite à arte elaborar uma *autoconsciência do desenvolvimento da humanidade*. (COUTINHO; NETTO, 2011, p. 15).

O que significa dizer que, por meio da composição realista, o artista consegue apropriar-se esteticamente da realidade, tornando compreensível ao receptor o fundamento social do mundo que o circunscreve. Por esse motivo, pode-se afirmar que o realismo e o humanismo possuem uma relação de equivalência:

a *humanitas* – ou seja, o estudo apaixonado da natureza *humana* do homem – faz parte da essência de toda literatura e de toda arte autêntica; daí que toda boa arte e toda boa literatura sejam humanistas, não só ao estudarem apaixonadamente o homem e a verdadeira essência da sua natureza humana, mas também por defenderem apaixonadamente a integridade *humana* do homem contra todas as tendências que atacam, a envilecem e a adulteram (LUKÁCS, 1968, p. 21).

Assim, o mundo que está representado na obra de arte se revela como autoconhecimento do ser humano, num processo de *desfetichização* que é próprio da produção artística, já que ela tem a capacidade de revelar o núcleo da vida social ao mesmo tempo em que apresenta a sua crítica. Ao lidar com os destinos humanos concretos, a arte leva até o sujeito cotidiano a natureza da objetividade da qual ele participa, revelando ao indivíduo comum a substancialidade humana do seu mundo (CARLI, 2012). Dessa forma, o gênero humano encontra-se representado de maneira particular em toda obra de arte, desde que a mesma consiga fixar na memória social o reconhecimento da relação mútua que há entre o indivíduo e a humanidade. Como referido por Konder (2005, p. 67), “Toda expressão cultural é um movimento de sujeitos que estão indo além dos limites de suas respectivas singularidades e

¹⁸ “Fielding e Balzac descrevem que a tarefa do romancista é converter-se no ‘historiador da vida privada’. Porém, precisamente seguindo esta tendência à maior verossimilhança na reprodução das determinações decisivas da sociedade burguesa, eles procedem com plena consciência artística e vão além da trivialidade média da vida cotidiana burguesa quando representam os personagens e as situações, configuram as paixões, e quando constroem a ação. [...] Os grandes romancistas opõem ousadamente a verdade das contradições sociais (que as tomam de forma extrema) à banal verossimilhança dos acontecimentos e dos personagens da vida cotidiana burguesa. O seu realismo reside nesta valentia em revelar as contradições, na veracidade social de seus conteúdos, para cuja configuração o realismo dos detalhes é um meio formal”.

estão tentando alcançar outros sujeitos. O movimento da literatura — como o movimento da cultura e o movimento da linguagem — é um movimento de universalização”.

A literatura, como reflexo artístico que apanha o mundo objetivo e que dele extrai suas tendências, traz consigo não só uma leitura da realidade, como também um horizonte de possibilidades. Isso significa que perante a realidade há sempre uma tomada de posição. Ou seja, a arte realista é partidária. Claro que nesse entendimento deve pesar mais a capacidade de apreensão e de orientação do que está dado e do que pode acontecer, do que aquilo que se almeja como e enquanto projeto político em termos de conquista. Bem entendido, o partidarismo representa aqui mais uma tomada de posição perante a realidade do que a disposição de caprichos arbitrários ou subjetivos do escritor, o que, indubitavelmente, constitui-se numa linha bastante tênue na confecção de uma obra¹⁹.

No entanto, defender a objetividade da estética dentro de uma concepção marxista — o que implica na aceitação das tentativas apaixonadas de se captar e reproduzir a realidade tal como ela é em sua essência — não significa que não há um entendimento da importância do fator subjetivo na criação artística. Pelo contrário, a própria capacidade de apreender a realidade de forma a torná-la sensível e acessível como expressão da autoconsciência humana do desenvolvimento social reside fundamentalmente na atividade criadora do sujeito artístico, e é, por si só, uma demonstração do quão importante é o fator subjetivo na criação da arte.

Por isso, se o marxismo realça a objetividade mais radical do conhecimento e da representação estética, acentua também, ao mesmo tempo, o papel indispensável do sujeito criador, já que este processo, esta aproximação gradual da essência oculta, é uma estrada que se abre somente para os maiores e mais perseverantes gênios da criação artística. (LUKÁCS, 2011a, p. 109).

Todavia, é preciso frisar que esse reflexo da realidade promovido pela criação artística é diferente da produção científica do conhecimento. Arte e ciência constituem-se como práticas distintas, que não se confundem e nem se substituem, pois são formas de reflexo que assumem orientações diversas na apreensão da objetividade. Enquanto “a ciência significa o conhecimento e o reflexo da realidade objetiva”, afirma Carli (2012, p. 47), “a arte significa o conhecimento e o reflexo do homem nessa realidade objetiva, do homem em sociedade”. Assim, mediante a criação literária, o ser humano adquire uma nova forma de tomar consciência das

¹⁹ Sobre essa questão é importante destacar as palavras de Celso Frederico (2013, p. 86): “As tendências, as possibilidades, habitam a realidade e não devem ser nela introduzidas pelo capricho subjetivo do escritor. Haveria, segundo Lukács, uma diferenciação entre *partidarismo* e *tendenciosidade*. O partidarismo brota da própria realidade: é uma possibilidade constitutiva do real, é uma escolha consciente entre as possibilidades apresentadas pela realidade. Já a tendenciosidade é resultante de uma posição subjetivista levada de fora para dentro, uma escolha caprichosa do autor, uma intromissão indevida que desfigura a realidade”

relações sociais que constituem e fundamentam a sua existência em sociedade²⁰.

A arte, nesse sentido, apresenta uma dimensão crítica e criadora, na medida em que ela se apropria de elementos objetivos da realidade para torná-los acessíveis ao sujeito que se encontra imerso na cotidianidade. Dessa forma, a arte consegue criar um mundo próprio capaz de transpor o fetichismo da vida imediata, possibilitando ao homem uma tomada de consciência potencialmente humanizadora. A arte é a esfera em que o ser social se expressa, se exterioriza e em que reconhece a si mesmo como gênero humano. Por isso, toda produção artística aparece como sendo uma espécie de reconfiguração da realidade, quando o sujeito criador se apropria de uma realidade particular para lhe dar uma significação humana.

No entendimento de Sánchez Vázquez (1968),

se o homem é homem na medida em que é capaz de elevar-se sobre o que tem de mera natureza, para se tornar (como diz Marx nos *Manuscritos* de 1844) um ser natural humano, a arte é precisamente a atividade na qual o homem eleva a um nível superior esta sua capacidade específica humanizar tudo o que toca. Ou, em outros termos, se o homem, como ser verdadeiramente humano, é sobretudo um ser *criador*, a arte é uma esfera onde esta potência de criação se explicita renovada e ilimitadamente. Por ser criação, a obra artística é sempre singular e irrepetível, e o fazer artístico tem sempre algo de aventura. É criação, ou seja, não somente reflexo do real, mas instauração de uma nova realidade. Graças à arte, esta realidade formada através do trabalho, de um mundo de objetos humanos ou humanizados, se amplia e se enriquece sem cessar. E, por sua vez, graças à arte, enriquece-se e aprofunda-se nossa relação com a realidade. (VÁSQUEZ, 1968, p. 113-114).

A literatura pode se apresentar como uma fonte de autoconsciência da atividade humana, fazendo com que a capacidade de objetivação inerente ao ser social se torne amplamente conhecida através de suas figurações artísticas. Figurações que não só logram se conectar às necessidades, às possibilidades e às realizações que se fazem presentes a cada momento, como também conseguem elevar de uma forma humanista a crítica do processo de degradação social promovido pelo desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a arte é mais do que uma representação ou uma interpretação da realidade, ela é uma aposta na capacidade transformadora da ação humana²¹.

²⁰ Ponderando a relação que há entre a arte e a ciência, Leandro Konder (2005, p. 60) argumenta: “O conhecimento jamais esgota a realidade, mas a ciência e a arte, mesmo não sendo oniscientes e onipotentes, têm desvendado aspectos importantes do ser. As ciências, em sua diversidade, investigam toda a realidade, natural e humana. As artes se concentram no ser humano. Nas artes, não se encontra, essencialmente, o reflexo da natureza; encontra-se o reflexo da sociedade, da cultura, o reflexo das atividades humanas que precisam de fundamentação teórica para proporcionar escolhas mais livres. Em suma: o reflexo da práxis”.

²¹ Ao tratar dos sentimentos de amor e ódio que se relacionam dentro da concepção de mundo do escritor realista, Lukács (2016, p. 136) afirma: “Sem sentir pelo homem e pela vida tal amor que abarca necessariamente o ódio mais profundo contra a sociedade, as classes, os homens que o humilham e desfiguram, não surgirá hoje no mundo capitalista nenhum realismo verdadeiramente grande. Esse amor e o ódio que o complementa levam os escritores a descobrir a riqueza das relações da vida humana, a expor o mundo mortificado do capitalismo como uma luta ininterrupta contra tais poderes mortificadores. Por mais que a configuração mostre os homens que vivem atualmente como fragmentos e caricaturas miseráveis do homem, o escritor precisa ter vivenciado em si as

Sendo assim, podemos afirmar que a arte — por meio de suas manifestações literárias de caráter universalizante — pode cumprir uma função ideopolítica tão importante quanto as outras formas de expressão que orientam a vida dos indivíduos em suas relações sociais²². Entretanto, o reconhecimento de que a arte possa de fato cumprir essa função não significa que ela esteja em condições de sobrepujar ou até mesmo de substituir as outras formas de elaboração crítica do pensamento social. Trata-se, tão somente, de apontar para a particularidade do reflexo estético como uma força propulsora da autoconsciência humana²³.

1.1 A arte diante da alienação

Através da arte o ser humano diferencia-se da natureza, colocando-se diante de si como um objeto a ser exteriorizado, analisado, criticado e transformado. Pois, é através dessa capacidade de projeção, isto é, de fazer uma representação de si mesmo, que o ser humano consegue avançar na consciência de si como um sujeito ontológico. Nesse sentido, a arte adquire uma dimensão interventiva, na medida em que se reconhece a sua capacidade de ideação e de objetivação como uma criação essencialmente humana²⁴.

Lembrando que a própria sensibilidade humana não é um dado imutável, e sim o resultado de um longo processo de humanização, ou seja, de um desenvolvimento sócio-histórico ininterrupto. Assim, os sentidos vão se desenvolvendo na mesma medida em que as objetivações humanas vão se realizando, seja alterando a natureza ao fazer dela o seu objeto,

possibilidades da existência humana real, seu redundar e sua riqueza, para poder ver e traçar as caricaturas como caricaturas, para vivenciar e deflagrar, a partir do estilhaçamento dos homens em fragmentos, uma disposição para a luta contra o mundo que produz isso a cada dia e a cada hora”.

²² Um exemplo disso pode ser encontrado no livro: “A invenção dos direitos humanos: uma história”, da historiadora Lynn Hunt (2009). Nesse livro a autora argumenta que os romances literários do século XVIII lograram exercer um papel fundamental na consolidação e na ampliação dos direitos humanos universais, por meio da difusão de ideias, imagens e temas que causavam uma espécie de comoção entre os leitores, desenvolvendo assim um sentimento de empatia destes em relação às personagens das tramas narradas.

²³ Ao escrever sobre a ciência e a arte como formas particulares de se refletir o mundo, Lukács (1992, p. 201) faz a seguinte observação sobre o poder da arte: “o reflexo estético cria, por um lado, reproduções da realidade nas quais o ser em-si da objetividade é transformado em um ser para-nós do mundo representado na individualidade da obra de arte; por outro lado, na eficácia exercida por tais obras, desperta e se eleva a autoconsciência humana; quando o sujeito receptivo experimenta [...] uma tal realidade em-si, nasce nele um para-si do sujeito, uma autoconsciência, a qual não está separada de maneira hostil do mundo exterior, mas antes significa uma relação mais rica e mais profunda de um mundo externo concebido com riqueza e profundidade, ao homem enquanto membro da sociedade, da classe, da nação, enquanto microcosmo autoconsciente no macrocosmo do desenvolvimento da humanidade”.

²⁴ Apoiando-se nas reflexões de Marx sobre as questões estéticas, diria Celso Frederico (2016, p. 63-64), “Como uma das formas de objetivação do ser social, a arte, possibilitou ao homem afirmar-se sobre o mundo exterior pela exteriorização de suas forças essenciais. Liberta da premência da necessidade imediata pela ação do trabalho produtivo, a atividade artística surge em seguida como uma nova forma de afirmação essencial que o homem pode modelar ‘segundo as leis da beleza’”.

seja transformando a si mesmo por meio de suas ações recíprocas. O certo é que o ser social vai humanizando os seus sentidos ao passo que vai modificando e ressignificando o seu mundo. Algo que é inerente a sua capacidade de mutação²⁵.

Todavia, não se podem negar as limitações e as deturpações que a alienação causa nesse mesmo processo de humanização. Ao operar como bloqueios sociais ao desenvolvimento dos sentidos, a alienação faz com que o sujeito permaneça insensível perante toda a dramaticidade da vida humana, bem como, continue se comportando de acordo com uma visão estreita e utilitarista em face das potenciais belezas que a natureza humanizada nos reserva. Até porque, para que o sujeito consiga desfrutar da arte é necessário que ele seja educado para isso. Isso significa dizer que toda e qualquer expressão artística real ou em potencial só pode ser percebida como tal se o indivíduo que está diante dela possui a formação requerida para que nele se desperte uma sensibilidade artística. Do contrário, aquela expressão dificilmente poderá ser apreendida em sua totalidade como forma e conteúdo de uma manifestação essencialmente humana²⁶.

A alienação, que atormenta a vida do trabalhador, que faz com que as suas atividades se tornem sem sentido, que o martiriza psicologicamente e o degrada socialmente, constitui-se como um empecilho para o desenvolvimento das individualidades dos seres sociais. Já que o trabalho abstrato — como substância do valor — os transforma em sujeitos impessoais e indiferentes no processo de valorização. Isso porque, nas relações sociais de produção, o que conta para o capital é a capacidade que o indivíduo tem de produzir mais-valia. Isso se reflete, concretamente, na alta rotatividade com que esses indivíduos transitam de um emprego a outro sem que ocorra nenhum abalo nos setores ou ramos da produção. Uma vez que, como dispêndio de força de trabalho, esses sujeitos que se encontram física e mentalmente mutilados só podem figurar como “trabalho humano igual”. (MARX, 2013, p. 117).

Ademais, como lembra Celso Frederico (2013, p. 90), na vida cotidiana “os objetos à nossa frente despontam em sua insuspeita evidência, em sua indiscutível imediatez e, por isso,

²⁵ Como diria Marx (2009, p. 110), “[é] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*, em parte recém cultivados, em parte recém engendrados. Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do *seu* objeto, pela natureza *humanizada*”.

²⁶ Ao tratar amplamente dessa questão, István Mészáros (2006, p. 184) nos apresenta a seguinte ponderação: “os dois fenômenos observados - o empobrecimento dos sentidos e de sua satisfação, de um lado, e os intermináveis ataques à objetividade dos padrões e valores estéticos, do outro - estão assim intimamente ligados. Tais ataques, em sua negatividade e repetição triviais, tornam-se um substituto para o pensamento estético, defendendo ou mesmo glorificando os tipos de experiência estética que caracterizam as condições de privatização, fragmentação, ‘solidão bruta’ e auto-satisfação egoísta”.

costumam ser tomados como se fossem, sem mais, a realidade”, o que ocorre devido ao fato de que no capitalismo o fetichismo da mercadoria apresenta-se como uma característica básica dessa sociedade. Sendo assim, ao promover a inversão entre sujeito e objeto, através da dissimulação das relações humanas que sustentam as relações estabelecidas entre as coisas, a forma mercadoria logra não só investir os produtos do trabalho de um poder fantasmagórico, como também consegue fazer com que a representação que os indivíduos tenham dessa realidade incorpore essa distorção em sua visão de mundo. Tanto que, no plano das aparências, dificilmente o pensamento humano consegue ir além de uma visão em que as pessoas apareçam sendo governadas pelas coisas.

Desse modo, assistimos o poder do capital se espriar como uma ideologia que molda a mentalidade dos indivíduos condicionando-os a uma relação de sujeição aos mecanismos que emanam do sistema de produção. Ideologia que busca ocultar os fundamentos estruturais que organizam e dinamizam a sociedade, fazendo com que prevaleça nos meios socioculturais a tendência à naturalização e à legitimação das relações de exploração e de opressão, além de justificar a existência das desigualdades e da propriedade privada dos meios de produção.

Nesse contexto, a arte emerge como uma possibilidade de transposição do mundo das aparências, buscando refletir de forma sensível as relações sociais que conformam essa sociedade fetichizada. O que, por sua vez, requer do artista adoção de uma “firme postura realista” (FREDERICO, 2013, p. 91), porque se trata exatamente de tomar uma posição humanista em face de uma realidade que se desumaniza²⁷. De acordo com Kosik (1976),

toda concepção do realismo ou do não-realismo é baseada sobre uma consciente ou inconsciente concepção da realidade. O que seja o realismo ou o não-realismo em arte depende sempre do que é a realidade e de como se concebe a própria realidade. Portanto, a posição materialista da problemática começa no momento em que se parte desta dependência como de um fundamento essencial (KOSIK, 1976, p. 108).

Sabemos que por meio de sua ação o ser humano é capaz de transformar a realidade. Ação que proporciona a efetivação de uma intencionalidade, ocasionando ao mesmo tempo o registro histórico de um projeto previamente idealizado. Neste sentido, toda ação se dá e se

²⁷ Ainda, segundo Mészáros (2006, p. 178), “o que se mantém inalterado no realismo, e com isso nos permite aplicar esse termo geral à avaliação estética de obras de diferentes épocas, é o seguinte: o realismo revela, com propriedade artística, as tendências fundamentais e conexões necessárias que estão com frequência profundamente ocultas sob aparências enganosas, mas que são de importância vital para um entendimento real das motivações e ações humanas das várias situações históricas. É por isso que os simples meios e aptidões estilísticas não poderiam fazer que alguém se tornasse um artista realista. [...] O que determinará se ele é realista ou não é aquilo que ele seleciona de uma massa de experiências particulares para representar a realidade, histórica e socialmente específica. Se ele não for capaz de selecionar particulares *humanamente significativos*, que revelam as tendências e características fundamentais da realidade humana em transformação, mas – por uma ou outra razão – se contentar com o retrato da realidade tal como ela lhe *aparece* de modo imediato, nenhuma ‘fidelidade de detalhe’ o elevará acima do nível do naturalismo superficial”.

explica mediante sua contextualização. O sujeito que opera na realidade, atua de acordo com as relações sociais e materiais que o circundam e conformam a sua mentalidade. As suas projeções só podem ser reflexos do seu mundo, ao mesmo tempo em que as suas objetivações se afirmam como criações desse mesmo mundo. Dessa forma, a práxis humana apresenta um caráter dialético ao imprimir uma marca indelével em todas as suas criações, incluindo também as obras de arte.

Para Kosik (1976, p. 115), a arte é o reconhecimento e a ilustração da realidade. Porém, “não é um reconhecimento das *representações* da realidade”. É mais do que isso. “Sendo obra e sendo arte ela reconhece a *realidade* e ao mesmo tempo, em unidade indissolúvel com tal expressão, *cria* a realidade, a realidade da beleza e da arte”. Assim, para esse autor, a radicalidade da produção artística reside no fato de que toda obra de arte possui um duplo caráter que se manifesta em indissolúvel unidade: ela “*é expressão da realidade, mas ao mesmo tempo cria a realidade, uma realidade que não existe fora da obra ou antes da obra, mas precisamente apenas na obra*” (Id. Ibid.).

Ao afirmar que a arte, tal como a filosofia, possui um significado específico e uma missão particular, o autor supracitado argumentará que a verdadeira função da arte é desvelar a realidade para aqueles que se encontram orbitando na superfície da cotidianidade e que, portanto, não conseguem apreender o seu mundo como resultado de suas próprias ações²⁸. Daí o duplo caráter da obra de arte, pois ao mesmo tempo em que o artista cria algo que até então não existia — expressando de forma irredutível elementos históricos pertencentes ao contexto de sua elaboração —, ele também evidencia as contradições, os conflitos, os dramas, as tensões, ou seja, uma gama de componentes psicossociais e político-culturais que subjazem ao momento de sua criação. Isso não poderia ser facilmente captado pelo indivíduo que se encontra submerso no mundo falso das aparências.

“A obra de arte, contudo, exprime o mundo enquanto o cria. Cria o mundo enquanto revela a verdade da realidade, enquanto a realidade se exprime na obra de arte. Na obra de arte a realidade fala ao homem”. (KOSIK, 1976, p. 118).

Nisto reside a importância de se contextualizar tanto a obra quanto o artista, levando em consideração não só os condicionantes sociais, culturais, econômicos e políticos que circundam o artista durante a sua criação, como também o próprio artista que se descobre como

²⁸ Segundo o autor: “Se a realidade humano-social fosse conhecida na sua realidade por si mesma e na consciência ingênua cotidiana, neste caso a filosofia e a arte se tornariam um luxo inútil que, segundo as exigências, pode ser levado em consideração ou rejeitado. A filosofia e a arte não fariam outra coisa do que repetir mais uma vez – seja conceitualmente com linguagem intelectual, seja por imagem com linguagem emocional – aquilo que já é sabido sem o seu concurso e o que existe *para o homem* independentemente delas” (KOSIK, 1976, p. 116).

sujeito de sua criação mediante o desenvolvimento dos seus sentidos. Objetividade e subjetividade, portanto, interagem constantemente e se determinam reciprocamente. Isso porque, a realidade social, da qual o autor e a sua obra fazem parte, encontra-se em permanente movimento.

A arte não é uma observação desinteressada do mundo, não é uma atividade subjetiva que se encontra descolada do real²⁹. Ela é uma atividade que se processa como apropriação da realidade e como afirmação do gênero humano, o que na literatura pode ser visto, inclusive, como uma “função pedagógica”³⁰, pois é na sua ligação com a vida social que se evidencia a sua significação e importância como criação humana.

Lukács (2013, p. 538), em sua *Ontologia*, afirma que tanto a arte quanto a filosofia se colocam, mediante o desenvolvimento da humanidade, como as formas mais puras da ideologia. Isso porque, de acordo com a sua argumentação, elas não teriam a “intenção e nem a capacidade de exercer qualquer tipo de impacto imediato e real sobre a economia nem sobre as formações sociais a ela associadas”, embora, se constitua como uma esfera de expressão insubstituível para a compreensão e a resolução prática dos problemas sociais. Isto porque, o pôr artístico não está direcionado para fins imediatos, prático-reais, mas para a criação de formações puramente miméticas”. Assim, o “efeito por ele intencionado sobre os homens restringe-se, por sua essência, a provocar determinados sentimentos mediante tais formações” (LUKÁCS, 2013, p. 544). Efeito que poderá se converter em atos reais desde que, por sua forma e conteúdo, a produção artística consiga desvelar a individualidade os reais problemas que o afetam enquanto gênero humano. Por isso, a arte — como ideologia pura —, pode desempenhar um papel fundamental na mediação entre a humanidade e as suas criações que se apresentam de maneira fetichizada³¹.

²⁹ Ao falar da concepção estética de Marx, Mészáros (2006, p. 174) comenta: “A arte não é o tipo de coisa que pode ser atribuído à esfera ociosa do ‘lazer’ e, portanto, de pouco ou nenhuma importância filosófica, mas algo da maior significação humana e, portanto, também teórica”.

³⁰ Função que é esboçada por Celso Frederico (2016, p. 40) nas seguintes palavras: “No cotidiano, o homem encontra-se entregue ao mundo fragmentado e descontínuo. A literatura, entretanto, o coloca num *mundo homogêneo*, depurado de acidentes, em que ele pode concentrar-se num único objeto: o destino dos homens. Após esse encontro com o gênero humano e seus dramas, consequência da ‘suspensão’ da vida cotidiana promovida pela literatura, o indivíduo retorna ao cotidiano, enriquecido, porém, pela experiência vital propiciada pela arte. Assim, ao lado do valor documental, a literatura tem um valor *evocativo* possibilitado pela ação sobre o núcleo social da personalidade humana, já que o leitor pode confrontar suas limitadas experiências com aquelas que lhes foram apresentadas na obra literária”.

³¹ Ainda de acordo com o pensador húngaro: “o que se pretendeu mostrar aqui é o modo elementar como a grande arte [...] consegue abrir caminhos nas situações mais desfavoráveis, como ela está capacitada para despedaçar - em favor do indivíduo no nível da sua própria conduta de vida e de sua ideologia - por necessidade socialmente elementar os fetiches mais petrificados do estranhamento”. (LUKÁCS, 2013, p. 775).

1.2 Intelectualidade e lutas de classes

Para tratarmos da inserção do intelectual nas lutas de classes é preciso, antes, chamar atenção para o fato de que as relações de produção dominantes engendram uma ideologia que a expressa de forma simétrica e hegemônica e que, portanto, num capitalismo subdesenvolvido e dependente é possível constatar a existência de muitos intelectuais que tendem a se conformar e a se adaptar aos ditames da ordem social a qual pertencem, desenvolvendo, assim, e de maneira correlata, uma consciência subdesenvolvida e dependente. Situação que os coloca, inclusive, sob as influências culturais oriundas dos países centrais do capitalismo. Fenômeno que pode ser ilustrado tanto pela ofensiva da indústria cultural imperialista, quanto pela absorção e reprodução pela intelectualidade local de ideias, valores, imagens e representações que são alheias aos dramas sociais e, até mesmo, contrárias às tradições e aos costumes de seu país.

Uma intelectualidade que pende a se converter não só em produtores de mercadorias culturais, como também em construtores de um consenso que visa naturalizar, justificar e legitimar a existência do capitalismo. Submetendo-se ao primado do valor de troca, por um lado, e aos ditames das classes dominantes, por outro, esses intelectuais tendem a moldar uma concepção de mundo que não consegue evadir-se dessa situação e que é, portanto, propensa a gerar uma posição de passividade. O que pode ser visto, por exemplo, na alegação daqueles que negam a condição de capitalismo dependente do Brasil afirmando que o país se encontra em “vias de desenvolvimento”³².

Ao falar do transformismo que ocorria na sociedade italiana, Gramsci se referia à capacidade dos grupos econômica e politicamente dominantes de cooptar os intelectuais que pertenciam às camadas médias e às classes subalternas, fazendo com que houvesse um processo de assimilação dos interesses, ideais e dos valores referentes às classes dominantes, gerando uma acomodação de parte da oposição. Expediente que não só possibilitava dar prosseguimento às mudanças moleculares que ocorriam por dentro da ordem, como também a permanente renovação dos quadros dirigentes nos espaços pertencentes à sociedade civil. Além, é claro, de reforçar a política de conciliação de classes através de seus respectivos representantes

³² Exemplo extraído da seguinte passagem de Ludovico Silva (2017, p. 191): “O principal elemento dessa ofensiva [ideológica promovida pelo imperialismo] é, precisamente, oferecer a ideologia necessária para que não sejam concebidos como *subdesenvolvidos*, mas como países em *vias de desenvolvimento*. Porque 'subdesenvolvimento', tal como o conceito tem sido elaborado por alguns economistas marxistas latino-americanos, implica uma formação econômico-social que é necessariamente criada pelo capitalismo. Em troca, países em 'vias de desenvolvimento' é um conceito que liberta o capitalismo da responsabilidade no que diz respeito à miséria, ou propicia o ar de benfeitor dado a coisas como a Aliança para o Progresso [...]”.

institucionais.

Essa leitura de Gramsci está diretamente relacionada à interpretação que ele faz do processo de unificação italiana e da emergência do Estado moderno em seu território. Considerando a debilidade da burguesia para conduzir uma revolução nos moldes da revolução francesa, o pensador sardo se utilizará do conceito de revolução passiva para designar o complexo processo de consolidação do capitalismo no país. Apontando para a importância que o Estado teve na efetivação desse processo, com a composição pelo alto do grupo dirigente responsável pela prevalência dos interesses particulares dos setores economicamente dominantes, Gramsci chamará a atenção para a exclusão das massas populares dos espaços decisórios, bem como, para a realização de um “progresso” que se baseava no temor nutrido pelas classes dominantes diante de uma possível subversão. Daí os aspectos conciliatórios da chamada “revolução-restauração”, com a congruência do velho e do novo para a manutenção de um regime selvagem de exploração³³.

Desse modo, a compreensão que Gramsci apresenta com relação ao transformismo — entendendo-o com um processo contínuo de cooptação da intelectualidade diversa — se assemelha com a apreciação que Coutinho (2011, p. 21) faz ao discutir a conduta de determinados intelectuais brasileiros em face de uma sociedade civil praticamente inexistente. Assim, no século XIX, por exemplo, tornar-se um funcionário do aparelho de Estado constituía-se como uma saída para aqueles que almejavam ter uma vida de intelectual sem ter que passar, necessariamente, pelas agruras que estavam reservadas àqueles que tentavam de forma independente construir a sua carreira de escritor. Visto que, o mercado cultural era extremamente restrito e a população afeita à leitura era relativamente escassa. Com isso, o processo de cooptação praticado pelas classes dominantes se apresentava como uma das alternativas viáveis, mesmo quando se colocava em xeque a autonomia do escritor, diante de um quadro extremamente débil de opções.

Cooptações que nas relações entre os envolvidos, assim como aos olhos das camadas sociais que se achavam próximas daquele ambiente cultural, ganhavam contornos de favores pessoais. O que tornava a ligação do intelectual a um sujeito poderoso uma prática corriqueira, seja para alavancar a carreira, seja para assegurar a sua subsistência. Até porque, essa situação de subordinação era disfarçada pelo *status* que era atribuído à condição de intelectual, cujo caráter ornamental exibido pela cultura dominante da época o acentuava (COUTINHO, 2011).

³³ Para um melhor entendimento dessas questões pela ótica de Gramsci, consultar: GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, volume 5. **O risorgimento, notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. [Recurso Digital].

Situação que Carlos Nelson chamará de “intimismo à sombra do poder”³⁴.

O intelectual cooptado não tem necessariamente de ser um apologeta direto do regime social que o mantém e do Estado ao qual está ligado. Ele pode, em sua criação cultural ou artística, cultivar sua própria intimidade, ou seja, dar expressão a ideologias ou estilos estéticos que lhe pareçam os mais adequados à sua subjetividade criadora. Mas o fato é que a própria situação de isolamento em face dos problemas do povo-nação, a “torre de marfim” voluntária ou involuntária em que é posto pela situação de cooptação (e pela ausência da sociedade civil), faz com que essa cultura elaborada pelos intelectuais “cooptados” evite pôr em discussão as relações sociais de poder vigentes, com as quais estão direta ou indiretamente comprometidos. (COUTINHO, 2011, p. 21-22).

Com isso, vão se construindo narrativas que passavam ao largo das questões relativas à existência da escravidão, que se evadiam do tratamento de problemas concernentes à presença das desigualdades sociais e que eram, até mesmo, avessas às lutas das classes subalternas do passado e do presente. Como era o caso de alguns intelectuais que se perfilavam ao romantismo e ao naturalismo em suas escritas³⁵. É claro que havia exceções, todavia, o que predominava naquele momento era uma visão que buscava mistificar, ocultar e naturalizar a ordem social vigente. Pois, mesmo que se reconhecessem as mazelas existentes, as mesmas eram tratadas como algo geralmente inevitável.

Roberto Schwarz (2014, p. 48), ao falar das ideias fora do lugar, expõe a incompatibilidade que havia entre os ideais liberais que eram importados dos países capitalistas para serem adaptados em um país que sequer havia superado a escravidão como forma primordial de exploração. Assim, as consignas que animaram os revolucionários europeus ganhavam outra conotação em território brasileiro, transformando-se em um palavreado inócuo e sem grandes reverberações. E mesmo que na Europa tais ideias como a “liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei” e, de modo geral, o universalismo dos Direitos do Homem constituíam-se originariamente apenas como ideologia, lá, ao menos, “correspondiam às aparências, encobrindo o essencial — a exploração do trabalho”. Enquanto, “entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso”, apresentando-se desde o início como deslocadas de um contexto real.

Uma disparidade que se refletia de diversas formas e em diferentes ocasiões. Seja no pensamento e no comportamento dos poderosos, seja na elaboração de leis e na edificação de instituições, o que se percebia era uma certa impropriedade entre aquilo que era postulado e o

³⁴ Expressão que se refere a um termo utilizado por Thomas Mann e que foi recolhido por Lukács.

³⁵ Sobre esses aspectos, diria Coutinho (2011, p. 22): “O naturalismo, tão diverso do romantismo sob tantos aspectos, tem um ponto semelhante: ao dizer que a ‘miséria brasileira’ é fruto de condições fatais, naturais, eternas, de raça e de clima, os naturalistas desviam a atenção dos pontos concretos, histórico-sociais, portanto modificáveis, que estão na raiz daquela miséria”.

que era praticado, de forma que os princípios que lastreavam a construção da identidade nacional que se queria e a conduta daqueles que determinavam os rumos do país eram praticamente incompatíveis. Afinal, éramos um país agrário exportador, dividido em latifúndios e alicerçado na produção do trabalho escravo.

Realidade que possibilitou a manutenção do arbítrio, como também engendrou outras formas de relação para aqueles que não estavam necessariamente submetidos às práticas compulsórias de exploração. Daí a emergência do “homem livre” que dependia das estruturas e dos sujeitos que fundamentavam esse tipo de sociedade, baseando-se numa relação de favor.

Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. (SCHWARZ, 2014, p. 51).

Perfazendo diversas profissões, postos de trabalho e relações interpessoais, o favor acabou por originar uma espécie de padrão particular na administração das coisas e das pessoas. Indo do interesse material ao prestígio social, de garantia da segurança à obtenção da afirmação pessoal, tal prática — de dependência pessoal — logrou forjar não só um mecanismo de controle e de reprodução da ordem, como também conseguiu criar um regime de clientelismo entre as distintas camadas sociais. O que, por sua vez, serviu para legitimar e justificar o processo de produção — seja ele baseado no escravismo ou não — que sustentava essas relações. Daí uma das funções do intelectual que se encontrava comprometido com os donos do poder.

Sem embargo, com o avançar do tempo e com a sua inserção na rota de produção do capital, melhor dizendo, com a sua assunção da forma especificamente capitalista do processo de produção social, o Brasil promoverá conciliações sociais e políticas que irão refletir ideologicamente na intelectualidade sem que houvesse grandes tormentos ou fissuras no plano das ideias. Isso porque, no intimismo à sombra do poder, a conciliação ou o ecletismo não era um problema para os pensadores filiados ao liberalismo moderado³⁶. Os quais consentiam que

³⁶ Nesse sentido, para ilustrar esta questão, vale a pena lançar mão dessa longa citação de Roberto Schwarz (2014, p. 59): “Consolidada por seu grande papel no mercado internacional, e mais tarde na política interna, a combinação de latifúndio e trabalho compulsório atravessou impávida a Colônia, Reinados e Regências, Abolição, a Primeira República, e hoje mesmo é matéria de controvérsia e tiros. O ritmo de nossa vida ideológica, no entanto, foi outro, também ele determinado pela dependência do país: à distância acompanhava os passos da Europa. Note-se, de passagem, que é a ideologia da independência que vai transformar em defeito esta combinação; bobamente, quando insiste na impossível autonomia cultural, e profundamente, quando reflete sobre o problema. Tanto a eternidade das relações sociais de base quanto a lepidéz ideológica das ‘elites’ eram parte – a parte que nos toca – da gravitação

as mudanças deveriam ocorrer a partir de cima sem que houvesse os riscos de uma verdadeira revolução vinda de baixo.

Essas questões, obviamente, não teriam como não refletir na produção artística brasileira. Florestan Fernandes, ao se referir à intelectualidade nacional, apontará para alguns aspectos que conformam o espectro do artista e que intervêm na conduta do “homem letrado” em face dos problemas sociais. Alegando que a “arte pela arte” não passa de uma quimera, o autor argumentará que na sociedade brasileira se forjou uma compreensão de que o homem letrado, sendo ele um sujeito dotado de uma capacidade incomum, deveria manter-se distante dos problemas sociais nos momentos de sua criação. Do contrário, estaria ele assumindo o papel de pessoa comum já que não é a arte que se envolve com tais problemas, e sim, a pessoa do artista. Assim, vai se criando uma espécie de “padrão de vida literária” que pressupunha uma conduta artística alheia aos dramas nacionais e aos impasses da civilização brasileira.

Porém, o comportamento que se espera ou se cobra da intelectualidade brasileira nada tem de neutra. Na prática ela “traduz e perpetua a velha atitude de indiferença das camadas senhoriais perante a miséria material e humana da ‘plebe’” (FERNANDES, 1976a, p. 227). E mesmo quando se processam mudanças em seu ambiente de atuação a inteligência, que se quer avessa ao envolvimento direto nos dilemas da nação³⁷, pouco ou quase nada faz para sair da condição de inatividade e passividade em face de uma realidade cambiante.

Os influxos que renovam e modificam esse padrão de “vida literária” não foram bastante fortes para criar um novo estado de espírito. Eles compeliram o escritor a dar alento a certas tendências inovadoras do meio-ambiente. Mas, de um modo que deixou insuperada a distância que havia entre a “arte” e os “problemas da vida”. Estes surgiram na obra de arte, como eclosão dos mesmos papéis que os intelectuais se viam obrigados a desempenhar na vida prática, fora e acima de sua condição particular de agentes de uma forma especial de saber. Em outras palavras, manteve-se o confinamento da literatura, da pintura ou da ciência, como se elas fossem alheias à condição humana e à realidade moral do “homem comum” e de seu estilo de existência. Como uma parede enfeitada, podiam ostentar algumas nesgas de outros mundos possíveis; contudo, deles não faziam parte, como maneiras de afirmação inteligente do homem sobre as adversidades ou as amenidades da vida (FERNANDES, 1976a, p. 226-227).

Contudo, na medida em que o capitalismo foi se desenvolvendo e a sua correlata

deste sistema por assim dizer solar, e certamente internacional, que é o capitalismo. Em consequência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social. Seria de supor que aqui perdessem a justeza, o que em parte se deu”.

³⁷ Ressaltando que tal posicionamento é, na maioria das vezes, prejudicial aos próprios interesses dessa camada social especializada. Pensemos aqui nas questões relacionadas ao ensino e à democratização da cultura. “A alfabetização de todos e a elevação geral do nível de instrução representam requisitos básicos para a aquisição de hábitos de leitura, a formação de padrões de gosto literário, a constituição e o alargamento de públicos orgânicos, a renovação dos quadros humanos de recrutamento do produtor de arte, etc.” (FERNANDES, 1976a, p. 227).

sociedade civil vai florescendo, o Brasil passa a presenciar o surgimento de algumas organizações de caráter proletário, bem como, o despertar de algumas camadas sociais para os problemas candentes do país. O que gerou uma série de manifestações e de contestações de diversas ordens, criando um caldo cultural favorável à proliferação de uma intelectualidade independente e atenta aos dramas vividos pela população mais carente. Isso pode ser constatado pela emergência das lutas operárias, pela eclosão do movimento tenentista e pelo surgimento de literatos comprometidos, como foi o caso do escritor Lima Barreto³⁸.

Assim, num país de transições transadas, de modernizações acordadas pelo alto e efetivadas de cima para baixo, a presença de um Graciliano Ramos, de um José Lins do Rego ou de um Jorge Amado poderia significar uma inversão na forma de se olhar, na maneira de se analisar e no modo de se interpretar os fenômenos que estavam ocorrendo na sociedade brasileira. Posto que, os impactos que a capitalização do campo, a urbanização desenfreada das cidades industriais e as lutas sociais que se espraiavam pela nação não poderiam passar despercebidos pela população e tampouco por aquelas camadas sociais que poderiam expressar através de sua escrita as angústias e as incertezas que circulavam na atmosfera da vida cotidiana.

Além disso, é preciso fazer menção aos reflexos que a Primeira Grande Guerra, a Revolução Russa e a crise do capitalismo tiveram em diversos segmentos da população mundial. O que não poderia ser diferente nas primeiras décadas do século XX de um Brasil de uma industrialização ainda incipiente. Com isso, ao histórico dos movimentos antiescravista, abolicionista e populares, somam-se os dos operários urbanos e rurais. Dando início a um processo de lutas em que tanto as vertentes anarquistas quanto as comunistas haveriam de participar, expressando o que havia de particular e de universal, de endógeno e de exógeno ao território nacional. Isso também era reflexo da presença de uma força de trabalho multiétnica e que versava sobre as suas condições de vida em uma profícua imprensa operária.

Nesse ínterim vai se criando uma situação propícia para o aparecimento de uma intelectualidade que seria estranha ao comportamento elitista que predominava nos meios tradicionais, chegando mesmo a propor uma renovação que alcançaria tanto a forma quanto o

³⁸ A respeito da importância desse autor, diria Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 140): “Lima Barreto é assim um divisor de águas na evolução literária brasileira. Rompendo radicalmente com as tendências esteticistas e escapistas predominantes em sua época, propôs teórica e praticamente um novo realismo. Seria bastante oportuno, nesse sentido, compará-lo com o movimento modernista, que continua a ser considerado – com um radicalismo unilateral – o único iniciador da literatura contemporânea no Brasil. O modernismo, na verdade, teve o mérito de pressentir e propor a necessária renovação de nossa literatura; mas, pelo menos em seus mais significativos representantes iniciais, colocou as questões ligadas a essa renovação em bases preponderantemente formalistas. Lima Barreto, ao contrário, compreendeu e formulou a necessidade também de uma *renovação do conteúdo humano*, ligada a uma proposta de transformação da sociedade. Propôs assim aos escritores a tarefa, que continua atual, de relacionar organicamente a literatura às grandes questões humanas e histórico-sociais da nação e do povo brasileiro”.

conteúdo na produção das obras artísticas. Em 1922, ano que ficou marcado pelo surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB), pela Revolta dos 18 do Forte de Copacabana e pela triste morte de Lima Barreto, irá presenciar aquilo que entrou para a história como a Semana de Arte Moderna. Evento que ocorreu no ano do centenário da Independência do país e que contou com a presença de ilustres figuras do meio artístico. Acontecimento histórico e controverso, que tinha como foco principal causar uma espécie de subversão nas letras brasileiras.

No entanto, de acordo com Nelson Werneck Sodré (1995, p. 525):

Era uma ruptura com as ideias vigentes, mas uma ruptura sob proteção das representações mais consagradas do regime, as mais austeras, as mais conservadoras. A burguesia brasileira, sempre conciliadora com o latifúndio, impulsionava a subversão nas artes e a patrocinava. Sem pretender relação direta, linear, sincrônica – os processos culturais são sempre complexos – é possível verificar como o longo domínio oligárquico, forma assumida pela classe dos proprietários rurais, senhores do latifúndio, aqui, condicionava a quietude, a monotonia, a rotina do que se convencionou conhecer como passadismo, então, em oposição a modernismo, enquanto a ruptura dos renovadores, na Semana e depois, vinha condicionada pelo avanço da burguesia brasileira, ascendendo a novo patamar, na sua revolução por etapas, sempre recusando as viradas radicais.

Ainda que representasse um passo adiante, contra o academicismo de uma cultura transplantada e legatária do período colonial, que era o passadismo, a Semana de Arte Moderna, de acordo com Sodré, não foi tudo aquilo que se imaginou pelos seus participantes e que se fez acreditar por intermédio da historiografia literária tradicional. Diferentemente do que foi o Modernismo, o qual, para o referido autor, não pode ser subestimado:

O Modernismo, em sua complexidade, heterogeneidade e história representa uma fase muito importante do nosso desenvolvimento literário. Em sua evolução, ainda, certos cacoetes ancorados na Semana foram relegados ao esquecimento; o processo depurou excessos de efeito meramente escandaloso, que já haviam desempenhado o papel que lhes fora destinado; sem perder a heterogeneidade que o fragmentou em várias correntes e manifestações, cresceu, aprofundou-se, até se constituir em movimento realmente significativo, que deixou sua marca indelével na produção literária da época. (SODRÉ, 1995, p. 528).

Encurtando a distância que havia entre o povo e a poesia, ou melhor, trazendo a fala popular para dentro da literatura, o Modernismo representará para um conjunto de escritores uma virada significativa em suas concepções artísticas e na sua maneira de enxergar as diversas manifestações da vida social. Sem deixar de apresentar as suas contradições, que eram, em verdade, expressões das contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo dependente, o Modernismo representou um alento para aqueles que almejavam por um processo de

renovação nas artes e de modernização na sociedade³⁹. Todavia, será com o denominado romance nordestino que encontraremos uma expressão literária mais sensível às manifestações da questão social que afligiam a maioria da população do país.

Ainda de acordo com Sodré, o primeiro lustro de 1930 será marcado “por grandes criações literárias, assinalando um ritmo criador que não mais se repetiu entre nós”, além de contar, também, com um “extraordinário impulso aos estudos sobre o próprio Brasil” em uma variedade importante de temas. (SODRÉ, 1987, p. 44-45). Fenômeno que pode ser explicado pelo breve período de liberdade relativa que prevaleceu entre a chegada ao poder do movimento de 1930 e o cerco que começa a se fechar após a derrota do levante comunista em 1935. Portanto, é nesse intervalo de tempo, de significativas mudanças e de importantes mobilizações, que radica a emergência de uma literatura não intimista e que buscava se ligar aos dramas do povo e aos problemas da nação.

É no romance nordestino que então os trabalhadores aparecerão como uma força autônoma, numa figuração estética de cunho realista e sob uma forma documental de denúncia da miséria social. Ainda que desprovida de algumas qualidades artísticas e de um aprofundamento na construção de suas personagens, essas obras serão uma espécie de libelo de crítica social conquistando um alcance relevante entre os leitores. E se os romances de José Lins do Rego e de Jorge Amado apresentavam algumas deficiências, o mesmo não poderia ser dito com relação à obra de Graciliano Ramos. Pois, segundo Sodré, se naqueles autores o conteúdo estava muito à frente da forma; nesse último, conteúdo e forma conciliavam-se de maneira excepcional na criação da obra (SODRÉ, 1980, p. 69).

Desse modo, num cenário histórico marcado: por um crescimento no processo de industrialização e de urbanização nas grandes cidades; pelo recrudescimento das lutas operárias

³⁹ Sobre algumas das características que marcaram esse processo, nos explica Sodré (1988, p. 27-28): “É interessante verificar – coisa a que, na época, não se concedeu atenção – como o Modernismo apresentava, desde logo, alguns aparentes paradoxos. Aparentes porque, no fundo, havia boas e sólidas razões para aquilo e, assim, não eram, na realidade, paradoxos. O primeiro, e fundamental, estava na área originária do movimento renovador; havia, e continua a haver, muita confusão em torno do assunto. Alguns estudiosos encontram no Modernismo um fermento revolucionário; ele seria forma artística de rebeldia social, enquanto o Tenentismo seria forma política. Até certo ponto, isto correspondia à realidade, mas o limite deve ser precisado: o Modernismo não continha nada de revolucionário, no sentido de manifestação de interesse da classe operária ou dos trabalhadores não assalariados; representava um dos sintomas do avanço burguês, em nosso País, avanço que sempre busca apoio em camadas inferiores e pretende apresentar-se como da totalidade do povo e não apenas de uma de suas classes ou camadas sociais. As manifestações de radicalismo político que surgiram, no conjunto do Modernismo, esporádicas, isoladas, individuais, não caracterizaram o movimento. No conjunto e na essência, o Modernismo correspondeu às necessidades artísticas da burguesia brasileira, em seu processo ascensional. A ausência de qualquer sentido revolucionário autêntico, de exigência de alteração estrutural do regime, é fácil de provar. O simples fato de ter sua base em São Paulo já era significativo: o Modernismo encontrou ali, naturalmente, o agrupamento mais forte e mais organizado da burguesia; conseqüentemente, condições mais próprias, favoráveis, ambiente mais receptivo”.

e pela emergência do movimento tenentista; pelas disputas de mercado e pela eclosão da primeira grande guerra a nível mundial; pela revolução bolchevique realizada numa Rússia semifeudal; pela crise capitalista de 1929 e as suas consequências internacionais; pelas turbulências político-sociais nas classes dominantes; e pela derrocada da Velha República e o início da modernização do Estado nacional; seria praticamente inevitável à intelectualidade brasileira não se encontrar no meio de uma confluência de impulsos ideológico-culturais — externos ou internos — que resultasse numa grande fermentação política e teórica para a realização de suas produções.

Sobre o debate acerca da importância que os influxos externos tiveram na conformação da intelectualidade nacional, destaco essa longa passagem por considerá-la relevante para a nossa discussão:

Nem tudo que é nacional é bom, nem tudo que é estrangeiro é ruim, o que é estrangeiro pode servir de revelador do nacional, e o nacional pode servir de cobertura às piores dependências. Assim, por exemplo, nada mais aberto às influências estrangeiras do que o Modernismo de 1922, que entretanto transformou a nossa realidade popular em elemento ativo da cultura brasileira. Enquanto isto, o nacionalismo programático se enterrava no pitoresco, e muito sem querer assumia como "autênticos" os aspectos que decorriam de nossa condição de república bananeira. [...] É certo que atraso e atualização têm causas internas, mas é certo também que as formas e técnicas - literárias e outras - que se adotam nos momentos de modernização foram criadas a partir de condições sociais muito diversas das nossas, e que a sua importação produz um desajuste que é um traço constante de nossa civilização. Em perspectiva nacional, esse desajuste é a marca do atraso. Em perspectiva mundial, ele é um efeito do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, de que revela aspectos essenciais, donde o seu significado "universal". [...] Noutras palavras, o influxo externo indica relações desiguais e tem dimensão política. Do ponto de vista de nossas elites, as duas apreciações estão certas, comportando um impasse. O influxo externo é indispensável ao progresso, ao mesmo tempo que nos subordina e impede de progredir. São contradições do subdesenvolvimento: o país é capitalista, e obrigatoriamente se mede pelo metro do progresso capitalista, mas este progresso não está ao seu alcance, pois a divisão internacional do trabalho lhe atribui outro papel, um papel que à luz deste mesmo progressismo parece inadmissível (SCHWARZ, 2008, p. 136-137, 139).

Entretanto, é preciso lembrar que devido ao processo de colonização sofrido na América Latina, o eurocentrismo acabou por fincar raízes profundas em nossa sociedade. Tanto que, de acordo com Darcy Ribeiro (2017), ainda hoje é possível perceber a presença de alguns elementos fulcrais pertencentes às ideologias europeias que, ao tomarmos de contrabando, acabaram se transformando em uma espécie de patrimônio cultural.

Isso porque, diante de sua auto propalada imagem de agente civilizador do Novo Mundo, em que o europeu aparece como um sujeito pertencente a uma raça superior, a dominação colonial logrou ganhar novos contornos em suas descrições e interpretações. Daí que o índio, o negro e o mestiço passaram a ser vistos como indivíduos dotados de uma

inferioridade inata, sem criatividade e sem nenhuma religiosidade. O que explica o racismo que vicejou em nossos territórios, fazendo dos costumes e das tradições não europeias uma coisa malquista e, até mesmo, repreensiva.

Assim, os ideais que se relacionavam à imagem da superioridade racial, tecnológica e religiosa passaram a ganhar terreno e força ao longo dos séculos. Ainda que, em nossa sociedade tenha prevalecido um caráter assimilacionista com relação aos preconceitos raciais, muito em razão da ideia de que a mestiçagem promoveria um esbranquiçamento da população local, além de ajudar a suplantar o legado cultural pertencentes às outras raças.

Porém, o que se pretende destacar nesse ponto da discussão, é justamente a noção de progresso que se transplantou junto com os conhecimentos científicos e tecnológicos oriundos dos países centrais do nascente capitalismo ocidental. Noção que não só nos prendeu a uma “consciência alienada”, tendo em vista a vinculação direta da periferia com o centro e a correlata estranheza entre os países latino-americanos⁴⁰, como também engendrou na intelectualidade brasileira uma visão analítica do proletariado pautando-se pelo processo de industrialização e por sua capacidade de absorção da força de trabalho urbana. Todavia, a classe trabalhadora não pode ser vista e tratada somente da perspectiva produtiva, no sentido de considerá-la como tal unicamente pelo seu vínculo empregatício. Isso porque, as relações sociais que perfazem a produção de capital na periferia possuem particularidades que extrapolam a visão eurocêntrica da relação entre capital e trabalho. Aqui, “na calota de baixo do planeta”, a história é outra!

Nesse sentido, o romance nordestino se apresenta como uma lufada quente na frieza das conformidades e das práticas convencionais dos literatos brasileiros que se encontravam de certa forma alheios a uma parte da realidade brasileira, que era justamente a parte relativa à existência da plebe ignorante, da ralé urbana e dos miseráveis sertanistas. Como já foi dito por Coutinho (2011, p. 198), “o romance nordestino forneceu talvez o mais lúcido testemunho dos impasses e das contradições geradas por esse processo de ‘revolução pelo alto’”, gerando assim preciosos relatos sobre a realidade de uma população que até então não figurava na produção estética predominante. Transformações que ao serem impulsionadas pelo alto - de forma exclusiva e excludente - pelas classes dominantes, fomentou não somente um processo de modernização conservadora como também ensejou uma criação romanesca pautada pelos

⁴⁰ De acordo com Darcy Ribeiro (2017, p. 82): “Na América do Sul, o Brasil faz uma fronteira terrestre de 15 mil quilômetros com outros países. Como ela corre, deserta, na montanha ou na floresta impenetrada uma vez que só temos uns poucos pontos de contato -, é como se pertencêssemos a continentes diferentes. Cada país latino-americano, insciente de seu contexto - exceto para tricas e futricas ou para a troca de peças das respectivas fábricas das multinacionais - se relaciona diretamente é com o Centro. Ainda que este seja tão descentrado com as metrópoles que olhamos, pasmados: Paris, Londres, Moscou, Pequim, Berlim, Nova York, Tóquio”.

destinos da humanidade na sociedade brasileira.

É também no interior dessa problemática que se situa a produção literária inicial de Jorge Amado. Em seus primeiros romances, particularmente nos dedicados à região cacauzeira, ele nos mostra – sempre através da construção de destinos humanos típicos, ou seja, com meios especificamente literários – como a introdução de valores capitalistas no universo social, através sobretudo do acirramento do individualismo, faz-se em estreita combinação com a permanência do *ethos* autoritário da velha ordem. Ao mesmo tempo, e com uma intensidade que talvez não encontremos em nenhum dos seus contemporâneos, Jorge Amado se empenha na construção de tipos populares alternativos, que apontem para a superação daquela peculiar modalidade de capitalismo que ia se implantando em nosso país (COUTINHO, 2011, p. 199).

Mesmo que em determinados momentos a sua mão tenha pesado na tinta, isto é, que sua escrita tenha extrapolado os amplos limites do realismo e tenha assumido uma característica utópico-romântica, sua elaboração ficcional constitui-se, ainda assim, como um importante elemento para se pensar os caminhos que foram sendo trilhados pelo capitalismo dentro da formação social brasileira.

Ao debater o auge do romance social de 1930, Luís Bueno (2015) chama atenção para a explosão da literatura de inclinação ideológica e revolucionária, cujo mote central seria: a valorização das massas enquanto sujeito histórico; a descrição da vida miserável do proletariado; e a necessidade de se rebelar contra a decadente sociedade burguesa. Com isso, os intelectuais que se sensibilizavam com os dramas vividos pelos trabalhadores do campo e da cidade, que não se conformavam com o desenvolvimento de um capitalismo atrasado e dependente, e que almejavam confrontar a moralidade burguesa que vicejava no país, encontravam na elaboração do romance proletário uma forma particular de se manifestar e de se engajar na luta pela transformação social.

Situação que fez com que muito do que fora escrito e prestigiado naquele momento padecesse de certa qualidade estética em suas composições. Tanto que, nas revistas literárias que circulavam naquela época, era comum encontrar algumas críticas e apresentações que levavam em consideração muito mais a filiação política e ideológica do autor, do que a sua capacidade de escrita e de construção ficcional. É como se o principal critério de avaliação de um romance, naquele contexto, fosse necessariamente o de aferição do nível de engajamento do autor e não o de consideração dos atributos literários que se faziam presentes na obra. É claro que havia exceções, assim como, avaliações negativas entre os próprios pares. Todavia, o que de fato pesava naquela quadra histórica era a intenção do autor em sua criação.

Produzir um documento que servisse como instrumento de propaganda era o que de certa forma se buscava. Para os autores do romance proletário, a interlocução com o público-alvo deveria ser franca, simples e direta. Entendendo que a sociedade burguesa produzia a sua

própria literatura — representando-a através de um conjunto de valores e de ideais que eram veiculados e reforçados em suas obras —, uma parte da intelectualidade que se sensibilizava com o drama vivenciado pelos trabalhadores passou a advogar a criação de uma literatura própria, e que fosse condizente com a perspectiva proletária nas lutas de classes. Portanto, se a intenção era justamente a de despertar a rebeldia no seio da sociedade, fazia-se necessário ofertar uma obra em que as massas se vissem representadas em suas condições de vida e de trabalho, e que o seu enredo apontasse para um caminho de superação das relações de exploração.

Terry Eagleton (2019) nos chama atenção para um aspecto que deve ser observado quando se analisa um romance e que diz respeito à forma da escrita.

O erro mais comum dos estudantes de literatura é ir diretamente ao que diz o poema ou o romance, deixando de lado a maneira como se diz. [...] O que entendemos por obra “literária” consiste, em parte, em tomar *o que é* dito nos termos *como é* dito. É o tipo de escrita em que o conteúdo é inseparável da linguagem na qual vem apresentada. A linguagem é constitutiva da realidade ou da experiência e não se resume a mero veículo. (EAGLETON, 2019, p. 12-13).

Destaco essa passagem porque uma das críticas que são feitas as obras que Jorge Amado escreveu na década de 1930 trata justamente de sua linguagem pouco trabalhada. Entretanto, o que os críticos não observam é o fato de que naquele contexto histórico os romances que estavam sendo lançados buscavam precisamente romper com a distância que havia entre o público-alvo e a linguagem formal comumente usada. Ademais, o conteúdo que estava sendo apresentado pelos autores requisitava uma forma de se expressar que o tornasse mais próximo da realidade do trabalhador. Daí o uso da linguagem coloquial como um expediente de identificação entre os leitores e as personagens das obras⁴¹.

Por mais que não se possa ou não se deva confundir ficção e realidade — enquanto a primeira acaba com o término do livro, a segunda é sempre maior que qualquer tipo de apreensão —, o certo é que o romance proletário pretendia se estender para além de seus limites ficcionais, fazendo com que o mundo real internalizasse as suas projeções e pretensões para com a revolução. Até porque o intuito de fazer propaganda através de suas obras é o que

⁴¹ Ao falar dos princípios que orientam o romance proletário, Luís Bueno (2015, p. 164-165) faz a seguinte observação: “O primeiro deles, ainda muito mais no campo ideológico do que propriamente literário, é a ideia de que o romance proletário teria que se despreocupar da moral burguesa, eliminando aquilo que seria o ‘senso de imoralidade’. Esse ponto é particularmente importante para Jorge Amado, em primeiro lugar porque uma das críticas mais comuns a *Cacau* se dirigia ao excesso de palavrões nele contido – sem dúvida uma reação moralista – e depois porque foi esse o motivo dado para que a venda do livro fosse temporariamente suspensa. Enfatizar esse aspecto para negar a gratuidade das cenas consideradas cruas e dar a ele um claro sentido político equivale a estabelecer uma posição firme diante dos críticos de direita, em geral católicos que condenavam o uso de palavrões ou a inclusão de qualquer tipo de cena de sexo, por imorais”.

motivava a criação de uma representação da realidade factual explicitando/desvelando o antagonismo de classes existente na sociedade.

1.3 O contexto da produção amadiana

Ao falar da recepção das ideias de Marx no Brasil, Leandro Konder (1988), em *A derrota da dialética*, chama atenção para a debilidade material, teórica e política que pairava no ambiente proletário e intelectual de finais do século XIX e início do século XX. Situação em que a presença do anarquismo entre os trabalhadores urbanos era mais forte que a do socialismo, o qual, na época, se encontrava sob a batuta ideopolítica da Segunda Internacional (1889-1916). Assim, as divergências que existiam no seio do movimento operário, envolvendo as correntes anarco-sindicalistas e as organizações políticas de caráter socialista, podem ser explicadas pelas distintas concepções acerca da atuação pelas vias institucionais e da necessidade de se bater pela conquista de reformas econômico-sociais. Ainda que, em termos teóricos e ideológicos, houvesse uma significativa confusão entre os pensadores e as orientações que animavam tais movimentos de luta. Exemplo disso eram as referências que se faziam à Marx, Engels, Bebel, Bakunin, Kropotkin e Malatesta, como se pertencessem praticamente à uma mesma corrente de pensamento ou como se fossem próximos em suas formulações teórico-políticas.

Confusão que se explica tanto pela debilidade de nossa formação educacional e cultural, quanto pela ausência das obras clássicas de Marx e de Engels⁴². Tanto que, mesmo após a criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, o que predominava nos círculos de militantes e de operários era a circulação de uma literatura escassa, fragmentada e de difícil apreensão, tanto pela sua complexidade textual quanto pela falta de tradução para o português. Sendo que, ainda de acordo com Konder, tais obras eram em sua grande maioria leituras de segunda mão, ou seja, interpretações que se tinham das obras originais de Marx e de Engels. O que fazia da apreensão da elaboração marxiana sobre a formação da sociedade burguesa e a consolidação do modo de produção capitalista uma dificuldade ainda maior, quando não impossível para aquele momento histórico.

E ainda que intelectuais da envergadura de um Machado de Assis, de um Euclides da Cunha ou de um Lima Barreto tenham tido, cada um ao seu tempo, acesso ao pensamento de Marx, a difusão de suas formulações era praticamente nula. Uma ausência que não poderia

⁴² De acordo com Netto (2017) e Konder (1988), eram pouquíssimas as obras que circulavam por aqui na década de 1920 e 1930. Para que se tenha uma ideia, a publicação da primeira tradução do Manifesto Comunista ocorreu em 1924, pelas mãos de Octávio Brandão.

deixar de refletir nas concepções e proposições que ganhavam corpo através dos órgãos de imprensa vinculados aos trabalhadores das grandes cidades. Seja por intermédio de jornais, revistas e manifestos, seja por meio de atividades de agitação e de propaganda partidária, o que se tinha de teoria marxista circulando por esses ambientes não era mais do que uma espécie de vulgata eclética e limitada. Daí a proliferação de um marxismo eivado de positivismo, de anarquismo, de dogmatismo e de pragmatismo. Condição teórico-política que pode ser explicada tanto pela carência cultural e material dos militantes, quanto pela fragilidade do movimento proletário que começava a travar os seus primeiros grandes combates. O certo é que até a derrocada do anarquismo como resultado das derrotas sofridas pelas greves operárias e da implacável perseguição realizada pelos órgãos de repressão do Estado contra os seus militantes, o comunismo sequer era visto como uma força política presente entre os trabalhadores brasileiros.

Somente após a tomada do poder pelos Bolcheviques na Rússia e, fundamentalmente, a consolidação da revolução com a vitória sobre a reação e o cerco imperialista, é que o comunismo começará a se apresentar como uma alternativa real à força do movimento anarquista. Portanto, é no final da década de 1920 e início de 1930 que o espectro de Marx começará a pairar de fato sobre a realidade brasileira. No entanto, a imagem que vagueia segue sendo um tanto quanto dispersa. Pois, a capacidade de assimilação, de prospecção e de interpretação da sociedade brasileira, utilizando-se do arcabouço marxiano, continuará sendo diminuta. Ainda mais se considerarmos que à escassa circulação das obras clássicas da tradição marxista, soma-se a influência exercida pela Terceira Internacional (1919-1943) na formulação das políticas dos diversos partidos comunistas. O que, obviamente, não poderia deixar de reverberar sobre a atuação dos intelectuais e militantes pertencentes ao PC brasileiro⁴³. Tudo isso num contexto em que as movimentações políticas, sociais e institucionais que se sucediam nas décadas de 1920/30 marcariam profundamente o início de um processo de modernização e de industrialização do país.

Dessa forma, a incidência de um marxismo institucionalizado sobre a conduta dos dirigentes e dos intelectuais vinculados ao movimento comunista se tornaria cada vez mais proeminente. Nesse sentido, diria Netto (1985):

Já nos anos 30, o marxismo está *institucionalizado*: investido como ideologia oficial

⁴³ Exemplo disso é apontado por Konder, na obra supracitada: “No final de 1927, a direção da Internacional Comunista decidiu endurecer sua atitude em relação à social-democracia. No 6º Congresso da IC – realizado na segunda quinzena de julho de 1928 – ficou resolvido: ‘É necessário rejeitar a formação de qualquer espécie de bloco entre o partido comunista e a posição nacional-reformista.’ A resolução colidia com o que estava começando a ser empreendido no Brasil pelo PCB”. (KONDER, 1988, p. 164).

do Estado autocrático stalinista, ele se torna uma linguagem e uma estratégia de poder. Essa transformação não atinge apenas o mundo cultural soviético. Através da Terceira Internacional, os modelos políticos e ideológicos do partido soviético stalinizado se generalizam entre os comunistas de todo o mundo. Correia de transmissão da autocracia stalinista, a Terceira Internacional cumpre a função de equalizar o pensamento comunista, de uniformizá-lo e homogeneizá-lo segundo as fórmulas do marxismo institucionalizado (NETTO, 1985, p. 51).

Ainda de acordo com Netto (2017), é nessa época que o chamado “marxismo-leninismo” se torna a ideologia oficial, fazendo com que a “cultura de manual” se torne predominante no seio do movimento comunista em geral. Do que resulta a proliferação de uma gama de leituras economicistas e mecanicistas acerca da realidade social, ao se amparar numa produção degradada, vulgar e positivista do legado marxiano. Processo esse que pode ser visto não só como de esterilização de uma geração de intelectuais e militantes vinculados ao movimento comunista, como também de anulação da capacidade inventiva dos partidos pretensamente revolucionários que atuavam nos países de capitalismo subdesenvolvido e dependente.

É importante destacar que é nesse período que ocorre o denominado processo de “proletarização do partido” nas fileiras do PCB. Ao se considerar que era necessário travar uma luta interna contra a influência pequeno-burguesa que vicejava na referida agremiação, passou-se a adotar uma postura anti-intelectual na direção do partido. O que, obviamente, não poderia deixar de resultar no aumento da sua incapacidade de interpretar corretamente a formação social brasileira, bem como, a correlação de forças em presença. Posição obreirista e sectária que levará ao afastamento e a destituição dos antigos dirigentes, os quais acabaram sendo prontamente substituídos pelos ditos proletários⁴⁴. E ainda que a vaga obreirista tenha sido passageira, é preciso frisar quão sintomática é sua essência. Afinal, se havia algo que afetava direta e profundamente os comunistas daquela época, era a sua debilidade teórica e reflexiva.

A ideia era a de que a proletarização da organização deveria ocorrer paralelamente à eliminação de tudo aquilo que era entendido como uma ingerência nefasta do anarquismo, do menchevismo e do trotskismo nas fileiras do partido. Pois, tais correntes de pensamento eram

⁴⁴ Recorrendo ao historiador Edgar Carone, Segatto (1982, p. 36-37) cita-o: “Esta mudança [a proletarização do PCB] traz desequilíbrio direcional ao partido, mas o obreirismo e outros fatores ainda vão ser responsáveis por atitudes mais drásticas na época: em fins de 1930, depois de uma Conferência Nacional ampliada do Comitê Central, todos os intelectuais são destituídos deste organismo básico e Astrojildo Pereira é acusado de ‘resistência oposta à proletarização do Partido’; o mesmo se dá com Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e outros, os dois primeiros sendo mandados para São Paulo, para trabalhar no Comitê Regional [...]. Em meados de 1931, o próprio Astrojildo Pereira toma atitude radical, pois está descontente com a continuidade política obreirista: o que faz é mandar carta à CC pedindo seu afastamento do partido, mas afirmando continuar a manter contato e apoiá-lo em todos os momentos necessários [...]. É assim que, entre 1930 e 1931, parte da velha guarda do partido é expulsa, sai ou é rebaixada de posição, sendo substituída por elementos de menor capacidade ou por operários sem experiência de organização”.

vistas como propensas à traição e/ou à negação da hegemonia do proletariado — e até mesmo do campesinato — em um eventual processo revolucionário. Nesse sentido, a linha política “de classe contra classe”⁴⁵, impulsionada naquele momento pelo movimento comunista internacional, ganhava terreno como uma orientação a ser seguida internamente pelo PCB⁴⁶. Situação que levou, repisando o argumento apresentado anteriormente, o partido a manter-se fragilizado teórica e politicamente. O que é confirmado por Néelson Werneck Sodré (1984), ao fazer uso de uma declaração sincera feita por Astrojildo Pereira:

A debilidade maior do PCB, apesar de tudo, “resultava principalmente de insuficiência de natureza ideológica e teórica, sobretudo na questão fundamental relativa ao caráter da revolução brasileira”. A direção, segundo depoimento autorizado, “não possuía capacitação bastante para proceder, do ponto de vista marxista, a uma análise, mesmo elementar, da realidade histórica brasileira”. Seguem-se, nesse depoimento, observações esclarecedoras: “não possuíamos um esclarecimento sequer aproximado da verdadeira situação do País, no concernente à sua estrutura econômica e política, às forças sociais em presença, à natureza e ao conteúdo das lutas de classe em seus diversos setores etc. Víamos e encarávamos os acontecimentos de uma maneira superficial, por assim dizer – impressionista, sem nenhuma compreensão dialética da sua verdadeira significação. Não podíamos perceber o que realmente se passava em torno de nós, nem podíamos, portanto, imprimir à atividade do Partido uma orientação acertada, clara, firme e consequente” (PEREIRA, 1980, p. 78).

Orientação que passava pelo entendimento de que era preciso realizar a revolução em sua etapa nacional-democrática (anti-imperialista e antifeudal), para que o país pudesse de fato desenvolver de forma autônoma o seu capitalismo industrial. Daí a necessidade de se aglutinar num bloco de forças o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e os estratos da burguesia nacional. Uma compreensão que fazia do proletariado uma classe a ser mobilizada em torno de um projeto que visava o desenvolvimento econômico e político do país, tal como havia ocorrido nos países de capitalismo central, para depois, então, se pensar na viabilidade de se travar uma luta efetivamente socialista em território nacional.

⁴⁵ Conforme aponta o cientista político Marcos Del Roio, a Internacional Comunista entendia, em 1929, que o “terceiro período” do pós-guerra havia começado. Com isso, haveria “uma fase de grave crise capitalista, de acirramento da luta de classes e de retomada da revolução socialista”. Circunstância que demandava dos comunistas a interrupção da sua política de aproximação com a social-democracia, já que essa corrente representaria um caminho para a burguesia sair de sua própria crise. Daí a ideia de que a social-democracia figuraria como “um empecilho ainda maior do que o fascismo ao processo revolucionário que se vislumbrava”. Entendimento que levou o movimento comunistas a adotar a política de “classe contra classe” (DEL ROIO, 2007, p. 246).

⁴⁶ Para a historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna, a interferência direta da Internacional Comunista (IC) foi de fundamental importância para a guinada obreirista levada a cabo pelo PCB, partido que, de acordo com a própria IC, encontrava-se a reboque da burguesia até aquele momento. Assim, com o argumento de que se estava combatendo os “desvios de direita”, os intelectuais do partido se viram defenestrados de seus cargos de direção. Atitude que levou não só a uma proletarização forçada, alçando operários à condição de dirigentes como figuras caricatas, como também logrou dismantelar política e organicamente o partido que se queria como o verdadeiro baluarte da revolução (VIANNA, 2007).

Claro que nesse ínterim outros elementos poderiam ser suscitados para uma melhor compreensão do quadro até aqui exposto. Pensemos, por exemplo, na presença dos militares oriundos do movimento tenentista que sacudiram o país nas décadas de 1920/30, ou, na ascensão do nazifascismo em nível internacional com a sua similar versão nacional através da Ação Integralista Brasileira. Entretanto, o que se busca destacar aqui é justamente o fato de que não havia um estudo aprofundado sobre a formação social brasileira, pelo menos, no que diz respeito a utilização do cabedal marxiano e do arcabouço marxista que viria a se desenvolver na América Latina posteriormente⁴⁷.

De fato, a ausência de uma ampla literatura crítica vertida à língua portuguesa e as deficiências que se faziam presentes na apreensão dos textos que já circulavam entre os intelectuais e militantes de esquerda era uma constante na primeira metade do século XX, no país. Além disso, cabe mencionar o quanto os processos de perseguição, as prisões, as deportações e as cooptações operaram em favor da manutenção da ordem, debilitando ainda mais a intelectualidade vinculada aos setores combativos. Situação que de certa forma ajuda a explicar o ecletismo teórico que grassava entre os pensadores e contestadores da realidade social brasileira⁴⁸.

Por isso, entendemos que a veiculação de romances como os de Jorge Amado, nesse cenário, deve ser encarada como uma contribuição à crítica que se queria empreender. Ainda que, por sua própria compleição, tais obras possam ser vistas como simplistas e panfletárias em suas representações. Romance social, de denúncia ou documental, tais eram os epítetos que se colavam aos seus textos escritos na década de 1930. Afeito aos dramas vividos pelos *de baixo* e ciente de sua potencialidade como porta voz dessa gente socialmente menosprezada, Amado utilizará de sua escrita para estabelecer uma interlocução com aqueles que os intelectuais e os militantes partidários não conseguiam dialogar. Já que, na sua maneira de “pensar com a própria cabeça”, havia um traço antielitista e anti-intelectual em sua produção. Tal como ele atesta numa passagem de seu livro *Navegação de Cabotagem* (1992):

⁴⁷ Com isso não queremos de forma alguma invalidar os esforços e as contribuições de Juan B. Justo (1865-1928), de Luis Emilio Recabarren (1876-1924), de Julio Antonio Mella (1903-1929), de José Carlos Mariátegui (1894-1930), Aníbal Ponce (1898-1938), Octávio Brandão (1896-1980), Astrojildo Pereira (1890-1965), entre outros tantos. Mas apenas asseverar o quanto era difícil naquele momento histórico realizar uma interpretação apurada das especificidades que informam a nossa realidade latino-americana. Cf. Löwy (1999).

⁴⁸ Ainda de acordo com Leandro Konder (1988, p. 180): “No Brasil das três primeiras décadas, o pensamento político avançado, na medida em que conseguia encaminhar sua fundamentação filosófica, sofria a influência marcante do ‘cientificismo’, especialmente do ‘evolucionismo’ (Herbert Spencer) e do ‘positivismo’ (Augusto Comte). As demais correntes filosóficas definidas que atuavam na vida cultural brasileira eram bem menos influentes na perspectiva dos intelectuais progressistas. E o pensamento católico - representado por Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima - era sumariamente repellido por seu ostensivo conservadorismo”.

Os intelectuais da elite brasileira, os de esquerda e os de direita, irmãos gêmeos na pretensão e na tolice, uns quantos imitam os europeus, a maioria é fotocópia dos ianques, de brasileiros não têm quase nada: mesmo livresco e limitado, o saber os coloca acima da cidadania, sentem-se superiores, repudiam a criação popular, viram a cara, tapam o nariz à rua, à praça, ao folclore, o povo fede e eles são uns senhoritos (AMADO, 1992, p. 465).

Padecendo dos mesmos problemas teóricos de seus companheiros da época, mas com um tino próprio para absorver aquilo que a realidade circundante lhe apresentava, Amado foi por meio de sua capacidade sensitiva captando os fragmentos que constituíam os diversos ambientes pelos quais circulava e que posteriormente iriam figurar em suas obras. Assim que desde uma infância nas fazendas de cacau do pai no sul da Bahia, passando pela adolescência enquanto estudante e jornalista que vivia num casarão situado no Pelourinho, até ir para o Rio de Janeiro e se deparar com a luta política travada pelos comunistas, Jorge Amado passou por distintas experiências envolvendo questões ligadas à exploração, sexualidade, racismo, religiosidade e militância. Do que resultou em material para a sua obra romanesca.

Vivendo “misturado com o povo da Bahia”, como ele gostava de recordar, Amado pôde visualizar a exploração nas fazendas, se deparar enquanto jornalista com as perseguições “de que eram objeto os cultos afro-brasileiros”, se envolver com a boêmia, frequentar os bordéis e estabelecer contato com outros literatos. Já no Rio de Janeiro, ele participou de comícios políticos, entrou para a Juventude Comunista, leu romances “ditos proletários” e desenvolveu ainda mais uma consciência crítica⁴⁹. Sempre atento aos debates da época, às contendas entre críticos e autores e com uma inclinação pela representação literária dos marginalizados, Amado se notabilizou por fazer de “vagabundos e putas” as suas principais personagens⁵⁰.

Embora o autor baiano não fosse um marxista propriamente dito⁵¹, pois ele desconhecia as obras de Marx e Engels, é possível afirmar que a sua escrita lograva abordar as expressões da questão social que naquela conjuntura apresentavam-se de forma mais candente. O que se explica, também, pelos contatos que estabelecera, pelos debates que travara e pelas leituras que fizera. Era comum naquela época a troca de cartas e por esse meio Amado mantinha-se uma relação entre diversos intelectuais e escritores, nacionais e estrangeiros, além,

⁴⁹ Estas afirmações estão baseadas em sua entrevista concedida, em junho de 1981, a Antônio Roberto Espinosa, editor da *Literatura Comentada*.

⁵⁰ Em sua *Navegação de Cabotagem*, Amado afirma: “Romancista de putas e de vagabundos, classifica-me com menosprezo um grau da crítica literária. A classificação me agrada, passo a repeti-la para definir minha criação romanesca” (AMADO, 1992, p. 147).

⁵¹ Na entrevista supracitada, Jorge Amado declarou: “Pouco ou nada sei de teorias. Lembro-me de uma confissão de Gorki, dizendo que nunca tinha lido *O Capital*. Também eu não li essas brochuras sobre marxismo que os nossos marxistas porretas leem... essas edições reduzidas, pequenininhas e mal traduzidas, essas compilações de *O Capital*. Eles leem tais coisas em muito más traduções e engravidam de ideologia de segunda mão... ficam catando regras. Eu sou muito ignorante, nunca li Marx”. (Id. *Ibid.*, p. 14).

é claro, dos contatos que eram estabelecidos pessoalmente entre os mesmos⁵². Havia também as contendas, que envolviam em querelas os escritores do norte e do sul. Sobre isso, diria Aguiar (2018):

Na rixa entre escritores, o romance nordestino de denúncia social passou a ser rebaixado como projeto de ambição menor que o romance dito psicológico, publicado em geral por autores do Rio e São Paulo, os do sul. As categorias não eram rígidas. No Norte havia quem investisse na dimensão psicológica, como Graciliano, e no Sul quem abordasse o arbítrio e a miséria, como Dyonélio Machado (AGUIAR, 2018, p. 87).

O certo é que nesse processo de formação e de elaboração, intelectual e textual, Amado demonstrava estar mais próximo dos dramas vividos pelo povo brasileiro a cada passo que dava, aproximando-se ao mesmo tempo das movimentações políticas animadas pelo PCB⁵³. Todavia, o que se verifica é que o seu posicionamento parece advir muito mais de uma assunção ideológica e moral, do que propriamente político-pragmática. Basta verificar a sua conduta antidogmática e profundamente calcada na cultura nacional, trazendo, inclusive, a situação do negro em destaque, para se ter uma ideia de como o seu horizonte ético-político operava naquele contexto histórico.

Ressaltando o aspecto documental do romance social de 1930, Luís Bueno (2015) enfatiza o caráter coletivo dessa empreitada que buscava retratar um Brasil pobre que merecia ser (re)conhecido. Sem se ater aos aspectos estéticos, e sim, à honestidade da mensagem que deveria ser transmitida, os autores de tais obras vislumbravam um terreno a ser explorado, que era justamente o das massas potencialmente revoltosas.

Assim, Jorge Amado se referia a esse tipo de literatura, em maio de 1934:

O sentido de *documento*, de *grito*, é sem dúvida a coisa que surge mais clara no novo romance brasileiro. Não é negócio de escola, besteira de grupo. É pensamento natural que não poderia deixar de acontecer. Os novos romancistas brasileiros, não apenas os do Norte, não acreditam mais em brasilidade e verde amarelismo. Viram mais longe. Viram esse mundo ignorado que é o Brasil. E o Brasil é um grito, um pedido de socorro. Não falo aqui em frase de deputado baiano na assembleia: “O Brasil está na beira do abismo”. Isso é literatura de quem tem 6 contos por mês. Grito, sim, de populações inteiras, perdidas, esquecidas, material imenso para imensos livros. (AMADO, 1934, p. 208)⁵⁴.

⁵² Para que se tenha uma ideia, a biógrafa Joselia Aguiar (2018, p. 59) fala que era comum a troca de correspondências entre os escritores e que Jorge havia contabilizado em torno de trezentos participantes de norte a sul nessa atividade.

⁵³ Além de participar de eventos ligados à Juventude Comunista, como o Congresso Juvenil Estudantil Proletário e Popular, Jorge Amado teve uma militância alinhada à Aliança Nacional Libertadora (ANL), atuando naquela conjuntura como repórter no jornal *A Manhã*. Fatos que o levaram à prisão no início de 1936, após o fracasso do levante comunista em 1935, ficando recluso durante dois meses na Polícia Central. Isso de acordo com o seu relato (AMADO, 1981, p. 17). Obs.: a biógrafa, Joselina Aguiar, relata que a prisão do escritor não passou de dez dias (AGUIAR, 2018, p. 103).

⁵⁴ Cabe inserir aqui a outra citação utilizada por Luís Bueno, agora, do sociólogo Gilberto Freyre (1936, p. 207-

Passagem que serve para ilustrar o fato de que Jorge Amado fazia parte da expressão literária daquela época e de como ele estava comprometido em deixar transparecer a tragédia de um povo ignorado. Daí a representação do “grito” estar mais ligada às feições assumidas pelo autor baiano junto ao movimento de escritores que se encontravam socialmente engajados do que uma postura político-partidária definida pela agremiação a qual ele se vinculava, ainda que o seu convívio com os militantes comunistas possa ter influenciado sobremaneira no desfecho de suas obras, que era lutar pela revolução.

Portanto, consideramos demasiado pesada a crítica que imputa ao PCB a responsabilidade pelos limites que a obra amadiana apresenta nesse período, até porque, ele próprio se considerava naquele momento um “aprendiz de romancista”. Assim sendo, nos parece que o seu engajamento se deu muito mais por uma convicção própria em meio ao caldo cultural criado com a chamada revolução de 1930 e, principalmente, devido ao movimento artístico-literário que ocorria nas décadas de 1920/30. O que também não invalida o fato de que tais romances tenham servido como uma peça de propaganda do partido.

Ainda que a obra romanesca de Jorge Amado sofra de algumas limitações um tanto quanto visíveis, como da falta de complexidade na construção de suas personagens, do uso de uma linguagem pouco trabalhada e da utilização explícita de uma visão maniqueísta, é evidente que a imagem que é construída em suas narrativas é a de que a história da sociedade gira em torno do antagonismo de classes e que, portanto, o desenvolvimento dela só pode se dar através das lutas de classes. Nesse sentido, a orientação política assumida pelo autor baiano é a de que a resolução dos problemas econômico-sociais passaria necessariamente pela organização dos trabalhadores enquanto classe, considerando, inclusive, o lumpemproletariado como pertencente à mesma, o que em meados de 1930, se configurava como uma proposta que tanto convergia quanto divergia da orientação adotada pelos comunistas. Com isso, podemos afirmar que é possível reconhecer na escrita de Jorge Amado uma certa autonomia quanto à sua contribuição propagandística para a luta proletária. Pois, na visão do autor, o seu compromisso era com o povo, de ficar ao lado dele contra todos os seus inimigos.

Ao ser indagado sobre uma possível ruptura em sua obra, Jorge Amado contesta

208): “O que principalmente passou a caracterizar o romance novo foi o seu tom de reportagem social e quase sociológica; a sua qualidade de documento; as evidências que reuniu de vida esmagada, machucada, deformada por influências de natureza principalmente econômicas; os seus transbordamentos políticos. Tal o caso dos romances de Jorge Amado, principalmente os anteriores a *Jubiabá: Cacao e Suor*. O caso, até certo ponto, dos romances de José Lins do Rego, de Graciliano Ramos, de José Américo de Almeida, de Rachel de Queiroz – formidável documentação de vida regional, do maior interesse sociológico e até político, e suprindo a falta de inquéritos, sondagens, pesquisas sistematizadas. Quase nada nesses ‘romances’ é obra de ficção: apenas os disfarces; apenas a deformação para os efeitos artísticos, sentimentais ou, em certos casos, políticos”.

argumentando que não há ruptura, e sim uma evolução. A qual estaria baseada em suas experiências humano-literárias, sempre ao lado do povo.

Antes, eu buscava o herói, o líder, o dirigente político. Cada vez eu acredito menos nessa gente, cada vez eu estou mais perto do povo, do povo mais pobre, do povo miserável, explorado e oprimido. Cada vez, eu procuro mais o anti-herói... os vagabundos, as prostitutas, os bêbados. Eu sou, no fundo e sobretudo, um romancista de vagabundos e putas... e trabalhadores. Quando escrevi meus primeiros livros, no Brasil não havia proletariado, não havia classe operária propriamente dita. (AMADO, 1934, p. 29).

Ainda que tenhamos discordâncias quanto a não existência de um proletariado nessa época, 1920-1930, é perceptível que a resposta dada pelo escritor, em 1981, diz respeito ao seu entendimento do que seria o seu verdadeiro compromisso político em face da sociedade brasileira, qual seja: mostrar para os seus leitores que havia uma polarização social, e que esta existia em função da exploração e da opressão de classes, o que, por sua vez, o levava a tratar especificamente da composição do seu povo em toda a sua diversidade⁵⁵. Algo que se aproxima daquilo que Roberto Schwarz (2008) argumentou como sendo a necessidade de saber adaptar às contradições locais os sistemas conceituais que foram criados a partir de outras realidades histórico-sociais. O que, analiticamente falando, pode implicar, inclusive, numa mudança de prisma⁵⁶.

Constata-se assim, aos menos nas obras que serão objetos deste estudo, um esforço de Jorge Amado em estabelecer a representação de uma massa de trabalhadores que não está estruturalmente ligada à indústria, e que, portanto, só pode ganhar vida em suas páginas na medida em que é reconhecida como agente social intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento de um país de capitalismo periférico. Em uma equalização que possibilita tanto a manutenção de um horizonte revolucionário quanto adoção de um prisma analítico adequado aos seus propósitos de denúncia e de propaganda política. O que viabiliza, por exemplo, o seu reconhecimento da luta social dos negros como um elemento fundamental no

⁵⁵ A acepção de povo assumida aqui aproximava-se da apresentada por Werneck Sodr  (1962, p. 22), quando diz: “em todas as situa es, povo   o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solu o objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucion rio na  rea em que vive”. O que pode ser entendido, considerando as particularidades hist ricas de cada forma o social, como aquele conjunto cujos interesses e a es coincidem em  mbito nacional para a promo o de uma transforma o gradual (por meio de reformas) ou intempestiva (por meio da revolu o) do pa s em benef cios de suas condi es sociais, econ micas, pol ticas e culturais.

⁵⁶ Nesse sentido,   interessante recuperar a argumenta o apresentada por Schwarz (2008, p. 142), em uma entrevista de 1976, quando diz que n s “fomos habituados a considerar a massa trabalhadora do ponto de vista da industrializa o, o que corresponde  s rela es correntes de poder”. Por m, como no Brasil, a massa excede em muito o raio das nossas possibilidades industriais, n s dever amos adotar um outro ponto de vista, que seria o dessa massa de trabalhadores em rela o ao d bil processo de industrializa o. Possibilitando assim a ado o de um enfoque anal tico diferente com rela o ao progresso das formas de domina o social no territ rio nacional.

caminho da revolução brasileira⁵⁷.

1.4 “Um mínimo de literatura para um máximo de honestidade”: Jorge Amado e o caráter denunciante do seu romance proletário

Nos estudos sobre a formação social brasileira percebe-se que o processo de constituição de uma classe trabalhadora portadora de direitos foi tolhido desde seu início, com a resistência das classes dominantes em aceitar a ascensão do trabalho como um elemento positivo e, portanto, merecedor de um estatuto que o reconhecesse na importância de sua função social. Em termos históricos, essa coerção explica a própria dificuldade de se realizar a transição da escravatura ao regime de trabalho assalariado no Brasil, com o respectivo reconhecimento da dignidade humana do trabalhador através da constituição da sociedade civil. Criou-se, nesse contexto, uma cultura que dificultava o estabelecimento de uma legislação que garantisse um conjunto de normas que beneficiassem os trabalhadores e a construção de uma identidade coletiva em torno do trabalho — forjando uma consciência de classe entre os indivíduos que exerciam alguma atividade laboral.

No Brasil de quase quatro séculos de escravidão, construir uma identidade de classe para os trabalhadores esbarrava na imagem negativa do trabalho. Até o século 19, a regra era: trabalhava quem era escravizado ou os livres que não possuíam escravos. Nossas classes dominantes não tinham como se apoiar numa tradição cultural ou religiosa de valorização do trabalho [...], também marcadas pela experiência da escravidão, só que pelo lado do mando, insistiram na repressão como estratégia para garantir a disponibilidade de trabalhadores no mercado de trabalho assalariado em formação. (MATTOS, 2009, p. 34).

O tratamento dispensado pelas classes dominantes ao conjunto dos trabalhadores assalariados os colocava em uma situação de justaposição em relação aos trabalhadores escravizados, ao considerá-los como força de trabalho de baixa estima e de poucos direitos assegurados.

⁵⁷ Sobre a presença da questão racial na literatura de 1930, diria Gustavo Rossi (2013, p. 195-196): “Tal como Amado, uma série de outros escritores e militantes do PCB, tais como Edison Carneiro, Carlos Lacerda e Aderbal Jurema, se mostraram igualmente dispostos a construir seus retratos do negro brasileiro, convertendo-o, em maior ou menor medida, numa espécie de cavalo de santo ideal para a entronização ou personificação das ficções sociais que amparavam a luta revolucionária. E embora fossem poucos, não deixaram de ser extremamente significativos e dignos de nota ensaios como *Insurreições negras no Brasil*, de Aderbal Jurema, o romance *Jubiabá*, de Jorge Amado, e *O quilombo de Manoel Congo*, de Carlos Lacerda (1914-1977). Todos três publicados no ano de 1935, no momento em que seus autores, vinculados ao PCB, passavam a canalizar o melhor de seus esforços para a viabilização da ampla frente popular preconizada pela ANL, sendo que os dois primeiros haviam participado, no ano anterior, do congresso afro-brasileiro de Recife, enquanto Lacerda e Amado eram colegas de turma na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde estudavam e atuavam como importantes lideranças da Juventude Comunista da instituição”.

Com o desenvolvimento de um capitalismo dependente, em que os capitais de baixa composição orgânica demandavam uma massa crescente de trabalhadores disponíveis para a sua exploração, a reprodução da força de trabalho se encontrava estruturalmente debilitada. Isso porque, pela própria dinâmica produtiva estabelecida entre os capitais, os trabalhadores deveriam operar em condições de trabalho precárias, realizando suas atividades laborais em jornadas extensas e intensas de trabalho. Ademais, tendo em vista os baixos salários percebidos, esses trabalhadores eram obrigados a viver em péssimas condições, sem ter acesso de qualidade à moradia, ao saneamento básico, à alimentação, à saúde, à educação e ao lazer. Tal ausência de infraestrutura implicava uma manutenção precária da força de trabalho, no sentido de que sua reposição diária ficava aquém do desgaste frequente a que estava submetida. Essa problemática era prontamente denunciada pelo proletariado organizado:

Somos nós que temos que reduzir ainda a magra ração de nossas parcas refeições, vendo os nossos filhos, as nossas companheiras, os nossos pais definhando de dia para dia por falta de alimentação suficiente e por termos de nos abrigar em míseros tugúrios, onde falta o conforto, o ar, a luz e a higiene, vivendo numa promiscuidade desumana [A Plebe, 14-5-1927]. (DECCA, 1987, p. 26).

A ausência de uma infraestrutura que garantisse a reprodução do proletariado em um ambiente saudável e com um acesso minimamente adequado às riquezas criadas pelo trabalho fazia da existência dos trabalhadores uma luta constante pela sua própria sobrevivência⁵⁸. Sem poder contar com o amparo legal do Estado, o qual tratava o movimento operário de forma repressiva, o proletariado urbano — como e enquanto fração minoritária da grande massa de despossuídos no país — teve que se organizar para reivindicar a sua condição de cidadania, visando à obtenção de algumas conquistas em termos de direitos civis, políticos e sociais.

Numa sociedade capitalista periférica e dependente, cuja formação e desenvolvimento se deu sem grandes rupturas de caráter revolucionário, a formação do proletariado carregaria, fatalmente, o peso do legado de um escravismo secular que se manteve vivo na mentalidade das oligarquias e da burguesia incipiente. Aliás, o tratamento dispensado pelos setores econômica e politicamente dominantes para com os trabalhadores era similar em muitos

⁵⁸ Quanto às condições de vida da classe trabalhadora, vale a pena destacar as denúncias que eram feitas pelo proletariado organizado por meio de sua imprensa, e que a historiadora Maria Auxiliadora G. Decca (1987, p. 113) nos apresenta: “A imprensa engajada na luta operária denunciava, na virada da década de 20, a diminuição geral dos salários dos trabalhadores das mais diversas categorias profissionais, o encarecimento progressivo dos gêneros de primeira necessidade, a vida mais difícil e precária das ‘massas trabalhadoras’... Em vista dos salários ‘miseráveis’, as condições de moradia eram consideradas cada vez mais inadequadas: ‘somos obrigados a morar nos infectos ‘cortiços’ que a higiene não vê... Ou então temos que habitar as palhoças dos bairros distantes, obrigando-nos isso a viagens nos imundos carros funerários, que o polvo canadense* usa para o transporte de operários...’ [Nossa Voz (Órgão dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares, aderente à Federação Sindical Regional de São Paulo) 1-2-1934]. *Referência crítica costumeira à Cia. Light and Power de São Paulo”.

aspectos às práticas despóticas exercidas pelos escravocratas. Numa acepção sociológica, essas permanências são entendidas como o reflexo de um processo de descolonização que não conseguiu ir até ao fundo, quer dizer, um processo de descolonização sem a realização de mudanças substanciais para a totalidade da classe trabalhadora e sem a promoção de grandes transformações socioculturais e políticos-institucionais em nível nacional. Pelo contrário, o que sucedeu foi uma espécie de acerto entre setores dominantes para que o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocorresse com base na exclusão dos setores populares em termos de participação e de orientação nos rumos que estavam sendo tomados pela nação⁵⁹.

A relação capital/trabalho que se desenvolve em nosso país é uma relação na qual se estabelece uma espécie de coetaneidade de períodos históricos distintos, em que elementos de um passado escravocrata passam a conviver com elementos de um presente tipicamente capitalista, mediando tanto a conformação da sociedade quanto os conflitos entre as classes sociais. Outrossim, para assegurar toda forma de transição e de manutenção por dentro da ordem, os setores dominantes não deixavam em nenhum momento de se utilizar do Estado como um instrumento particular em defesa de seus privilégios, evidenciando uma prática comum desses em apresentar soluções de força, ao impor de cima para baixo os seus interesses⁶⁰.

Já do ponto de vista da morfologia do proletariado brasileiro, tal processo de formação social teve reflexos significativos em termos ideológicos e políticos. Isso porque, dentro da heterogeneidade étnico-cultural da classe trabalhadora, a consciência social inerente às suas condições de vida e de trabalho se apresentava de forma fragmentada, refletindo esparsamente as suas capacidades de resistência e de luta enquanto classe. Indivíduos de origem europeia, africana e brasileira (em sua grande maioria) que traziam consigo tradições, costumes,

⁵⁹ Ao falar sobre a interrupção do processo de descolonização como um recurso estratégico utilizado pelas classes dominantes para a manutenção dos seus privilégios, Florestan Fernandes (1981, p. 87-88) assevera: “A moral da história é patente: o congelamento da descolonização constitui uma vantagem estratégica para a burguesia na luta de classes, conferindo uma supremacia permanente às classes possuidoras, aos seus estratos dominantes e às suas elites políticas. Eles não são prejudicados, mas ultrafavorecidos pelos efeitos negativos e destrutivos de tal congelamento. Podem, mesmo, realizar pseudo-reformas e usar a demagogia mais deslavada ou a propaganda pura e simples – e ainda assim prender caudatariamente ao seu vagão político amplos setores das massas populares. De outro lado, se estas avançam por dentro da transformação capitalista e procuram impor às classes burguesas as reformas mais urgentes para *sanear* o desenvolvimento capitalista, e chegam a criar, assim, uma situação pré-revolucionária ou revolucionária (‘dentro da ordem’), ainda resta o recurso fácil à violência armada”.

⁶⁰ Octavio Ianni (1984, p. 11) disserta sobre esses usos do Estado no Brasil: “Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas. O que se revela, ao longo da história, é o desenvolvimento de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente”. Por isso: “desde o começo, o Brasil tem jeito de território ocupado; e o povo aparece como povo conquistado. Desde o princípio os blocos de poder aparecem como arranjos de conquistadores” e a população aparece como força de trabalho a ser impiedosamente explorada.

experiências e leituras da realidade estavam submetidos conjuntamente aos ditames do capital, ainda que, internamente, se achassem divididos em função de suas distintas nacionalidades - realidade que, cabe destacar, dificultava a criação de uma identidade unitária e a constituição de um sujeito coletivo para lutar em defesa dos seus interesses proletários. Todavia, tal particularidade não impedia que os trabalhadores se mobilizassem contra as arbitrariedades que eram praticadas pelas forças oligárquico-burguesas, tampouco invalidava as pequenas batalhas que irrompiam esporadicamente em diversas localidades.

O que interessa, para o debate que está sendo realizado aqui, é chamar a atenção para o fato de que o capitalismo brasileiro, em sua forma de sedimentação, criou uma série de mecanismos de exclusão da participação popular nos espaços de poder e de decisão. Assim, engendrou-se um quadro burocrático institucional em que a presença das camadas subalternas e exploradas passou a ser vista com desconfiança, quando não com um temor repulsivo. A naturalização desses mecanismos de exclusão explica a disposição político-cultural das camadas dominantes e de seus representantes de inviabilizar qualquer tipo de ascensão dos *de baixo*, como sujeitos protagônicos dos destinos da nação. Até porque, no imaginário social construído pelas classes dominantes, os populares deveriam ser tutelados pelos governantes, militares e patrões (IANNI, 1984).

Nesse contexto, a cultura brasileira passa a se desenvolver dentro de um ambiente asfíxiante, no qual uma parcela significativa da intelectualidade se vê compelida a assumir uma feição elitista em suas elaborações textuais e produções artísticas, o que nas palavras de Coutinho representaria a cooptação da intelectualidade para um “intimismo à sombra do poder”⁶¹. Tal cooptação se dava pela aceitação e pela promoção de uma cultura que não questionava os pressupostos estruturais da ordem social estabelecida e que, direta ou indiretamente, defendia a mistificação da realidade e/ou a resignação dos oprimidos perante a sua miserabilidade. É certo que havia exceções, mas essas não alteravam o quadro geral que imperou, pelo menos, durante a Primeira República.

No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo e a conseqüente ascensão do

⁶¹ Como mencionado anteriormente, no que tange esse processo de cooptação, Coutinho (2011, p. 21-22) explica: “É nesse clima [de criação de uma atmosfera social rarefeita] que surge o que tenho chamado (usando um termo de Thomas Mann recolhido por Lukács) de ‘intimismo à sombra do poder’. O intelectual cooptado não tem necessariamente de ser um apologeta direto do regime social que o mantém e do Estado ao qual está ligado. Ele pode, em sua criação cultural ou artística, cultivar sua própria intimidade, ou seja, dar expressão a ideologias ou estilos estéticos que lhe pareçam os mais adequados à sua subjetividade criadora. Mas o fato é que a própria situação de isolamento em face dos problemas do povo-nação, a ‘torre de marfim’ voluntária ou involuntária em que é posto pela situação de cooptação (e pela ausência da sociedade civil), faz com que essa cultura elaborada pelos intelectuais ‘cooptados’ evite pôr em discussão as relações sociais de poder vigentes, com as quais estão direta ou indiretamente comprometidos”.

movimento operário, a realidade social começa a mudar: as lutas de classes passam a ganhar um contorno mais definido e as contradições sociais a aflorar com maior nitidez. Assim, a intelectualidade brasileira começa a se movimentar dentro de um ambiente propício às transformações, vivenciando um clima de efervescência social e política que envolvia tanto os *de baixo* quanto os *de cima* (COUTINHO, 2011). Ademais, fenômenos como a Revolução Russa de 1917, a criação do Partido Comunista e a realização da Semana de Arte Moderna em 1922, o Levante Tenentista e o posterior advento da Coluna Prestes em 1924-1925 e, principalmente, a chamada Revolução de 1930, criaram uma atmosfera favorável a um giro político-cultural dentro da referida intelectualidade.

Com isso, estabeleceu-se um processo de inflexão que logrou não só reorientar as configurações estéticas, como projetar novas personagens nas representações dos conflitos e dos dramas sociais⁶². A arte como um reflexo da sociedade em movimento alcança, por meio de um engajamento literário, os setores mais empobrecidos, que trazem consigo os temas e os problemas típicos de sua realidade social. Começa então a se erigir uma nova fase do romance social brasileiro:

Assim, o pobre entra de fato e de vez na literatura como tema importante, tratado com dignidade, não mais como delinquente, personagem cômico ou pitoresco. Enquanto de um lado o operário começava a se organizar para a grande luta secular na defesa dos seus direitos ao mínimo necessário, de outro lado os escritores começavam a perceber a realidade desses direitos, iniciando pela narrativa de sua vida, suas quedas, seus triunfos, sua realidade desconhecida pelas classes bem aquinhoadas. (CANDIDO, 1995, p. 252).

Processo de amadurecimento da consciência social que ocorre justamente numa conjuntura em que a crise capitalista, as polarizações ideopolíticas e o acirramento das lutas de classes colocam como exigência, ao menos para grande parte da intelectualidade brasileira, um posicionamento de maior destaque perante as disputas e os dilemas sociais em presença. Daí a entrada em cena da massa rural e proletária, com as suas figurações realistas em forma romanesca.

É nesse contexto que Jorge Amado, como escritor ligado ao povo e atento aos

⁶² Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 140) considera Lima Barreto o precursor de uma nova etapa – moderna e popular – do realismo na literatura brasileira. A seu respeito, Coutinho afirma: “Lima Barreto é assim um divisor de águas na evolução literária brasileira. Rompendo radicalmente com as tendências esteticistas e escapistas predominantes em sua época, propôs teórica e praticamente um novo realismo. Seria bastante oportuno, nesse sentido, compará-lo com o movimento modernista, que continua a ser considerado – com um radicalismo unilateral – o único iniciador da literatura contemporânea no Brasil. O modernismo, na verdade, teve o mérito de pressentir e propor a necessária renovação de nossa literatura; mas, pelo menos em seus mais significativos representantes iniciais, colocou as questões ligadas a essa renovação em bases preponderantemente formalistas. Lima Barreto, ao contrário, compreendeu e formulou a necessidade também de uma *renovação do conteúdo humano*, ligada a uma proposta de transformação da sociedade. Propôs assim aos escritores a tarefa, que continua atual, de relacionar organicamente a literatura às grandes questões humanas e histórico-sociais da nação e do povo brasileiros”.

movimentos contestatórios e literários da época, se apresenta. Seja através da *Academia dos Rebeldes*⁶³, grupo do qual participara ainda muito jovem em Salvador, seja por meio do movimento comunista (UJC/PCB), já no Rio de Janeiro, Amado se movia em direção àqueles que até então haviam sido relegados de qualquer protagonismo na produção ficcional. Vinculando-se ao que muitos estudiosos denominaram de *romancistas do Nordeste*, Amado buscava fazer da dura realidade da população trabalhadora e oprimida a sua fonte de inspiração, trazendo para o primeiro plano os dramas, os anseios e as paixões daquela gente.

No trabalho de revelação do povo como criador, [...] nenhum escritor se apresenta de maneira mais característica do que Jorge Amado. Os seus livros penetram na poesia do povo, estilizam-na, transformam-na em criação própria, trazendo o proletário e o trabalhador rural, o negro e o branco, para a sua experiência artística e humana, pois ele quis e soube viver a deles. (CANDIDO, 2011, p. 44).

Encarando a sua obra literária como uma espécie de documento e a sua escrita como arma de denúncia, Amado fazia de suas figurações uma representação estética daquilo que ele ouvia, enxergava e sentia. A realidade, em sua obra, se fazia presente não como um simples objeto de contemplação, e sim como uma trama rica e viva de complexas questões. A sua perspectiva crítica em face da realidade brasileira se alimentava constantemente das ideias, das lutas e das transformações que circulavam e se sucediam por volta de 1930⁶⁴.

Com uma formação capitalista incipiente, marcada pelo atraso e por um desenvolvimento desigual, o Brasil despontará na dinâmica do mercado internacional como um país de caráter agroexportador, mantendo internamente um lento processo de industrialização em algumas regiões, fator que ocasionará uma divisão significativa na força de trabalho disponível em território nacional e certa disparidade em sua formação como e enquanto classe social. Assim, de um lado teremos uma massa dispersa de agricultores e de trabalhadores rurais, de outro lado uma concentração relevante de funcionários e assalariados nas regiões urbanas e industriais. Ademais, pela própria dinâmica imposta pelo capital às classes dominantes, o padrão de reprodução assumido não poderia ser outro que não o da exploração brutal e aviltante da força de trabalho existente. Disso, com esse desenvolvimento particular do capitalismo brasileiro, a figura do trabalhador não seria mais do que a de um mero indivíduo com muitas

⁶³ A respeito deste grupo, argumenta Duarte (1995, p. 26-27): “Em Salvador, Jorge Amado participa ainda adolescente da *Academia dos Rebeldes*, grupo que ridicularizava Coelho Neto e Rui Barbosa, mas também o verdeamarelismo de Plínio Salgado. Embora divergindo de alguns postulados da *Semana*, todos aceitavam seu espírito destrutivo e renovador, bem como a ligação da nova arte com os segmentos populares da nossa cultura”.

⁶⁴ É importante frisar que neste período histórico da literatura brasileira, Jorge Amado não se encontrava em nenhum momento sozinho. Pelo contrário, havia um número significativo de escritores que se inseriam nesse contexto com as suas relevantes produções, dos quais podemos destacar: Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Lúcio Cardoso.

obrigações laborais e quase sem nenhum direito.

Será então somente a partir de 1930, que se assistirá a ativação do Estado como um agente promotor de mudanças na dinâmica de acumulação do capital industrial e, concomitantemente, na regulamentação do regime de trabalho urbano. Principalmente, no que diz respeito aos setores que eram considerados determinantes para a aceleração do crescimento econômico. Naquilo que poderia ser visto como uma interferência necessária — aos interesses oligárquicos-burgueses — no mercado capitalista interno. O que resultou na realização de uma espécie de guinada institucional pelas classes dominantes, com a adoção de políticas de regulamentação do trabalho e de cooptação dos operários. Portanto, se até então estes últimos eram majoritariamente tratados de forma repressiva pelo Estado, agora, com essas mudanças no espectro das relações entre capital e trabalho, a manutenção da ordem social ganhará novos contornos em face dos trabalhadores que estavam localizados nas grandes cidades. Entendendo que — de acordo com as especificidades do movimento político-econômico desencadeado em princípios de 1930 — determinados segmentos sociais e/ou frações ligadas às classes dominantes, passaram não só a desempenhar um papel mais relevante no desenvolvimento da produção capitalista, como também na manipulação ideopolítica e no controle do mercado da força de trabalho regular.

Todavia, cabe ressaltar, que esse movimento não se efetuou uniformemente para todos os setores que de uma maneira ou outra se vinculavam ao processo produtivo interno. O que, em termos político-sociais, poderia ser caracterizado como uma crise de hegemonia interna às classes dominantes.

Na verdade há uma crise de hegemonia entre as frações dominantes: a burguesia cafeeira mostrou-se incapaz de forçar a volta à situação anterior a 1930; a burguesia agrária não exportadora, apesar de vitoriosa com a ascensão de Vargas, não conseguiu lograr sua hegemonia e pouco a pouco perdeu esta condição para a burguesia industrial; os tenentes, se tiveram importância crucial para a deflagração do movimento de 30, foram em curto espaço de tempo absorvidos pelo Estado getulista que expurgou os seus setores mais progressistas. Na realidade, a composição diversa e heterogênea verificada a nível de bloco de poder no imediato pós-30 não possibilitou a nenhum destes setores a formulação de um projeto político hegemônico que fosse capaz de direcionar as políticas implementadas pelo Estado. (ANTUNES, 1988, p. 68-69).

O que, bem entendido, não significa dizer que as classes dominantes, junto ao Estado, não tenham dado conta de assegurar os seus interesses fundamentais ante as movimentações e os interesses concernentes à classe trabalhadora. Daí o fato de que somente alguns setores tenham sido contemplados com a regulamentação do trabalho e a promulgação de determinados

direitos⁶⁵. Assim, cria-se um ambiente em que o Estado, desempenhando a função de cocriador do mercado da força de trabalho, logra estabelecer um parâmetro legal para a prática continuada da superexploração. Isto é, a fixação do custo de reprodução da força de trabalho mediante a institucionalização do salário mínimo, o que, de acordo com Francisco de Oliveira (2013), representava a efetivação de uma medida artificial de igualação pela base do preço da força de trabalho, ao passo que se mantinha distante das reais condições de vida do trabalhador.

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva”, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessário do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* - antes que incrementando - o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia - ao contrário do que pensam muitos - a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. (OLIVEIRA, 2013, p. 38).

A reprodução desta passagem é importante para a discussão da questão referente à redução do pagamento da força de trabalho a um tipo de denominador comum, válido para todas as categorias de forma indistinta. Representando, assim, a fixação de um salário mínimo que não corresponde ao valor real das forças de trabalho disponíveis no mercado, e sim, ao ímpeto de acumulação do capital social total naquele momento de reconfiguração da produção nacional. Ainda que a instituição do salário mínimo possa ser encarada como uma vitória da economia política do trabalho, ao impor uma padronização salarial de cima para baixo através do Estado, é certo que o preço estabelecido para o mercado não correspondia, concretamente, às reais necessidades dos trabalhadores em sua reprodução social. Ademais, a instituição dessas leis possibilitou ao capitalista a liberação de recursos que antes eram empregados na construção e na manutenção dos bairros operários e que a partir daquele momento poderiam ser destinados

⁶⁵ Situação histórica que também sinalizava para o intrincado processo de constituição da cidadania no Brasil, com a apresentação, na prática, dos direitos sociais antes mesmo que ocorresse a efetivação concreta dos direitos civis e dos direitos políticos. O que, segundo José Murilo de Carvalho (2017, p. 53), apontava para uma inversão do caminho trilhado em outros países, como, por exemplo, o da Inglaterra de T. H. Marshall. “[...] Se olharmos para a prática e não para a lei, veremos que os primeiros direitos que tiveram alcance significativo entre nós, em termos do número de pessoas beneficiadas, foram os sociais, os últimos no percurso inglês. Esses direitos, e aqui temos outra originalidade brasileira, foram introduzidos na década de 1930, em sua maior parte durante as ditaduras do Governo Provisório de 1930 a 1934 e do Estado Novo, de 1937 a 1945. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é de 1943, um produto da ditadura do Estado Novo, quando os direitos políticos estavam suspensos e os direitos civis sofriam restrições”.

à aquisição de mais trabalho — tanto vivo quanto morto⁶⁶.

É justamente a realidade dessa época que Jorge Amado busca representar em seus romances, por meio de uma escrita em que tanto o trabalhador rural quanto o proletariado urbano são vistos como os verdadeiros responsáveis pela produção do conteúdo material da riqueza social, a qual, por meio das relações de produção dominantes, acaba ficando majoritariamente nas mãos dos proprietários dos meios e dos objetos de trabalho necessários à produção. Assim, por intermédio de sua obra, a classe trabalhadora entra em figuração tal como ele a enxergava nas esferas de produção e de circulação, ou seja, como indivíduos que batalhavam diuturnamente para assegurar a sua sobrevivência na crueza do mundo real, pois, como diria Antonio Candido (2011):

Documento e poesia são representados, na obra de Jorge Amado, por um certo número de preocupações e de temas. Encarados do ângulo documentário, os seus romances constituem sempre uma asserção e uma informação. Informação de níveis de vida, de ofícios, de gêneros de ocupação, de miséria, de luta econômica, de produtos; asserção de certos pontos de vista de onde se descortinam atitudes sociais, reivindicações proletárias, desajustamentos de classe.

Do ângulo poético, são temas formadores da ambiência em que o documento é exposto e vivificado; em que adquire realce e ganha força sugestiva. São certos ambientes, certas constantes cênicas e sentimentais – como o mar, a noite, a floresta, o vento, o amor. Constantes que obsedam Jorge Amado”. (CANDIDO, 2011, p. 46-47).

Num país de origem colonial, de tradição católica e de um passado escravocrata mal resolvido, pelo qual o negro continuava a ser visto como um sujeito sem protagonismo, a entrada do escritor baiano não poderia ser vista senão como lampejo na imensa e secular escuridão do preconceito racial. Através das obras desse escritor o negro passa efetivamente a figurar como herói, trazendo consigo o seu verdadeiro legado de lutas e as tradições religiosas de raízes africanas⁶⁷. Jorge Amado consegue fazer com que a imagem de povo se condense em seus romances como uma ampla representação, ao incluir elementos que evocam questões relacionadas a gênero, religião, etnia e classe social, o que o fez, inclusive, inserir como um

⁶⁶ Circunstância que nas palavras de Oliveira (2013, p. 66) se apresenta da seguinte forma: “As instituições do período pós-anos 1930, entre as quais a legislação do trabalho destaca-se como peça-chave, destinam-se a ‘expulsar’ o custo de reprodução da força de trabalho de *dentro das empresas industriais* (recorde-se todo o padrão da industrialização anterior, quando as empresas tinham suas próprias vilas operárias: o caso de cidades como Paulista, em Pernambuco, dependentes por inteiro da fábrica de tecidos) para fora: o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda a sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita”.

⁶⁷ No que se refere à presença do negro no romance amadiano de 1930, Luiz Gustavo Rossi (2009, p. 48) destaca: “No esteio de seus posicionamentos políticos e estéticos, nos quais parece haver uma justaposição entre aquilo que o escritor entendeu por proletário e popular – como categorias intercambiáveis e ajustáveis uma à outra –, o negro e o ‘racial’ apresentaram-se como uma espécie de *objeto-tema* privilegiado de seus romances proletário. No cruzamento de sentidos entre classe, popular e raça, o negro surgiu, então, como o oprimido por excelência: dupla marca de sua condição étnica e social e, neste sentido, apostando na incorporação da primeira pela última como solução dos conflitos de ambas”.

sujeito potencialmente revolucionário o lumpemproletariado.

Dentre os acontecimentos que marcaram a década de 1930, também cabe destacar a realização de grandes debates relativos à questão racial brasileira, bem como, a emergência dos movimentos negros, os quais, seguiam lutando pela efetivação de sua cidadania. Assim, em outubro de 1931, oficializava-se a criação da Frente Negra Brasileira, na cidade de São Paulo. Movimento que colocava a necessidade de se promover a união dos negros, visando, com isso, a conquista de uma elevação intelectual, moral e econômica de sua etnia. Além de postular, como uma bandeira de luta, o respeito a dignidade da mulher negra e do trabalhador negro. Todavia, já em 1932, se registariam as primeiras cisões. Fato que levou ao surgimento de outros movimentos — como frentes, clubes e legiões —, destinados a defender os direitos dos negros e seu desenvolvimento político-social dos mesmos. Desse modo, pautas como: congregação étnica; educação coletiva; e orientação para a obtenção de melhorias em suas condições de vida, o que na prática significava a consubstanciação da perspectiva proletária e do prisma étnico-racial de luta. Sem deixar de sustentar, é bom que se diga, uma forte identidade de cunho nacional, a qual se vinculava a ideia de pertencimento a toda uma tradição de luta dos negros no Brasil (FLORES, 2007).

Assim, a saga do negro por uma espécie de segunda abolição atravessa todo o contexto da produção amadiana daquele momento. Tanto que, nas palavras de Rossi (2009), o autor baiano se voltava para os suplícios dos escravos negros com a intenção de mostrar não o passado e sim o presente. “Jorge Amado quer se apropriar da experiência histórica da escravidão brasileira como um elemento explicativo da sociedade ‘atual’ e de suas divisões entre burgueses e proletários” (ROSSI, 2009, p. 82). Dessa maneira, “o negro interessa e ganha importância [em sua literatura], menos pelo que encerra de um sujeito dotado de particularidades culturais, e mais pela sua representação de um passado do qual ainda não conseguiu se libertar” (Id. *Ibid.*, p. 82).

Atento aos debates sociológicos e antropológicos da época, sobretudo aos estudos de caráter etnográfico, Amado não só soube se apropriar de alguns elementos que se apresentavam nos espaços e nos fóruns de discussão, assim como soube se alinhar às pesquisas coletando um material próprio para as suas elaborações ficcionais. Para isso, o seu convívio com intelectuais como Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Édison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz, entre outros, foi de fundamental relevância para a sua maturação enquanto um escritor que se interessava pelas questões econômico-sociais, político-culturais e étnico-raciais⁶⁸. Nesse

⁶⁸ Entendendo, é claro, as diferenças que existiam entre eles em termos de perspectiva e de abordagem da questão étnico-racial. Por exemplo, é inegável que dentre as contribuições que eram apresentadas naquele momento, as de

sentido, é relevante mencionar aqui o peso que teve a realização do I e do II Congresso Afro-Brasileiro, sendo o primeiro em Recife (1934) e o segundo em Salvador (1937). Neles se debateram temas como: os limites da abolição da escravatura; o processo de proletarização do negro; a situação de miserabilidade dos trabalhadores negros em face da exploração burguesa; e os problemas da aculturação que foi promovida pelos brancos no Brasil (FLORES, 2007).

Também é importante frisar que nessa mesma época ocorreram alguns eventos, internacionais e nacionais, cujos pontos de vista apresentados, com relação a presença do negro e do mestiço no país, eram explicitamente de cunho racista. Como, por exemplo, a participação do Brasil no I Congresso Internacional das Raças, ocorrido em Londres, no ano de 1911. Evento em que o nosso país foi representado pelo então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista de Lacerda. Cientista que, ao fazer sua explanação, afirmou: “É lógico supor que na entrada do novo século os mestiços terão desaparecido no Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós”. Ainda, de acordo Schwarcz e Starling (2015, p. 343), o texto que era apresentado apostava, “a partir de argumentos biológicos e sociais, num futuro branco e pacífico” para o país, apesar de se entender, também, que a espera de quase um século para a emergência de “uma civilização ordenada e crescentemente branqueada” poderia ser demais. Outro momento marcante foi a realização do I Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, cuja presidência do evento coube ao antropólogo Roquette Pinto. Nele, estimava-se que o Brasil tornar-se-ia cada vez mais branco. Assim, “em 2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos e 20% de mestiços; nenhum negro, nenhum índio” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 343).

Situação histórica que serve tanto para apontar as fricções ideológicas e as contendas científicas que envolviam a questão étnico-racial, quanto para assinalar os limites que circunscreviam a entrada de Jorge Amado nessa problemática de caráter profundamente sociocultural. Considerados como “degenerados”, negros e mestiços, eram avaliados segundo critérios bioligizantes que serviam como base para julgamentos de cunho moral. Ambos — ciência e moral — colocando-os nos níveis mais baixos possíveis de qualquer tipo de hierarquia social. Pois, assim, criava-se uma espécie de senso comum que destinava, principalmente, ao negro uma desconfiança permanente. Fato que levou o escritor Lima Barreto (2018, p. 1321) a

Nina Rodrigues traziam uma carga mais pesada da visão eugenista. “Segundo profissionais brasileiros como Nina Rodrigues, médico da Faculdade de Medicina da Bahia, os mestiços estariam mais propensos à criminalidade, à loucura e a outros ‘estigmas’ próprios de seu grupo racial. Não por acaso, em 1894 Nina Rodrigues publicou o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, propondo a existência de dois códigos penais, um para brancos e outro para negros, adaptados aos ‘graus de evolução de cada grupo’” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 329).

colocar o seguinte desabafo em seu *Diário íntimo*: “A capacidade mental dos negros é discutida *a priori* e a dos brancos, *a posteriori*”.

Nesse contexto, torna-se de inegável prestígio da dimensão denunciante assumida pela obra amadiana, com a incorporação de elementos da vida real em sua produção artística. Fato que não só elevará a um patamar universalizante os dramas concretos das massas exploradas e oprimidas, como também transformará a sua escrita em um instrumento a serviço daqueles que almejam por uma mudança radical da sociedade brasileira. Razão pela qual, a saída apresentada por ele — em suas narrativas — fosse precisamente aquela que apontava para a necessária organização do (lumpem)proletariado como uma força social potencialmente revolucionária. Daí o seu compromisso, ante a degradação humana gerada pela superexploração do capital, em escrever com o máximo de honestidade tudo aquilo que lhe era possível captar naquele momento, fazendo de sua produção literária uma espécie de atuação político-partidária⁶⁹.

⁶⁹ Sobre esta questão envolvendo literatura, realidade e posição partidária, vale a pena lançar mão da seguinte observação de György Lukács (1968, p. 216): “Nossas considerações sobre o necessário partidarismo da obra, o princípio daí resultante segundo o qual a essência do partidarismo é uma tomada de posição concreta, em face do conteúdo, com relação a concretas questões da vida que sejam importantes do ponto de vista do conteúdo, servem agora para definir a verdadeira originalidade das obras; as obras originais são aquelas nas quais aparecem tomadas de posição justas, conteudisticamente, em face dos grandes problemas da época, em face do novo que neles se manifesta, e que são representadas mediante uma forma correspondente a este conteúdo ideal, capaz de expressá-lo adequadamente”.

2 CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA (MARXISTA) DA DEPENDÊNCIA PARA O ENTENDIMENTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Ao travar um debate sobre a *questão da dependência*, em termos gerais e abstratos, Enrique Dussel nos apresenta um conjunto de apontamentos para o desenvolvimento de uma reflexão acerca da especificidade do capitalismo subdesenvolvido. Assim, ele começa assinalando que a diferença entre capital central e capital periférico tem por base uma realidade temporal e espacial, o que pode ser verificado historicamente através do processo de dissolução das antigas formas estruturais de apropriação que se inicia a partir do século XIII, no centro europeu, e que culminará na consolidação do modo de produção capitalista. Isso fez com que as relações entre capital e trabalho livre nas demais regiões surgissem posteriormente, por meio de uma imposição violenta do capital central em relação aos países periféricos, então retardatários⁷⁰.

Disso resulta uma disparidade em termos de acumulação primitiva, fazendo com que o capital central saia à frente no processo de valorização do valor. Ademais, em função de sua centralidade, tal capital não só consegue sobrepujar o periférico na esfera de circulação — fazendo com que os produtos oriundos dos países subdesenvolvidos venham a perder a sua competitividade no mercado central em razão dos seus elevados custos de produção e de transporte — como também consegue se impor com base em sua capacidade tecnológica, política e militar.

Nesse sentido, a debilidade congênita do capital periférico se explica não só pelo atraso em seu processo de acumulação, como também se fundamenta nesta própria relação entre centro e periferia, considerando que a imposição coercitiva dos países de capital central com relação aos países de capital periférico foi fundamental na determinação tanto daquilo que seria produzido quanto das condições desta referida produção.

Vale dizer: a acumulação primitiva que conhecemos na Europa é diferente da acumulação que aconteceu na periferia do capitalismo mundial, porque a primeira acumulação contou não só com o processo interno de expropriação como também gozou da expropriação

⁷⁰ Octavio Ianni, em seu livro “Escravidão e Racismo”, se refere a esse processo histórico como se fosse um paradoxo. De acordo com o autor, “o mesmo processo de acumulação primitiva, que na Inglaterra estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial, produzia no Novo Mundo a escravatura, aberta ou disfarçada” (IANNI, 1978, p. 4). Assim, a contradição criada durante esse período servirá para expandir as relações comerciais e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas da Europa, enquanto na América e nas Antilhas se consolidavam as formações sociais escravistas com base na extração e exportação de suas riquezas locais. Para Ianni, a emergência do trabalhador livre assalariado europeu só pode ser entendida em sua totalidade se se leva em conta a prevalência da exploração escravocrata nas colônias das Américas, pois a existência está significativamente ancorada na existência do outro.

levada a cabo na própria periferia. Ou seja, quando falamos de uma acumulação no centro europeu, falamos em verdade de uma dupla acumulação. Como coloca Agustín Cueva,

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo. (CUEVA, 1983, p. 24).

Portanto, no que diz respeito à produção, coube aos países de capital central fazer a frente na expansão das formas especificamente capitalistas de apropriação da riqueza. Daí que a criação do mercado mundial se deu por meio da expansão dos países que se industrializaram primeiramente e que conseguiram se impor econômica e violentamente nas periferias.

Disso resultou tanto a ampliação da esfera de circulação com um ajustamento estrutural entre a produção e a comercialização de diferentes produtos em distintos países, como também possibilitou que a periferia se submetesse aos ditames do capital central por meio do mercado mundial. É a concorrência com os países industrialmente desenvolvidos que faz com que o capital periférico não consiga se afirmar como uma potência produtiva autodeterminada.

Nesse processo, o capital central conseguiu desenvolver as suas forças produtivas, obtendo uma extração progressiva de mais-valia por meio da implementação contínua de maquinarias e tecnologias na produção, elevação do capital constante que não se verifica na periferia. Nesta, a geração de excedente seguiu se apoiando em formas retardatárias de apropriação, que, combinadas a um massivo contingente de trabalhadores disponíveis, lograram arrancar da força de trabalho um lucro baseado em sua superexploração.

Soma-se a isso tudo o fato de que na periferia, ao contrário do que ocorre nos países de capital central, o mercado interno é restrito. Isso porque o poder de aquisição dos trabalhadores é diminuto, já que o salário pago pelo capitalista é visto mais como um desperdício do que como um recurso inerente à fomentação de um mercado de consumo (DUSSEL, 2012, p. 358-362).

Com um capital estruturalmente débil, a periferia do sistema capitalista acaba por criar mecanismos que, se baseando na “relação horizontal de ‘concorrência’ entre capitais” (DUSSEL, 2012, p. 357) e na sua contradição relativa, buscam na relação vertical entre capital e trabalho e na sua contradição absoluta a compensação de suas perdas. Dessa maneira, diria Ruy Mauro Marini, as perdas que as nações subdesenvolvidas sofrem em suas relações com as grandes potências capitalistas no mercado mundial deverão ser revertidas internamente, por meio do esgaçamento da contradição essencial que molda a estrutura produtiva desta ordem social. Daí a superexploração da força de trabalho como um expediente de compensação das

burguesias e oligarquias das nações de capital periférico⁷¹.

Dussel chama atenção para o fato de que o capital central logra assegurar uma margem de lucro extraordinária justamente por ser mais desenvolvido em termos tecnológicos, já que o capital constante que se faz presente na esfera da produção consegue reduzir o valor dos seus produtos colocando-o abaixo do preço de mercado existente na periferia. Assim, as mercadorias do centro inundam os mercados periféricos, enquanto os mercados centrais garantem aos seus consumidores a entrada de produtos periféricos a um preço que não corresponde ao valor exato daqueles produtos.

Chamo capital central desenvolvido àquele capital que, no nível da produção, integra relativamente maior capital constante que variável, obtendo assim um produto com menor valor. Colocando este produto como mercadoria no mercado do capital periférico menos desenvolvido, ele pode aumentar seu preço, obtendo, deste modo, um lucro extraordinário. Chamo capital periférico menos desenvolvido àquele capital que, no nível da produção, integra menor capital constante e, por isso, o produto inclui mais valor. Colocando este produto como mercadoria no mercado do capital central, para aí concorrer com o produto normal ou médio deve diminuir o seu preço e, portanto, mesmo realizando lucro, transfere mais-valia. (DUSSEL, 2012, p. 363-364).

Como se pode ver, a vantagem que o capital central tem no mercado mundial está baseada na sua prevalência na esfera da produção, isto é, na magnitude de seu capital enquanto força social produtiva. Já o capital periférico, por estar em condições desfavoráveis no que diz respeito à sua capacidade produtiva, se vê forçado a entrar na esfera da circulação numa situação de desvantagem. Isso fará com que tais disparidades se perpetuem enquanto a reprodução ampliada do capital ocorrer sem grandes turbulências de natureza econômica e/ou político-social, já que a soma da mais-valia obtida normalmente no centro com o lucro extraordinário e a transferência de mais-valia da periferia tendem a tornar o capital central cada vez mais forte, ao passo que o capital periférico segue mergulhado num subdesenvolvimento estrutural⁷².

⁷¹ Sobre o debate acerca da dependência, cabe destacar que nem todos os autores citados neste texto compartilham exatamente as mesmas percepções. É sabido, por exemplo, que Dussel e Cueva não estavam plenamente de acordo com as formulações concernentes à superexploração apresentadas por Marini, ainda que concordassem em grande parte com as elaborações da Teoria Marxista da Dependência. Exemplo disso pode ser visto na seguinte observação de Claudio Katz (2020, p. 274-275): “A dinâmica da lei do valor em escala internacional induz essa redistribuição da mais-valia em favor das economias mais avançadas. Os capitalistas das principais potências trocam suas mercadorias por mais trabalho do que aquele incorporado aos produtos vendidos. Marini aceitava a relevância desse mecanismo [...]. Em seu texto clássico, ele destacou a centralidade da troca desigual como determinante da superexploração. Mas, ao desenvolver sua tese, ele acabou atribuindo mais impacto a esse segundo processo do que ao primeiro condicionante (Marini, 1973). Dussel questiona essa mudança analítica que faz da superexploração a principal causa dos desequilíbrios internacionais. Ele afirma que as atuais condições de trabalho na periferia constituem um efeito e não a raiz do subdesenvolvimento. Ele considera que Marini confundiu causas com consequências (Dussel, 1988)”.

⁷² Dussel (2012, p. 367) também chama atenção para o fato de que a entrada das empresas transnacionais na periferia não resulta num enfraquecimento da relação de dependência e tampouco numa redução dos ganhos obtidos pelos capitais centrais. Isso porque, ao entrar na periferia, tal capital traz consigo todo um maquinário altamente tecnológico, que ao ser colocado em movimento por uma força de trabalho sub-remunerada, fará com que a competitividade das transnacionais aumente tanto no mercado interno quanto no externo. Vejamos: “o capital

Essa realidade se estabeleceu, como já assinalado anteriormente, no espaço e no tempo a partir da acumulação primitiva no centro europeu, proporcionando-lhe um maior desenvolvimento dos meios de produção com relação aos demais territórios situados fora da Europa. Assim, enquanto nos países de capital central a valorização do capital ocorria com base na exploração da força de trabalho livre e na espoliação das colônias, estas últimas se viam obstruídas em seu processo interno de evolução, já que os modos de apropriação de riqueza impostos nesses países os impediam de alcançar determinados patamares de reprodução social, quando comparados aos níveis obtidos pelos países que os colonizavam.

Ademais, cabe ressaltar que nos países cujo desenvolvimento capitalista se deu tardiamente a força de trabalho que emerge das antigas relações de produção não poderia se apresentar como a de trabalhadores realmente livres, uma vez que as formas de trabalho que ali se desenvolveram — como práticas oriundas de distintos modos de apropriação — não poderiam ser mais do que trabalho vivo operante sob condições inadequadas e/ou impróprias para existência efetiva do trabalho livre.

Essa realidade está diretamente relacionada àquilo que Dussel destaca como sendo uma das determinações fundamentais para o entendimento da dependência, a saber: a diferença essencial que há entre a composição orgânica do capital nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos. Isso porque, de acordo com o referido autor, o fato de os países de capital central possuírem uma maior desenvoltura na criação técnico-científica — fruto da revolução industrial — lhes permite não só substituir a força humana de trabalho por máquinas como também elevar de forma exponencial a sua produtividade. Isso faz com que tais inventos consigam tanto diminuir o valor dos seus produtos como também impor uma desvalorização relativa dos valores pertencentes aos capitais concorrentes. Assim, graças à “superacumulação” obtida pelos capitais centrais, que se opera num movimento contínuo entre as esferas da produção e da circulação, os demais países de capital periférico acabam ficando para trás na corrida pelo desenvolvimento tecnológico aplicado à produção e, por conseguinte, terminam

produtivo transnacional intervém no espaço produtivo do capital periférico com maior composição orgânica (teoricamente igual à do capital central), mas praticando menor salário relativo (e absoluto) que no caso do capital central. Por isso, tem agora vantagem na concorrência tanto com o capital periférico subdesenvolvido em seu próprio mercado quanto como no mercado do capital central desenvolvido. Frente ao capital periférico subdesenvolvido, o capital transnacional pode colocar as mercadorias com menor preço e, assim, extrair um superlucro maior que o obtido pelo próprio capital central (porque paga salários menores). E, frente ao capital central desenvolvido, obterá igualmente lucro extraordinário porque o ‘produto-mercadoria’ tem menor valor (e, por isso, preço menor) por incorporar salários periféricos menores – e, com isso, aumenta a sua taxa de mais-valia e de lucro. Ou seja: a transnacionalização do capital produtivo central significa um momento ampliado da ‘questão da dependência’ e não a sua negação”.

submetidos aos parâmetros valorativos impostos pelos países desenvolvidos através do mercado mundial.

Vale dizer: graças à superacumulação (existência de mais dinheiro), à anterioridade temporal da sua emergência e à maior densidade da sua história tecnológica (história da tecnologia que deve ser pensada como momento do capital) etc., o capital central tem a anterioridade quanto à implementação das descobertas científicas [...]. Mas, e isto é essencial para a nossa questão, a descoberta subsumida pelo capital aumenta a produtividade, cria produtos com *menor* valor. Ou seja: aniquila valor, capital e perícia subjetiva e maquinica nos capitais menos desenvolvidos – no capital periférico subdesenvolvido. Esta *aniquilação* continua *relativa* (na relação do capital central e do periférico agora desenvolvido e subdesenvolvido) é a lei constante do capital débil, periférico, subdesenvolvido. (DUSSEL, 2012, p. 373).

O mercado mundial, ao ser criado pelo capital central, acaba determinando o lugar de cada um na divisão internacional do trabalho, o que ocorreu historicamente tanto pela via político-militar quanto pela localização geográfica e econômica de cada país. O fato é que nessa disposição a nível mundial dos processos de valorização do valor, coube aos países centrais a reprodução ampliada de seus negócios através de mecanismos que são inerentes ao funcionamento do referido mercado. Tanto é que para os países periféricos a intenção de concorrer com os seus produtos manufaturados e industrializados em um mercado externo tornava-se praticamente inviável quando se considerava os custos elevados de sua produção e locomoção para fora do país. Sem falar das barreiras que lhes eram impostas pela capacidade produtiva dos concorrentes que já dominavam o tão almejado mercado.

Também cabe destacar que a própria disparidade existente entre as forças produtivas pertencentes aos capitais centrais e aos capitais periféricos tende a reforçar não só a desigualdade presente na esfera da produção, como também tende a afetar a realização de seus respectivos produtos enquanto mercadorias na esfera da circulação. Isso porque os valores reais das mercadorias pertencentes aos capitais periféricos e subdesenvolvidos não conseguem se realizar plenamente, já que os preços que são praticados nos mercados correspondem aos valores médios estabelecidos pelos capitais centrais. E como estes últimos possuem uma alta produtividade, o preço que eles estabelecem no mercado é inferior ao valor dos produtos daqueles capitais que possuem uma produtividade mais baixa. Assim, a diferença existente na composição orgânica entre esses capitais torna viável a transferência de mais-valia da periferia ao centro pela via do mercado⁷³.

⁷³ Roman Rosdolsky (2001, p. 258) também chama a atenção para esse aspecto que é inerente ao funcionamento das leis econômicas vigentes sob o capitalismo. Recorrendo a Marx, ele explicita: “Que leis são essas? Em primeiro lugar, a lei do valor. Segundo ela, só conta como socialmente necessário o trabalho capaz de produzir ‘um valor de uso qualquer, nas condições normais de produção vigentes em uma sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho’. Dentro de um mesmo país, as diferenças de intensidade e produtividade do trabalho se equilibram para constituir um grau médio. Mas não ocorre o mesmo no mercado mundial. Neste, ‘o

Além disso, o próprio capital central tende a avançar sobre os países subdesenvolvidos, seja com a sua pesada artilharia de mercadorias — cujo valor unitário do produto lhe permite lograr um lucro extraordinário ao se basear no preço praticado por aquele mercado —, seja por intermédio da transnacionalização de suas fábricas. Isso possibilita ao capital central não só o barateamento no acesso aos insumos e matérias-primas, como também um aumento da taxa de mais-valia extraída devido aos baixos salários pagos aos trabalhadores periféricos. Ressaltamos que, por se tratar de um mercado cujos preços são mensurados pelos valores dos produtos que são fabricados internamente, a obtenção de um lucro extraordinário pelo capital central segue assegurada pela sua elevada capacidade produtiva, já que os valores de seus produtos estão abaixo dos preços praticados no mercado interno.

Com base nisso, Dussel (2012) argumenta:

Uma das maneiras pelas quais o capital central desenvolvido supera a queda da taxa de lucro, suas crises periódicas, sua população excedente — enfim, posterga o seu colapso —, é através da obtenção de lucro extraordinário e pela transferência de mais-valia da periferia para o centro, não só mediante o intercâmbio de mercadorias (fruto de capitais com diferente composição orgânica e com salários que desempenham funções diversas), mas igualmente pelo capital acrescentado que se acumula a partir do juro conquistado pelo capital creditício extraído do capital periférico (diferentes modos de compensar a queda da taxa de lucro). (DUSSEL, 2012, p. 377).

O que se evidencia nessa construção da lógica do capital, e que se reproduz idealmente como linha de interpretação teórica aqui presente, é que na relação centro/periferia o grande capital segue promovendo a sua acumulação primitiva, o que explica tanto a reprodução do subdesenvolvimento dependente quanto a produção de uma pobreza perene na periferia do sistema. Pois é com base numa apropriação contínua da riqueza socialmente produzida na periferia que o capital central promove a intensificação de sua acumulação.

A capacidade que o trabalho vivo tem de fazer com que o trabalho morto se avoluma e se fortaleça faz com que a contradição absoluta entre capital e trabalho se aprofunde ainda

trabalho nacional mais intenso' não só produz, 'em comparação com o trabalho nacional menos intenso [...], mais valor no mesmo tempo, valor que se expressa em mais dinheiro', mas também, nesse caso, a lei do valor 'aparece ainda mais modificada pelo fato de que, no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo conta como trabalho mais intenso, sempre e quando a nação mais produtiva não se veja forçada pela concorrência a reduzir o preço de venda de suas mercadorias até o nível do valor destas'. Estabelece-se um intercâmbio desigual entre nações diferentes, de modo que, por exemplo, 'três dias de trabalho de um país são trocados por um de outro país [...]'. Ou então, a mesma relação que existe dentro de um país entre o trabalho qualificado, complexo, e o trabalho não qualificado, simples, pode existir entre as jornadas de trabalho de diversos países. Nesse caso, o país mais rico explora o mais pobre (mesmo se este último ganha com o intercâmbio), 'exatamente como o empresário que usa uma nova descoberta, antes de ela se generalizar, [...] valoriza como mais-trabalho a maior produtividade do trabalho que empregou', obtendo lucros extraordinários. Só que, entre países, os lucros extraordinários não são transitórios, como no caso do empresário individual, mas sim duradouros. O país mais rico obtém matérias-primas e produtos que, se tivesse de produzir em seu próprio território, custariam muito mais caro; liberta-se assim de todas as desvantagens de sua situação geográfica etc. Não precisamos explicar a perda que esse intercâmbio desigual representa para o país mais pobre, que presentia permanentemente uma parte de seu trabalho nacional".

mais com as suas dimensões intercontinentais. Nesse sentido, a explicação do elevado grau de exploração da força de trabalho latino-americana torna-se possível quando se considera que o processo de espoliação dos países periféricos pelos países de capital central continua firme e forte desde o período da colonização. É claro que de lá para cá muitas coisas aconteceram, fazendo com que as relações entre esses países ganhassem outras conotações. Todavia, no que diz respeito às desigualdades existentes entre as nações, é na configuração da superexploração — como forma particular de extração da mais-valia — que encontraremos a chave para o entendimento da relação capital/trabalho — centro/periferia⁷⁴.

O fato de que os países dependentes e subdesenvolvidos se encontram impossibilitados de se tornarem centrais no capitalismo faz com que as contradições desse sistema sejam vivenciadas na periferia como “crise permanente e exploração crescente” (DUSSEL, 2012, p. 383). Como foi ressaltado por Agustín Cueva (1983),

não se pode esquecer que o desenvolvimento do capitalismo não é outra coisa que o desenvolvimento de suas *contradições* específicas, ou seja, de um conjunto de *desigualdades* presentes em todos os níveis da estrutura social. Neste sentido, sua modalidade de desenvolvimento na América Latina não constitui propriamente um desvio da regra, e sim muito mais uma realização “extremista” dela. Por isso o desenvolvimento desigual adquire aqui o caráter de uma verdadeira “deformação”, ao mesmo tempo em que a exploração e a conseguinte pauperização das massas assumem o aspecto de uma “superexploração”, sobredeterminadas por um contexto do qual se poderia dizer, parafraseando Marx, que não só padece dos males intrínsecos do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas também os decorrentes de sua falta de desenvolvimento, e onde, “além das misérias mais modernas, nos oprime toda uma série de misérias herdadas” (CUEVA, 1983, p. 97).

2.1 O capitalismo dependente na América Latina

Trilhando os mesmos passos que André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, entre outros, no que diz respeito à conceitualização teórica geral da dependência latino-americana, Bamberger argumenta que esta deve ser caracterizada como uma situação condicionante, na qual os países de capitalismo desenvolvido estabelecem uma relação em que

⁷⁴ Nesse sentido, afirma Enrique Dussel (2012, p. 377): “o capital periférico, não tendo, por seu lado, outro capital dependente do qual possa obter mais-valia por transferência, deve enfrentar sozinho todos esses tipos de exploração na concorrência intracapitalista e, por isso, aumenta a extração de mais-valia do trabalho vivo, do trabalho assalariado, do trabalho subsumido pelo capital global mundial através do capital periférico. Daí que a *contradição absoluta e concreta* no sistema capitalista mundial se produza no enfrentamento do *capital global mundial* (com suas contradições internas, mas principalmente como capital central) *com o trabalho assalariado* (do campo e da indústria urbana) *dos países periféricos e subdesenvolvidos*. Isto é, ‘capital mundial versus trabalho vivo periférico’, aquele que é subsumido em concreto pelo capital periférico (ou pela expansão da porção transnacionalizada pelo capital produtivo central) dos países ou nações dependentes, e que, na tendencial redução *relativa* dos seus salários, permitem uma obtenção crescente de mais-valia”.

a capacidade de desenvolvimento, bem como as possibilidades e os limites de ação dos países periféricos, passam a ser determinados de fora para dentro, ao passo que, nessa mesma relação, gestam-se estruturas internas que possibilitam que as funções das economias nacionais dependentes sejam redefinidas, fazendo com que a relação centro-periferia seja condicionada também de dentro para fora⁷⁵.

Nesse sentido, a autora destaca que a *situação de dependência* — que é determinada pela capacidade que o sistema capitalista mundial tem de submeter os demais países às suas relações de produção — é a que cria as condições estruturais para o desenvolvimento dos países periféricos com relação aos interesses e aos ditames dos países centrais. Já a *estrutura dependente* — que é aquela que resulta justamente desse tipo de relação e que não pode ser entendida tão somente como uma relação única de determinação — é a que engendra os parâmetros históricos de atuação das economias periféricas, fazendo com que as relações de dependência sejam redefinidas em função do desenvolvimento interno desses países⁷⁶.

Sendo assim, se há um entendimento de que os países periféricos são aqueles que na linha histórica do desenvolvimento capitalista chegaram tardiamente na constituição do sistema a nível mundial, também há que se ressaltar que tal entendimento não exclui a visão de que esses países se tornaram uma peça-chave na explicação da evolução desse mesmo sistema, já que:

o “atraso” dos países dependentes foi uma *consequência* do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a *condição* desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros. (BAMBIRRA, 2015, p. 44).

Bambirra (2015) ressalta que os países de capitalismo desenvolvido assim o são em

⁷⁵ Nesse sentido, afirma Theotonio dos Santos (1986, p. 300): “Enfocar la dependencia como una condición que configura cierto tipo de estructuras internas, significa tomar el desarrollo como un fenómeno histórico mundial; como resultado de la formación, expansión y consolidación del sistema capitalista. Tal perspectiva implica la necesidad de integrar, en una sola historia, la perspectiva de la expansión capitalista en los países hoy desarrollados y sus resultados en los países por él afectados. Pero no se trata de tomar estos resultados como simples ‘efectos’ del desarrollo capitalista, sino como su parte integrante y determinante”.

⁷⁶ Ainda de acordo com Theotonio (1991, p. 21): “La primera distinción de niveles que se propone es la realización dialéctica que se establece entre las leyes de movimiento de una estructura de relaciones internacionales, cuyas determinaciones se encuentran en la dinámica de la acumulación capitalista en los países dominantes, y su entrelazamiento con economías nacionales que tienen su proceso de acumulación condicionado por el modo de inserción en esta economía internacional y, al mismo tiempo, determinado por sus propias leyes de desarrollo interno. Las palabras condicionado y determinado reflejan conceptos precisos. Una cierta estructura socioeconómica posee sus leyes de movimiento determinadas por sus elementos constitutivos y las relaciones que establecen entre sí. Estos elementos explican, en última instancia, sus leyes de movimiento. En términos dialécticos, todo fenómeno se mueve a partir de sus contradicciones internas que determinan y abastecen los marcos de posibilidad de sus acciones”.

função de suas forças produtivas, pois foi através da Revolução Industrial que tais países conseguiram se arvorar como grandes potências econômicas, capazes de subjugar e de dominar até mesmo países de culturas milenares. Tendo a indústria como a base econômica dinamizadora de um novo sistema social, esses países não só criaram formas superiores de domínio da tecnologia, da natureza e dos indivíduos, como também conseguiram se impor aos outros países, destruindo total ou parcialmente os demais sistemas.

Todavia, quando se parte das considerações gerais para o campo intermediário de interpretação da realidade histórica, é preciso ter em mente que a introdução do modo de produção capitalista nos territórios que estavam sendo conquistados deveria necessariamente obedecer a uma dinâmica correspondente tanto aos impulsos externos (predominantes) quanto aos internos referentes à produção e à apropriação do excedente econômico. Isso explica, portanto, a importância de se ater às circunstâncias e às condições histórico-estruturais de cada país e região em seu processo de integração ao capitalismo mundial e/ou à divisão internacional do trabalho.

Um exemplo disso pode ser encontrado quando se discute a questão agrária no Brasil, já que o monopólio da terra era uma realidade constante antes mesmo da introdução das relações de produção capitalistas no território nacional. Introdução esta que não foi *de* e sim *ao* encontro de tal realidade, fazendo com que a dinâmica produtiva que estava posta nas áreas rurais se acelerasse em função do ímpeto de acumulação do capital.

Ademais, devido ao grande contingente populacional liberado pelo monopólio da terra, cuja extensão de grandes territórios contrastava vivamente com o número reduzido de proprietários, a superexploração da força de trabalho encontrava um cenário favorável para o seu florescimento em formas híbridas e/ou puras de produção comandadas pela lógica do capital. Como assinala Vânia Bambirra (2015):

É esse processo de monopolização que restringe as áreas da economia de subsistência e de autoconsumo e gera um potencial disponível de mão de obra para ser proletarizada no setor exportador. A proletarização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo – que, embora em vastas regiões passe a ser predominante, não elimina completamente as relações pré-capitalistas ou semi-serviis, e até coexiste com estas em alguns casos, tendendo a uma aproximação maior ou menor às relações capitalistas de produção puras, de acordo com as necessidades do sistema. Por outro lado, essa proletarização também se torna possível e necessária porque corresponde à melhor forma de entrelaçamento entre países dependentes e os países capitalistas avançados. Em outras palavras, a expansão do capitalismo metropolitano faz com que se reproduza seu sistema, não estritamente à sua imagem e semelhança, mas sob a forma de um capitalismo dependente. (BAMBIRRA, 2015, p. 68).

Também é importante destacar que nesse processo de reorganização social da produção, ao qual o país dominado é submetido por meio de um conjunto de transformações, a

modernização se dá sem que se altere substancialmente a estrutura de classes vigente no território em questão, o que se denota pela persistência da oligarquia na composição do bloco de poder interno mesmo quando o caráter da dominação externa tenha passado por mudanças significativas.

Dessa forma, a estrutura de classes que se forja no Brasil é uma estrutura de dominação oligárquico-burguesa, com uma oligarquia de latifundiários, de matriz agroexportadora, instituída de um poder de mando violento e autoritário, e que soube se imiscuir em todo e qualquer negócio que lhe fosse altamente rentável, de um lado. E com uma burguesia urbana, de matriz manufatureiro-industrial, dependente política e financeiramente dos setores primário-exportadores, sendo ela mesma uma classe incipiente em suas funções de comando nos espaços institucionais, de outro.

Evidente está que entre essas duas classes existe uma gradação social constituída por diferentes grupos e segmentos sociais, cujos interesses poderão variar de acordo com a conjuntura e a correlação de forças em presença a cada momento histórico. Porém, no que diz respeito à formação do bloco de poder e as direções que são tomadas no sentido do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, é certo que é na atuação desse polo que iremos encontrar o respaldo histórico para a explicação da nossa formação econômico-social.

Portanto, quando se fala da industrialização no Brasil, é preciso ter ciência de que esse processo não se deu à revelia ou até mesmo contra a presença do setor primário-exportador. Até porque, é com base nesse setor que as indústrias emergirão como possibilidade real de diversificação da produção⁷⁷. O que também explica o curso que a revolução burguesa tomou nesse país, cuja forma diversa adotada não invalida o verdadeiro caráter de seu conteúdo⁷⁸.

⁷⁷ Nesse sentido, explica Vânia Bambirra (2015, p. 77): “A indústria surge impulsionada originalmente pelas próprias leis do movimento que regem o desenvolvimento do setor exportador, mas logo gesta sua própria dinâmica e se torna independente deste setor. No entanto, sua independência é relativa, pois, embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência e expansão. Seus limites estão dados, portanto, pela dependência em relação ao funcionamento do setor exportador, que é, em última instância, a dependência em relação ao funcionamento do sistema capitalista mundial em seu conjunto”. Com isso, “a ‘revolução burguesa’ também não pôde atender as reivindicações pequeno-burguesas do campesinato, nem ser consequente na satisfação das necessidades colocadas pelo próprio desenvolvimento capitalista. Por um lado, se do ponto de vista dos interesses do desenvolvimento da indústria a estrutura fundiária deveria ser subvertida para expandir o mercado interno, por outro lado a burguesia industrial não foi capaz de questionar profundamente a existência da oligarquia latifundiária, pois a industrialização necessitava do sistema oligárquico como condição para a sua existência. Do setor primário chegavam os capitais para a indústria e do campo chegava a mão de obra, que era expulsa para a cidade”. (BAMBIRRA, 2015, p. 84).

⁷⁸ Nesse quesito vale a pena destacar o alerta feito por Marini (2017, p. 55): “O fato que mais chama a atenção é o caráter relativamente pacífico que o trânsito da economia agrária para economia industrial assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa. Isto fez com que muitos estudiosos mantivessem equivocadamente a tese de que a revolução burguesa latino-americana ainda está por se realizar. Ainda que fosse correto dizer que a revolução burguesa não se concretizou na América Latina segundo os cânones europeus, este argumento é enganoso, pois não considera adequadamente as condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana”.

Na América Latina, pelo menos desde que se consolidou a Conquista e os espanhóis destruíram os impérios Inca e Asteca, o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou a *liquidação radical* dos modos de produção que o precederam, mas sim sua *superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas, até formas mais elaboradas*. É assim que o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma *formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora*, até finalmente chegar a uma *formação socioeconômica dependente capitalista-industrial*. Mas são todas sequências e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial e que redefine constantemente as formas adotadas pelo capitalismo dependente. (BAMBIRRA, 2015, p. 78).

Ainda de acordo com a autora, o Brasil, que em sua tipologia histórico-estrutural se encontra entre os países de tipo A⁷⁹, pode ser visto como um capitalismo dependente que conseguiu de certa forma avançar em seu processo de industrialização e, com isso, aproveitar os momentos históricos que lhes foram favoráveis em termos de expansão e dinamização de sua economia. Assim que na primeira metade do século XX, marcado por guerras e crises em escala mundial, o Brasil não só logrou diversificar a sua produção, como também alcançou um patamar de penetração do capital que outros países latino-americanos não conseguiram. Todavia, tal situação não foi suficiente para a superação de sua dependência estrutural perante os grandes monopólios internacionais.

Isso se explica pelo fato de que na divisão internacional do trabalho — que fundamenta a criação do mercado mundial e fomenta a articulação dos países em razão das distintas funções que cada um deles exerce no processo de produção e de circulação de mercadorias — os países de capitalismo dependente encontram-se atrelados à dinâmica capitalista dos países desenvolvidos. Daí os reflexos que os momentos de expansão e/ou retração da produção nos grandes centros têm nos processos de produção, de exportação e de importação dos países periféricos. Mesmo porque, seja na comercialização de matérias primas e de alimentos ou nas de bens manufaturados e de capitais, a lógica imperante dessas relações será a lógica de acumulação do capital.

Nesse sentido, como as relações de dependência dos países latino-americanos conseguem dar vazão aos interesses econômicos das burguesias internas sem que a sua hegemonia política seja ameaçada, a probabilidade de elas seguirem o caminho que está sendo imposto pelo imperialismo é quase certa. Portanto, mesmo quando em determinados momentos históricos as burguesias internas se viram “forçadas” a assumir a produção de bens manufaturados para satisfazer as necessidades do mercado interno, como foi no período conhecido como o da substituição de importações, elas jamais almejam romper as suas

⁷⁹ Para mais informações, confira a obra de Bamberra (2015).

relações com as burguesias externas, pois, todas elas, mesmo que de forma desigual, seguiram acumulando.

Quando falamos de produção e de circulação de mercadorias, é preciso ter claro que o ciclo do capital nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos é distinto. Isso porque, diferentemente do que ocorre nos países industrializados, cuja produção e realização das mercadorias dão conta de seu consumo interno, nas economias dependentes a fase de produção é interna, mas a de circulação é majoritariamente externa. Isso ocorre devido ao fato de que no capitalismo dependente, os produtores diretos, isto é, os trabalhadores responsáveis pela produção da riqueza material, não contam como consumidores.

Portanto, se nos países industrializados as lutas de classes acerca das questões salariais têm reflexo direto na capacidade de consumo dos trabalhadores e na de realização das mercadorias pertencentes àquelas burguesias, nos países dependentes a situação em torno desse antagonismo de classes ganha outra conotação. Já que a presença dos trabalhadores como potenciais realizadores das mercadorias é irrelevante, ficam criadas as condições que torna possível a superexploração da força de trabalho. Como diria Marini, numa leitura marxista da realidade latino-americana, em que as especificidades de suas formações sociais são levadas em conta, o mais importante é captar as formas como se dá a exploração do trabalho e, conseqüentemente, a acumulação de capital.

Daí a necessidade de se fazer a distinção entre o que foi e o que é o processo de acumulação de capital nos países de capitalismo desenvolvido e o que foi e está sendo nos países capitalistas subdesenvolvidos, pois, a radicalidade de suas análises reside justamente em sua capacidade de apreender as particularidades que são inerentes ao processo de formação, desenvolvimento e consolidação das economias dependentes na América Latina.

Assim, se nas economias dominantes a acumulação de capital está baseada, sobretudo, no desenvolvimento incessante de suas forças produtivas. Nas economias dependentes é a exploração extremada da força de trabalho que explica, fundamentalmente, o processo de acumulação aqui existente.

Isso ocorre porque na evolução do mercado mundial, ou seja, no processo de divisão internacional do trabalho, coube às nações periféricas cumprir a função de serem as subsidiárias do desenvolvimento industrial dos países centrais. Isso deu origem tanto às práticas espoliativas — com o saqueio a partir da Conquista — quanto ao intercâmbio desigual — com a contínua transferência de valor periferia-centro. O certo é, que nesse sentido, não se pode compreender e tampouco explicar o aprofundamento das desigualdades entre as nações e entre as classes sociais se não tivermos em conta a existência da acumulação baseada na superexploração.

Para entendermos a superexploração da força de trabalho é preciso ter em mente que além das duas formas tradicionais de extração de mais-valia operada pelo capital, com o prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e com o aumento da intensidade do trabalho (mais-valia relativa), existe um recurso a mais que é usado pelo capital nos países dependentes. Se nos países desenvolvidos o capital consegue ampliar o seu grau de exploração mediante a elevação de sua produtividade — fazendo com que ocorra uma redução nos valores relativos aos dos meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho —, nos países subdesenvolvidos a exploração traz consigo outros mecanismos. Porque, além do desgaste ocasionado pela jornada intensiva e extensiva de trabalho, há ainda a redução forçada do fundo de consumo do trabalhador. Em outras palavras, significa dizer que a capacidade de reposição da força de trabalho gasta durante a jornada se vê limitada pelo pagamento de um preço que está aquém do valor real da força de trabalho.

Como nas economias dependentes o mercado nacional não desempenha um papel importante para a acumulação interna de capital, os salários que são pagos aos trabalhadores tendem a não corresponder ao valor da força de trabalho contratada⁸⁰. Expediente que se torna possível tanto pela ausência de uma circulação de mercadorias que esteja voltada ao consumo massivo da população, quanto pela presença constante de um exército industrial de reserva — superpopulação relativa — que torna possível a premência dos interesses dos capitalistas com relação ao conjunto dos trabalhadores que se encontram inseridos no processo de valorização do capital.

De acordo com Marini (2011),

Importa assinalar que, nos três mecanismos considerados [a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho], a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2011, p. 149-150).

Como princípio condutor das relações de produção no capitalismo dependente, a

⁸⁰ Dessa forma, afirma Marini (2011, p. 156-157): “Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo”.

superexploração da força de trabalho implica não somente na obtenção de baixos salários, como também em índices inferiores de desenvolvimento sociocultural por parte da maioria dos trabalhadores⁸¹.

A pobreza no capitalismo é congênita, não como resultante de uma carência — que na prática é inexistente —, e sim como fruto artificial do sistema. Isso porque, todo trabalhador é ao mesmo tempo livre e escravo do trabalho assalariado. Como um não proprietário dos meios de produção, sua força de trabalho é uma objetividade inerente à sua pessoa, mas não enquanto realidade material. Portanto, para que essa potencialidade criadora se efetive, é necessário que o próprio trabalhador aliene sua capacidade para o capital. Todavia, como se trata de uma relação de dois polos opostos que se complementam, o trabalho no capitalismo nada pode ser sem a presença do capital, o qual só consegue se reproduzir de forma ampliada pela exploração imanente a esta relação⁸².

Relação que se insere num processo que é regido pela lógica do capital e que se sustenta na extração máxima de trabalho vivo. Daí a contradição posta pelo processo capitalista de produção, que faz com que aqueles que se dedicam a produção direta da riqueza material sejam justamente os menos afortunados em termos de consumo. E como o assalariamento da força de trabalho ocorre de acordo com os pressupostos econômico-sociais e político-culturais particulares de cada país, é certo que num país de origem colonial a realidade do trabalhador é distinta daquela que se apresenta num país de capital central.

Portanto, se entendemos que na relação capital/trabalho o proletariado periférico já se constitui como um sujeito pauperizado, por não ter acesso à terra, aos insumos, aos materiais e aos instrumentos necessários à sua produção, logo entenderemos que esses indivíduos, que se encontram destituídos dos meios de produção, não poderão assegurar a sua própria reprodução senão vendendo a sua força de trabalho em toda e qualquer ocasião. Pois, o drama dos trabalhadores que constituem o povo periférico do capitalismo reside no próprio fato de serem

⁸¹ Já dizia Marini (2013, p. 52): “A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial”.

⁸² Sobre isso diria Marx (2013, p. 645-646): “Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de valorização e de fruição para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. Como antes de entrar no processo seu próprio trabalho já está alienado dele [*ihm selbst entfremdet*], apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse trabalho se objetiva continuamente, no decorrer do processo, em produto alheio. [...]. Por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva da riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e efetivação [...], numa palavra, produz o trabalhador como assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a *sine qua non* da produção capitalista”.

trabalhadores assalariados desse modo de produção que se constituiu a nível mundial⁸³. Como afirmava Marini (2017, p. 63), “a lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade”.

Com a subsunção real do trabalho ao capital e a vigência de forma plena da lei do valor torna-se possível tanto a desvalorização real da força de trabalho — mais comum nas formações econômico-sociais dominantes — quanto a consecução da superexploração da mesma — que pode ser evidenciada nas economias dependentes. Todavia, para que esta última ocorra é necessário que os capitalistas contem com a presença massiva de trabalhadores, os quais deverão formar um verdadeiro exército industrial de reserva, fazendo com que a pressão exercida para a diminuição dos salários se torne uma prática constante e o desgaste prematuro da força de trabalho uma realidade premente⁸⁴.

Sabemos que há uma distinção entre o valor e o preço da força de trabalho. Que o salário pago ao trabalhador diz respeito ao preço da mercadoria força de trabalho, que poderá ou não corresponder ao seu valor⁸⁵. Este último, por sua vez, é determinado pelos custos de

⁸³ Em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels (2010) faz uma observação que julgo ser pertinente para a compreensão da relação que há entre operários e capitalistas, tendo em vista a capacidade de manipulação e de apropriação do capital perante a força de trabalho que se encontra disponível em cada país e região. Diz ele, “Eis o que é a concorrência entre os proletários. Se *todos* os proletários afirmassem sua decisão de morrer de fome a trabalhar para a burguesia, esta seria obrigada a renunciar ao seu monopólio. Mas não é o que ocorre: essa possibilidade é praticamente irrealizável e, por isso, a burguesia prospera. Essa concorrência entre os operários tem apenas um limite: nenhum deles se dispõe a trabalhar por menos que o necessário para sua subsistência; se deve morrer de fome, não morrerá trabalhando. Obviamente, esse limite é relativo: uns têm necessidades maiores que outros; o inglês, que conserva um certo grau de civilidade, tem maiores exigências que o irlandês, que anda esfarrapado, come batatas e dorme numa pocilga. Mas isso não impede que o irlandês concorra com o inglês e reduza gradativamente o salário deste – e, assim, seu grau de civilidade – ao seu próprio nível”. (ENGELS, 2010, p. 118-119).

⁸⁴ No que concerne à existência do exército industrial de reserva (EIR) e sua relação com a superexploração, sublinha-se: “O tema da superexploração da força de trabalho, apontada por Marini como a característica estrutural demarcadora da condição dependente vivida pelos países da periferia em relação aos países do centro do capitalismo mundial, guarda relação evidente com a lei geral da acumulação capitalista de Marx, especialmente quando são tratadas a funcionalidade do exército industrial de reserva para a acumulação capitalista e, por outro lado e muito mais importante, sua ‘disfuncionalidade’ no que diz respeito aos impactos perniciosos que provoca na classe trabalhadora em geral.” (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 89). Portanto, “relacionar o EIR com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia [...]. Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial. Logo, implica elevação da taxa de mais valia e conseqüente elevação da taxa de lucro. Isso ocorre porque, como já foi dito, a existência de uma massa de trabalhadores que se encontra excluída, à margem do mercado da força de trabalho (massa de desempregados), exerce uma pressão sobre aqueles trabalhadores que se encontram efetivamente empregados, forçando a que se submetam a todas as formas de superexploração existentes, sob pena de se verem substituídos” (Id. *Ibid.*, p. 100-101).

⁸⁵ “É claro que a soma dos ‘meios de vida necessários’ deve ser suficiente, em qualquer caso, para ‘manter o indivíduo trabalhador como tal, em sua condição normal de vida’; conforme a feliz terminologia de Otto Bauer, devemos distinguir entre as energias necessárias ao mero ‘processo vital’ do trabalhador e as energias gastas por ele no ‘processo de trabalho’. (Se só se substituem as primeiras, se não se compensa o gasto adicional de energia que a própria ação laborativa acarreta – ou se isso é feito insuficientemente – ocorrerá uma reprodução atrofiada

produção da mercadoria em questão, ou seja, pelos meios de vida necessários à manutenção da força de trabalho. Em outras palavras, o valor da força de trabalho corresponde aos valores referentes aos meios de subsistência necessários à conservação e reprodução do trabalhador, o que inclui, naturalmente, elementos como vestuário, habitação, educação, alimentação etc.

Todavia, se o preço e o valor da mercadoria força de trabalho não possuem uma relação de identidade, se ambos não são necessariamente iguais, isso significa que as suas explicitações podem ser conformadas por dinâmicas distintas. Ainda mais se recordarmos que a formação do valor da força de trabalho se dá a partir de dois elementos, sendo um deles físico e o outro histórico e moral. Daí a elasticidade existente no pagamento da mercadoria força de trabalho de acordo com cada região. Uma vez que, as necessidades sociais não são — ou não deveriam ser — redutíveis às necessidades básicas, é preciso procurar na formação econômico-social de cada país os fatores que são determinantes para a constituição da relação salarial a nível temporal.

É preciso ressaltar que não se trata aqui de defender a chamada “lei do empobrecimento” ou a ideia do “mínimo existencial fisiológico”, que são concepções que não se fazem presentes nas formulações maduras de Marx⁸⁶. Caso contrário, todo o movimento de organização, de mobilização e de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida seria nulo na história das lutas de classes. No entanto, o que deve ser destacado é o fato de que no mundo capitalista nem todos os comensais são iguais. Entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, avançados e atrasados, centrais e periféricos, há uma diferença significativa no trato e na remuneração dos trabalhadores pela classe capitalista.

Se historicamente a espoliação e a exploração da América Latina foram fundamentais para a consolidação e expansão da produção industrial nos países centrais da Europa, seja mediante o fornecimento de matérias-primas e de alimentos, seja por meio da transferência de valor e de mais-valia, é certo que nos países localizados ao sul o desenvolvimento tardio e limitado do capitalismo forjou diversos empecilhos para a inserção e participação dos trabalhadores na confecção e usufruto da riqueza material socialmente produzida⁸⁷. Dessa

da força de trabalho, e o preço da força de trabalho estará abaixo de seu valor.)”. (ROSDOLSKY, 2001, p.237-238).

⁸⁶ De acordo com José Paulo Netto (2020, p. 199), “essa tese, assumida, como já vimos, por Marx na *Miséria da filosofia*, e conforme a qual o proletário estaria submetido a um inevitável processo de *pauperização absoluta*, apoia-se numa teoria dos salários que não é consistente; ora, como o mesmo Marx mostrou posteriormente, a *pauperização absoluta* não é uma tendência irrecorrível do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Marx revisa e retifica essa concepção da pauperização absoluta no Livro I de *O Capital* (1867), operando com uma teoria dos salários mais adequada e elaborada e introduzindo a ideia de *pauperização relativa*”.

⁸⁷ Ao tratar do desenvolvimento das forças produtivas e da presença dos trabalhadores como consumidores nas economias centrais, Jaime Osorio (2013, p. 65) faz um paralelo com o que se sucedeu na América Latina, destacando a ausência daqueles “traços civilizatórios” na periferia do sistema mundial capitalista: “Os efeitos

forma, no incipiente capitalismo brasileiro, a presença dos produtores diretos como consumidores é parca e restrita, o que expressa o tamanho do divórcio que há entre a burguesia e as massas populares superexploradas.

2.2 Observações acerca da categoria superexploração da força de trabalho

Uma questão importante a ser levantada aqui, que diz respeito ao salário que é pago aos trabalhadores nos países de economia dependente, é a crítica que comumente é feita aos pressupostos da Teoria Marxista da Dependência, com relação à existência da superexploração da força de trabalho. Argumentando que em Marx o pagamento do mínimo necessário à sobrevivência dos trabalhadores já estaria posto, independentemente de qual nação estejamos falando, esses críticos entendem que a superexploração da força de trabalho seria algo intrínseco ao modo de produção capitalista. Portanto, a leitura que é feita por Ruy Mauro Marini concernente ao pagamento de um preço que está aquém do valor da força de trabalho seria estranha à formulação de Marx, já que o salário representaria exatamente o valor da força de trabalho comprada.

Porém, essa leitura de que ao capitalista cabe pagar somente o mínimo necessário ao trabalhador assalariado, como se fosse uma prática inerente à toda e qualquer formação social burguesa, é uma interpretação um tanto quanto simplista dos escritos de Marx. Já que tanto Marx quanto Engels haviam refutado essa concepção ao polemizar com os seus compatriotas, em 1875, no que ficou conhecida como a *crítica do Programa de Gotha*. Nela, os revolucionários alemães criticam a chamada “lei de bronze do salário”⁸⁸, formulada por

desses processos caminharão numa direção contrária no capitalismo que se desenvolveu nas economias não industriais latino-americanas. Mais que tentar compensar as transferências de valor através da elevação da produtividade, o capital nesta parte do mundo compensará tais fluxos de valor pelo aumento da superexploração, elevando dessa forma a produção de valor, seja mediante a apropriação do fundo de consumo do trabalhador para convertê-lo em fundo de acumulação de capital, seja mediante a manutenção de extensas ou intensas jornadas de trabalho. O que importa destacar aqui é que foi se formando uma modalidade de capitalismo – dependente –, em que o consumo da população trabalhadora se torna um elemento secundário em relação aos setores, ramos ou unidades produtivas mais dinâmicas dentro da acumulação dependente. Definitivamente se trata de um capitalismo no qual os trabalhadores contam mais como produtores de valor que como consumidores, de modo que seu papel no mercado local tende a ser pouco significativo”.

⁸⁸ De acordo com a nota que consta na edição da *Crítica do Programa de Gotha*, “Lassalle determinava e fundava a ‘lei econômica de bronze’ com as seguintes palavras: ‘o salário médio permanece sempre reduzido aos meios de subsistência necessários, os quais, num povo, são comumente exigidos para a sobrevivência e para a procriação. Esse é o ponto em torno do qual o salário real gravita em movimentos pendulares [...]. Ele não pode elevar-se por muito tempo acima dessa média, pois isso ocasionaria, em razão das melhores condições dos trabalhadores, um aumento da população trabalhadora e, com isso, da oferta de trabalho, o que voltaria a pressionar o salário para cima e para baixo de seu estado anterior. O salário também não pode cair duradouramente abaixo do nível desses meios de subsistência, pois assim ocasionaria emigrações, celibato, queda da taxa de natalidade e, por fim, uma diminuição do número de trabalhadores - provocada pela miséria - que, desse modo, diminuiria a oferta de trabalho e, por conseguinte, levaria o salário novamente ao seu estado anterior’.” (MARX, 2012, p. 37).

Ferdinand Lassalle, asseverando o quanto era equívoca essa compreensão que enxergava no pagamento do mínimo necessário um mecanismo perene no processo de acumulação capitalista. Assim, para Engels (2012, p. 54), essa pretensa lei estava baseada numa “visão econômica totalmente ultrapassada”, por considerar que o trabalhador recebia “em média apenas o *mínimo* do salário, e precisamente porque, segundo a teoria da população de Malthus, há trabalhadores demais (esse era o raciocínio de Lassalle)”. Ao que Engels acrescenta: “Marx, em *O Capital*, demonstrou em detalhe que as leis que regulam o salário são extremamente complexas, tendo como fator decisivo, conforme as circunstâncias, ora isto, ora aquilo, de modo que elas não são de modo algum brônzeas, mas, ao contrário, bastante elásticas”.

Além disso, mesmo que esqueçamos dos fatores históricos, geográficos e morais que jogam um papel fundamental na determinação do valor da força de trabalho em cada país, tendo em vista, inclusive, a pressão que as tradições culturais e os hábitos sociais podem exercer na conformação do salário em cada região, ainda assim, restariam, em última instância, as lutas de classes como um fator delimitador do padrão de vida a ser assumido pelos trabalhadores assalariados. Portanto, se há uma tendência nos capitalistas em rebaixar o salário ao mínimo necessário para a reprodução física do trabalhador, há sempre uma contratendência dos trabalhadores em lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Caso contrário, como diria Marx (1982, p. 184), em seu opúsculo *Salário, Preço e Lucro*, os trabalhadores ver-se-iam degradados “a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação”.

Sendo assim, atribuir à teoria marxiana uma concepção que pertence a Lassalle é um equívoco! E por mais que tenhamos algumas passagens em *O Capital*, na qual Marx (2013) faz referência ao processo de constituição da superpopulação relativa e ao conseqüente incremento da massa de miseráveis em meio ao conjunto de trabalhadores — naquilo que ficou estabelecida como a “lei geral da acumulação capitalista” —, é sabido que tal miséria é sempre vista de forma relativa, temporal e espacial. Pois, de acordo com Marx, “à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar” (MARX, 2013, p. 720-721). Isso porque, no que diz respeito aos países capitalistas centrais, a remuneração da força de trabalho deve ser vista em relação à capacidade de acumulação posta em movimento. Portanto, por mais que o valor da força de trabalho possa se elevar, ampliando a riqueza auferida pelos trabalhadores, ele continuará sendo significativamente inferior ao montante de valor acumulado pelos capitalistas⁸⁹.

⁸⁹ Para corroborar a interpretação que está sendo apresentada, lanço mão de uma passagem de Ernest Mandel (1982a, p. 38), que diz: “Não existe, pois, nenhuma ‘lei de bronze’ que governa a evolução dos salários. A luta de

Por isso, quando se vai estudar o processo de constituição da força de trabalho assalariada em um país ou em uma região, é importante levar em consideração todos os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que exercem direta ou indiretamente uma influência na conformação das relações capitalistas de produção. O que, bem entendido, significa dizer que os países capitalistas periféricos não contaram com as mesmas circunstâncias históricas que se registraram no desenvolvimento dos países capitalistas centrais. Daí a relevância dos questionamentos realizados por Rosdolsky (2001, p. 257), quando diz: “É bonito que a maioria dos trabalhadores da indústria dos Estados Unidos possua uma pequena casa e um automóvel próprios. Mas, por que os trabalhadores da vizinha América Latina não têm nada semelhante e, em sua maioria, devem contentar-se com salários desumanos?”. Ou seja, por que há tamanha disparidade em termos de desenvolvimento econômico e social entre os países capitalistas? Quais são as leis que determinam esse desenvolvimento desigual e combinado? Para responder a essas questões recorreremos novamente a Rosdolsky que, utilizando-se da lei do valor, afirma existir um intercâmbio desigual entre diferentes nações através do mercado mundial. Isso ocorre quando um país altamente desenvolvido consegue obter lucros extraordinários com a transferência de mais-valia de outros países, fazendo com que o país mais rico explore continuamente o país mais pobre (ROSDOLSKY, 2001, p. 258). Com isso,

os ganhos obtidos pelas nações altamente capitalistas em seu comércio com os países atrasados também podem ser empregados, em parte, para fazer concessões salariais aos trabalhadores das nações desenvolvidas. Amplia-se assim a margem de jogo “dentro da qual se pode modificar o nível dos salários em virtude dos resultados da luta entre os dois lados que combatem entre si”, sem levar em conta os baixos preços das mercadorias importadas dos países atrasados, o que também pode beneficiar os trabalhadores do país receptor. (ROSDOLSKY, 2001, p. 259).

Portanto, vislumbra-se aí a particularidade da superexploração para o entendimento do capitalismo na América Latina, já que foi por meio desse expediente que as classes dominantes locais buscaram compensar as perdas de valor ocasionadas pelo intercâmbio desigual. Ao agregar essa noção nas formulações acerca dos impactos do funcionamento do mercado mundial sobre os países de capitalismo dependente, Marini conseguiu ampliar o horizonte crítico e aprofundar os estudos com relação às desigualdades existentes, incrementando, inclusive, a explicação para a presença das disparidades salariais que há entre os trabalhadores

classe entre Capital e o Trabalho, determina-a em parte. O capital esforça-se por fazer baixar os salários no sentido do mínimo vital fisiológico. O trabalho esforça-se por dilatar o elemento histórico e moral do salário, incorporando nele mais necessidades novas a satisfazer. O grau de coesão, de organização, de solidariedade, de combatividade e de consciência de classe do proletariado, são, pois, fatores que co-determinam a evolução dos salários. Mas a longo prazo, pode-se patentear uma tendência incontestável para a pauperização relativa da classe operária. A parte do valor novo criado pelo proletariado, que cabe aos trabalhadores, tende a baixar (o que pode, de resto, ir de passo com uma alta dos salários reais)”.

do centro e da periferia capitalista. Ao passo que, já não se pode mais entender a formação social brasileira, em sua totalidade, se não tiver em conta os condicionantes econômicos e políticos provenientes da atuação imperialista dos países centrais, bem como, condicionantes internos originados pela ação das burguesias periféricas. Tudo isso, sem esquecer, é claro, do quanto as lutas de classes também contam como fatores determinantes para as dinâmicas de exploração e, conseqüentemente, para a configuração das relações salariais em cada país e região.

Franz Mehring, em seu livro sobre a vida e a obra de Karl Marx, já falava do quanto era importante a realização desses embates como forma de resistência proletária diante da insaciável necessidade de acumulação do capital, fazendo com que, em resposta a tal situação, os ideólogos da burguesia tentassem camuflar ainda mais as relações de exploração.

Quando o proletariado urbano em Lyon tocou o sino chamando o incêndio e o proletariado rural na Inglaterra levantou a bandeira da rebeldia, os economistas vulgares inventaram a “teoria da abstinência”, de acordo com a qual o capital era acumulado por uma abstinência voluntária dos capitalistas, uma teoria que Marx espancou tão impiedosamente quanto Lassalle [...]. A “abstinência que realmente contribui para a acumulação do capital é a “abstinência” compulsória dos trabalhadores, a depressão brutal dos salários abaixo do valor da força de trabalho, com o objetivo de transformar os fundos necessários de consumo dos trabalhadores em fundos de acumulação dos capitalistas, pelo menos em parte. Esta é a origem real de todas as lamentações sobre a vida “luxuosa” dos trabalhadores, o infinito sussurro sobre a garrafa de champanhe que os pedreiros tiveram a ousadia de beber um dia. (MEHRING, 2013, p. 359).

Uma passagem interessante que nos possibilita depreender três observações que julgo deveras pertinentes. A primeira delas diz respeito aquela história de que o capitalista só é o que é graças aos seus sacrifícios e esforços desmedidos. É como se os trabalhadores recebessem de fato um salário que correspondesse à totalidade de seu trabalho realizado no processo de produção, fazendo com que a acumulação de capital aparecesse como uma espécie de remuneração ao “trabalho” do empresário. Portanto, quanto mais ele se dedicasse e economizasse em suas empreitadas, maior seria o sucesso de sua empresa. O que já sabemos que não passa de uma falácia!

A segunda é a de que a forma salário, como meio de pagamento pelo trabalho efetuado, não deve necessariamente corresponder ao valor da força de trabalho. Isso significa dizer que a remuneração dos trabalhadores, em determinadas circunstâncias, pode sequer alcançar o mínimo necessário para a manutenção e reprodução de suas vidas miseráveis. Possibilitando assim, uma elevação na extração de mais-valia e, por conseguinte, um acúmulo maior de capital. Fato que foi não só analisado, como também aprofundado por Marini em seus estudos sobre o processo de constituição do capitalismo dependente na América Latina.

Por fim, como terceira observação, cabe assinalar o ódio de classe que transparece nas formulações dos ideólogos da burguesia quando eles falam da “insolência”, do “atrevimento”, da “petulância” do proletariado em querer consumir algo que não está destinado à “sua gente”. Até porque, se o capitalista precisa fazer sacrifícios para acumular, porque diabos o proletariado desejaria algo que não está reservado a sua baixa esfera de consumo! Assim, percebemos que numa simples passagem, de um livro escrito em 1918, fica evidente o quanto a correlação de forças entre as classes sociais desempenha um papel importante na conformação das condições de vida e de trabalho do proletariado.

Por essa razão, acreditamos que a formulação de Marini sobre a superexploração da força de trabalho não carece de base teórica e tampouco pode ser estendida a todas as formações sociais capitalistas. Já que a sua presença de forma perene se dá concretamente nos países que se desenvolveram tardia e subordinadamente com relação ao desenvolvimento e à dinâmica do capitalismo mundial. Nesse sentido, toda e qualquer deturpação ou anulação da categoria da superexploração da força de trabalho não pode ser vista de outra maneira senão como cancelamento da originalidade teórica de Marini. Isso porque, em seus estudos sobre o modo de produção capitalista na América Latina, nada há de mais perspicaz do que essa categoria histórica.

2.3 Breves apontamentos sobre o Estado no Capitalismo Dependente

Como na América Latina o processo de descolonização foi amplamente reprimido e controlado por interesses particularistas, a realização da independência — com a correlata emergência do Estado nacional — se deu de acordo com as estruturas econômicas, sociais e de poder de origens coloniais, adaptando-as a expansão do mercado capitalista moderno. Do que resultou uma transformação capitalista que não conseguiu romper por completo “com as formas coloniais de exploração do trabalho e nos quais as classes dominantes se tornaram burguesas através e atrás do desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 1981, p. 72). Portanto, estamos falando de uma ocorrência histórica que foi marcada pela presença dos estratos privilegiados como sendo os dirigentes desse processo que fez com que os seus próprios interesses prevalecessem sobre as questões de caráter nacional, democrático e popular.

Processo histórico que registrou uma mudança significativa com relação ao que ocorreu na Europa quando se deu, por exemplo, a consolidação da burguesia como classe dominante e hegemônica. Já que naquele continente, a burguesia logrou não só estabelecer uma ampla aliança de classes — pequenos proprietários de terras e a pequena burguesia artesanal e

comercial —, como também conseguiu conter o ímpeto revolucionário da nascente classe operária⁹⁰. Em termos político-estruturais isso foi muito diferente do que se sucedeu posteriormente na América Latina. Pois, como bem registrou Samir Amin (2021),

as burguesias surgidas tardiamente encontram maiores dificuldades quando tentam ampliar as suas alianças internas de classes. Num primeiro momento, a dicotomia centro/periferia se assenta numa aliança entre o capital central dominante e classes rurais dominantes de tipo antigo nas periferias (feudais ou latifundiárias etc.). A história da América Latina, cuja independência foi conseguida em princípios do século XIX, precisamente por essas classes latifundiárias, ainda hoje paga o preço legado por esta aliança entre o capital dominante e as oligarquias latifundiárias. [...] Mais tarde, na época contemporânea, quando se constituem os estados burgueses como resultado das lutas de libertação nacional e/ou quando os poderes latifundiários locais são derrotados, a nascente industrialização inscreve-se num sistema mundial desfavorável para a ampliação da sua base social local. Aqui o fordismo não é acompanhado pela democracia social operária. [...] As pressões da tecnologia moderna, que a competitividade impõe, requerem importações massivas de equipamento, conhecimentos técnicos, capitais que há que pagar aceitando remunerar o trabalho industrial a tarifas muito inferiores [...]. (AMIN, 2021, p. 217-218).

Situação que não só levou os países latino-americanos a saírem de uma condição colonial para adentrarem numa condição de dependência permanente, como também fomentou a formação de uma classe dominante débil para enfrentar os desafios históricos de uma autêntica revolução burguesa, ainda que, ela fosse significativamente forte para reprimir os intentos e anular os anseios vindos dos trabalhadores de seus respectivos territórios nacionais. Em outras palavras, se no capitalismo central o Estado se coloca a serviço da acumulação, favorecendo, inclusive, a emergência e a consolidação de grandes empresas monopólicas em seu território, no capitalismo periférico a realidade já é outra. Aqui, em face da fragilidade da vida econômica na sociedade civil, não poderia resultar outra coisa senão um Estado débil para exercer as suas funções no que diz respeito à acumulação capitalista de forma autônoma e independente.

Mesmo que a constituição do Estado Moderno na periferia capitalista tenha sido de fundamental importância para as classes dominantes, — pois, sem a sua presença, a concertação entre os interesses internos e externos se tornaria ainda mais difícil de realizar-se, sem falar na consolidação da dominação política pelas frações economicamente dominantes que seria praticamente irrealizável — o certo é que a sua existência enquanto um instrumento vinculado aos interesses burgueses internos se fez de maneira bastante limitada. Isso se explica,

⁹⁰ Basta pensar aqui na grande derrota sofrida pelos trabalhadores, em 1848, e no massacre perpetrado contra a Comuna de Paris, em 1871, para se ter uma ideia da força repressiva desencadeada pela burguesia enquanto classe dominante ao longo do século XIX; ou, pensar nas concessões políticas, econômicas e sociais que foram realizadas em face da pressão apresentada pelas reivindicações operárias, para que ter uma ideia do poder hegemônico da burguesia durante o breve século XX, o que, obviamente, não se viu repetir ou acontecer nos países do capitalismo periférico em nenhum momento histórico.

concretamente, mais por razões lógico-estruturais do que por razões institucionais ou formais⁹¹. Ainda comparando com os Estados pertencentes às principais potências europeias, é possível dizer:

As sociedades do capitalismo central caracterizam-se pela cristalização de um Estado nacional burguês, cuja função essencial, além da simples manutenção da dominação do capital, é precisamente a de controlar as condições da acumulação, mediante o controle nacional que exerce sobre a reprodução da força de trabalho, o mercado, a centralização do excedente, os recursos naturais e a tecnologia. O Estado cumpre aqui as condições que permitem a acumulação autocentrada e a submissão das relações externas à lógica desta. Pelo contrário, o Estado periférico que, como qualquer Estado, cumpre a função de manutenção da dominação interna de classes, não controla a acumulação local. É então - objetivamente - instrumento da adaptação da sociedade local às exigências da acumulação mundializada, que é determinada nas suas direções de evolução pela dos centros. (AMIN, 2021, p. 216).

Nesse sentido, a mundialização do capitalismo — através da lei do valor — fez com que o subdesenvolvimento de uns fosse o produto do desenvolvimento de outros, o que inclui, obviamente, a capacidade e o poder de seus Estados em termos de intervenção e de negociação político-econômica. Situação que implica, não só no estabelecimento de desigualdades e de hierarquias entre os países a nível de mercado mundial, como também no exercício desigual de suas respectivas soberanias estatais/nacionais⁹². Basta pensar nas disparidades existentes entre as funções de legitimação que cada Estado exerce no âmbito da sociedade civil, tendo por base a capacidade de produção e de acumulação desta última, para que se tenha uma ideia da desproporcionalidade que há entre as concessões obtidas pelos trabalhadores do centro e da periferia do mundo capitalista. No entanto, é bom lembrar, que para a lógica do capital as funções de acumulação estarão sempre à frente das funções de legitimação, mesmo que isso implique numa possível alteração na correlação de forças das classes em presença. Até porque, essa situação contraditória é inerente ao capitalismo e, como tal, jamais poderá ser superada por dentro da ordem.

Realidade que explica, também, o fato de que questões que envolvam democracia, igualdade, liberdade e outros valores tidos como universais não tenha alcançado uma importância que fosse para além das aparências. Dado que, em seu processo incessante e

⁹¹ Penso aqui na crítica que Marx (2010, p. 38) fizera ao apontar para os limites que certos reformadores sociais apresentavam ao acreditar que era possível transformar profundamente a sociedade com uma simples mudança na forma de Estado, quando diz: “Nem mesmo os políticos radicais e revolucionários procuram a razão do mal na essência *do Estado*, mas em uma determinada *forma de Estado*, que querem substituir por *outra* forma de Estado”.

⁹² Processo histórico que levou Jaime Osorio (2014, p. 206) a afirmar que essa relação entre centro e periferia no sistema capitalista mundial fez com que se constituísse uma “dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente”, implicando na “subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista”. Situação que, ainda de acordo com o autor, “não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos”.

irrefreável de valorização do valor, o capital não faz mais do que buscar vias que lhes assegurem as melhores condições materiais e humanas à sua reprodução de forma ampliada⁹³. Na dinâmica do capitalismo dependente isso pode significar o estabelecimento de um processo contínuo de expropriação e de degradação dos trabalhadores sob a égide do Estado⁹⁴.

Com isso não se quer afirmar que a sociedade civil fosse uma coisa gelatinosa, débil e pouco organizada, e que por isso precisaria de um Estado forte, deliberante e elitista. É claro que nesse processo histórico o Estado aparece como um fator primordial para a promoção das mudanças sociais necessárias ao desenvolvimento e a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil. Nesse sentido, a sua atuação como um instrumento de arranjo político entre as classes dominantes e de manutenção da ordem diante de toda e qualquer contestação popular evidencia-se historicamente. Em vista disso, para além daquela imagem do Estado como um demiurgo, isto é, como um ente construtor da sociedade, o que nós temos é a presença de todo um aparato jurídico-político, técnico-militar e ideocultural a serviço das classes dominantes contra a população. É como se Estado e sociedade não coincidissem em seus propósitos de interesses.

Afinal, a burguesia que emergirá no período pós-colonial é justamente aquela que buscará no Estado um espaço seguro para realizar os seus arranjos de classe e, assim, evadir-se dos enfrentamentos necessários ao desenvolvimento de um capitalismo autônomo. Pois, diferentemente do que fizeram as burguesias verdadeiramente revolucionárias — que se utilizaram do Estado somente para dar cabo aos ajustes mais complexos e específicos —, a burguesia brasileira buscou desde o início fazer da esfera estatal um meio para suprir as suas deficiências socioeconômicas, se aliando politicamente as camadas mais retrógradas da sociedade. Desse modo, as oligarquias não só se mantiveram praticamente intactas nas estruturas de poder, como também lograram plasmar a mentalidade burguesa impondo o seu

⁹³ Como diria Marx (2013, p. 342): “O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)? De modo geral, no entanto, isso tampouco depende da boa ou má vontade do capitalista individual. A livre-concorrência impõe ao capitalista individual, como leis eternas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista”.

⁹⁴ Ao falar do processo de acumulação primitiva no Brasil, Francisco de Oliveira (2013, p. 43) chama a atenção para a seguinte questão: “O conceito, tomado de Marx, ao descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser, para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação –, mas *se expropria o excedente* que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *cresce por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética”. Realidade que será visualizada de forma mais clara quando tratarmos da obra *Cacau*, de Jorge Amado, logo mais adiante.

padrão conservador de dominação, o que explica, por exemplo, o emprego sistemático da violência institucionalizada como um mecanismo de defesa dos interesses privados pertencentes aos setores econômica e politicamente privilegiados.

Com isso, as práticas opressivas e repressivas das classes dominantes passam a ser legitimadas como algo praticamente natural à ordem social, fazendo com que, no plano concreto das fazendas e das fábricas, ocorra uma depressão nas condições de trabalho, de resistência e de vida dos trabalhadores. Em outros termos, poderíamos classificar como sendo a existência de uma *democracia restrita*, ou seja, de uma democracia oligárquico-burguesa que funciona somente para os “mais iguais”, transformando todo o aparato estatal em um instrumento a serviço daqueles que de fato mandam na sociedade civil. De acordo com Florestan Fernandes (2006),

à oligarquia a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas no passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política. Por isso, ela se converteu no pão da transição para o “Brasil moderno”. Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização. Além disso, só ela podia oferecer aos novos comensais, vindos dos setores intermediários, dos grupos imigrantes ou de categorias econômicas, a maior segurança possível na passagem do mundo *pré-capitalista* para o *mundo capitalista*, prevenindo a “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade”. Também foi ela que definiu o *inimigo comum*: no passado, o escravo (e, em sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade. (FERNANDES, 2006, p. 247).

Portanto, são os interesses vinculados aos setores econômica e politicamente dominantes que irão não só “providenciar as condições gerais de produção”⁹⁵, como também assegurar que nada saia de seu controle no que diz respeito ao processo de desenvolvimento da sociedade civil. Exemplo disso, são as concessões que foram realizadas por meio da legislação

⁹⁵ Ao falar dos investimentos que são realizados de forma coletiva, através do Estado, para beneficiar os capitais particulares que não querem ou não podem arcar com os custos de tais obras, Marx (2011b, p. 438) argumenta: “*Todas as condições gerais da produção*, tais como estradas, canais etc., seja as que facilitam a circulação ou as que a tornam possível, seja igualmente as que aumentam a força produtiva (como as irrigações etc. realizadas pelos governos na Ásia e, de resto, também na Europa), tais condições, para serem levadas a cabo pelo capital, em lugar do governo, que representa a comunidade enquanto tal, supõem um elevado desenvolvimento da produção fundada no capital. A desvinculação das *obras públicas* do Estado e sua passagem ao domínio dos trabalhos executados pelo próprio capital indica o grau em que se constituiu a comunidade real na forma do capital. Um país, p. ex., os Estados Unidos, pode ele próprio experimentar a necessidade de estradas de ferro do ponto de vista produtivo; não obstante, a vantagem imediata para a produção daí resultante pode ser tão reduzida que as despesas não aparecem senão como *a fundo perdido*. Depois, o capital joga as despesas sobre os ombros do Estado ou, onde o Estado tradicionalmente ainda ocupa uma posição superior diante dele, possui ainda o privilégio e a vontade de forçar o conjunto [dos capitalistas] a pôr uma parte de sua *renda*, não de seu capital, em tais trabalhos de utilidade geral, trabalhos que aparecem ao mesmo tempo como condições *gerais* da produção e, por essa razão, não como condição *particular* para qualquer capitalista – e enquanto não assume a forma de sociedade por ações, o capital sempre procura exclusivamente as condições *particulares* de sua valorização, relega as condições *coletivas*, como necessidades nacionais, ao país como um todo”.

social e a institucionalização dos órgãos de representação e de luta organizada dos trabalhadores com a criação da denominada estrutura sindical.

Acontece que na medida em que as revoluções burguesas despontavam na América Latina, a partir de meados do século XIX, as classes burguesas pertencentes aos países de capitalismo central já estavam experimentando a sua versão contrarrevolucionária, fazendo com que os ideais democráticos de igualdade e de liberdade fossem afogados no sangue derramado pelos processos de reação desencadeados por lá e, conseqüentemente, fossem anulados em seu nascedouro por aqui. Isso, bem entendido, significa dizer que a participação popular nos espaços decisórios e determinantes para os rumos da nação não passava de uma mera ilusão de feição republicana. Tanto que todos os intentos vindos de baixo visando ampliar o escopo do Estado, em termos de conquistas civilizacionais para todos, foram duramente reprimidos e anulados.

Em conseqüência, como sucedia com as elites coloniais, [as burguesias nativas] convertiam-se no elo interno da dominação imperialista externa; e, apesar de absorverem as ideologias e utopias das burguesias do centro imperial, não podiam encadear e levar a cabo as várias revoluções sucessivas e interdependentes da transformação capitalista (em especial, não podiam pôr em prática o “idealismo constitucional” e admitir a transição efetiva da democracia restrita para a democracia de participação ampliada, já que a “democracia burguesa” trazia consigo riscos potenciais e reais de “sublevação da ordem”). [Assim], a dominação direta de classe e o poder político-estatal de classe exigiam a redução do espaço econômico, sócio-cultural e político das massas populares e das classes trabalhadoras (o que permitia adaptar ambos às desigualdades capitalistas, que se superpunham a outras desigualdades pré ou subcapitalistas, no condicionamento recíproco do moderno, ultramoderno e arcaico). (FERNANDES, 1979a, p. 40).

Num país em que a superexploração da força de trabalho se converte no mote da acumulação de capital, transformando a esfera da produção em um espaço exclusivo de mando arbitrário do patrão, os trabalhadores do campo e da cidade se viram relegados à condição de uma força social brutalizada, aviltada e renegada. Assim, a nação que se projeta não poderia ser outra senão a imagem da burguesia que comanda esse processo histórico. Sejam eles industriais ou ruralistas, empresários ou latifundiários, o certo é que são eles que se colocam como o antípoda de toda e qualquer tentativa de ampliação da ordem social por meio de reformas nacionais que pudessem fazer emergir a figura de fato e de direito do cidadão para a esmagadora maioria da população.

Como a (ir)racionalidade do capital logrou penetrar em todas as esferas necessárias ao seu processo de acumulação, à expansão da produção em âmbito local, se deu, simultaneamente, a ampliação da contrarrevolução a nível global. Tanto que, nos momentos em que as funções de legitimação da ordem já não davam mais conta de assegurar a reprodução

ampliado do capital — dentro dos padrões exigidos pela superexploração — a utilização do poder estatal, amparada pelas forças do imperialismo, não tardou a ocorrer de forma eficiente e intransigente.

Em sua obra, *O Capitalismo Tardio*, Ernest Mandel (1982b, p. 333-334) mostra como o uso do poder estatal — como um mecanismo de salvaguarda fundamental para a reprodução do capital — é importante não só para a criação das “condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante”, como também é para a repressão a qualquer tipo de ameaça emanada das classes dominadas ou de frações pertencentes aos setores economicamente preponderantes. Assim, é preciso registrar que a utilização de todo o arcabouço coercitivo, como as leis, o sistema penal, o poder judiciário etc., não pode se dar sem que ocorra o emprego de um dispositivo ideológico que busque garantir a integração à ordem através da promoção da dependência e do temor na relação entre Estado e sociedade.

Desse modo, o Estado consegue não só exercer as suas funções extraeconômicas de contenção dos anseios, interesses e revoltas vindos de baixo, como também logra suprir as necessidades que se encontram diretamente vinculadas à esfera da produção e que demandam a sua intervenção para o preenchimento dos pré-requisitos gerais, técnicos e sociais apresentados pelo capital⁹⁶. Circunstância que demonstra a indispensabilidade do Estado como um expediente fundamental para a consolidação, manutenção e expansão do capitalismo no território nacional. Pois é através dele que ocorre a socialização das despesas, dos riscos e das desgraças geradas pelas aventuras do capital, o qual, no seu impulso incontrolável de acumulação não mede esforços para se apropriar privadamente de tudo aquilo que é gerado socialmente e passível de ser administrado publicamente.

Ressaltando que, neste contexto de forte pressão imperialista, toda e qualquer nacionalização/estatização levada a cabo pela burguesia interna só poderia ocorrer como uma medida de socialização dos custos inerentes ao processo produtivo, sobretudo, com a incorporação da produção de matérias-primas e de insumos, bem como, pela compra estatal de estoques pertencentes ao setor privado. Com isso, o Estado acaba assumindo a responsabilidade pela criação e pelo desenvolvimento de determinados setores produtivos, sem os quais, a reprodução ampliada do capital se tornaria mais difícil e onerosa para os capitalistas de dentro

⁹⁶ Seguindo a linha de raciocínio apresentada por Mandel (1982b), para a satisfação desses pré-requisitos é necessário assegurar o funcionamento dos meios de transporte e de comunicação; a estabilidade do mercado interno e do sistema monetário; a manutenção de um complexo educacional adequado com a aplicabilidade da ciência às necessidades de expansão da economia; além de responder a outras demandas de caráter estrutural.

e de fora do território nacional. Outro fator que também conta para o sucesso no processo de valorização do capital é a capacidade de absorção apresentada pelo Estado perante as pressões das camadas populares, o que deverá resultar, necessariamente, na adoção de medidas legislativas de caráter trabalhista e/ou de cunho social⁹⁷.

Ademais, nunca é forçoso lembrar que os dispositivos democráticos do Estado no capitalismo dependente tendem a durar na mesma medida em que os interesses do capital — interno e, sobretudo, externo — são preservados em sua plenitude. Noam Chomsky (1999), ao falar da predominância — pela força — dos interesses estadunidenses nos países subdesenvolvidos, relata:

Com um documento de alto nível atrás do outro, os estrategistas norte-americanos expunham a visão de que a principal ameaça à nova ordem mundial, liderada pelos EUA, era o nacionalismo do Terceiro Mundo — algumas vezes chamado de *ultranacionalismo*: os “regimes nacionalistas” que atendem às “exigências populares de elevação imediata dos baixos padrões de vida das massas” e produção de bens que satisfaçam às suas necessidades básicas. As metas básicas dos estrategistas, insistentemente repetidas, eram evitar que os ultranacionalistas tomassem o poder, se por um golpe de sorte eles chegassem ao poder, retirá-los e instalar ali governos que favorecessem os investimentos privados do capital interno e externo, a produção para exportação e o direito de remessa de lucros para fora do país. Essas metas nunca foram contestadas nos documentos secretos. Para um estrategista da política norte-americana, essas metas praticamente fazem parte do ar que ele respira. (CHOMSKY, 1999, p. 24-25)⁹⁸.

Assim, a heteronomia econômica revela toda a sua dimensão política, fazendo com que as movimentações dos interesses oligárquicos-burgueses internos sejam caudatárias dos processos de acumulação levados a cabo pelo capital externo, isto é, dos interesses dos grandes monopólios pertencentes aos países imperialistas. Donde a opção das classes dominantes pelo

⁹⁷ Ao se referir a essa característica do Estado, de absorver as rebeliões para transformá-las em reformas visando incorporar os trabalhadores à ordem, Mandel (1982b, p. 338-339) assinalou: “Outra característica dessa época foi uma ampliação geral da legislação social, que ganhou impulso particular no período imperialista. Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência à ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha de absorver uma percentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista”. É certo que a referida passagem diz respeito, fundamentalmente, ao que se sucedeu nos países centrais do capitalismo desenvolvido. Todavia, se considerarmos o processo de socialização dos gastos referentes à reprodução da força de trabalho, com a oferta de serviços na área de educação, saúde e assistência social pelo Estado, veremos que essa tendência em diminuir os custos dos capitalistas no pagamento dos salários é de caráter universal - ao mesmo tempo que desigual.

⁹⁸ Ainda, segundo Chomsky (1999, p. 26-27), “exposto tudo isso, é fácil entender a política dos EUA para o Terceiro Mundo. Somos radicalmente opostos à democracia se seus resultados não podem ser controlados. O problema com as democracias verdadeiras é que elas podem fazer seus governantes caírem na heresia de responderem às necessidades de sua própria população, em vez das dos investidores norte-americanos”. Daí a urgência deles em “esmagar o nacionalismo independente e as forças populares que possam construir uma democracia genuína” (CHOMSKY, 1999, p. 28).

“desenvolvimento com segurança”, entendida como sendo um desdobramento “inevitável” da interferência das potências capitalistas na periferia do sistema. O que, em termos práticos, significa a capitulação política das classes dominantes internas ante os interesses imperialistas. Com isso, a inexistência de um espaço decisório, autônomo e independente, para as forças oligárquico-burguesas internas terá um reflexo direto na ausência desse mesmo espaço para a classe trabalhadora e demais camadas populares⁹⁹.

2.4 Opressão e superexploração da força de trabalho nos cacauais do sul da Bahia: um retrato amadiano da realidade dos trabalhadores rurais em meados de 1930

Cacau, escrito por Jorge Amado em 1933, será a segunda obra a ser lançada pelo autor. Concebido sob forma de memórias, o livro conta a história de José Cordeiro, também conhecido como Sergipano, que através de um relato em primeira pessoa busca registrar suas experiências e transmitir seus conhecimentos. A narrativa é de um teor documental, na qual a personagem almeja nos apresentar um relato fidedigno de suas aventuras, e principalmente, da realidade dura a que estão submetidos os trabalhadores das zonas cacauceiras. Trata-se de um texto simples, porém, contundente, na medida em que denuncia, sem meias palavras, a opressão e a exploração extremada dos trabalhadores rurais.

Jorge Amado, ao construir essa personagem principal e colocá-la como narradora de sua própria história, consegue não só dar voz aos que se encontram subjulgados, como também perfazer sua obra com tom de veracidade¹⁰⁰. O intento de escrever para as massas com a

⁹⁹ Nesse sentido, as observações que feitas por Florestan Fernandes (1981, p. 20-21), sobre a existência de práticas fascistas na América Latina, revelam toda a sua pertinência: “Se considerarmos apenas o que ocorre com a ordem política, dois processos políticos concomitantes poderiam ser identificados empiricamente. Primeiro, o enfraquecimento da ordem política como uma fonte de dinamismos comunitários e societários de ‘integração nacional’ e de ‘revolução nacional’. Segundo, o uso estratégico do espaço político para ajustar o Estado e o governo a uma concepção nitidamente totalitária de utilização do poder. [...] A ordem política, estabelecida institucionalmente (em todos os casos) como sendo ‘democrática’, ‘republicana’ e ‘constitucional’ é permanentemente distorcida por e através de objetivos totalitários dos setores sociais dominantes. [...] Portanto, um totalitarismo de classe produz seu próprio tipo de fascismo, que é difuso (e não sistemático), que é fluido (e não concentrado), em suma, um fascismo que tem seu nexu especificamente político *dentro do Estado e do governo*, mas que impregna socialmente todas as estruturas de poder *no seio da sociedade*”.

¹⁰⁰ Ao tratar dessa questão, um importante estudioso da obra amadiana fez o seguinte apontamento: “A publicação de *Cacau*, em 1933, consagra o nascimento entre nós do que ficou conhecido como *romance proletário*. Ao colocar o homem que trabalha como protagonista ou narrador, tal romance se volta para o avesso das relações de exploração e subverte a noção idealizada existente desde os primórdios do gênero. Ao mesmo tempo que denuncia o modo de exploração capitalista e a visão de mundo que o sustenta, o *romance proletário* contrapõe-se aos valores da literatura burguesa e às suas regras de operação. O oprimido ascende a herói e conta sua experiência como forma de extrair do fato narrado um *saber* transmissível a outrem. [...] A narrativa se volta para o real, abraça a tradição do romance como ‘instrumento de descoberta e interpretação’, estabelecida desde os primórdios do gênero no Brasil, e destaca as relações sociais antagônicas, objetivando construir não uma literatura diletante, mas a obra empenhada no processo de transformação da sociedade”. (DUARTE, 1995, p. 34-35).

linguagem do povo se alcança através do uso da língua em sua versão coloquial, mediante a construção de uma oralidade expressa em uma escrita sem grandes rodeios. Assim, o enredo heroico de seu personagem parece sair de uma trama real, se apresentando como um registro de acontecimentos e como uma forma de processamento do autoconhecimento adquirido pelo narrador. Isso se evidencia nas palavras do próprio personagem:

Este livro está sem seguimento. Mas é que ele não tem propriamente enredo e essas lembranças da vida da roça eu as vou pondo no papel à proporção que me vêm à memória. Li uns romances antes de começar *Cacau* e bem vejo que este não se parece nada com eles. Vai assim mesmo. Quis contar apenas a vida da roça. Por vezes tive ímpetos de fazer panfleto e poema. Talvez nem romance tenha saído. (AMADO, 2010, p. 145).

Explicita-se, assim, a intenção do narrador-personagem de construir uma espécie de documento no qual a dura realidade dos trabalhadores da zona rural fosse exposta, mesmo que para isso fosse necessário contornar suas limitações e ter de lidar com uma parte de seus sentimentos:

Depois, já no Rio de Janeiro, [...] pensei em escrever um livro. Assim nasceu *Cacau*. Não é um livro bonito, de fraseado, sem repetição de palavras. [...] Demais não tive preocupação literária ao compor essas páginas. Procurei contar a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau. Não sei se desvirtuei esse trabalho contando meu caso com a filha do patrão. Mas isso entrou no livro naturalmente, apesar de não ter sido convidado (AMADO, 2010, p. 140-141).

Certo é que há uma forte conotação política na construção da personagem. José Cordeiro trabalhou nas roças de cacau, sentiu na pele a exploração praticada pelo patrão e presenciou junto aos demais trabalhadores a opressão exercida pelos coronéis daquela região. A narrativa construída por José Cordeiro é narrativa de quem busca apresentar ao leitor o substrato material de sua identidade, isto é, a realidade que o forjou como sujeito politizado e nutrido de um sentimento de pertencimento a uma classe social. Afirma Sergipano: “O amor pela minha classe, pelos trabalhadores e operários, amor humano e grande, mataria o amor mesquinho pela filha do patrão. Eu pensava assim e com razão” (AMADO, 2010, p. 153).

É importante notar que dentro do seu engajamento político literário, Jorge Amado não deixava de apresentar certo apreço pela objetividade durante o processo de elaboração de sua obra ficcional. No prólogo do texto o autor faz uma declaração ilustrativa nesse sentido: “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?” (Id. Ibid., p. 10). A afirmação revela uma similitude de sua preocupação com a da personagem principal, assim como assevera o posicionamento intelectual do autor em face das expressões da questão

social. Já a indagação ficaria por conta de sua pretensão¹⁰¹.

Falar sobre a vida na roça significa trazer à tona toda a brutalidade a que estão submetidas as famílias dos trabalhadores rurais, que em troca de um pagamento irrisório laboram sob o jugo dos coronéis que são os grandes proprietários das terras e dos capitais a serem valorizados. Na discussão do texto em tela, são as fazendas de cacau que se constituem como o fulcro do trabalho a ser explorado. Não por acaso, nas relações de produção expostas no romance, a reificação do capital aparece na forma do fruto amarelo, que se sobrepõe a todos como um ente dotado de grande poder. “Nem os garotos tocavam nos frutos de cacau. Temiam aquele coco amarelo, de caroços doces, que os trazia presos àquela vida de carne-seca e jaca. O cacau era o grande senhor a quem até o coronel temia” (Id. *Ibid.*, p. 93).

A reificação também se faz presente nas relações de trabalho, quando indivíduos que vendem a sua força de trabalho são tidos como *alugados* nessa transação:

O 98 virou-se para mim:

– Está você *alugado* do coronel.

Estranhei o termo:

– A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente, não.

– Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga.

O termo me humilhava. Alugado...

Eu estava reduzido a muito menos que homem...” (AMADO, 2010, p. 34-34).

O uso do termo “alugado” para nomear tais trabalhadores denota uma profunda desumanização no trato entre empregados e patrões, além de remeter a uma situação em que a imagem daquele que trabalha se assemelha à atividade laboral como indivíduo escravizado¹⁰². Ademais, em um ambiente contaminado pela degradação e pela violência, o tratamento dispensado pelos integrantes da classe dominante no convívio com a classe subalterna era marcado pelo menosprezo e pela soberba. Vejamos o seguinte trecho:

¹⁰¹ Com relação ao seu modo de proceder na elaboração das personagens e no levantamento de materiais para a confecção de sua obra, Amado comenta: “Para um sujeito como eu que não tem nenhuma imaginação, o romance tem que ser tirado da vida real. A ideia do romance aparece em mim vagamente, um dia. Uma frase, um tipo, qualquer coisa me lembra o romance. [...] Aos poucos a coisa vai amadurecendo, um dia existe um plano. Começo então a recolher material, o plano vai se transformando à proporção que o material vai aparecendo. Quando já estou com as gavetas cheias de material e o cérebro cheio de personagens ainda em estado de gestação, organizo uma espécie de plano definitivo [...] Os personagens é que dirigem o livro”. (AMADO, 1935, p. 93 apud ROSSI, 2009, p. 42).

¹⁰² Ao comentar sobre esta questão, José de Souza Martins faz a seguinte observação: “O leitor de *Cacau* pode estranhar, com razão, que o autor, ainda que com dúvida anunciada logo na primeira página, tenha pretendido escrever um romance proletário e, no entanto, descreva uma trama de relações de exploração e sujeição próprias da escravidão. Os trabalhadores do cacau se envergonham de ser chamados de ‘alugados’. Eles sabem o que isso significa, pois era o nome que se dava aos escravos de ganho, no tempo da escravidão negra, alugados por seus senhores para trabalhar para terceiros, arrendados como animais de carga” (AMADO, p. 160).

D. Arlinda interrogava as mulheres:

- Como vai seu marido?
- Doente, patroa. Depois que uma cobra mordeu ele, nunca mais teve saúde. Eu até desconfio que isso é feitiço. Mas ele não tem saldo pra ir à Bahia ver o santo Jubiabá...
- Feitiço o quê... Isso é preguiça... Se vocês trabalhassem, acabavam enriquecendo.
- A gente não faz questão de enriquecer, não, inhá. A gente quer apenas saúde e feijão pra comê. E se trabalha muito, sim.

D. Arlinda olhava as mãos pequenas de unhas vermelhas e bem chiques:

- O trabalho não é tão pesado assim...

A mulher olhava as mãos grandes e calosas, de unhas negras e bem sujas, e sorria o sorriso mais triste deste mundo. Não chorava, porque ela, como nós, não sabia chorar. Está aprendendo a odiar”

(AMADO, 2010, p. 97-98).

Uma das problematizações pulsantes na obra do escritor baiano é a concernente ao processo de consciência dos trabalhadores que se encontram empregados nas roças de cacau, o que, ao longo do livro, pode ser evidenciado em algumas passagens e finalmente constatado no desfecho da trajetória do nosso herói. Tal processo de tomada de consciência é apresentado de maneira complexa: se apresenta inicialmente como um questionamento do termo “alugado” para designar os que estavam contratados para trabalhar nas fazendas do coronel, passa pela constatação do sentimento de ódio que aflora entre os trabalhadores em algumas situações, bem como pela percepção da necessidade de mudança social (ainda sem saber exatamente como e quando), por fim culmina com o comprometimento de classe e a busca pela compreensão dos antagonismos sociais que são inerentes ao capitalismo.

Em *Cacau*, essa transição de trabalhador rural a operário fabril representa um avanço em termos de elevação da consciência de classe e de politização. Entendimento que, cabe destacar, era comum em amplos setores do movimento comunista, já que a cidade era percebida como o espaço por excelência da formação, organização e mobilização dos trabalhadores na sua luta de classe contra o capital. Além disso, tendo em vista o projeto político de transformação social vigente na época, a luta pela emancipação humana deveria passar necessariamente por algumas etapas, dentre as quais constava a superação do agrarismo mediante um processo intenso de industrialização, que culminaria na vitória do setor urbano industrial sobre o setor agrário-exportador, e conseqüentemente, na suplantação do atraso

próprio da nossa formação social com a modernização das relações capitalistas de produção. Isso porque, de acordo com a formulação política predominante no PCB, partido ao qual se vinculava Jorge Amado, a realidade “semifeudal” do Brasil significava que a revolução burguesa não havia se realizado ainda e que, portanto, para que houvesse a consolidação do modo de produção capitalista em nosso território, era necessário primeiro vencer as forças oligárquicas que se encontravam ligadas ao imperialismo inglês, e que por suas razões, resistiam à realização de transformações estruturais na sociedade. Com isso, propunha-se a ideia de uma aliança entre a classe trabalhadora e as frações das burguesias que estariam interessadas em levar adiante o processo de emancipação política e de transformações estruturais. Essa concepção se caracterizaria em termos de formulação político-partidária como uma revolução nacional-democrática, de caráter popular e feição desenvolvimentista, sendo ela considerada uma etapa necessária e prévia à futura revolução socialista.

Assim, a ideia de que é na cidade as lutas de classes acontecem se faz presente na obra de Jorge Amado:

Venha embora para cá, Sergipano. Aqui se aprende muito. Tem resposta para o que a gente perguntava aí. Eu não sei explicar direito. Você já ouviu falar em luta de classes? Pois há luta de classe. As classes são os coronéis e os trabalhadores. Venha que fica sabendo tudo. E um dia a gente pode voltar e ensinar para os outros. (AMADO, 2010, p. 143).

Nas fazendas onde se empregava a força de trabalho alheia, as condições de trabalho estavam seladas pelas desigualdades que imperavam durante décadas. O empregado que era tido como “alugado” vivia em casebres de barro e palha, sem o mínimo de saneamento básico e em condições de insalubridade¹⁰³:

Eu fui morar com ele numa casa de palha com um único cômodo que servia de quarto, sala e cozinha. Colodino me disse:

– Aqui só a latrina é grande...

E estendeu os braços num gesto que dominava os campos:

– É o mato...

Morávamos quatro na casinha. (AMADO, 2010, p. 48).

Trabalhavam sob o sol e a chuva, em meio a folhas e cobras, derrubando, juntando, carregando, processando e transportando. O cacau era o fruto que se transformava num produto

¹⁰³ Constatando as desigualdades que se manifestavam, José Cordeiro relatou: “Ficaram olhando. Como era grande a casa do coronel... E morava tão pouca gente ali. O coronel, a mulher, a filha e o filho, estudante, que nas férias aparecia, elegante, estúpido, tratando os trabalhadores como escravos. E olharam as suas casas, as casas onde dormiam. Estendiam-se pela estrada. Umhas vinte casas de barro, cobertas pela palha, alagadas pela chuva” (AMADO, 2010, p. 13).

para o mercado, e mesmo fazendo parte do labor diário dessa gente, sequer seu valor de uso final era inteiramente conhecido: “A maioria dos alugados e empreiteiros só conhecia do chocolate aquele cheiro parecido que o cacau tem” (AMADO, 2010, p. 75). Alienados do resultado de seu trabalho, esses empregados só conseguiam enxergar a riqueza que era produzida coletivamente, mas que era apropriada privadamente, aumentando cada vez mais o poderio do coronel.

Proprietário de grandes fazendas, conhecido como o “rei do cacau”, Manoel Misael de Souza Telles¹⁰⁴, o Mané Frajelo, constitui-se como um sujeito que não se encaixa perfeitamente naquilo que deveria ser a personificação do capital. Não se percebe nele impessoalidade no controle do trabalho, tampouco nas relações de produção. O que se vê é justamente o oposto. Sujeito agressivo e de pouca consideração para com os seus empregados, Mané Frajelo aparece como o retrato do atraso. Um indivíduo que se assemelha mais com um proprietário de escravos do que com um capitalista, já que no trato com os trabalhadores o uso da violência se fazia presente de maneira constante, inclusive, com a utilização de jangunços quando era preciso. Portanto, estamos falando de um sujeito que traz a alcunha de “coronel” não por acaso, já que a sua brutalidade, típica das grandes oligarquias brasileiras, pode ser evidenciada facilmente quando o assunto em questão é a manutenção de suas riquezas ou a garantia de sua autoridade perante aqueles que o ameaçavam de alguma forma. Assim, quem lhe devia e não pagava apanhava: “À noite, sem saldo, Zé Luís fugiu. Algemiro e João Vermelho foram no rastro, bem montados, tomaram-lhe o facão e a trouxa de roupa e correu pela fazenda que o haviam surrado” (Id. Ibid., p. 82). Quem lhe trazia alguma espécie de prejuízo, ele surrava:

Foi numa dessas carreiras que um garoto bateu num cacaueiro e derrubou um fruto verde. O coronel, que olhava da varanda, voou em cima do menino [...]. Mané Frajelo suspendeu o criminoso pelas orelhas: – Você pensa que isso aqui é de seu pai, seu corneta? Comem e só fazem destruir as plantações, gente desgraçada.

Uma tábua de caixão, abandonada perto, serviu de chicote. O garoto berrava. Depois, dois pontapés. (AMADO, 2010, p. 98).

E quem era seu inimigo ou afrontava alguém de sua família, ele mandava matar: “Honório era técnico em tocaias e o coronel Misael tinha inúmeros inimigos... Não sei se o

¹⁰⁴ É interessante perceber que na composição de seus personagens, Jorge Amado tenha se utilizado da empiria para tecer o enredo de sua obra com figuras reais que existiam naquela região, o que leva Eduardo de Assis Duarte (1995, p. 60-61) a fazer a seguinte observação: “O tom de reportagem é enfatizado com a presença de figuras conhecidas da região, a exemplo do latifundiário Manuel Misael da Silva Tavares, que ganha no livro o cognome pouco sutil de ‘Manuel Misael de Souza Teles’. Amado se apropria também do epíteto ‘Rei do Cacau’, com que era comumente tratado o fazendeiro pela imprensa da época. [...] Justificando-se: Escrevi *Cacau* com evidentes intenções de propaganda partidária. Conservei-me, porém, rigorosamente honesto, citando apenas fatos que observei. É um livro onde a imaginação não trabalhou”.

coronel sentia remorsos. Honório, não” (Id. *Ibid.*, p. 51). Com isso, Jorge Amado vai pintando uma imagem representativa do poder das oligarquias, na qual a força econômica, política e social dos grandes proprietários de terra se manifestava tanto por dentro quanto por fora da lei, através daquilo que ficou historicamente conhecido como *coronelismo*¹⁰⁵.

Em *Cacau*, os trabalhadores ocupam um lugar de destaque dentro da narrativa, perfazendo com os seus dramas e suas ações as memórias escritas por José Cordeiro. Essa presença evidencia uma positividade no papel desempenhado por aqueles que vivem por meio da venda de sua força de trabalho. Explorados e oprimidos passam a falar sobre suas próprias desventuras, colocando em pauta a questão da degradação humana posta em movimento pela lógica do capital. Se concebe, através das experiências relatadas pelo nosso herói, que a vida social da classe trabalhadora está fundamentalmente condicionada pela forma como ela se insere na estrutura organizacional da produção da riqueza material. Nos relatos de José Cordeiro, sua condição de classe se erige como elemento central tanto para explicar a sua situação quanto para orientar a sua ação¹⁰⁶. Esse desdobramento duplo é gerado, pois vai se desenvolvendo ao longo do amadurecimento político da personagem a reflexão sobre sua existência enquanto um ser coletivo, baseada numa percepção de pertencimento que o leva a pensar para além de si mesmo.

Filho de família burguesa, José Cordeiro teve uma infância bastante agitada. Ainda menino, perdeu seu pai, que era proprietário de uma indústria têxtil em São Cristóvão, de forma abrupta. O pai era um homem sensível e dedicado, vivia tranquilamente com a sua família, além de manter um bom relacionamento no trato com os seus empregados: “Papai vivia inteiramente para nós e para o seu velho piano. Na fábrica conversava com os operários, ouvia as suas

¹⁰⁵ De acordo com o historiador Boris Fausto (2014, p. 149), “o coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público. Todas essas características vinham dos tempos da Colônia, mas a República criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder”. Mais adiante, o mesmo autor destaca: “o coronelismo teve marcas distintas, de acordo com a realidade sociopolítica de cada região do país. Um exemplo extremo de poder dos ‘coronéis’ se encontra em áreas do interior do Nordeste, [...] onde surgiram verdadeiras ‘nações de coronéis’, com suas forças militares própria” (FAUSTO, 2014, p. 150).

¹⁰⁶ Entendendo o problema da ação como ponto central da teoria relativa à forma romanesca, Lukács (2011, p. 205) afirma: “Todo conhecimento das relações sociais é abstrato e desinteressante, do ponto de vista da narrativa, se não se torna o momento fundamental e unificador da ação; toda descrição das coisas e das situações é algo morto e vazio se é descrição apenas de um simples espectador, e não momento ativo ou retardador da *ação*. Esta posição central da ação não é uma invenção formal da estética; ao contrário, ela deriva da necessidade de refletir a realidade do modo mais adequado possível. Se se trata de representar a relação real do homem com a sociedade e a natureza (ou seja, não apenas a consciência que o homem tem dessas relações, mas o próprio ser que é o fundamento desta consciência, em sua conexão dialética com esta última), o único caminho adequado é a figuração da *ação*. E isso porque somente quando o homem age em conexão com o ser social é que se expressa sua verdadeira essência, a forma autêntica e o conteúdo autêntico de sua consciência, independentemente de que ele o saiba ou não, e quaisquer que sejam as falsas representações que ele tenha desta conexão”.

queixas, e sanava os seus males quanto possível” (Id. Ibid., p. 18). Portanto, tinha-se aí uma vida de relativa prosperidade e de “boa harmonia”. Pouco antes do falecimento, chega à cidade o tio paterno de José Cordeiro. Esse era um tipo rude, violento e ganancioso, um sujeito que gostava de bater nos filhos dos operários e em sua esposa. Por ter se tornado sócio nos negócios, o tratamento que antes era dado aos empregados mudou. Recorda a personagem: “A fábrica prosperou muito. Nunca consegui compreender por que o salário dos operários diminuiu” (Id. Ibid., p. 19).

Após a morte do pai de José Cordeiro essas mudanças se aprofundaram. Isso porque, através de uma manobra, o seu tio se apoderara inteiramente da fábrica, deixando sua mãe na miséria. Então, de uma condição de vida burguesa, vivendo em um “enorme e secular sobrado” e com empregada, passou em pouco tempo a viver em uma “casinhola” acerca do operariado, com a sua mãe exercendo uma atividade manual em busca do sustento familiar. A partir de então, José Cordeiro se tornará um assalariado. Inicialmente, trabalhando na fábrica que pertencera a seu pai e, posteriormente, nas roças de cacau localizadas no sul da Bahia.

Comentando sobre aquele período, José Cordeiro relembra da sua infância e de como aquela fábrica — “caixão branco cheio de ruídos e de vida” — determinava a vida dos moradores daquela região. “Setecentos operários, dos quais quinhentas e tantas mulheres” (Id. Ibid., p. 21-22) trabalhavam na fiação. Já os homens, poucos ficavam, pois consideravam que aquele trabalho era “só pra mulher”. Os que ficavam, buscavam assegurar a reprodução da força de trabalho gerando mais mulheres, que futuramente substituiriam “as avós e as mães quando já incapazes abandonavam o serviço”.

O nascimento de uma filha, recebiam-no com alegria. Mais duas mãos para o trabalho. Um filho, ao contrário, consideravam um desastre. O filho comia, crescia e ia embora ou para os cafezais de São Paulo ou para os cacauais de Ilhéus, numa ingratidão incompreensível. (Id. Ibid., p. 22).

Dentro dessa dinâmica, o ciclo da vida feminina parecia ser determinado pela presença imponente da fábrica, que naquela região erigia-se como o destino até mesmo das meninas criadas no orfanato.

Em frente, o orfanato, seis freiras e oitenta meninas, filhas de operárias e pais ignorados. Essas meninas não saíam. Algumas, quando crescidas, voltavam à fábrica onde haviam nascido, e de onde mandariam novas meninas, sem sobrenome, para o orfanato. (Id. Ibid., p. 20).

Já os homens que ficavam e trabalhavam na fábrica, destino melhor na cidade não tinham. Além de cumprirem com as suas jornadas regulares de trabalho na indústria, eram compelidos a exercer atividades não remuneradas para os frades:

Sival [...] me contava que eles obrigavam os operários a trabalhar de graça na remodelação da catedral [...] e aqueles que não se sujeitavam eram denunciados a meu tio, convidado frequente do jantar dos padres, que os despedia (Id. Ibid., p. 21).

Cabe destacar que esse expediente já foi utilizado pela Igreja Católica no período da escravidão, e que agora passava a ser praticado com os operários. Tal continuidade evidenciava que a percepção da Igreja em relação aos trabalhadores braçais persistia inalterada, mesmo após o advento do livre assalariamento.

É notória também a expressão geográfica da divisão social entre trabalhadores e classe dominante naquela região. Os primeiros viviam, em sua maioria, na vila “Cu com Bunda”, próximos da fábrica e distantes das provisões de que gozavam as famílias dos grandes proprietários.

Saindo da fábrica atravessava-se uma pinguela sobre um ribeiro e chegava-se à vila Cu com Bunda, moradia de quase todos os operários. Um grande retângulo, no qual os fundos das casas se encontravam. Daí o nome pitoresco que lhe haviam posto. No meio dessas casinhas avultavam a enfermaria e o gabinete dentário. O dentista vinha de Aracaju duas vezes por semana. Sival dizia:

– Operário só pode ter dor de dentes terças e sextas...

O enfermeiro residia em São Cristóvão, porém, cabo eleitoral do meu tio, perdia muito tempo nisso. (Id. Ibid., p. 22).

No que concerne às mulheres, elas não só formavam o grosso da massa operária explorada na fábrica, como também eram vítimas constantes dos abusos praticados pelo tio de José Cordeiro. Homem de conduta despótica e sem escrúpulos, buscava usufruir dos corpos de suas empregadas tanto para o seu enriquecimento quanto para a satisfação de seus desejos sexuais.

Poucas fortunas em Sergipe se igualavam nesse tempo à sua. Dava esmolas unicamente ao convento (onde papava jantares) e ao orfanato. A este ele dava esmolas e órfãos. Não se podia contar pelos dedos, nem juntando os dois pés, o número de operárias desencaminhadas por meu tio. (Id. Ibid., p. 25).

Na narrativa, chama a atenção o fato de que a sorte das mulheres está intimamente vinculada ao destino que é dado aos seus corpos, os quais, por sua vez, sofrem de forma direta as determinações oriundas de sua condição de classe. Assim se passa com as operárias de São Cristóvão, e assim ocorre com as trabalhadoras sexuais. Exemplo disso é o drama vivenciado por Zilda, que trabalhava na chamada “rua da Lama”. Zilda começou a se prostituir aos onze anos, após ter sido violentada por Osório, filho do coronel Mané Frajelo, quando ainda trabalhava com seu pai.

Um dia Osório vinha para o povoado. O velho Ascenço estava em Pirangi e Zilda arrumava a casa. Começou a chover e Osório pediu agasalho. Não respeitou os dez

anos de Zilda. Tragédia de gente pobre: um pai que bota a filha para fora de casa e morre de desgosto (Id. *Ibid.*, p. 70).

Apesar da violência sofrida, Zilda permanece gostando de Osório, e alimentava ilusões com relação ao seu algoz, tanto que ao saber da sua vinda para o povoado, gastara as suas economias na compra de um vestido e de uma caixa de maquiagem pensando em recepcioná-lo. No entanto, ao ser desprezada, acabou cometendo suicídio, acontecimento que abalou muita gente, exceto aquele que foi o responsável por sua desgraça:

Quando o enterro passou, pobre caixão mal pintado, Osório
atravessava o povoado a cavalo.
– De quem é esse enterro?
– De Zilda.
– Morreu?
– Matou-se.
– Que seja feliz no inferno... (Id. *Ibid.*, p. 71-72).

Já com relação às demais crianças que compõem as famílias proletárias, Jorge Amado nos aponta para uma configuração que não apresenta grandes distinções entre aquelas que crescem na cidade e aquelas que crescem no campo. Filhas e filhos que começam a laborar desde muito cedo para ajudar as suas famílias, que crescem longe da escola e que se alimentam com aquilo que está ao seu alcance. Pessoas que se tornam adultas antes da hora e que já sofrem com a violência praticada pelos patrões desde a mais tenra idade. Assim acontecia com os filhos dos operários de São Cristóvão, que apanhavam do tio de José Cordeiro. Assim acontecia com os filhos dos trabalhadores rurais que se encontravam nas roças pertencentes a Mané Frajelo.

Os pés espalhados pareciam de adultos, a barriga enorme, imensa, da jaca e da terra que comiam. O rosto amarelo, de uma palidez tenebrosa, denunciava heranças de terríveis doenças. Pobres crianças amarelas, que corriam entre o ouro dos cacauais, vestidas de farrapo, os olhos mortos, quase imbecis. A maioria deles desde os cinco anos trabalhavam na juntagem. Conservavam-se assim enfezados e pequenos até aos dez e doze anos. De repente apareciam homens troncados e bronzeados. Deixavam de comer terra, mas continuavam a comer jaca. (AMADO, 2010, p. 87).

Ainda que o autor do romance não debata diretamente a questão da escolaridade de seus personagens e, portanto, da importância de se ter acesso à escrita e ao desenvolvimento de uma capacidade cognitiva que os possibilitasse interpretar os números corretamente, Jorge Amado nos apresenta uma abordagem que enfatiza a importância desse tema. Assim, José Cordeiro pôde se comunicar por escrito, raciocinar as relações de compra e venda na fazenda e

registrar as suas experiências na forma de livro¹⁰⁷, coisa que outros trabalhadores não conseguiam, por exemplo.

Depois de ter trabalhado para o seu tio na fábrica, e de ter sido demitido por agressão ao mesmo, nosso protagonista se deslocará em busca de um novo emprego, migrando de Sergipe para o sul da Bahia. E vai ser em Ilhéus que José Cordeiro se fixará, para trabalhar como *alugado* na “Fazenda Fraternidade” de Mané Frajelo. Onde, de acordo com a sua narrativa, acontecerá a maior parte de suas vivências como um trabalhador rural que, paulatinamente, tomará consciência de sua condição de classe e se transformará em um sujeito politizado, em termos de identificação e de militância pela causa proletária. Nesse processo, o que se destaca é a luta contra a degradação humana¹⁰⁸, luta que visa não apenas à conquista da dignidade humana por parte do trabalhador, como também à elevação da classe como sujeito portador de um projeto coletivo de transgressão à ordem social estabelecida.

A desigualdade que se apresenta em *Cacau* é uma desigualdade que se radica na exploração extremada da força de trabalho rural, que só pode ser explicada se se leva em consideração a especificidade da formação social capitalista em território brasileiro. E nisso reside uma particularidade de Jorge Amado, que mesmo não tendo um domínio aprofundado da teoria social crítica, logrou nos apresentar uma leitura muito próxima da realidade concreta dos trabalhadores localizados na zona rural brasileira e que, por essa razão, se encontravam submersos a uma dinâmica de reprodução do capital baseada na superexploração da força de trabalho¹⁰⁹.

A superexploração ocorre pelo fato de que o salário pago aos trabalhadores não alcança o mínimo necessário para que os mesmos consigam repor a sua força de trabalho

¹⁰⁷ Sobre este assunto, Duarte (1995, p. 62-63) comenta: “Cordeiro frequentou a escola, conhece romances. Não chega a ser um intelectual, confessa mesmo sua ignorância quanto ao socialismo e à luta de classes. Mas algo fundamental o distingue dos demais trabalhadores, à exceção de Colodino: o domínio da palavra escrita. Esse fato remete à compreensão autoral a respeito da linguagem como instrumento de poder. Ser alfabetizado dá ao personagem o poder, não só de narrar e refletir sobre o narrado, mas, sobretudo, de *ensinar e conduzir* seus companheiros dentro – e fora – do texto”.

¹⁰⁸ Sobre esta questão, Leandro Konder (2013, p. 130) nos traz um aporte interessante ao escrever sobre a contribuição de Lukács: “Em nossos dias, Lucien Goldmann, interpretando *A teoria do romance* e procurando integrar suas concepções ao marxismo, escreveu que o romance é, para Lukács, a história da *busca degradada de valores autênticos* em um *mundo degradado*. Entre o herói problemático do romance e o mundo burguês há algo em comum: a degradação. E há também uma contradição irreduzível: o herói não se adapta à degradação do mundo e busca valores autênticos que o mundo burguês não comporta. [...]. O herói do romance *participa* da degradação e tem um terreno em comum com o mundo, no qual se move. No romance, há ao mesmo tempo ruptura e comunidade entre o herói e o mundo”.

¹⁰⁹ Cabe reforçar que a leitura que se apresenta aqui está fundamentada numa literatura crítica formulada posteriormente à publicação das obras estudadas de Jorge Amado, que datam da década de 1930. Portanto, a interpretação que se faz aqui e que se baseia, sobretudo, na Teoria Marxista da Dependência, é de nossa total responsabilidade. Para tanto, baseamo-nos na premissa apresentada por Marx (2011b, p. 58), que diz: “A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco”.

cotidianamente. O que significa dizer, que aquilo que é pago pela força de trabalho empregada está abaixo da soma total de valores referentes aos meios de subsistência necessários para a manutenção e reprodução dos trabalhadores, de uma forma digna e salutar. Assim, ao frequente desgaste que se tem com a exploração diária da força de trabalho, soma-se o fato de que a classe se vê compelida a seguir trabalhando mesmo quando se encontra tolhida em seu próprio processo de reprodução. E como a jornada de trabalho não é regulamentada e pode ser ampliada sempre e quando o patrão achar necessário (assim como pode ser ampliada a intensidade do trabalho), já podemos imaginar o quanto essa remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor pode representar em termos de desgaste total, e, portanto, de limitação do tempo de vida do próprio trabalhador¹¹⁰.

Um país que se insere tardiamente na dinâmica capitalista de produção, desenvolvendo as suas forças produtivas gradual e lentamente, não poderia apresentar uma formação social capitalista que não fosse dependente. Até porque não era do interesse das classes dominantes internas promover uma ruptura com as forças políticas e econômicas que controlavam o mercado mundial. Além disso, internamente, o que prevaleceu foi uma espécie de conformação social entre os setores agrários e industriais dominantes, para que as mudanças dentro da ordem não pudessem gerar grandes sobressaltos. Assim, mediante tal associação, as forças dominantes lograram não só controlar os processos sociais que engendraram uma forma particular de reprodução do capital em território nacional, como assegurar para si o domínio do aparato estatal como um instrumento imprescindível para a sua manutenção como classe dominante. Isso explica a feição excludente e exclusivista assumida pelo Estado, e a longa luta que teve de ser travada para a ampliação da cidadania visando a totalidade da população¹¹¹.

¹¹⁰ De acordo com Jaime Osorio (2013, p. 49): “A superexploração é uma *forma particular de exploração* e esta particularmente consiste em que é uma exploração na qual *o valor da força de trabalho é violada*. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo e intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total. A isso se refere Marini ao assinalar que “a superexploração é [...] definida pela maior exploração da força física do trabalhador [...] e tende normalmente a se expressar no fato de que *a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real*”.

¹¹¹ De acordo com Octávio Ianni (1984, p. 11), em sua análise do ciclo da revolução burguesa, “todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas. O que se revela, ao longo da história, é o desenvolvimento de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente”. Já no que se refere ao uso do aparelho estatal pelas classes dominantes, o mesmo afirma: “À medida que se formava e desenvolvia o Estado nacional, organizava-se o aparelho estatal de modo a garantir o regime de trabalho escravo. Depois, à medida que o regime de trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho livre, os grupos e as camadas dominantes reorganizaram o aparelho estatal de modo a garantir o predomínio dos seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes. Os governantes reagem negativamente às reivindicações populares. ‘Na lei e no debate parlamentar sempre se distinguiu revolução, feita por gente igual, e rebeldia, sedição e insurreição, feitas por gente menor socialmente ou por escravos’. Daí a brutalidade da repressão. Nem por isso, no entanto, os setores populares deixavam de reivindicar, protestar e lutar” (IANNI, 1984, p. 13).

Com o estabelecimento de um regime de trabalho assalariado que não supre as necessidades do conjunto de trabalhadores empregados no processo de produção, e com a utilização de práticas espoliativas implementadas mediante o prolongamento da jornada e da intensificação do trabalho, o proletariado brasileiro se viu inserido numa situação em que as suas condições de trabalho e de vida se tornavam cada vez mais precárias e aviltantes. Haja vista que para compensar as perdas de valores sofridas através do intercâmbio desigual no mercado internacional, as burguesias locais buscavam aumentar a extração de mais-valia fazendo uso da depreciação da força de trabalho¹¹².

Assim, em *Cacau*, é possível constatar alguns elementos que podem nos ajudar a elucidar a prática desta forma particular de exploração, que é a “forma em que *se viola o valor da força de trabalho*” (OSORIO, 2013, p. 63) empregada diretamente no processo de valorização do capital.

Nos cacauais de Ilhéus, os *alugados* de Mané Frajelo eram alocados em todas as tarefas que conformavam o processo de trabalho. Todos viviam na fazenda e sob os olhares da casa-grande, e tinham de buscar o seu sustento na despensa pertencente ao patrão.

A fazenda do coronel Misael, a maior do estado, ocupava uma área imensa. A nossa casa e mais umas trinta ficavam na sede da fazenda, mas algumas distavam légua e légua e meia. No dia do saco, aos sábados, os trabalhadores todos se reuniam em frente à despensa, esperando que João Vermelho despachasse (Id. Ibid., p. 84).

João Vermelho era o responsável pela despensa, e era quem realizava o pagamento dos trabalhadores através da entrega dos produtos que eram indispensáveis para a manutenção dos trabalhadores na fazenda. E como os preços desses produtos eram estabelecidos pelo funcionário responsável pelo controle da despensa, os trabalhadores acabavam ficando sem nenhum saldo, pois o pagamento que lhes era feito era de uma quantia irrisória. Assim, o coronel conseguia manipular os preços dos produtos da despensa a seu favor, reduzindo os gastos com os salários, ao mesmo tempo em que fixava um mecanismo de controle sobre os empregados, já que muitos acabavam endividados, e por essa razão, presos às terras pertencentes ao coronel.

Nós ganhávamos três mil e quinhentos por dia e parecíamos satisfeitos. Ríamos e

¹¹² Ao tratar dos expedientes de que as burguesias lançam mão para elevar a extração de mais-valia, por meio da superexploração da força de trabalho, Mathias Luce (2018, p. 178) destaca: “A superexploração pode se dar mediante: (i) o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; e (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais. Enquanto a primeira forma atenta mais diretamente contra o fundo de consumo do trabalhador, as duas outras atentam contra o fundo de vida. Existe, ainda, uma quarta forma, que, na verdade, é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada. Em todas elas, o capital ou se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual é também violado para alimentar a sanha da acumulação”.

pilheriávamos. No entanto, nenhum de nós conseguia economizar um tostão que fosse. A despensa levava todo nosso saldo. A maioria dos trabalhadores devia ao coronel e estava amarrada à fazenda. Também quem entendia as contas de João Vermelho, o despenseiro? Éramos quase todos analfabetos (Id. Ibid., p. 14).

Ao se utilizar da despensa como um mecanismo para extorquir seus empregados (através da venda de produtos com preços acima de seus respectivos valores), Mané Frajelo conseguia garantir para si um aumento da massa de mais-valia extraída dos trabalhadores, já que por aquele mecanismo ele lograva reduzir os seus gastos com o pagamento de salários (capital variável).

Entrávamos, os sacos nas costas, ar cansado, para comprar a comida da semana.

- Nilo – chamava João Vermelho.

- Um quilo de carne, dois de feijão, duzentos e cinquenta de sabão, duzentos e cinquenta de açúcar, um litro de cachaça e meio litro de gás.

E assim desfilávamos, um a um, e ao terminar saíamos para a prosa.

João Vermelho, atrás do balcão, pesava os gêneros pedidos. De vez em quando reclamava:

- Pra que dois quilos de carne-seca? Depois se queixa de não ter saldo. Come demais...

Avisava outro:

- Você tá devendo, compre pouco.

O camarada comia menos aquela semana. E João Vermelho

assentava num enorme livro de contas as compras dos trabalhadores.

Só ele e o patrão sabiam os preços. Éramos obrigados a comprar na

despensa da fazenda. Não admirava que nunca tivéssemos saldo (Id. Ibid., p. 84-85).

Percebe-se uma espécie de inversão da relação entre patrão e empregado, de modo que os trabalhadores aparecem como se fossem meros compradores de mercadorias e não como vendedores da mercadoria — força de trabalho. Essa inversão, em termos objetivos, ocasionaria certo constrangimento para o trabalhador, já que ele não se via como sujeito portador dos direitos inerentes à condição de trabalhador “livre” e assalariado.

Ademais, devido ao funcionamento da despensa como sistema de remuneração dentro da fazenda, Mané Frajelo conseguia de uma só vez reduzir os custos com a força de trabalho explorada e transferir para os trabalhadores eventuais prejuízos:

- Você tá despedido, Zé Luís.

- Por quê?
 - Trinta arrobas de cacau deu good.
 - E que culpa tenho? Desgraçou pra chover. O coronel queria o cacau às pressas...
 - São ordens. João Vermelho!
- O despenseiro aparecia:
- O que é?
 - Já fez as contas do Zé Luís?
 - Já.
 - Tem saldo?
 - Dezoito mil-réis.
- Zé Luís resignava-se:
- Tá certo. Passe o quento que eu vou procurar trabalho noutra parte.
 - Não senhor – Algemiro protestou –, você vai pagar o prejuízo do coronel. Dois mil-réis por arroba. São trinta arrobas. Quanto é, João Vermelho?
 - Sessenta mil-réis.
 - Você vai trabalhar na roça até pagar.
 - O quê? Pagar uma bosta...
 - É o jeito.
 - E com que como?
 - Coma banana...
 - Eu não sou escravo.
 - Dê seu jeito.
 - Vou embora e quero meu saldo.
 - Não se paga (AMADO, 2010, p. 81-81).

Mesmo nos momentos de prosperidade, em que o cacau se encontrava em alto no mercado, o coronel seguia ludibriando os seus empregados:

- Isso aqui parece uma terra amardiçoada. Lá no Ceará me disseram que havia uma dinheirama por aqui...
- Dinheiro houve há uns dois anos. Cacau chegou a quarenta mil-réis. Os coronéis gastavam de verdade. A gente ganhou cinco mil-réis por dia.
- Juntaram dinheiro?
- Quar nada... Subiu tudo: a carne-seca, a farinha, o feijão. Ninguém fazia saldo. Pra gente é a mesma coisa, cacau baixo ou cacau alto. Pros coronéis, sim. Eu até gozo quando o cacau baixa... (Id. Ibid., p. 43).

Cabe destacar que por residirem no local de trabalho, esses trabalhadores estavam sempre sob os olhos atentos de seu patrão, o qual, através da despensa, conseguia controlar não só os preços de seus produtos, como também o consumo dos trabalhadores. Essa relação possibilitava ao coronel criar um mecanismo de endividamento de seus empregados, “amarrando-os” ao trabalho na fazenda.

Fato é que nos cacauais de Mané Frajelo os trabalhadores eram subjugados, superexplorados e vilipendiados. E mesmo que os trabalhadores tentassem se organizar, com ameaças de mobilização e greve, a existência de um contingente de força de trabalho desempregada pesava contra a efetivação de tais ameaças.

O cacau começou a cair. Desvalorizou-se e o coronel andava uma fera. Despediu trabalhadores e nós, que restamos, trabalhávamos como burros. Nos ameaçava com diminuição de salário. Os gêneros na despensa subiram de preço. Saldo, adeus. (...) Um dia, por fim, diminuíram os salários para três mil-réis. Eu chefei a revolta. Não voltaríamos às roças. Combinamos tudo à noite na casa do velho Valentim (...). João Grilo chegou por último. Vinha de Pirangi e quando soube do nosso plano nos desanimou.

- Nem pense... Chegou trezentos e tantos flagelados que trabalha por qualquer dinheiro... e a gente morre de fome.

- Estamos vencidos antes de começar a lutar.

- Nós já nasce vencido... - sentenciou Valentim.

Baixamos as cabeças. E no outro dia voltamos ao trabalho com quinhentos réis de menos (Id. Ibid., p. 147-148).

Sem possuir uma entidade de classe que representasse os seus interesses, os trabalhadores das roças de cacau sequer conseguiam se mobilizar para lutar por melhorias em suas condições de trabalho e de vida. Além disso, o fato de existir uma *superpopulação relativa* naquela região os impedia de levar adiante as suas pretensões de enfrentamento, pois havia o risco de demissão imediata.

Como Mané Frajelo era o detentor dos meios de produção e dos meios de subsistência naquela localidade, a sua capacidade de fazer valer os seus interesses era enorme. Assim, diante das vicissitudes do mercado, que resultavam na “desvalorização” de sua mercadoria, o coronel buscava transferir suas perdas para os trabalhadores, aumentando o grau de exploração da força de trabalho dentro da fazenda. Além disso, de acordo com o trecho supracitado, é possível perceber como os mecanismos da superexploração podiam funcionar em benefício do patrão: a) diminuição da força de trabalho empregada; b) aumento da intensidade do trabalho; c) redução indireta dos salários (perda do poder aquisitivo); d) redução direta dos salários; e) uso do exército industrial de reserva.

O relato apresentado por José Cordeiro se apresenta como um documento de denúncia.

Jorge Amado, ao elaborá-lo, oferece um retrato de uma forma particular de exploração, na qual os trabalhadores envolvidos não alcançavam sequer a reprodução de sua vida de maneira digna¹¹³. A narrativa põe a descoberto as causas dessa desigualdade social e opressão, constituindo fonte para o entendimento dessas expressões da questão social brasileira.

Claro está que por se tratar de uma ficção, a obra traz consigo toda uma dimensão hiperbolizada, o que pode ser constatado tanto na tensão que há entre a elaboração textual e a realidade concreta que se quer representar, quanto na linha tênue que se estabelece na relação entre a propaganda política e o caráter denunciata presente no conteúdo da obra. Além disso, a própria caracterização literária das personagens evidencia a preocupação do autor em construir uma imagem positiva da massa explorada e subjugada¹¹⁴, ao passo em que projeta para os seus leitores uma retratação cruel dos exploradores. Portanto, a despeito das críticas que se possa ter com relação às escolhas de cunho estilístico feitas pelo autor, certo é que na composição da sua obra ele buscou salientar a realidade de um conjunto de trabalhadores que se encontravam praticamente desassistidos pelo Estado. Estado que, é importante ressaltar, no quadro da dominação oligárquico burguesa, não assegurava aos trabalhadores rurais nenhum tipo de amparo legal e/ou proteção institucional.

Num momento histórico em que a maioria da população vivia no campo¹¹⁵, conformando uma massa de força de trabalho voltada predominantemente para as atividades agrícolas, o Estado brasileiro começava finalmente a promulgar um conjunto de leis relativas aos direitos sociais. A partir de 1930 foi se efetivando uma legislação que culminaria na

¹¹³ No que diz respeito à discussão da questão alimentar para a reprodução dos trabalhadores de forma digna, Osorio argumenta: “A reprodução dos trabalhadores – que inclui as novas gerações, razão pela qual deve contemplar em seu valor a família operária – não pode ser calculada como a soma de um montante determinado de calorias, proteínas e vitaminas que se encontram em bens quaisquer, o que implicaria considerar a reprodução fisiológica como quem dá de comer a um animal de carga. Existem elementos históricos e morais que não podem ser negligenciados, que fazem com que essas calorias, vitaminas e proteínas não possam ser calculadas com base em qualquer alimento, a não ser naqueles que constituem parte da cultura e da história alimentar do povo”. (FERREIRA; OSORIO; LUCE, 2012, p. 52-53).

¹¹⁴ Ao se referir sobre a significação política que o proletariado brasileiro adquire na obra de Jorge Amado, na década 1930, Luiz Gustavo Rossi (2009, p. 47) faz a seguinte afirmação: “É notável, neste sentido, como sua produção ficcional deste período forjou um sentido de massa, povo, e popular pregado ao pertencimento a classe proletária, procurando distender este pertencimento a todos aqueles que, de alguma maneira, se encontravam em posições de exclusão e subordinação e possuíam, potencialmente, a capacidade de se converterem em ‘sujeitos revolucionários’”.

¹¹⁵ De acordo com José Murilo de Carvalho (2015, p. 59), “até 1930, o Brasil era um país predominantemente agrícola. Segundo o censo de 1920, apenas 16,6% da população vivia em cidades de 20 mil habitantes ou mais (não houve censo em 1930), e 70% se ocupavam em atividades agrícolas. A economia passava pela fase que se convencionou chamar de ‘voltada para fora’, orientada para a exportação. Exportação de produtos primários, naturalmente. No caso do Brasil, esses produtos eram agrícolas”. Já Alberto Passos Guimarães (2008) aponta para o predomínio do sistema latifundiário no Brasil argumentando que, em 1920, esse sistema “dominava 63,4% da área agrícola”, mantendo, em 1940, “o domínio de 59,2%; em 1950, o de 62,1%; em 1960, o de 55,5%; em 1970, o de 50,8%”, até que, em 1975, houve novamente uma elevação, alcançando “54,0%” do domínio da área agrícola (GUIMARÃES, 2008, p. 201).

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943), que asseguraria a uma parte dos trabalhadores uma série de conquistas referentes às lutas que foram travadas ao longo dos anos pelo movimento operário¹¹⁶. Um ponto que cabe ser destacado é que, por se tratar justamente de um conjunto de garantias e normativas voltadas para o meio urbano, o governo deixou de fora a maioria da população. Portanto, se houve um grande ausente nesse momento, foi o trabalhador rural brasileiro¹¹⁷.

Um Estado que negava a extensão dos direitos a todos os membros da sociedade, mantendo uma parte significativa da população excluída do acesso aos mais elementares instrumentos legais de proteção, não poderia forjar uma concepção de cidadania que não aparentasse o privilegiamento de alguns setores ou segmentos da nação. Por isso, acreditamos que os *alugados* da fazenda Fraternidade, tal como são representados por Jorge Amado em sua obra, podem ser vistos como expressão típica de uma realidade profundamente desigual e iníqua, quer pela opressão e exploração a que estavam submetidos explícita e diretamente, quer pelo fato de que esses sujeitos não eram reconhecidos plenamente como cidadãos. Tanto é que direitos fundamentais à vida e à liberdade — o que inclui as garantias de ir e vir e de se organizar, por exemplo — eram frequentemente tolhidos pelo autoritarismo praticado na fazenda pelo coronel. Além disso, direitos sociais como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao salário “justo” e à aposentadoria passavam longe daquela realidade vivida pelos trabalhadores rurais no sul da Bahia.

A caracterização do processo de degradação humana dos trabalhadores — pedra de toque do poder das oligarquias naquela região que submetia a maioria da população rural, deixando-a sem a mínima garantia dos seus direitos como e enquanto cidadãos — é a grande questão desse romance. Disso se depreende que em *Cacau* a trajetória de José Cordeiro é mais do que a simples história de um sujeito que por uma contingência da vida acaba se tornando

¹¹⁶ Dentre as conquistas obtidas na forma de lei, destacamos as seguintes: a) Jornada de trabalho de oito horas no comércio e na indústria, decretada em 1932; b) Regulamentação do trabalho feminino, realizado em 1932; c) Regulação da legislação existente sobre o trabalho de menores, em 1932; d) Criação da carteira de trabalho, realizada em 1932; e) Criação das Comissões e Juntas de Conciliação e Julgamento, em 1932, com o reconhecimento das convenções coletivas de trabalho pelas Comissões; f) Regulamentação do direito de férias, efetivada para comerciários, bancários e industriais, entre 1933 e 1934; g) Criação do salário-mínimo, instituído pela Constituição de 1934 e adotado em 1940; h) Formação da Justiça do Trabalho, que se deu na Constituição de 1934, mas que começou a funcionar plenamente em 1941. Além disso, na área da previdência, houve a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), com um avanço significativo a partir de 1933 (CARVALHO, 2015).

¹¹⁷ Sobre o fato da legislação brasileira na década de 1930-40 beneficiar somente uma parte da classe trabalhadora, diria José Murilo de Carvalho (2015, p. 127): “Em toda essa legislação houve um grande ausente: o trabalhador rural. Embora não fossem explicitamente excluídos, exigia-se lei especial para sua sindicalização, que só foi introduzida em 1963. A extensão da legislação social ao campo teve que esperar os governos militares para ser implementada. Esse grande vazio na legislação indica com clareza o peso que ainda possuíam os proprietários rurais. O governo não ousava interferir em seus domínios levando até eles a legislação protetora dos direitos dos trabalhadores”.

proletário, pois, em verdade, o que se tem na obra de Jorge Amado é a denúncia de um capitalismo atrasado e periférico, que faz com que as desigualdades sociais no interior do País sejam ainda mais brutais¹¹⁸.

¹¹⁸ Também é importante ressaltar o fato de que no desenvolvimento da economia interna, o Nordeste brasileiro tenha desempenhado um papel fundamental: primeiro como território de produção de mercadorias exportáveis e, posteriormente, como um grande fornecedor de força de trabalho para as outras regiões – via migração. Assim, as desigualdades estruturais que se consolidaram historicamente no País, fizeram com que o trânsito de trabalhadores do nordeste para o Sudeste/Sul ocorresse como um mecanismo a mais para fomentar o capitalismo dependente, o qual se baseia na prática da superexploração e na presença de uma força de trabalho massiva.

3 A CLASSE SOCIAL COMO UM SUJEITO POLÍTICO

Quando se fala de classes sociais, geralmente, a sua definição se dá por razões econômicas ou de acordo com a sua inserção na esfera da circulação. Assim, muitos buscam classificar os indivíduos que pertencem a uma determinada classe com base em sua capacidade financeira ou segundo as suas condições de consumo. Daí as denominações de classe A, B, C e por aí vai. É como se a identidade de classe da pessoa em questão fosse determinada pelo seu bolso, isto é, pela soma de dinheiro que ela dispõe para gastar como consumidora. Nesse sentido, a condição de classe de um indivíduo passa a ser apresentada como sendo fruto de uma situação monetária, totalmente independente de sua consciência. Assim, a capacidade de mobilidade social dos indivíduos se torna mais fluida e as relações entre estes, pertencentes às classes sociais distintas, passariam a ser dinamizadas em função do mercado, estabelecendo-se, inclusive, uma hierarquia social baseada em seus respectivos poderes de aquisição.

Entretanto, tendo em vista essa concepção, fica evidente que os antagonismos de classes, bem como as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, tornam-se nebulosas. Assim, pautando-se numa visão estritamente de consumo, fica praticamente impossível de se enxergar as relações objetivas que fazem de uma classe a força social produtora da riqueza material, enquanto a outra se mantém como detentora dessa mesma riqueza. Ademais, dentro dessa concepção, os indivíduos não passariam de fato a construir uma identidade de classe, já que, no que diz respeito à subjetividade de suas relações, eles praticamente não se distinguiriam como polos opostos — condicionados e orientados por necessidades e interesses antagônicos — e sim, como e enquanto sujeitos que se movem pelas mesmas razões de mercado.

Por isso, consideramos que é preciso ir além desse senso comum. É necessário que se faça um esforço maior no sentido de se aproximar do que se entende por classe social na teoria social crítica, tal como foi elaborada por Marx e Engels em seus principais textos, assim como, nas contribuições daquilo que comumente se denomina de tradição marxista.

Num primeiro momento, podemos começar afirmando que na concepção marxiana não há uma definição restritiva de classe social, tampouco há um entendimento uniforme em termos abstratos para aquilo que só pode se efetivar na prática concreta de sua luta. Ou seja, no que se refere à classe trabalhadora, há que ter em mente que essa só pode existir como tal se ela assim se identifica através de sua luta contra a classe burguesa. Portanto, para início de discussão, é necessário que se compreenda que toda e qualquer classe social só o é na medida em que ela se relaciona com outra classe, fazendo da defesa dos seus interesses um objetivo que a leva a se

contrapor aos interesses pertencentes à outra classe¹¹⁹. Mais do que isso, é preciso que essas classes se relacionem entre si de forma que uma consiga subjugar a outra, fazendo com que a realização de suas necessidades se dê em detrimento das necessidades da outra. Assim, uma classe só poderá existir enquanto houver essa relação de dominação, que no modo de produção capitalista se apresenta mais explicitamente como uma relação de opressão e de exploração.

Se a “história de todas as sociedades [...] é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40), a existência de uma classe implica na existência e na contraposição de outra classe. Portanto, estamos falando de uma relação recíproca entre classes que se opõem, devido ao lugar que ocupam na estrutura organizacional da sociedade e ao seu posicionamento político de enfrentamento. Nesse sentido, é importante destacar que nem todos os indivíduos que pertencem a uma classe se sentem de fato representados pelo polo dinamizador de suas lutas. Isso porque, ao falarmos de classe, nós estamos necessariamente falando de indivíduos que podem ou não se identificar como sujeitos sociais e partícipes de uma comunidade de interesses. Com isso, queremos chamar a atenção para a questão do processo de consciência que interfere diretamente na conformação tanto da mentalidade política do indivíduo quanto na do sujeito coletivo. Ou seja, para que possamos falar de classe é necessário que estejamos cientes de que estamos falando de indivíduos que ora se sentem, pensam e atuam como classe, e ora se distanciam apresentando um pensamento e um comportamento distintos dos demais membros dessa mesma classe¹²⁰.

Isso acontece justamente porque a classe se faz como classe na medida em que se entende como tal em sua atuação. Portanto, nós até podemos classificar as pessoas como pertencentes a esta ou àquela classe de acordo com o lugar que elas ocupam na estrutura organizacional da produção social. Até porque na sociedade burguesa a maioria dos indivíduos

¹¹⁹ Em um de seus apontamentos sobre a formação das classes sociais, o historiador inglês E. P. Thompson (2012, p. 274) apresenta esta importante observação: “Isso sublinha, portanto, o fato de a classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de ‘luta de classes’. A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à ‘classe’, e muito pouco, ao contrário, à ‘luta de classes’. [...] Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagonísticos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”.

¹²⁰ No prefácio à edição alemã do *Manifesto Comunista*, de 1890, Friedrich Engels apresenta a seguinte observação: “Para o triunfo decisivo das ideias formuladas pelo *Manifesto*, Marx dependia unicamente do desenvolvimento intelectual da classe operária, o qual deveria resultar da comunidade da ação e da discussão. Os acontecimentos e vicissitudes da luta contra o capital, as derrotas maiores que as vitórias, poderiam apenas mostrar aos combatentes a insuficiência de todas as panaceias em que acreditavam, fazendo-os compreender melhor as verdadeiras condições da emancipação da classe operária. E Marx tinha razão” (LASKI, 1978, p. 86). Visão que demonstra o quanto era necessário vincular a experiência da luta proletária ao processo de elevação da consciência de classe.

se encontra objetivamente inserida nas relações sociais de produção, distinguindo-se pelo fato de serem ou não proprietários dos meios de produção fundamentais. Todavia, para que possamos afirmar categoricamente que este ou aquele indivíduo é membro desta ou daquela classe social, é necessário que tenhamos em conta a forma como ele processa em seu pensamento as relações que são vividas por ele e pelos demais que o cercam. Isto é, sua experiência — como ser social que se insere nas relações sociais de produção e que experimenta a exploração de classe — é um elemento fundamental para a conformação de seu entendimento como e enquanto sujeito coletivo. Nesse sentido, a relação de exploração e de opressão de uma classe pela outra, na qual ele se encontra objetivamente inserido, só fará sentido e, principalmente, será entendida como tal, se essa experiência for processada por ele de maneira *política*¹²¹.

Atentar para esse aspecto é importante, porque é mediante a luta política que o proletariado — como aqueles que nada possuem a não ser a sua força de trabalho como mercadoria — passa a se reconhecer como classe, a se identificar como um sujeito pertencente a uma coletividade. Assim, das condições de trabalho e de vida, que se assemelham em muitos aspectos, origina-se uma espécie de comunhão de interesses. O que não significa, em hipótese alguma, que tal consciência se fixe como algo permanente. Pelo contrário, a capacidade de absorção, de interpretação e de elaboração de um pensamento sistemático e homogêneo, no que diz respeito ao processo de decodificação das experiências comuns de opressão e de exploração vivenciada pelos trabalhadores não é algo que se apresenta de forma direta e imediata. Pois há, em meio à realidade objetiva e subjetiva desses sujeitos, uma gama variada e complexa de mediações — o que nos permite afirmar que a classe, tal como a entendemos na acepção marxiana, não é algo dado, como se fosse uma realidade imanente de todo e qualquer trabalhador.

A constituição da classe, em seu processo de luta, deve ser vista como algo dinâmico, transitório e recorrente. Isto é, um constante vir a ser do sujeito coletivo. Pois, de acordo com Marx e Engels (2007),

os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas

¹²¹ Já em 1847, em seu livro *Miséria da filosofia*, Karl Marx (2017, p. 146) apontava para o caráter político das lutas de classes: “As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política”.

condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidas a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 63-64).

Portanto, de acordo com os dois pensadores revolucionários, os indivíduos que se encontram inseridos em determinadas relações sociais, as vivenciam como se fossem um dado objetivo do qual não podem fugir, uma vez que lhes foram relegadas e são, por eles próprios, reproduzidas socialmente no seu dia a dia. Todavia, isso não significa que esses mesmos indivíduos não possam se sublevar contra tais relações, ou, até mesmo, se mobilizar pela sua perpetuação. Isso porque, na dinâmica das classes que os subsume, os indivíduos são levados a lidar com as contradições que se originam no próprio movimento das forças sociais que corporificam a sociedade, a saber: a relação constituída entre trabalho e capital.

Quando pensamos nas classes dominantes que habitam o Brasil, é preciso recordar que a eliminação do sistema escravocrata não extirpou a grande propriedade de terras e, por conseguinte, os privilégios que essa propriedade concedia a essa parcela significativa dos setores econômica e politicamente dominantes. O que explica, inclusive, a persistência de formas pré-capitalistas de exploração da força de trabalho nas áreas rurais. Enquanto a burguesia nascente, se comparada com as burguesias da Europa industrial, revelar-se-á muito débil para fazer frente às forças monopólicas que controlavam o mercado internacional. Daí a sua dependência estrutural em relação ao poder econômico dos grandes fazendeiros, tanto para garantir as suas inversões quanto para assegurar o escoamento de sua produção industrial. Já os setores intermediários como os comerciantes, minifundiários, empresários, ou seja, os indivíduos que constituíam a pequena burguesia. Uma força que embora aspirasse a transformar os seus integrantes em capitalistas de sucesso, ela estava objetivamente mais propensa a assisti-los em suas conversões para a condição de trabalhadores assalariados. Razão pela qual, essa força tende sempre a cerrar fileiras com as classes dominantes na defesa da ordem, já que a sua “salvação” — entendida como a sua não redução ao proletariado — estaria na obtenção de uma benesse ou prerrogativa vinda de cima. O que inclui, obviamente, a atuação do Estado.

Por isso, quando se pensa na formação das classes sociais sob o capitalismo dependente, é preciso ter em mente as condições objetivas e subjetivas que conformam a dinâmica social na produção e reprodução da sociedade. Já que o posicionamento político dos grupos que interagem nas lutas de classes depende, em última instância, da sua compreensão enquanto sujeito que ocupa um lugar na organização da estrutura sociomaterial. Assim, a capacidade de mobilização, de conscientização e de atuação da classe trabalhadora encontra-

se, de certa forma, hipotecada à capacidade da burguesia interna em fazer o capitalismo se desenvolver plenamente. Tanto que, ao analisar a estrutura de classes na Alemanha de 1848, Marx (1980) assinalou:

A classe trabalhadora da Alemanha, em seu desenvolvimento social e político, está tão atrasada em relação às da Inglaterra e França quanto a burguesia alemã se encontra atrasada em relação às burguesias daqueles países. Tal pai, tal filho. A evolução das condições de vida de uma classe proletária numerosa, forte, coesa e inteligente anda de mãos dadas com o progresso das condições de vida de uma classe média numerosa, rica, coesa e poderosa. [...] Essa falta generalizada de modernas condições de vida, de métodos modernos de produção industrial, logicamente foi seguida de uma correspondente falta de ideias atualizadas. (MARX, 1980, p. 106-107).

Compreensão que aponta para as condições objetivas e subjetivas das classes sociais, entendendo que a dinâmica de evolução das mesmas está relacionada ao desenvolvimento estrutural de suas bases econômico-sociais e político-culturais. Porém, como tais classes não podem ser tratadas de forma abstrata e tampouco dentro de uma lógica progressista, é necessário considerar as especificidades que as cercam e as conformam, ou seja, os seus determinantes históricos. Por isso a importância de buscar entendê-las, integrando-as às movimentações que são inerentes à formação e ao amadurecimento do capitalismo dependente. Nunca é demais frisar, para que se proceda a um tratamento correto das sociedades de classes é preciso não só analisar as particularidades históricas que as diferenciam marcadamente¹²², assim como examinar de que forma as classes sociais se relacionam e lutam por seus objetivos dentro dessas condições históricas.

Ademais, é importante estar atento ao fato de que, geralmente, “as modalidades da consciência e as condições de existência social não se exprimem [e] nem se relacionam de modo harmônico”. Já que, “tanto as pessoas como os grupos”, pertencentes às classes sociais, “apreendem as suas relações sociais reais de maneira diversa e antagônica, quando não de forma incompleta, parcial, invertida ou fetichizada”. O que faz com que, “na sociedade capitalista, as relações de produção tendem a configurar-se em ideias, conceitos, doutrinas ou teorias, que evadem os seus fundamentos reais” (IANNI, 1980, p. 23-24). Por isso, a leitura que a maioria das pessoas fazem da realidade apresenta-se como uma leitura um tanto quanto enviesada e

¹²² Afirmamos isso tendo em mente uma observação realizada por Marx e que foi reproduzida por Kevin B. Anderson (2019, p. 248), em sua obra *Marx nas margens*, na qual o pensador alemão diz: “Aqui, é verdade, trata-se das *leis naturais da produção burguesa*, isto é, das leis segundo as quais a produção ocorre em um *estágio histórico particular* e sob *condições de produção históricas particulares*. [...] O que está envolvido aqui, portanto, é a apresentação *da natureza* desse modo de produção circular, isto é, das suas *leis naturais*. Mas, assim como esse modo de produção é *histórico*, também são históricas a sua *natureza* e as *leis dessa natureza*. As leis naturais dos modos de produção asiático, antigo ou feudal são essencialmente diferentes”. Em verdade trata-se mais de uma advertência do que uma mera observação, já que dela podemos apreender a preocupação de Marx quanto ao respeito que se deve ter com a historicidade dos modos de produção e com suas formas particulares de manifestação, dada a sua ênfase à diferenciação.

deturpada, pois se é certo que na vida privada se deve “diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz” (MARX, 2011, p. 60), também é certo que, de acordo com a divisão social trabalho, há pessoas que o que fazem é justamente pensar e dizer o que os outros devem ser e fazer¹²³.

Assim, a luta política se anuncia de forma mediada, constituindo-se como um campo de ação da qual fazem parte diversos fatores, como verdadeiras clivagens socioculturais, para se pensar a movimentação e a polarização das classes sociais. Um exemplo disso é a famosa passagem de Marx, em *O 18 de brumário*, quando ele se refere à situação do campesinato francês¹²⁴. Além disso,

se o proletariado é a classe potencialmente emancipadora, essa virtualidade não se realiza automaticamente. *O Capital* põe em evidência os obstáculos ao desenvolvimento da consciência de classe inerentes à própria reificação das relações sociais. A esses obstáculos próprios à relação de produção acrescentam-se os efeitos específicos das vitórias e dos fracassos políticos”. (BENSAÏD, 1999, p. 166).

Essa situação serve tanto para demonstrar a não linearidade das lutas de classes quanto a relevância que a luta política tem para a afirmação dos trabalhadores como e enquanto classe.

3.1 Sobre a conexão existente entre alienação e exploração na ordem do capital

Quando tratamos do trabalho enquanto produtor de mercadorias, dentro do modo de produção capitalista, é preciso salientar que este se tornou alienado e alienante pelas relações sociais que foram historicamente construídas. Alienação que faz com que o trabalhador perca a dimensão humana do ato de produção, mediante um processo de trabalho que se apresenta como

¹²³ Percepção extraída do poema “*Recuerda*” de Roque Dalton (2010, p. 192), intelectual e revolucionário, que escreveu um livro “*rojo*” em homenagem a Lênin: “*Tú/que piensas que a los hombres/hay que juzgarlos por lo que hacen/y no por lo que dicen/piensas bien/pero/recuerda/que hay algunos hombres/que lo que hacen/es decir QUÉ HACER*”.

¹²⁴ A despeito da importância dessa citação para a nossa reflexão - inclusive, para a vindoura discussão sobre as lutas de classes -, optamos por reproduzi-la por aqui devido a sua extensão: “Os camponeses parceleiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. [...]. Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome [...]. Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. Sessenta conjuntos desse tipo constituem um povoado; e sessenta povoados, um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma” (MARX, 2011a, p. 142-143).

sendo algo alheio às suas demandas, anseios e realizações, transformando-o em um indivíduo que já não se reconhece como o sujeito dessa produção. E ao não se reconhecer mais no produto do seu trabalho e nem na sua realização, esse indivíduo vai perdendo do seu horizonte o poder que emana da sua capacidade de intervenção como um construtor coletivo do mundo material e social. Assim, o processo de alienação ao qual ele está submetido, faz dele um indivíduo que já não consegue mais se ver como membro da comunidade humano-genérica que pode conscientemente intervir na realidade para transformá-la. A aparência é de que esse sujeito coletivo — os produtores diretos — não tem nenhum poder, e que as coisas tomaram o seu lugar como os agentes dos processos de transformação social.

Assim, ao emergir uma relação de alienação que engloba a todos, o entendimento que se tem do mundo passa a ser afetado diretamente por essas relações que são relações de inversão. É o mundo que foge das mãos de seus produtores e passa a dominá-los, com objetos que se originam do trabalho e que agora o subordinam ao seu total controle. Nesse sentido, a força social que só existe por meio da intervenção dos trabalhadores — que neste momento se encontra subsumida ao capital — se torna uma força estranha, alheia, que se revela contrária às suas necessidades e aos seus interesses, fazendo com que aquilo que deveria ser a sua realização se torne a sua verdadeira perdição¹²⁵. Como diria Marx (2011b),

todos os progressos da civilização ou, em outras palavras, todo aumento das *forças produtivas sociais*, se se quiser, das *forças produtivas do próprio trabalho* – tal como resultam da ciência, das invenções, da divisão e combinação do trabalho, do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, da criação do mercado mundial, da maquinaria etc. –, não enriquecem o trabalhador, mas o *capital*; em consequência, só ampliam o poder que domina o trabalho; só multiplicam a força produtiva do capital. Como o capital é a antítese do trabalhador, tais progressos aumentam unicamente o *poder objetivo* sobre o trabalho. (MARX, 2011b, p. 241).

É importante destacar que, nessa relação de alienação, todos os indivíduos são afetados. É claro, com gradações e conotações distintas tendo em vista a classe social da qual eles fazem parte. No entanto, no que se refere ao processo de desumanização e de reificação, torna-se evidente que no âmbito social e cultural praticamente todos os indivíduos se encontram envolvidos.

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a *aparência* de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana. (MARX; ENGELS, 2011,

¹²⁵ Assim ressalta Marx (2011b, p. 305-306): “[...] quanto mais o trabalhador se esforça (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; quanto mais pobre se torna ele próprio [e] o seu mundo interior, tanto menos ele possui. Na religião é igualmente assim. Quanto mais o homem põe em deus com tanto menos fica em si próprio”.

p. 48)¹²⁶.

Percebe-se que a degradação humana gerada pela relação de exploração de uma classe pela outra está fundada na existência da propriedade privada. É na condição de proprietários dos meios de produção que os capitalistas irão sobrepor e fazer valer os seus interesses, que nada mais são do que a efetivação da lógica inerente à reprodução ampliada do capital. Dito de outra forma, os capitalistas são a personificação do capital na forma de sujeitos que exercem a extração do sobretrabalho (produção de mais-valia) obtido mediante a exploração contínua dos trabalhadores. Isso faz com que nessa relação entre trabalho e capital os níveis de estranhamento dos indivíduos se acentuem objetivamente, ainda que tal realidade possa não ser assim compreendida. Dado que, nessas relações de inversão, a forma de apreensão da realidade pelo pensamento padecerá deste mesmo problema¹²⁷.

A forma como os indivíduos assimilam em suas consciências as relações sociais de produção é extremamente complexa e cambiante. Desse modo, nem tudo aquilo que é objetivamente vivenciado passa a ser compreendido como de fato é ou realmente aconteceu. Ou seja, há uma diferença, e até mesmo uma discrepância, entre aquilo que foi experimentado e aquilo que foi processado na forma de ideias. Isso porque a reprodução ideal da vida material não ocorre de maneira direta e automática. Há um conjunto de interações, representações, projeções, objeções, em suma, uma série de mediações que vão se sucedendo e intervindo nas possibilidades de reflexão sobre a realidade da qual os indivíduos fazem parte. Por essa razão, a fragmentação do ser social, como mais um elemento resultante do processo de alienação, é de extrema importância para a reprodução da ordem do capital. Assim, ao despir o indivíduo da sua humanidade — entendida como uma identificação humano-genérica do ser como um ente essencialmente comunitário — as relações sociais de produção — alienadas e alienantes — logram dificultar, quando não obliterar, a capacidade de apreensão dos trabalhadores em face de sua realidade como classe. Levando-os, por consequência, a reproduzir idealmente as projeções ideais que são próprias da classe dominante.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material

¹²⁶ Ainda: “A produção produz o homem não somente como uma *mercadoria*, a *mercadoria humana*, o homem na determinação da *mercadoria*; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser *desumanizado* (*entmenshtes Wesen*) tanto *espiritual* quanto corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas” (MARX, 2010a, p. 92-93).

¹²⁷ “A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

De acordo com a citação, temos aqui o substrato material do pensamento conservador, o qual, como expressão ideal das relações materiais dominantes, faz jus a uma realidade e, aparentemente, legitima-a perante aqueles que se encontram concreta e diretamente inseridos nela. Dessa forma, poderíamos afirmar que assim se constitui a base do *senso comum*, ou seja, daquilo que se entende como um conjunto disforme de valores, ideias, crenças, princípios etc. que acabam por moldar concepções acerca da realidade, conformando entre os indivíduos uma espécie de visão de mundo compartilhada¹²⁸. Todavia, como já observamos anteriormente, na medida em que os trabalhadores passam a se mobilizar e a se organizar como classe, essa visão de mundo começa a se alterar. Isso porque a dispersão desses indivíduos e, inclusive, a fragmentação do seu ser como ente comunitário, começam a se modificar na medida em que eles se encontram para lutar pelos seus interesses. Assim, o compartilhamento de suas experiências, conhecimentos, percepções, dramas e sofrimentos fazem com que eles percebam as suas necessidades e seus interesses da mesma forma e como algo comum a eles. Criam-se assim laços de solidariedade e de luta¹²⁹.

A potencialidade de restituição da dimensão humana através de uma atividade tida como “desumana”, como as lutas de classes, deve ser ressaltada em seus seguintes aspectos: 1) possibilita a superação da fragmentação vivenciada pela classe trabalhadora; 2) faz com que trabalhadores compartilhem entre si as suas percepções, ideias e experiências; 3) fortalece os

¹²⁸ Apresentando um instigante e profundo debate sobre essa questão, o pensador italiano Antonio Gramsci (1986, p. 12) fez a seguinte ponderação: “Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico do conformismo e do homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido”.

¹²⁹ Aqui vale o exemplo dado por Marx (2015, p. 401-402): “Quando *os artesãos* comunistas se unem, vale para eles antes do mais como finalidade a doutrina, propaganda etc. Mas, ao mesmo tempo, eles apropriam-se por esse fato de uma nova necessidade, a necessidade de sociedade, e o que aparece como meio tornou-se fim. Pode intuir-se esse movimento prático nos seus resultados mais brilhantes quando se vê *ouvriers [operários]* socialistas franceses reunidos. Fumar, beber, comer etc. já não existem como meios da ligação nem como meios que ligam. A sociedade, a associação, a conversa, que de novo tem a sociedade como fim, basta-lhes; a fraternidade dos homens não é para eles nenhuma frase, mas verdade, e a nobreza da humanidade ilumina-se a partir dessas figuras endurecidas pelo trabalho”.

laços de solidariedade ao criar um espírito de unidade; 4) aumenta a combatividade dos indivíduos por meio da coletividade; 5) possibilita – como forma de projeção – imaginar outro tipo de sociabilidade. Com isso, queremos chamar a atenção para o fato de que o reconhecimento pelos trabalhadores de suas potencialidades e de suas possibilidades, como sujeitos detentores de uma capacidade interventiva real, é de fundamental importância para a sua formação enquanto classe. Lembrando que a classe só existe efetivamente na medida em que o proletariado se organiza como tal por meio de sua luta política¹³⁰. Do contrário, esses sujeitos serão apenas indivíduos que enfrentam cotidianamente as vicissitudes de sua vida de trabalhador isolado. Como assevera Thompson (2012):

Classes não existem como categorias abstratas – platônicas –, mas apenas à medida que os homens vêm a *desempenhar* papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se *pertencentes* a classes, definindo seus interesses tanto entre si mesmos como contra outras classes. (THOMPSON, 2012, p.107).

3.2 As particularidades da constituição da classe trabalhadora no Brasil

Partindo do pressuposto de que a formação social brasileira possui um caráter periférico e dependente, que resulta da constituição de um modo de produção capitalista retardatário e subordinado histórica e estruturalmente com relação aos países capitalistas desenvolvidos e centrais. E de que o Brasil deixa de ser uma colônia para se tornar um país politicamente independente somente em 1822, mantendo de forma intacta a sua estrutura econômica escravocrata até as vésperas de sua proclamação como república, é de se considerar que o legado histórico do escravismo se fizesse presente na maneira de pensar e de agir dos senhores de terras e dos proprietários das fábricas. Pois, mesmo com o fim da escravidão, que

¹³⁰ “No começo, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem os seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; [...]. Nessa fase, o proletariado constitui massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. [...]. Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. [...] Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaverem de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim. [...] De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores.” Da concentração das “numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte”, surge “uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. [...] A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa”. (MARX; ENGELS, 2010, p. 47-48).

se deu tardiamente (1888), a exploração e a opressão que vigorou durante séculos não deixou de existir de uma hora para outra. Pelo contrário, o que se pode apreciar a partir dos estudos que foram realizados por alguns dos grandes intérpretes do Brasil é a ideia de que o processo de descolonização não foi realizado até o fim ou de que não tenha sido efetivado profundamente ao longo da história.

A constituição das relações de produção capitalista se deu de forma truncada, atravessada e desigual. Com um passado que insistia em não ficar para trás, onde as práticas coercitivas externas à exploração econômica ainda eram vultosas e o labor dos trabalhadores ainda ressentia os agouros inerentes ao período de escravidão. Tanto que, a miséria vivida pelos trabalhadores no início do século XX era extrema e a concepção desses indivíduos como e enquanto cidadãos ainda era uma mera ilusão republicana.

Um Estado de natureza autocrática, cuja democracia restrita e a conduta de uma política avessa aos interesses do povo não deixava margens para a dúvida quanto ao teor de classe de sua orientação. Classe que era formada por grandes potentados, como os latifundiários, comerciantes e industriais que compunham os setores econômica e politicamente dominantes nas diversas regiões do país. Ainda que, naquele momento, somente a fração dos grandes proprietários de terra detinham o poder por todo o território nacional, já que as demais frações se concentravam nas áreas urbanas de maior produção industrial e movimento comercial.

Os trabalhadores eram de origens étnico-raciais diversas compondo um mosaico político, ora convergente, ora divergente. Isso porque, a base estrutural que dava organicidade às suas vidas poderia ser a mesma, já que todos eram praticamente operários — urbanos ou rurais — superexplorados. No entanto, quando se observa o ambiente cultural que os conformava, percebe-se a existência de uma sutil diferença em suas concepções e condutas diante da realidade circundante. O que explica, por exemplo, as divergências, brigas e desencontros entre brasileiros, italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, entre outros. Sem falar das relações de matizes sociais que davam outra conotação às desigualdades¹³¹.

¹³¹ Exemplo disso são as elaborações pseudocientíficas e de caráter biologizantes que circulavam naquela época fomentando o preconceito étnico-racial na sociedade: “Sobretudo a mestiçagem era considerada um grande mal; quase uma sina local. Afinal, teorias como o darwinismo racial e mesmo a antropologia criminal de Cesare Lombroso faziam muito sucesso no país. Supunha-se que as raças correspondiam a dados essenciais e fixos, e que a humanidade se dividia a partir delas em hierarquias naturais. Ou seja, cada raça teria potenciais distintos e inalteráveis, estando os brancos caucasianos no topo da pirâmide social e evolutiva, e os negros na base. Contudo, piores que as raças puras seriam as mestiçadas, as quais, de acordo com esses mesmos teóricos, eram passíveis de todo tipo de ‘degeneração hereditária’” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 329).

Por isso não é fácil falar do Brasil quando se busca apreender o conjunto de sujeitos que participaram ativamente de sua construção como país. Para além das generalizações que é comum de se praticar, torna-se necessário fazer um esforço para contemplar até mesmo aqueles que comumente não figuram como partícipes dessa empreitada nacional. São os marginalizados, os despossuídos, a massa disforme das mais baixas camadas sociais. São os que Fanon chamou de *os condenados da terra*.

Neste sentido, cabe destacar que no processo de formação do proletariado a comunidade de trabalhadores assalariados regulares e de trabalhadores desempregados ou subempregados era uma situação tão comum quanto a miséria vivenciada por todos eles¹³². O que significa dizer que nas circunstâncias em que se encontravam a maioria dos trabalhadores, tendo em vista a particularidade do capitalismo brasileiro no início do século XX, a degradação de suas condições de trabalho e de vida era uma realidade constante.

Sendo assim, o que se pretende fazer neste momento é travar uma discussão sobre o processo de proletarização da força de trabalho brasileira e sobre a emergência do lumpemproletariado como um sujeito pertencente à classe trabalhadora. Para tanto, partiremos dos pressupostos já anunciados e de alguns apontamentos que se encontram em estudos que foram realizados por dentro da teoria social crítica. Entendendo que o lumpemproletariado é tradicionalmente visto com certa desconfiança e desprezo, ou seja, como um segmento potencialmente perigoso¹³³. Todavia, há de se considerar a sua presença e, por conseguinte, a sua atuação no movimento contraditório de uma sociedade de capitalismo dependente.

Com isso, queremos salientar que num país de origem colonial, em que o subdesenvolvimento do capitalismo — já sob influxo do imperialismo — determinou os limites

¹³² A respeito dessa questão, concordamos com a observação realizada por Rosa Luxemburgo concernente à situação da classe trabalhadora: “Ao discorrer sobre as relações salariais no capitalismo, é falso considerar apenas os salários pagos aos trabalhadores industriais empregados [...]. Todo o exército de reserva dos desempregados, desde os operários qualificados temporariamente sem emprego até os mais pobres, deve ser levado em conta quando se pretende conhecer os níveis de remuneração.” Pois “as camadas mais baixas de necessitados e marginalizados, desocupados ou subocupados, não são supérfluas [...]. Ao contrário, através dos elos intermediários do exército de reserva, se ligam à camada superior de operários industriais que ocupam as melhores posições. Esta ligação interna aparece nas estatísticas, quando aumenta subitamente o exército de reserva sempre que a conjuntura se deteriora e quando ele diminui quando a situação melhora; nestes casos, cai o número dos que recorrem à assistência pública aos pobres.” Portanto, “as leis da produção capitalista também regem a situação das camadas mais baixas do proletariado, que se tornam mais amplas ou mais estreitas conforme a ação dessas leis; com todas as camadas, desde a mais alta até as mais baixas, incluindo os trabalhadores rurais e os desocupados, o proletariado constitui um todo orgânico, uma classe social, em cujas diversas gradações de miséria e opressão se pode ver claramente a lei capitalista do salário em seu conjunto” (LUXEMBURGO apud ROSDOLSKY, 2001, p.256-257).

¹³³ Para que se tenha um exemplo, a chamada “classes perigosas” (*dangerous classes*) era caracterizada pelos autores do “Manifesto Comunista” como se fossem a “putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade”, que “pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária”, mas que, pelas “suas condições de vida”, se “predispõem mais a vender-se à reação” (MARX; ENGELS, 2010, p. 49).

da produção e gestou as relações de superexploração, as condições de vida da classe trabalhadora como um todo variam constantemente. O que faz com que a mobilidade social para cima se torne uma miragem enquanto a sua queda em direção ao abismo seja uma realidade.

Por isso, entendemos que a linha que separa o ser proletário do ser lumpemproletário — tendo em vista a superexploração da força de trabalho e a instabilidade nas condições de vida da classe trabalhadora — seja muito tênue, pois a figura do lumpen não pode ser pensada de maneira estática ou como se fizesse parte de um estrato social dado¹³⁴.

Até que ponto essa “escória”, esse “dejeito”, esse “refugio de todas as classes”, nos dizeres de Marx (2011a), pode ser considerada como uma massa indefinida de indivíduos, de elementos desestruturados e propensos a fazer parte da reação? Por acaso, esses indivíduos não poderiam ser pensados ou tratados como sujeitos potencialmente revolucionários? Para além da tradicional discussão envolvendo Marx e Bakunin¹³⁵, penso que é possível refletir sobre essa questão tendo em vista cada país e cada processo de formação social.

Portanto, para a discussão acerca do lumpemproletariado e de sua participação na estrutura organizacional da sociedade brasileira é importante lembrar que a sua existência se encontra mediada por um conjunto de elementos de natureza econômica, política e cultural que interferem direta ou indiretamente em sua dinâmica como sujeito. Além de sua historicidade como e enquanto vendedor de sua força de trabalho, num mercado restrito e marcado pela presença de um contingente de trabalhadores desocupados.

¹³⁴ Nesse sentido, para fins de reflexão sobre essa instabilidade que envolve o sujeito que vive tão somente da venda de sua força de trabalho, lanço mão de uma extensa passagem de Marx (2011b, p. 507-508) que julgo ser ilustrativa: “A redução do trabalho relativamente necessário aparece como aumento da capacidade de trabalho relativamente supérflua – como pôr [*Setzen*] de superpopulação. Se esta última é conservada, não o é a partir do fundo de trabalho, mas da renda de todas as classes. Tal conservação não se dá pelo trabalho da própria capacidade de trabalho – não mais pela reprodução normal como trabalhador, mas, como ser vivo, será mantido pela piedade alheia; por isso, devém lumpen e pobre; o trabalhador, pelo fato de que não mais se mantém pelo seu trabalho necessário, ou seja, não mais pela troca com uma parte do capital, fica fora das condições da relação aparente de troca e de independência; em segundo lugar: a sociedade se encarrega, em partes alíquotas, da tarefa de conservar em bom estado para o sr. Capitalista o seu instrumento de trabalho virtual – seu desgaste natural –, como reversa para utilização posterior. O capitalista se dispensa em parte dos custos de reprodução da classe trabalhadora e pauperiza, assim, em seu benefício, uma parte remanescente da população. Por outro lado, como se reproduz continuamente como capital excedente, o capital tem tanto a tendência de pôr como de abolir esse pauperismo. Ele atua em direções opostas, de modo que ora predomina uma, ora a outra”.

¹³⁵ De acordo com Marcello Musto (2014, p. 74-75): “Marx e Bakunin tinham concepções radicalmente distintas. Enquanto para Marx o sujeito revolucionário por excelência era uma classe particular, o proletariado fabril, Bakunin voltava-se à massa em geral, à ‘grande ralé popular’ (o Lumpenproletariat), que, sendo ‘quase impoluta pela civilização burguesa, carrega em seu interior e em suas aspirações, em todas as necessidades e misérias de sua vida coletiva, todas as sementes do socialismo do futuro’. Se o comunista aprendera que a transformação social precisava ser acompanhada de determinadas condições históricas, de uma organização eficiente e de um longo processo para chegar à formação da consciência de classe entre as massas, o anarquista estava convencido de que a ‘grande ralé popular’ era dotada de ‘um instinto, tão invencível quanto justo’, por si só suficiente ‘para inaugurar e fazer triunfar a revolução social’”.

O certo é que no processo de assalariamento da força de trabalho no Brasil, que se deu progressivamente nos interstícios do período final da escravidão (1850-1888) e se acentuou após o término dessa forma de exploração, houve o estabelecimento de uma espécie de hierarquia social do trabalho que se baseava em critérios estruturais e étnicos. O que explica a preferência pela força de trabalho estrangeira em determinados centros produtivos, enquanto os trabalhadores nacionais e, principalmente, os negros eram preteridos.

Como em 1850, junto com a cessação do tráfico negreiro ocorrera a aprovação da Lei de Terras¹³⁶, a qual, na prática, tornara inviável o acesso às terras por parte de uma grande massa de libertos e de trabalhadores livres, este contingente se viu relegado a sobreviver na pobreza, longe das formas regulares de trabalho, como também se viu compelido a estabelecer todo e qualquer tipo de vínculo laboral com os potentados, visando tão somente garantir o mínimo necessário para a sua subsistência. Daí a proliferação das mais distintas formas de exploração dessa força de trabalho que não era nem escrava e nem assalariada, mas extremamente aviltada¹³⁷.

Outro fator de crucial importância é que a ordem escravocrata contaminou as relações de trabalho desde os primórdios da colonização, produzindo uma situação histórica que atravessou os séculos. De fato, os livres e pobres eram encarados pelos senhores como um segmento que poderia ser tratado de forma assemelhada àquela que caracterizava a condição cativa de existência. A maneira como os senhores tratavam o cativo, passível de ser superexplorado até os limites de sua sobrevivência, influenciava tanto a percepção que os livres tinham acerca do trabalho disciplinado e regular como a percepção que os proprietários faziam da utilização da mão de obra livre” (KOWARICK, 2019, p. 51).

As relações sociais de produção que foram sendo construídas nos albos do capitalismo no Brasil fizeram com que uma parte significativa dos trabalhadores ficasse, aparentemente, à margem do mercado da força de trabalho¹³⁸, tornando-os uma espécie de

¹³⁶ No Brasil, “enquanto a produção fosse efetuada por escravos, a terra era praticamente destituída de valor, pois sua propriedade só teria significado econômico se seu detentor também possuísse um estoque de cativos”. Todavia, como o fim da escravidão já estava se desenhando, estabeleceu-se um processo que “consistiu em restringir o acesso a áreas devolutas, por meio de uma lei que tornava a compra a única forma de alienar as terras públicas” com uma política que deliberadamente aumentava o preço para a sua venda. Nesse sentido, “não foi ocasional que a Lei de Terras tenha coincidido com o término do tráfico negreiro, época em que os fazendeiros utilizaram, pela primeira vez de forma mais abrangente, mão de obra estrangeira [...]”. Isso “indica de maneira cristalina o intento de obstaculizar o acesso à propriedade da terra, forçando o trabalhador livre a permanecer nas fazendas” (KOWARICK, 2019, p. 88). Como bem disse José de Souza Martins (2017, p. 10): “se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje”.

¹³⁷ Estamos falando aqui, sobretudo, daquelas relações de produção que não eram propriamente capitalistas, mas que contribuíam diretamente para a produção de capital. Como era o caso dos meeiros, parceiros, agregados, arrendatários e trabalhadores não assalariados que se encontravam no meio rural.

¹³⁸ Cabe aqui fazer uma importante observação: o uso da expressão “aparentemente” se dá pelo fato de que a chamada “exclusão” / “marginalização” de determinados segmentos sociais, com relação a sua presença no mercado da força de trabalho, nunca é efetiva ou concretamente real no mundo capitalista. Isso porque, mesmo que esses indivíduos não estejam diretamente empregados na produção ou na circulação de mercadorias, a sua

massa amorfa que transitava no campo e na cidade à procura de emprego ou de formas autônomas de trabalho que pudessem assegurar meramente a sua sobrevivência. Isso porque, a presença de estrangeiros que vieram da Europa para suprir as fazendas e as indústrias no centro produtivo do país não só serviu para garantir o crescimento da economia, como também possibilitou a criação de um exponencial exército industrial de reserva a serviço do capital¹³⁹.

Ademais, é preciso salientar que nesse processo o negro deixou de ser o elemento primordial da exploração, como era na época da escravidão, para se tornar um elemento malquisto e praticamente sem nenhuma inserção efetiva no mercado da força de trabalho. O que se explica tanto pelo secular e arraigado racismo existente na sociedade brasileira, quanto pela necessidade de se incrementar ainda mais o já mencionado exército industrial de reserva. É claro que a principal razão do desprezo e da depreciação do negro como trabalhador está na discriminação racial. Todavia, há de considerar que na ordem social do capital o racismo e a discriminação se transformam em mecanismos importantes para a manipulação dos trabalhadores, seja para evitar a construção de laços de solidariedade entre eles, seja para rebaixar sucessivamente os seus salários.

Como observou Clóvis Moura (1977),

o mau cidadão negro é aquele que integra as áreas da delinquência, subemprego ou desemprego - as áreas marginais - ou aquele que não se conforma atualmente com as barreiras contra ele levantadas. Os negros que habitam as favelas, os mocambos, os cortiços, os alagados, os pardieiros são mantidos como exército industrial de reserva de mão-de-obra não qualificada para forçar, no plano econômico, a segurança de níveis mínimos de salários aos trabalhadores já engajados no processo de trabalho. E o negro que já conseguiu capacitar-se técnica e culturalmente para competir em nível superior com o trabalhador branco é apresentado como perigoso porque não “sabe mais ficar no seu lugar”. Desta forma, as classes dominantes, através de uma série de mecanismos de defesa, inconscientes, mas atuantes, conseguem, com o preconceito de cor, manter o equilíbrio da mão-de-obra, garantindo-lhe alta taxa de mais-valia e precatar-se contra possíveis reivindicações parciais ou globais dos trabalhadores que elas julgarem mais radicais. A raiz do preconceito é justamente a essência competitiva da atual sociedade brasileira (MOURA, 1977, p. 86).

simples presença como e enquanto integrantes de uma massa de trabalhadores desempregados já é o suficiente para o funcionamento desse mercado e, conseqüentemente, para que o processo de acumulação regido pelo capital se intensifique. Todavia, para facilitar a compreensão textual, o uso de vocábulos como exclusão e marginalização serão mantidos.

¹³⁹ Sobre esse processo histórico no campo, Alberto Passos Guimarães (2008, p. 138) externa a seguinte observação: “A história da formação do proletariado brasileiro apresenta uma singularidade que talvez não tenha semelhança com a de nenhum outro país civilizado. Trata-se do modo porque nossas oligarquias rurais se utilizaram, durante longos anos, de um preconceito antinacional – de mistura a outros preconceitos, de raça e classe – com o propósito de alijar sistematicamente do recrutamento da mão-de-obra dos engenhos de açúcar e das fazendas de café os trabalhadores livres naturais do País. Esses, na sua quase totalidade mestiços (mamelucos e mulatos) que compunham a chamada ‘raça caipira’, eram geralmente malvistas e rejeitados por sua ‘indolência’”. Já Lúcio Kowarick (2019, p. 139) pontua: “Através da Sociedade Promotora de Imigração, chegaram ao porto de Santos entre 1890 e 1914 cerca de 1,5 milhão de europeus, dos quais quase dois terços com passagens pagas, encaminhados através da Hospedaria de Imigração para as grandes propriedades produtoras de café: a imigração líquida para o Estado de São Paulo no período foi de 600 mil pessoas”.

Já o imigrante que aporta no Brasil, e que já havia passado pelo processo de expropriação em seu país de origem, chega aqui fugindo justamente da miséria em que se encontrava na Europa. Entretanto, ao se deparar com as condições de trabalho e de vida que imperavam sob o capitalismo dependente, a sua relação com a exploração e a opressão será reativada. O que acontecerá a despeito de suas experiências anteriores de luta e de contestação à ordem societal que estava sendo imposta pelo capital.

Reforçamos: o importante é ressaltar o fato de que a classe trabalhadora não é uma coisa homogênea. Sua composição étnico-racial, sua postura ideopolítica e sua movimentação ante as contradições socioeconômicas podem ser muito distintas no tempo e no espaço. O que é possível constatar quando se vislumbra o seu processo de formação, as suas especificidades históricas e as mediações que se fazem presentes em determinados contextos.

A classe trabalhadora não é um ser abstrato, é um ser concreto e móvel. Suas tendências de atuação podem variar sucessivamente, assim como, os sujeitos que agem em prol de seus interesses coletivos. Por isso, quando se procura analisar o acontecimento de uma luta em particular é possível perceber que nem todos os indivíduos que sofrem com uma situação de exploração e de opressão, conseguem concebê-la da mesma maneira e tampouco respondê-la atuando da mesma forma. Isso porque a consciência de classe não é outra coisa senão um construto social. Entendimento que se distingue daquela concepção que enxerga a consciência de classe como um mero epifenômeno da realidade objetiva.

3.3 Para uma caracterização do lumpemproletariado brasileiro

Situados num contexto de expansão das relações capitalistas de produção — cuja composição orgânica do capital se baseia muito mais no emprego extensivo e intensivo da força de trabalho do que na sua potencialidade tecnológica de produção — os trabalhadores se viram compelidos a adentrar no regime de assalariamento percebendo o mínimo necessário para a sua reprodução. Destaco que o fluxo contínuo de força de trabalho que migrava e imigrava para as áreas de produção — e que formava um contingente significativo de trabalhadores à disposição — favorecia a inclinação da classe dominante em manter estruturalmente uma relação de superexploração, promovendo uma deterioração acelerada da mesma.

O trabalhador se reproduz no dia-a-dia mediante o consumo de bens e serviços, que obtém fundamentalmente pelo gasto de seu salário. A quantidade e qualidade destes bens e serviços determinam a vida útil ou produtiva do trabalhador, isto é, o número de anos em que poderá desempenhar suas funções, antes que as forças ou a lucidez o

abandonem. Ora, como o montante do seu consumo depende da altura do seu salário, é evidente que os dois planos da reprodução estão estreitamente inter-relacionados. Salários muito baixos acarretam o desgaste prematuro da capacidade de trabalho do operário, por duas ordens de fatores: 1º o trabalhador se vê obrigado a fazer horas extras ou a procurar um segundo emprego, para tentar ganhar mais. A fadiga excessiva, agravada pelas longas horas gastas na condução entre o domicílio e o local de trabalho (são em geral os mais pobres que “moram longe”), acarreta o que os operários chamam de “morte-branca”: de modo imperceptível, mas inexorável, o trabalhador se esgota, decai física e psiquicamente, em poucos anos envelhece e se torna inválido ou morre; 2º o salário insuficiente torna o trabalhador subnutrido, doentio, além de privá-lo de habitação com um mínimo de higiene. A promiscuidade, falta de ventilação, sujeira, água poluída por fossa etc., minam a saúde do trabalhador, contribuindo para a sua saída prematura da força de trabalho. (SINGER, 1987, p. 68).

Essa realidade afeta não só a reprodução diária da força de trabalho, como também submete a classe como um todo a uma situação aviltante e calamitosa, já que a própria reprodução dos trabalhadores se encontra comprometida em termos materiais e psíquico-sociais¹⁴⁰. Um salário que não possibilita a restauração integral da força de trabalho, que não assegura a obtenção dos meios de subsistência necessários à manutenção e à reprodução de uma família, não pode ser considerado como o pagamento adequado aos padrões normais de uma civilização. Por isso, se considera que dentro do capitalismo dependente, o marco regulatório referente ao pagamento da força de trabalho é justamente a compensação imposta pela classe dominante interna com relação às suas perdas no intercâmbio desigual praticado no mercado internacional. Tem-se aqui, mais uma vez, a ideia da superexploração da força de trabalho, por meio da qual os setores economicamente dominantes da sociedade brasileira buscam estabelecer uma espécie de ressarcimento de suas perdas, restringindo o poder de aquisição da classe trabalhadora, mediante o pagamento de um salário inferior ao valor real da força de trabalho. Como argumenta Mathias Luce (2018):

[Com] a superexploração, vemos operar a violação do fundo de consumo e do fundo de vida da força de trabalho, acentuando o intercâmbio de não-equivalentes tanto no pagamento (reposição do desgaste), quanto também no consumo (o próprio desgaste) do valor de uso da força de trabalho, exacerbando a apropriação pelo capital da corporeidade viva do trabalhador. A superexploração, embora possa ocorrer de modo conjuntural nas economias dominantes, assume tendência estrutural e sistemática apenas nas economias dependentes, onde inclusive é utilizada pela burguesia dependente como mecanismo de compensação em face das transferências de valor como intercâmbio desigual que vigoram sob as relações de dependência. Este expediente contra-arrestante cumpre, por sua vez, a função de elemento contratendencial específico que opera nas economias dependentes (LUCE, 2018, p. 230).

¹⁴⁰ Sobre essa questão, consideramos que vale a pena destacar a importante observação feita por Mészáros (2008, p. 63), quando diz: “Também é importante notar a ênfase de Marx sobre o lado ‘espiritual’ da miséria da classe subordinada, pois é costumeiro representar, de forma errônea, a visão marxiana de ‘miséria crescente’ como meramente uma consideração material. Entretanto, o fato é que, segundo o pensamento de Marx, a partir dos primeiros escritos de *O Capital*, os aspectos material e espírito-intelectual estão sempre associados, e a condição do trabalhador é descrita como em contínua deterioração, *a despeito* das melhorias materiais (*‘seja seu salário alto ou baixo’*), precisamente por causa da inseparabilidade de ambos os aspectos”.

Com isso, os trabalhadores se veem constrangidos pelos capitalistas a viver em uma situação periclitante no que diz respeito às suas condições materiais, fazendo da ameaça de um iminente rebaixamento na escala social uma realidade constante em suas vidas. Aquilo que o escritor Jack London (2004) classificou no início do século XX como o “povo do abismo”¹⁴¹, pode ser entendido, guardadas as devidas proporções, como a visão que se faz desse segmento de trabalhadores que transitam ou podem transitar da condição de proletário para a de lumpen a qualquer momento.

Tal como o proletariado, o lumpen constitui-se como uma massa de trabalhadores alienados, que já não se reconhecem mais como sujeitos de sua própria história e que por estarem submersos nos porões da sociedade, acreditam que a sua condição de miserabilidade passa ao largo das relações sociais de produção, sendo, portanto, encarada como algo de sua responsabilidade pessoal, quando não como resultante de um drama intrínseco ao seu convívio social. Além disso, por estar numa situação de marginalização perante as condições formais de trabalho, a sua presença como força de trabalho se dá mais como um elemento pertencente ao exército industrial de reserva — naquilo que Marx classificou como o resíduo mais baixo da superpopulação relativa¹⁴² — do que de fato como uma capacidade ativa no processo de valorização do capital. Sua presença, nesse sentido, configura-se como uma espécie de população errante.

Desde as suas origens, o industrialismo gerou várias modalidades de populações excedentes e elas possuíam um significado histórico equivalente. A lógica do capital

¹⁴¹ “Por essa época, voltando de uma viagem de navio que durara sete meses, e logo após ter completado dezoito anos de idade, coloquei na minha cabeça a ideia de que iria vagabundear. Em vagões de passageiros ou compartimentos de carga, desbravei meu caminho através da vasta região Oeste, onde os homens trabalhavam duro e os empregos procuravam as pessoas, até os congestionados centros operários da região Leste, onde os homens tinham pouco valor e davam tudo que tinham para conseguir trabalho. E nessa nova aventura de ‘fera loira’, comecei a ver a vida de um ângulo novo e totalmente diferente. Eu havia descido da condição de proletário para o que os sociólogos chamam de ‘porção submersa’ [...]. Lá encontrei todo tipo de homens, muitos dos quais haviam sido algum dia tão bons e tão ‘feras loiras’ quanto eu: marinheiros, soldados, operários, todos estropeados, distorcidos e deformados pelo trabalho, pelas agruras e pelos acidentes, e dispensados pelos seus patrões como cavalos velhos. Com eles mendiguei nas ruas, pedi comida nas portas dos fundos das casas e senti frio em vagões de trens e parques das cidades, ouvindo as histórias de suas vidas, que começavam sob auspícios tão favoráveis como os meus, e que terminavam ali, diante de meus olhos, arruinados, no fundo do Abismo Social” (LONDON, 2004, p. 21-22).

¹⁴² “O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo [...] para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade [...] são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc.” (MARX, 2013, p. 719).

impôs uma função social àquela parte das populações excedentes que se concentram nas cidades industriais. Cabia-lhe ser o exército industrial de reserva, um elemento de desvalorização do valor monetário do trabalho, de desorganização das classes trabalhadoras e de manipulação repressiva das forças policiais. Foi o próprio movimento operário que freou o “uso negativo” do exército industrial de reserva pelos capitalistas e pela ordem. Nas condições históricas e demográficas da periferia, a expulsão da população destituída do campo gerou o crescimento de “cidades inchadas” e populações faveladas de vários tipos e tamanhos, que não formam exércitos industriais de reserva, mas concentrações de miseráveis da terra (“condenados” ou “malditos”, na linguagem forte de Frantz Fanon) (FERNANDES, 1986).

Como a reprodução da força de trabalho no capitalismo dependente não inclui a presença do assalariado como um partícipe ativo e fomentador do mercado interno (pelo contrário, o capitalista se restringe a ofertar o mínimo necessário para a subsistência do trabalhador), não só se aumentam os ganhos do capital pela redução dos salários, como se reduz também o tempo de vida útil daqueles que se encontram empregados. E isso acontece não somente por causa do desgaste diário da força de trabalho, que não é devidamente repostada pelo seu proprietário, como também pelas condições insalubres e precárias de trabalho e de vida nas quais se encontra a massa trabalhadora. Com isso, a restrição do consumo operário praticada pelo capitalismo dependente acaba condicionando a vida desses sujeitos no sentido da sua degradação, ameaçando-os, inclusive, a transformá-los em pessoas destituídas de condições mínimas para o chamado convívio social – com o conseqüente aumento da “marginalização”, da criminalidade etc. Quando não da sua manipulação política pelos detentores do poder¹⁴³!

Isso tudo acaba ocasionando um impacto psíquico muito grande, pois a ameaça de uma iminente descida ao abismo faz do sujeito pertencente à classe trabalhadora uma pessoa atomizada, que se encontra numa verdadeira batalha pela sobrevivência no mercado da força de trabalho e que enxerga no outro um concorrente. Assim, a classe se fragmenta, os sujeitos se dividem e a imagem clássica do ser lumpen passa a transitar como espectro de uma situação de inexorável desgraça. Um receio que se justifica e se fundamenta pelo fato de que os trabalhadores que se encontram empregados convivem e se relacionam cotidianamente com o lumpemproletariado, já que ambos comportam experiências semelhantes por simplesmente pertencerem à mesma classe social. Nesse sentido, o infortúnio causado pelo pauperismo —

¹⁴³ Neste sentido, diria Florestan Fernandes (1986): “As duas pontas estão aí, visíveis: trabalho barato combinado à alienação política. Postas fora da sociedade civil, as populações errantes convertem-se em uma mina de ouro para o sistema de poder. De um lado, delimitam a extensão do perigo representado por uma massa enorme de ‘inimigos públicos da ordem’. Esta só pode conjurar o perigo mantendo e reforçando a exclusão, isto é, impedindo ou limitando a sua inclusão no mercado, no regime de classes e nos grupos institucionalizados dos trabalhadores assalariados. De outro, deixando-os entregues à própria impotência e desorganização e, concomitantemente, açulando-as ou acorrentando-as às ilusões de um falso paternalismo e clientelismo político. Isto significa associar promessa e demagogia populista, dentro de um espaço real dominado pela opressão política e pela repressão armada”.

que emerge como uma realidade premente à maioria da população em razão da superexploração — não pode ser vislumbrado senão como algo de concreto na vida de todo e qualquer trabalhador.

No entanto, é justamente desse convívio entre proletários e lumpens que pode se originar uma consciência social compartilhada, pois é dessas interações e dessas experiências que nasce a oportunidade para uma espécie de amoldamento de classe, fazendo com que distintos estratos sociais se transformem em um ser orgânico movente que, na defesa dos seus interesses mais sentidos, poderá atuar politicamente¹⁴⁴. Daí a potencialidade de restituição da dimensão humana que as lutas de classes podem nos apresentar, fazendo daqueles que eram vistos apenas como um retalho malquisto do tecido social, sujeitos portadores de um projeto coletivo de transformação radical. Pois, como bem observou Florestan Fernandes (1986):

Cortar o nó górdio, eis a questão. Proletarizar o coração e a mente desses subalternos, que permanecem abaixo das linhas de classe da subalternização, como o último degrau da sociedade (“indigentes”, “marginais”, populações “carentes” ou “dependentes” e outros). Os anarquistas tiveram a virtude de estender os braços a esses companheiros e a grandeza de compreender o seu infortúnio. Os revolucionários nacionalistas ou comunistas, da periferia, acabaram aprendendo, pela prática, que eles são os humildes mais exigentes de amor, de solidariedade humana e de companheirismo. No Brasil ainda arranhamos as meias-verdades. Culpam-se a “falta de organização” e a “falta de meios” para chegar até eles com a mensagem libertária da fraternidade humana e da igualdade política. Espera-se que o movimento popular dê o salto qualitativo de mobilização que só poderá nascer de uma identidade partidária forte, que compreenda que a classe operária não contém fronteiras diante da miséria e que o socialismo proletário só poderá florescer pela incorporação daqueles que são os mais desiguais, estejam eles no campo ou nas cidades, sejam eles brancos, negros ou índios, enfrentem eles os dilemas humanos que enfrentarem. O que o capitalismo expulsa e separa, o socialismo deve unir e libertar.

Frantz Fanon também chamou a atenção para o fato de que o lumpemproletariado precisa ser visto como um sujeito potencialmente revolucionário¹⁴⁵. Em seus escritos sobre a luta anticolonial, o pensador e revolucionário martinicano descreve como o fluxo da gente que

¹⁴⁴ Na polêmica que estabeleceu com o filósofo marxista Louis Althusser, E. P. Thompson (1981, p. 182), em sua obra *A miséria da teoria*, apresentou uma concepção acerca das experiências dos indivíduos que consideramos ser pertinente para a questão em debate: “O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: ‘experiência humana’. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”.

¹⁴⁵ Em tempo, é sempre importante frisar: uma coisa é ser partícipe de um processo revolucionário como membro da classe ou da massa que se encontra mobilizada; outra é ser integrante do movimento revolucionário como vanguarda, como parte da direção hegemônica do processo de subversão da ordem. Portanto, quando falamos em sujeito potencialmente revolucionário, estamos falando de uma pessoa que poderá ou não se envolver no processo de agudização das lutas de classes, tornando-se um participante ativo de uma situação eminentemente revolucionária.

sai do campo em direção à cidade, em busca de um lugar ao sol, acaba gerando certo transtorno à organização societária por intermédio da expansão das favelas, do crescimento da violência e da miserabilidade que se torna cada vez mais visível.

Abandonando os campos onde a demografia apresenta problemas insolúveis, os camponeses sem terra, que constituem o lumpen-proletariat, precipitam-se para os centros urbanos, amontoam-se nas favelas e tratam de se infiltrar nos portos e nas cidades nascidas do domínio colonial (FANON, 1968, p. 93).

Sujeitos laboriosos que não encontram trabalho, massa desenraizada acostumada com a brutalidade e que pode entregar-se tanto à delinquência quanto à luta revolucionária. Pois, “o lumpen-proletariat, semelhante a uma rataria, apesar dos pontapés, apesar das pedradas, continua a roer as raízes da árvore”, constituindo-se em “uma das forças mais espontaneamente e mais radicalmente revolucionárias de um povo colonizado” (FANON, 1968, p. 106-107). Contudo, para que isso ocorra a favor das forças que lutam pela libertação, Fanon chama a atenção para a necessidade de ganhá-los para a causa nacional, arregimentando-os e organizando-os para a luta contra o opressor.

O colonialismo vai encontrar igualmente no lumpen-proletariat uma massa de manobra considerável. Por isso, todo movimento de libertação nacional deve prestar a máxima atenção a êsse lumpen-proletariat. Êste responde sempre ao chamado da insurreição, mas se a insurreição acredita poder ir para a frente ignorando-o, o lumpen-proletariat, essa massa de famintos e desclassificados, atirar-se-á à luta armada, participará do conflito, ao lado, desta vez, do opressor. (FANON, 1968, p. 112).

Assim, seguindo na esteira do raciocínio fanoniano, é possível argumentar que o lumpem, tal qual o indivíduo que foi colonizado, sofre de um processo de despersonalização. O que faz dele um oprimido que não conhece a realidade em que está inserido e tampouco se reconhece nela como um indivíduo desumanizado. Daí a importância da luta política, que o finca na vida concreta para retirar dela as respostas que só poderão ser alcançadas por meio da ação. Visto que é justamente através do movimento de contestação à realidade que ele promoverá uma mutação radical de sua consciência, imbuindo a sua atividade de uma subjetividade transformadora (FANON, 1968).

Ao tratar das dificuldades que se fazem presentes nas tentativas de se projetar uma estratificação social que corresponda à realidade dos países latino-americanos, sem que se faça uma transposição da tipologia das classes sociais existentes na Europa, Darcy Ribeiro (1988, p. 65) argumenta que “a cada formação econômico-social corresponde uma estratificação social e que, mesmo dentro dessa própria formação, em etapas diferentes de sua cristalização, variam as classes sociais”. Portanto, o estudo de uma sociedade específica requer a análise concreta de sua formação histórica, bem como, dos movimentos internos que configuram as composições

de classes e as suas respectivas contraposições.

Com isso, o autor afirma que para entender de que forma o nosso país se organiza e se estrutura socialmente, é preciso proceder de forma discriminatória na elaboração de uma estratificação social que corresponda de fato à realidade societária. Para tanto, é necessário realizar: 1) o desdobramento em estratos superpostos das classes dominantes e das classes subordinadas, as quais se encontram numa relação de polarização; 2) a indicação dos componentes distinguíveis segundo a posição ocupada por cada um desses estratos no processo produtivo e nas situações de poder; 3) o discernimento da capacidade relativa de influir sobre a sociedade que cada um destes conglomerados de interesses contrapostos apresenta, considerando, também, os componentes de cada estrato em suas posições relativas e em suas interpenetrações (RIBEIRO, 1988, p. 66-67).

Desse modo, torna-se possível expressar a divisão da sociedade em estratos sociais de acordo com a seguinte situação: a) as classes dominantes que são compostas pelo patronato oligárquico e moderno de empresários; pelo estamento gerencial estrangeiro; e pelo patriciado estatal e civil. Sendo que o poder dos dois primeiros emana da riqueza auferida mediante a exploração econômica e o poder do terceiro resulta dos altos cargos que ocupa em instituições públicas e privadas; b) as classes intermediárias que são compostas pelos sujeitos que exercem determinados ofícios, como os profissionais liberais, pequenos empresários, funcionários e baixo clero; c) as classes subalternas que são formadas pelo campesinato e pelo operariado, sendo o primeiro composto basicamente por pequenos proprietários e trabalhadores rurais e o segundo por operários fabris e trabalhadores dos setores de serviços; d) as classes oprimidas que são constituídas pela massa de trabalhadores informais, instáveis, precarizados, desempregados e pauperizados. Gente que trabalha e vive em condições degradantes e que se encontra em grande medida à margem do sistema de produção e das instituições nacionais (RIBEIRO, 2015, p. 157).

Como a sociedade brasileira apresenta níveis extremos de desigualdades, é possível enxergar na grande massa de trabalhadores desocupados um contingente de sujeitos desarraigados que se encontram à margem do mercado da força de trabalho e, portanto, entregues à própria sorte. Realidade que foi se constituindo através da reprodução contínua de uma economia dependente que possibilitou não só a concentração exacerbada da riqueza nas mãos das classes dominantes, como também a consolidação de um sistema institucional altamente excludente.

Disso tudo resulta a formação de amplas camadas marginalizadas, que passam a transitar por diversas regiões e a subsistir de forma improvisada e até mesmo temerária. Sem

encontrar uma ocupação estável e sem visualizar qualquer possibilidade de ascensão social, essas pessoas acabam por terem a sua identificação como cidadão, isto é, como sujeito portador de direitos, questionada. Mais do que isso, eles passam a ser vistos com desconfiança, inclusive, pelas organizações políticas vinculadas à classe trabalhadora¹⁴⁶. Lembrando que, na medida em que a produção do capitalismo dependente se desenvolve maior é a massa desses “sobrantes”.

Uma tendência que se efetiva toda vez que ocorre uma mudança na esfera da produção, já que a dinâmica do sistema não é integradora e as classes dominantes são totalmente inflexíveis em se tratando de defender os seus interesses particulares diante das outras classes internas. Ademais, como os setores intermédios e as classes subalternas encontram-se integradas regularmente na vida social, fazendo parte do sistema produtivo e do corpo de consumidores, suas tendências são a defender o que já têm e de tentar obter mais, do que buscar invariavelmente transformar a sociedade ou, até mesmo, de lutar pela ampliação da ordem social (RIBEIRO, 2015, p. 158). Disso resulta o fato de que são justamente nessas camadas mais inferiorizadas, que compõem as classes oprimidas, que podem estar contidos os desejos mais ardentes por acabar com o poder do capital.

Todavia, por conformar uma massa dispersa e politicamente desorganizada, por se encontrar comprimida pela miséria e coagida pelas necessidades de primeira ordem, esses sujeitos acabam mais por se resignar diante de tal situação, quando não expressam de forma enviesada os seus descontentamentos e os seus sentimentos de revolta. O que acaba por reforçar uma imagem negativa que se tem de sua presença e por fomentar um maior distanciamento entre as lideranças dos partidos e das organizações revolucionárias com relação a essas camadas marginalizadas. Circunstância que fez Darcy Ribeiro (1988, p. 232) afirmar que o comportamento dessas lideranças se assemelha com o posicionamento que os republicanos e os abolicionistas tinham quando se recusavam em mobilizar os próprios escravos para as suas lutas, porque as forças insurgentes dos *de baixo* os assustavam.

Como essa massa de desocupados não pode ser absorvida pela economia dependente,

¹⁴⁶ De acordo com Darcy Ribeiro (1988, p. 86-87): “Até recentemente, mesmo as esquerdas ignoravam estas massas marginalizadas, tidas pelos comunistas como um ‘lumpem-proletariado’ aventureiro e errático, tão consistentemente oposto ao ‘verdadeiro proletariado’ que qualquer identificação com elas importaria em traição aos deveres de lealdade para com aquele. Tampouco se acercaram dos setores marginalizados chamando a si sua representação, os novos movimentos heterodoxos de esquerda. Não só devido à influência que sobre eles exerce a ideologia *obreirista* da esquerda ortodoxa, mas também porque não encontraram canais de comunicação com essas camadas, diferentes de todas as superiores no seu modo de ser, no seu linguajar, na sua visão do mundo e na sua postura ideológica. Elas formam, sabidamente, os párias, os ‘condenados da terra’, os deserdados do sistema. Mas nem por isto são identificados como os únicos que, nada tendo a perder, estariam virtualmente chamados à insurreição. De fato, sua incapacidade de estabelecer comunicação com estas camadas marginalizadas e suas dúvidas de que elas possam ser ativadas para qualquer tipo de ação revolucionária, leva também as esquerdas a excluí-las de seu horizonte de mobilização política”.

exceto esporadicamente por meio de subempregos, a tendência é a de que ela siga sendo elidida dos espaços culturais, sociais e políticos. O que, por sua vez, favorece a permanência de práticas paternalistas, por um lado, e o seu aliciamento para o crime organizado, por outro. Daí o poder dos coronéis-fazendeiros com os seus capangas e jagunços nas áreas rurais, e dos políticos e empresários com os seus distintos grupos armados nas áreas urbanas. Sem falar do banditismo que se apresenta como uma espécie de válvula de escape para aqueles que almejam sair da miséria, utilizando-se da violência como uma forma de contra-arrestar às condições de vida que lhes foram legadas.

Estando o sistema vigente incapacitado de integrar essas massas ao regime de trabalho regular, ou seja, de incorporá-los como assalariados na produção de capital, não há outra alternativa que não seja a sua permanente contenção nos limites estreitos da ordem. Isso do ponto de vista das classes dominantes. Com relação às forças sociais que se organizam em torno de um projeto revolucionário de transformação social e que, portanto, adotam a perspectiva de classe do proletariado na luta contra o capital, seria necessário desenvolver uma capacidade de mobilização e politização que vá para além dos seus espaços tradicionais de trabalho e de convívio. Razão pela qual Darcy Ribeiro critica a miopia política que se faz presente em uma parte expressiva da esquerda latino-americana.

Ainda mais se considerarmos que essas massas marginalizadas, que ele se recusa em classificá-las como lumpemproletariado, não têm absolutamente nada a perder em suas lutas.

Abaixo desses bolsões, formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os boias-frias, os empregados da limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que, sendo impraticável, os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la. (RIBEIRO, 2015, p. 157-158).

Concepções que não passavam despercebidas diante da tradição crítica das organizações político-partidárias de feição comunista, assim como, das objeções que eram levantadas por intelectuais que se vinculavam ao marxismo. Sem embargo, é reconhecido por todos esses que o capitalismo tende em aumentar a massa de trabalhadores desempregados, bem como, rebaixar uma parte significativa da população à condição de extrema pobreza.

Marx estabelece que “as variações da taxa geral dos salários” são determinadas pelas diferentes proporções em que a classe operária se decompõe em exército ativo e em exército de reserva, pelo aumento ou diminuição da superpopulação relativa. Nas

piores conjunturas, de crescente agravamento do pauperismo, quando aumentam os segmentos de subempregados e desempregados pertencentes à classe trabalhadora, esta pode desagregar-se, e uma parte dela, premida pela miséria e pela ausência de alternativas, está sujeita a deslocar-se para o lumpemproletariado. Mas, enquanto o pauperismo é uma condição econômica inerente à existência do capitalismo, o lumpemproletariado é simplesmente um efeito perverso do desenvolvimento capitalista, do mesmo modo que “certas formas atuais do crime são uma consequência da ordem social, mas não um pré-requisito”. (GUIMARÃES, 2008, p. 29).

Seja vinculando a sua imagem à criminalidade, seja recorrendo ao estigma da delinquência, ou até mesmo tratando-o como um indivíduo passivo, sofredor e praticamente sem nenhuma perspectiva de resistência, o lumpem passa a ser visto como uma degenerescência do capitalismo. *Una persona non grata!*

O problema é que nessa equação não se pode esquecer que na particularidade nacional do capitalismo dependente esse indivíduo pertence à grande parte da população e que, apesar de sua dispersão e falta de organização, pode ser um elemento importante no pendor da balança que é a da luta entre as classes sociais.

3.4 O lumpemproletariado como um sujeito potencialmente revolucionário na obra de Jorge Amado

Publicado em março de 1934, *Suor*, seria a terceira obra de Jorge Amado. Um romance urbano, situado em Salvador, capital da Bahia de Todos os Santos. Uma obra que trata de apresentar a vida do povo humilde, pobre e desafortunado. Da gente que vende o almoço para ter o que comer na janta! Uma espécie de um grande retrato falado em que se registram através de seus traços as personagens em suas caminhadas tortuosas em busca de suas sobrevivências. Um ambiente urbano, marcado pela exploração das corporeidades e pela degradação das almas, num enredo de novela que se desenrolará com heróis improváveis. Assim, o escritor nos apresentará um panorama multifacetado de uma classe que não é homogênea, mas que é subjugada e explorada de todas as formas possíveis por aqueles que detêm o poder.

Localizado na Ladeira do Pelourinho, o palco principal da trama, será o velho sobrado de número 68. Ostentando “quatro andares, um sótão, um cortiço nos fundos, a venda do Fernandes na frente, e atrás do cortiço uma padaria árabe clandestina” (AMADO, 1982, p.10), o prédio de 116 quartos — subdivididos — se revelará maior do que aparenta ser. Já que naquele mesmo local se encontram mais de seiscentos habitantes, ocupando “um mundo fétido, sem higiene e sem moral” (Id. Ibid., p. 11), em meio a palavrões e ratos.

Pelourinho que traz o legado do período colonial nas dores de seus moradores, como se fosse um passado destinado a se reproduzir com outras personagens, supostamente livres e

pretensamente iguais, e que levam uma vida cotidiana incerta e desventurada. Operários, artistas, costureiras, prostitutas, retirantes, desempregados e ladrões. Um amontoado de “gente de todas as cores, de todos os lugares, com todos os trajés” (Id. Ibid., p. 11), cujas palavras e odores ao circular pelos andares preenchem o silêncio e o ar.

Descrição de uma Ladeira miserável, através da qual o mundo periférico é retratado. Homens e mulheres que sobem e descem pela escada, que brigam e se excitam, que sonham e se frustram, que sofrem e trabalham e que tanto sentem o calor infernal quanto o pulsar da revolução. Imagens que pareciam partir do relato de um observador atento e astucioso, que não se importava em registrar exatamente as palavras que eram proferidas e os gestos que animavam aquele ambiente, pois eram os costumes legítimos daquela gente¹⁴⁷.

Com isso, o autor baiano conseguiu de maneira ficcional desvelar uma miríade de dramas particulares, num universo de inúmeros agentes que se entrecruzavam na rua e/ou no prédio. Sem se aprofundar na construção das figuras individuais, que sempre aparecem de forma breve e descontínua, ele irá por intermédio de sua narrativa nos conduzir para uma realidade de caráter social. A qual só poderia ser alterada por meio de uma ação coletiva.

Nesse sentido, Jorge Amado trabalha com uma noção mais ampla de sujeito insurgente, já que as personagens que transitam pelo espectro político de contestação à ordem não se encaixam perfeitamente na concepção tradicional referente à luta pela emancipação humana, que seria obra exclusiva do proletariado urbano e rural.

Obra de caráter mais impessoal, narrado na terceira pessoa, o livro vai logo apresentando o cenário em que se desenrolará o enredo. Em seguida, pontuando de forma rápida, o autor faz menção ao cotidiano do prédio.

Do quarto andar desciam às vezes sons de violão e árabes trocavam
língua no silêncio dos quartos sem eletricidade.

Mulheres do terceiro andar discutiam com mulheres do segundo e
ouviam-se palavras cabeludas.

De manhã, os homens saíam quase todos. O vozerio das mulheres
aumentava. Lavavam roupa. Ruídos de máquina de costura. A tosse
de uma tuberculosa no sótão. Os homens voltavam à tarde,

¹⁴⁷ Recordando a sua época de estudante quando regressou para Salvador, Jorge Amado (1981, p. 9) relata: “Bem, ao voltar, eu comecei a viver a vida do povo da Bahia. Para mim, foi a coisa mais importante de todas. [...] Em [19]27 comecei a trabalhar em jornal e a viver misturado com o povo da Bahia. Era o pior estudante do mundo... vivia num casarão, no Pelourinho. Hoje tem uma placa no sobrado onde habitei, atualmente um hotel. Uma placa, falando de *Suor*, que eu iria escrever em 34. Eu morava naquele casarão, numa água-furtada, nos altos. Quando morei lá, via aqueles ratos que subiam escada acima... era cada rato deste tamanho, um negócio terrível! Mas eu não achava terrível na época, eu era um garoto. Comia nos botecos mais incríveis, porque não tinha dinheiro”.

cansados. A escada os devorava um a um (AMADO, 1982, p. 11).

Percebe-se no relato a presença da divisão sexual do trabalho, com os homens exercendo as suas atividades na rua e as mulheres em casa. Estas que labutam em longas jornadas, seja trabalhando para fora, seja realizando uma gama de tarefas domésticas. Mal remuneradas ou sem remuneração, todas elas executam as suas atividades em condições precárias, dentro de um ambiente insalubre e sem nenhum tipo de proteção social. Mulheres que compartilham de suas experiências, doenças e preocupações.

Vivendo em um sótão, dona Risoleta costura os vestidos que são feitos sob encomenda. Divide o espaço de morada com Linda, uma jovem que sonha em mudar de vida ao se casar. Enquanto para a vizinha Julieta, um homem com bastante dinheiro a querendo já seria o suficiente para se “amigar”. Sofrendo com o calor e com o “cheiro de chulé” que tomava o ambiente, as três conversavam sobre a vizinha dos fundos:

Já reparou na vizinha dos fundos, dona Risoleta? Caga em papel de jornal para não esperar que a latrina se esvazie. Juro que não limpa a bunda. E nunca desceu pra tomar banho...
 - É uma mulher muito trabalhadora.
 - Pudera! pra dar comida ao malandro do filho... Que não faz nada...
 Passa o dia todo socado com as raparigas do Tabuão ou então matando o bicho. Só vem em casa comer e buscar dinheiro. – Que calorão, puxa! (AMADO, 1982, p. 13).

A comida feita no fogareiro a carvão estava quase pronta. Linda fala que o feijão não tinha nenhum cheiro e que tinha gosto de amarelo. Quando pronto elas começaram a mastigar, e perceberam que o feijão era duro e possuía carrapatos. “- Isso rebenta os dentes...”. Comida pouca e de péssima qualidade. Ao terminar a refeição, dona Risoleta a trabalhar, pedalando a máquina de costura enquanto ouvia a tosse de uma vizinha que sofria com a tuberculose.

Linda se atirou na cama para ler, mas foi tomada pelo calor. Olhou para a madrinha, dona Risoleta:
 Achou-a estranha, muito magra. Só agora notava como ela estava magra, ressequida, pequenina. Rostinho chocho, os olhos cansados quase fechados debaixo dos óculos. Parecia feita de nervos, mas de nervos inúteis, incapazes já de qualquer movimento (AMADO, 1982, p. 16).

Trabalhando sem parar, com as suas energias sendo constantemente sugada pela

máquina, dona Risoleta não tinha outras preocupações que não fossem o aluguel, a alimentação, a entrega das encomendas e o futuro de sua madrinha. Porém, a Igreja a encontrou e através de uma carta solicitava a sua ajuda financeira para o término de algumas obras. O que levou Linda a considerar um prestígio o fato de o padre ter escolhido a sua dinda entre outras tantas fiéis. Ao que Julieta, a vizinha, retrucou indignada:

— A pobre da dona Risoleta trabalha que nem escravo, no fim do mês quase não pode pagar a bosta desse quarto, vocês comem o pão que o diabo amassou e ainda ficam com o rei nas tripas porque o ladrão desse padre escolheu vocês para serem roubadas... Orgulho besta! (AMADO, 1982, p. 67).

Dona Risoleta já não sabia muito bem o que fazer. Queria ajudar na obra da Igreja enviando mensalmente aquilo que lhe foi solicitado, “e pediria ‘a graça que mais desejava’ – um noivo rico e bom para Linda” (AMADO, 1982, p. 68). No entanto, ela também havia pensado em ajudar Vera, a irmã da tuberculosa, que já não a levava mais ao médico por falta de dinheiro. Retornou à máquina e mesmo com dores e cansaço seguiu costurando.

É preciso frisar que ao realizar em casa o trabalho que lhe garante os meios de subsistência minimamente necessários para a sua família, as mulheres acabam perdendo uma dimensão importante de sua autonomia na vida doméstica. Já que o tempo que elas dispõem em seu espaço privado de convívio e descanso, de atividade e lazer, lhes é ceifado pelas obrigações inerentes ao trabalho realizado¹⁴⁸. Sem falar no problema da falta de privacidade, quando eram feitos outros quartos dentro dos quartos já existentes. O que tornava aqueles espaços ainda mais apertados, pestilentos e inconvenientes.

Às mulheres estavam reservadas as terças-feiras, quando se reuniam para assistir de graça filmes no Olímpia. A alegria era garantida mesmo que fossem fitas velhas e repetidas a serem exibidas. “Elas não tinham outra diversão, além das procissões” (Id. Ibid., p. 61). E não lhes importavam os contratempos ou as péssimas condições do lugar. “outra pessoa qualquer sentiria os percevejos, as pulgas, o calor, o suor e a catinga do cinema. Elas, não. Tinham tudo isso no 68 e estavam acostumadas” (Id. Ibid., p. 61).

Já no outro dia estavam cedinho de volta aos seus afazeres, compartilhando das mesmas fantasias e projetando as mesmas frustrações:

[...] lavando roupa, remendando vestidos, passando ferro em camisas, lembravam as fitas da véspera, se deliciavam em comentários, as mais novas sonhavam noivos ricos

¹⁴⁸ Como escreveu Lúcio Kowarick (2009, p. 83-84), a moradia é o núcleo de sociabilidade onde se “processa a organização da unidade familiar”, onde são “forjados, executados ou frustrados múltiplos projetos, carregados de conseqüências materiais e plenos de significados simbólicos”. Assim, a moradia se constitui num espaço privado em que a “ajuda mútua, brigas, rivalidades, preferências, tristezas, alegrias, aborrecimentos, planos, sonhos, realizações” emergem com o tempo e fazem daquele abrigo um local seguro contra as intempéries da rua.

com um travo de amargura, elas que odiavam a vida diária com muito trabalho e pouca comida. Lá fora, havia outra vida. A vida dos grandes automóveis e dos belos vestidos. Vida que elas só conheciam pelo cinema. Mas, quando alguma delas se perdia com um rapaz rico, não a invejavam. Sabiam que a felicidade duraria pouco tempo. Ela voltaria breve e, quando voltasse, não saberia mais lavar roupa. Cateria homens depois das dez horas da noite, beberia cachaça até que a Assistência a levasse (Id. Ibid., p. 61-62)¹⁴⁹.

Eram as “Marias”, mulheres que não possuíam sobrenomes e que eram de distintas nacionalidades e idades. Algumas com maridos, outras não. Faziam de tudo um pouco: vendiam frutas, traficavam, trabalhavam em fábricas, costuravam, lavavam roupas ou vendiam o corpo. Todas pobres, simbolizando “bem a humanidade proletária” (Id. Ibid., p. 141). Havia umas que viviam preocupadas com o dinheiro do aluguel e outras em manter o seu trabalho. Também não eram raros os casos de violência física, psíquica ou sexual dos quais eram vítimas. Mulheres que conversam e se ajudavam, mas que jamais conseguiam superar positivamente as suas aflições.

Embora não parecesse ser o verdadeiro motivo do autor ao relatar tais situações, é possível extrair delas algumas questões para reflexão. Primeiro diz respeito ao trabalho que elas realizavam em seus espaços de moradia, o que transformava os gastos com água, sabão, energia e outros produtos de suas responsabilidades. Além disso, caso ocorresse um acidente durante o trabalho, os prejuízos seriam delas e não dos patrões¹⁵⁰; segundo, o pagamento pelos serviços prestados era muito baixo e as jornadas geralmente eram longas e intensas; terceiro, que ao executar tais atividades no âmbito do lar, ocorria com frequência uma espécie de justaposição de tarefas entre remuneradas e não remuneradas, o que resultava em um desgaste maior durante as suas realizações através das chamadas duplas jornadas.

Além disso, eram delegadas a elas as realizações de determinadas tarefas. Estas que estavam ligadas a casa e que contemplavam o conjunto de suas respectivas famílias. O que bem entendido, significa dizer que grande parte das atividades relacionadas à manutenção e reprodução da força de trabalho ficava sob o encargo delas. O que é característico no capitalismo mundial, mas que pode ganhar contornos terríveis num país de economia

¹⁴⁹ Sobre a Assistência, cabe ressaltar que a população a enxergava com muito temor. Já que a pessoa que era levada por ela raramente voltava, o que poderia ser visto tanto como reflexo da falta de tratamento médico e de remédios adequados, quanto uma prática corriqueira de uma política higienista que visava retirar determinados indivíduos da rua.

¹⁵⁰ Exemplo disso é o caso de Vitória, que lavava roupas em casa e sofria com as agressões do marido: “Vitória trabalhava sofredamente, lavando uma montanha de roupas. Pedira trabalho emprestado a todas as outras e os braços não paravam, esfregando o sabão enrolado em folhas de melão bravo. [...]Na última semana, quando o marido chegara bêbado, arrastara-a da tábua de engomar. Só queria se deitar com ela. Vitória resistiu, tinha muita roupa para passar. Ele zangou, deu-lhe uns tabefes. Quando ela voltou, com os olhos doídos de chorar e a saia amassada, o ferro tinha queimado a camisa de seda do doutor Almeida. A patroa orçou o prejuízo em cinquenta e cinco mil-réis” (AMADO, 1982, p. 106). Para que se tenha uma ideia do tamanho do prejuízo, o aluguel do quarto no cortiço custava em torno de trinta mil-réis.

dependente. Pois estamos falando de forças de trabalho superexploradas e que não contam no momento com nenhuma cobertura institucional ou legal em termos de seguridade social.

Ademais, a realização dessas tarefas domésticas de forma não remunerada é de fundamental importância para a reprodução da ordem, uma vez que essas mulheres exercem os papéis semelhantes às de cozinheira, faxineira, costureira, lavadeira, cuidadora, psicóloga, educadora, enfermeira, e tudo mais que for necessário para assegurar as mínimas condições de vida em seus lares¹⁵¹. Até porque os salários percebidos por aqueles que estavam empregados não conseguiam sequer cobrir o básico, o que dirá pagar por tais serviços que acabavam sendo realizados por elas: esposas, mães, avós e companheiras.

Ao transformar o trabalho das mulheres em atividades “naturais” a serem realizadas como donas de casa, isto é, ao fazer com que tais tarefas fossem vistas como algo inerente à feminilidade delas, o capitalismo conseguiu não só regular a produção de bens e serviços — valores de uso — nos espaços domésticos sem ter nenhum custo a mais, como também logrou fazer do trabalho doméstico um dos pilares de sua produção com a “disponibilidade de uma força de trabalho estável e disciplinada” por intermédio das famílias.

Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p. 68).

Eram comuns também os encontros e desencontros entre homens e mulheres à noite, pelas ruas e pelos corredores do prédio. Momentos que poderiam ser tensos e até mesmo violentos.

Muitas mulheres se prostituíam, seja como uma forma de garantir o seu sustento, seja como um meio de tentar proporcionar uma vida melhor aos seus entes queridos. Como era o caso de Nair com relação à Julieta e Júlia.

Como diria Lilia Schwarcz (2019),

o fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a

¹⁵¹ Como acentuou Silvia Federici (2019, p. 44-45): “De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da ‘classe trabalhadora’, isto é, daqueles estratos do proletariado aos quais o capital foi obrigado a conceder mais poder social. Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou. É precisamente essa combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres devem desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica da criada que é a dona de casa, tornando seu trabalho tão pesado e, ao mesmo tempo, tão invisível”.

desigualdade de geração e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer (SCHWARCZ, 2019, p. 126).

Desigualdades que não são frutos da natureza ou do acaso. Não existe uma teleologia da história que a justifiquem, e tampouco há uma espécie de vocação identitária que a expliquem. Elas são os resultados de escolhas, conscientes ou não, que foram realizadas ao longo de nossa história. São “legítimas” somente para aqueles que se beneficiam direta e indiretamente delas, que é uma parcela diminuta da sociedade.

Além de Vera, que não tinha dinheiro para pagar o tratamento de sua irmã tuberculosa, havia outros casos em que a desigualdade econômico-social se revelava de forma candente, possibilitando diversos abusos de parte daqueles que detinham o poder numa relação hierárquica.

Augusto, que era estivador, ao recordar-se de sua mãe numa conversa com os seus colegas de trabalho e de quarto, relata:

- Eu sei lá... Mamãe era empregada de uma família. Papai o filho único... Um dia “jantou” mamãe...
- Casaram?
- Onde foi que você viu patrão casar com criada? Só no cinema... Botaram foi a criada na rua. Quando eu nasci ela tava amigada com um carroceiro. A gente tomava porrada como gente grande. Ele gostava de pinga e morreu num desastre. A velha morreu um mês depois, acho que de... Ia dizer “cachaça”, mas voltou atrás:
- ... nem sei de quê... (AMADO, 1982, p. 30-32).

Cabaça, o mendigo que perambulava pelas ruas e dormia com os ratos sob a escada do prédio 68, era conhecido da vizinhança. Geralmente comprava comida com a Tia Negra, que vendia quitutes em frente ao prédio. Senhora de idade avançada que sabia de várias histórias da época da escravidão e que gostava de socializá-las¹⁵².

Cabaça “fora condutor de bonde e ferira o pé num ferro, uma vez, quando saltava. Um mês depois não podia mais trabalhar e foi despedido” (Id. *Ibid.*, p. 41). Desde então, uma

¹⁵² Ainda que nem todos gostassem de escutá-las, pois aos rememorar o passado da escravidão Tia Negra não fazia mais do que lembrá-los do significado histórico da exploração de classes, o que comumente acontecia com os “pretos moços” que a cercavam para prestigiá-la: “Sentavam-se em volta da larga saia de chitão para ouvir as histórias antigas da velha. Trabalhadores do cais, carroceiros, operários. Às vezes alguns estudantes paravam também, mas iam logo embora, porque os pais estavam ricos e eles não queriam se recordar de que os avós haviam sido escravos. Hoje eles tinham outros escravos pretos, mulatos e brancos, nas extensões das fazendas de fumo, de cacau, de gado ou nos alambiques de cachaça” (Id. *Ibid.*, p. 39-40).

moléstia tomara conta do seu pé. Sem médico e sem amparo legal, acabara em situação de rua. Agora vive da mendicância e de uma profunda raiva pelos americanos que são os proprietários dos bondes.

Exploração e descaso, eis a história de mais um proletário:

A máquina lhe levava os dois braços. Um de cada vez. Quando, por um descuido, perdera o primeiro, o dono da fábrica lhe arranhou, por favor, um outro lugar, junto a outra máquina, de salário menor e com o mesmo perigo. Novo descuido e o outro braço alimentou a máquina. O patrão disse que tinha pena, mas não lhe arranhou lugar algum. Tinha mais pena, afirmava, do seu rico dinheirinho, que dava tanto trabalho a ganhar (Id. Ibid., p. 47).

Foi assim que Artur começou a sua saga atrás de um novo trabalho. Sem direitos trabalhistas e previdenciários, o ex-operário só não passou fome porque recebia ajuda de seus antigos colegas de trabalho¹⁵³. Admitido como ajudante de um propagandista de produtos, passou a morar com ele no mesmo quarto do prédio 68. Sentindo-se humilhado, o Artur se transformara na atração principal por ser um aleijado. “Cotoco” era como a garotada o chamava. Nutria uma raiva incontida pelos “homens que possuíam automóveis e escravos” (Id. Ibid., p. 48) e gostava de ouvir o Seu Isaac (o judeu revolucionário) e Severino (o sapateiro anarquista) sempre que podia.

Caso mais grave foi o de Joaquim. Casado, pai de seis filhos, que sofrera um acidente durante o trabalho. Sua esposa, desesperada, consulta o médico para tentar salvá-lo. O Doutor que atendera, sentia-se deveras preocupado. Olhara para as crianças e as enxergava imundas, com as “barrigas grandes, cheias de vermes, aquelas bocas pequenas, de dentes quebrados, vestidos de restos de calças e de camisolões de chita”. Passara pela sua cabeça a importância das “instituições de caridade, de proteção à infância, na campanha contra o analfabetismo” (Id. Ibid., p. 74).

Os homens que se empilhavam e conversavam sobre o ocorrido, disseram que na situação dele era melhor morrer do que se tornar mais uma boca para a coitada de sua esposa, que era lavadeira, ter que sustentar. Um companheiro de Joaquim contou a todos o que acontecera:

- Ele trabalhava no Garcia, ajudante de pedreiro. Távamos fazendo um sobrado para um doutor que queria o serviço ligeiro. Joaquim tava trepado no andaime, aparando os tijolos que o Zé Mãozinha

¹⁵³ Colegas que não aceitaram passivamente aquela situação e partiram para a luta. Entretanto, a tentativa de greve foi prontamente reprimida, resultando na prisão e no espancamento de nove operários. “O patrão ficou amedrontado e, no dia em que os grevistas voltaram ao trabalho, teve um rasgo de generosidade. Avisou que ia dar duzentos mil-réis ao aleijado” (Id. Ibid., p. 47).

jogava cá debaixo.

- O doutor foi visitar os trabalhos. Achou tudo atrasado. Xingou a gente de preguiçoso, de ladrão... Que a gente tava roubando o dinheiro dele sem trabalhar. Eu só queria ver ele lá em cima aparando os tijolos...

- Exploradores!

- Manou apressar tudo. O Zé Mãozinha que tava jogando os tijolos, aumentou a ligeireza... Joaquim se atrapalhou, o tijolo bateu no meio da testa, entupiu os olhos de poeira, ele caiu do andaime... Que queda, gente! Parecia um saco...

- A Assistência demorou, a gente botou Joaquim num caminhão, trouxe pra casa. A polícia apareceu logo. Prenderam Zé Mãozinha, coitado!

- E o doutor ficou lá?

- Pegou no automóvel, veio embora... (Id. Ibid., p. 74-75)

Dependendo da solidariedade dos vizinhos para alimentar os filhos, a esposa de Joaquim ficou viúva um mês depois do acidente de trabalho. Trabalhando sem parar, e com sérias dificuldades para dar conta dos seis filhos, logo ela também passou a sentir os reflexos do cansaço e da fome. Adoeceu. Mas como os vizinhos já não podiam mais ajudá-la, ela se viu forçada a se levantar e a percorrer os bairros nobres com febre e uma criança no colo. Solicitando ajuda para os ricos, ela passou a sofrer com humilhações da classe que promovera a morte de seu marido. Os quais ela passou a chamar de ladrões.

Além da fome, a ameaça de ficar sem um teto também assombrava constantemente os trabalhadores. Como o aluguel era caro e o emprego nem sempre era certo, havia uma espécie de peregrinação atrás de um quarto mais barato ou na fuga dos senhorios que cobravam os aluguéis atrasados. E como se não bastasse tudo isso, havia as crises econômicas que afetavam os trabalhadores com frequência.

Fatos que levaram o operário Manuel de Tal cometer suicídio dentro do quarto. O português que tinha sido demitido meses atrás, já não encontrava emprego e estava a três meses devendo o aluguel, o que o levou, aos 54 anos, a retirar a sua própria vida. Acontecimento que foi registrado pelo jornal local como sendo um ato de covardia, praticado por um preguiçoso que não queria trabalhar. Só que “o jornalista se esqueceu de dizer que Manuel de Tal procurara trabalho por toda a cidade e que os patrões lhe respondiam com uma única palavra: CRISE. Que o operário não comia há dois dias e ia ser posto fora do quarto etc.” (Id. Ibid., p. 91).

Os trabalhadores que não possuíam nenhum seguro social ou fundo de garantia

ficavam completamente à mercê dos interesses e caprichos de seus patrões. Diante da crise eram os primeiros a sofrerem com os seus impactos. Excluídos de qualquer proteção institucional, esses homens e mulheres só podiam contar com sua solidariedade e união, o que em termos financeiros mal chegava a suprir com as necessidades mais básicas de manutenção de seus lares.

Eles eram o que Kowarick (2009) classificou como subcidadãos.

Irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades. Não se trata apenas do inconsciente perverso de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de *subcidadania urbana* (KOWARICK, 2009, p. 54).

Dura realidade que podia ser descrita de diversas maneiras e através de diversas personagens. Afinal, são pessoas que transitam não só no imaginário do autor, mas que circulam efetivamente nas periferias e centros de toda e qualquer cidade grande, onde o anonimato dos indivíduos se confunde com a impessoalidade da alienação corrente. São trabalhadores que dão corpo ao movimento do capital, que preenche com as suas energias toda substância de valor, eles são o trabalho abstrato que se objetiva, e como tal, possibilita a circulação das mercadorias e a acumulação incessante dos capitalistas. Todavia, como no capitalismo dependente a força de trabalho é abundante e superexplorada, o caráter transitório de sua empregabilidade se acentua e a fluidez com que se dão os negócios faz do trabalhador um sujeito itinerante. Quando não um indivíduo altamente descartável.

O que se evidencia com o destino de Cabaça, cuja ferida na perna só piorava. Foi levado pela Assistência, aos berros e protestos, para nunca mais voltar. Onde ele dormia já havia outro para ficar no seu lugar. Dona Risoleta, que trabalhava em longas jornadas e sofria com intensas dores nas pernas. Certo dia já não conseguia mais se levantar. Entravada e ardendo em febre, parou de trabalhar. Com os remédios se foi todo o seu dinheiro, depois foi a vez da máquina de costura ser vendida. Linda pedia empréstimos para as vizinhas, procurava sem sucesso por emprego e sentia que a crise apertava todo mundo a cada dia. A fome chegou — como chegava uma hora ou outra para quase todos —, impelindo-a a aceitar qualquer emprego que pudesse amenizar a situação.

Enquanto isso, a tuberculosa já se encontrava em um caixão. Sua morte trouxe a sensação de alívio para a vizinhança que já não aguentava mais ver o seu sofrimento.

“- A tuberculose é uma doença de classe. Pobre, se tem tuberculose, não pode se

tratar...” (Id. Ibid., p. 121), disse o chofer que morava no segundo andar¹⁵⁴.

Episódios que não passavam despercebidos por alguns moradores. Seja por um envolvimento direto ou uma relação indireta, o certo é que esses acontecimentos começaram a marcar a vida e, conseqüentemente, a transformar as percepções daqueles que presenciavam ou suportavam tudo isso de perto. Transformação que serviu tanto para fomentar a politização de determinados moradores quanto para impulsionar a agitação política que ocorria pelo prédio.

Severino, trabalhador de origem espanhola, que sonhava com o fim da sociedade burguesa. Dizia ele que era preciso “os padres... os ricos... todos... Destruir...” (Id. Ibid., p. 18).

Seu Isaac, que percorra o mundo vendendo bugigangas e fazendo propaganda revolucionária. Falava oito línguas e levava os manifestos no bolso por onde quer que fosse. Chegara à Bahia faz pouco tempo, depois de tantas perseguições e prisões, esse judeu de sessenta anos ainda seguia os seus ideais de luta carregando as letras da Internacional junto com as suas mercadorias baratas.

Henrique, que costumava conversar com a Tia Negra sobre as lutas dos negros contra a escravidão, reforçava que essa luta não havia terminado ainda porque os negros seguiam sendo subjugados e explorados pelos brancos que eram ricos. O que fazia a vendedora de quitutes o questionar alegando que Cabaça e o velho Isaac estavam o influenciando, e que o negro jamais sairia dessa situação porque “negro não briga com branco” (Id. Ibid., p. 43), que é o seu senhor.

Outra figura interessante é a de Álvaro Lima. Conhecido por puxar greves, o operário de oficina era um grande agitador. Quando tomou conhecimento da tragédia que ocorrera com Joaquim, Álvaro não se conteve:

- Camaradas! É preciso acabar com as explorações. Nós somos muitos, pobres, sujos, sem comida, sem casa, morando nesses quartos miseráveis. Explorados pelos ricos, que são poucos... É preciso que todos nos unamos, para nos defender... Para a revolução dos operários. É preciso que os operários se juntem em torno do seu partido, para acabar com as explorações... com os governos podres e ladrões... Fazer um

¹⁵⁴ No tocante às doenças que se alastravam e que acometiam grande parte dos trabalhadores que viviam em casarões e cortiços, vale a pena recordar o que Engels (2015, p. 65) já dissera por volta de 1872-1873: “A ciência natural moderna provou que o assim chamado ‘bairro malsão’, no qual estão confinados os trabalhadores, é o foco de onde se propagam todas as enfermidades contagiosas que de tempos em tempos se abatem sobre nossas cidades. [...] Elas praticamente nunca são erradicadas desses lugares e, sempre que as circunstâncias são favoráveis, evoluem para enfermidades de caráter epidêmico, ocasiões em que ultrapassam os limites de seus focos e penetram nos bairros mais ventilados e saudáveis em que residem os senhores capitalistas”. Daí a urgência de se pensar a saúde como uma questão pública, com a formulação de propostas e aprovação de leis. As quais, no entanto, por mais perfeitas ou imperfeitas que fossem, não conseguiam resolver o grande problema que estava diretamente relacionado ao surgimento de tais doenças. Pois, ainda de acordo com o autor, “é a ordem social capitalista que gera reiteradamente as más condições que pretendem sanar” (ENGELS, 2015, p. 66), como uma consequência inerente ao seu sistema de produção e reprodução sociomaterial.

governo de operários e camponeses... (Id. Ibid., p. 75)¹⁵⁵.

A crise estava cada vez mais aguda. A comercialização das bugigangas dos trabalhadores autônomos não andava. A deterioração das condições de vida acirrava os ânimos daqueles sujeitos que viviam na informalidade. Habitados a conviver com todas as formas de violência, já não lhes era estranho desejar de modo violento a resolução de seus problemas. Até porque o exemplo dos Bolcheviques chegava como um ar de esperança para os povos do nosso continente.

[o propagandista]

– A coisa tá ruim mesmo...

- O jeito é esperar que melhore.

Artur caminhou pelo quarto:

- Melhorar! Isso lá melhora! Só quando vier a revolução!

- Você fala de quê?

- Da revolução dos operários... Você precisa ler isso. Veja o que os operários fizeram na Rússia (Id. Ibid., p. 79-80).

Os espaços de socialização poderiam se transformar em espaços de propaganda e de agitação. Uma vez que as trocas de relatos, de conhecimentos e de experiências lhes proporcionavam certas identificações com relação a situações que eram comuns e que poderiam receber uma espécie de resposta ou enfrentamento coletivo. A contextura das relações sociais cria um cenário particular, cujas trajetórias de suas personagens podem ocorrer tanto de modo convergente quanto de maneira extremamente díspares. O que significa dizer que a ação das pessoas depende muito das mediações a que estão sujeitos. Daí a importância de se evidenciar os contatos e os laços de solidariedade que se vão construindo no desenrolar da trama.

No cortiço dos fundos faziam, quando havia casamento ou batizado, grandes farras de violão e cachaça. Farras que, de quando em vez, terminavam em freges, em facadas e polícia. Isso, porém, era mais raro. [...] Em geral, dançavam noite adentro, operários e soldados, um excesso de homens, poucas mulheres. [...] Se esquecia, por um momento, do trabalho pesado, da exploração que sofriam, da fome que os esperava. Os que estavam sem trabalho afogavam as mágoas em cachaça e, quando queriam, gritavam a sua raiva contra os patrões. Até os soldados apoiavam. (Id. Ibid., p. 63).

Dessa forma, podemos dizer que já havia um substrato material presente, como: a ausência de saneamento básico e de condições mínimas de salubridade; a falta de um espaço

¹⁵⁵ Percebe-se aqui a linha político-partidária adotada pelo PCB naquele momento. Priorizando a unidade entre a cidade e o campo, em prol da revolução operária e camponesa. Para maiores detalhes, confira os documentos do PCB in: CARONE, E. **O P.C.B (1922–1943)**. Volume I. São Paulo: DIFEL, 1982.

minimamente adequado e confortável para se viver; a inexistência de um amparo legal e institucional com relação aos acidentes de trabalho e os casos de doenças graves; os atendimentos médico e psicossocial não os alcançavam; os índices de informalidade e de desemprego que só aumentavam; a ameaça constante e angustiante da fome e da falta de um teto; a opressão e a exploração que os subjugava e os aniquilava. E que agora se juntava com o caldo cultural e político que por ali circulava de maneira latente e ganhava cada vez mais vazão entre a comunidade de moradores¹⁵⁶.

No princípio, também levavam à conta de diversão os discursos que rapazes de barba por fazer pronunciavam às portas das fábricas e no cais do porto. Desconfiavam dos rapazes, como desconfiavam dos cabos eleitorais [...]. Mas, quando operários começaram a dizer “camaradas” e a contar sua vida, os seus sofrimentos, as suas explorações, eles prestavam mais atenção. E agora ouviam atentos. Não era mais diversão aquele grito:

- Proletários de todos os países, uni-vos!

Grito que poderia levá-lo à cadeia, fazer com que os surrassem e deportassem, mas que poderia rebentar as cadeias, acabar com as surras e com as deportações. (Id. Ibid., p. 63-64).

Dona Risoleta e Linda já não tinham mais o que comer. Foi Álvaro Lima que as socorreu com um dinheiro que coletara de improviso. Linda que estava resistente no início por fim aceitou e dali se desencadeou uma conversa que para ela foi instrutiva. Devido às condições que se encontrava, Linda se viu compelida a aceitar um emprego que julgava ser humilhante. Trabalhando com Artur (o padrinho) e o Propagandista (o noivo), ela cumpria o papel de uma noiva em um “casamento de tabaréus”. Motivo de gozação para as pessoas, o falso casamento servia como propaganda da “Casa das Fazendas”. Linda fazia sucesso, embora não se sentisse nada bem com aquela situação. Pintados e ornamentados, com uma vestimenta de chita, os três seguiam pelas ruas.

Estudantes e velhos diziam-lhe graçolas imorais. Na Rua Chile, sentiu que a beliscavam. Os soluços quase lhe fugiram da garganta. No fim da caminhada, porém,

¹⁵⁶ Nas palavras de Kowarick (2009, p. 83-84): “As assim chamadas condições materiais objetivas – a exploração do trabalho e a espoliação urbana – nada mais são do que matérias-primas que alimentam de forma extremamente variada a ação dos grupos sociais. Isso significa dizer que as condições materiais objetivas, de *per si*, não constituem o motor das transformações sociais, pois o que importa é o processo de *produção de experiências* do qual decorrem os significados que ele passa a ter para múltiplos e frequentemente opostos atores sociais. Enfatiza-se, nesse sentido, que a análise dos processos de subordinação-insubordinação necessita privilegiar a forma como os sujeitos vivem – a experiência na acepção de E. P. Thompson – uma determinada realidade, que só pode, portanto, ser entendida quando também observada em sua magnitude valorativa e simbólica. Em outros termos: a reprodução da força de trabalho não se esgota no equacionamento da funcionalidade da exploração capitalista. Afinal de contas, crianças, jovens e mulheres, cada qual de sua forma e a seu tempo, são bem mais promissores no seu potencial de historicidade quando vistos por um olhar que não os reduz ao elo mais fraco da cadeia que engrena o exército industrial de reserva com a mão de obra engajada na produção”.

a vergonha desaparecera, deixando lugar para um ódio surdo, que lhe transformava os olhos. Nunca mais Linda sonhou com casamentos. Nunca mais foi à igreja. E começou a trabalhar com o propagandista, calada, séria, sentindo-se irmã de toda aquela gente que morava no 68, operários, árabes, vagabundos, doentes, costureiras, prostitutas”. (Id. Ibid., p. 98).

Severino, o sapateiro espanhol, foi preso e logo em seguida deportado. Muitos não entendiam a razão de seu ato. Só conseguiam explicar o fato quem compreendia a sua concepção anarquista. Depois de morar durante seis anos e sem se envolver em nenhuma confusão no prédio, todos ficaram surpresos que ele apedrejou “silenciosamente a tela do cinema”. Acontece que naqueles dias estavam exibindo um filme estadunidense sobre a revolução russa. Obra em questão apresentava os revolucionários destruindo casas, matando “multidões de pessoas”, decepando cabeças, mutilando crianças e causando o espanto de quem assistia. O que levou Severino a protestar, pois considerava aquilo uma verdadeira infâmia. Mas como não teve sucesso com os seus gritos, teve que apelar para as pedras. O que resultou em sua prisão.

Atitude tomada pela personagem que pode ser considerada como inadequada ou até mesmo exagerada. Entretanto, o que se pode inferir a partir desse ato de protesto é significativo. Sabemos que as representações verbais e visuais, que contribuem para a formação da nossa consciência, não podem ser encaradas como se fossem neutras. Toda obra artística traz consigo uma carga valorativa e simbólica que se expressa de acordo com os padrões e as orientações que conformam a sua produção. Nesse sentido, é possível afirmar que a indústria cultural se revela como um importante instrumento de elaboração e de transmissão de um conjunto de ideias, valores, representações, crenças e fantasias, que podem ou não corresponder verdadeiramente com a realidade, criando uma espécie de consenso acerca de determinados fenômenos histórico-sociais.

Com isso, a indústria cultural tende a nos oferecer uma interpretação das relações sociais apresentando-a saturada de mensagens e significados, cuja intenção é a de moldar a nossa capacidade de percepção, entendimento e explicação da sociedade. Pois, é através da utilização cotidiana e permanente dos meios de comunicação, que os capitalistas conseguem — em grande medida — forjar e sustentar uma visão de mundo que coincida com a preservação de seus interesses e de suas ambições. Mais do que isso, é por meio da indústria cultural que o capitalismo logra “explorar” a psique do trabalhador em seu tempo livre — de não trabalho. Segundo Ludovico Silva (2017):

Isso ocorre porque o “tempo livre” da sociedade capitalista — inclusive e principalmente na contemporânea — é um simples “não-trabalho”, um escapar durante o resto do dia da alienação do trabalho. Mais importante: *é um “tempo livre” no qual*

*trabalhamos para a preservação do sistema, é o tempo de produção da mais-valia ideológica. A energia psíquica permanece concentrada nas múltiplas mensagens que o sistema distribui; permanecemos atados à ideologia capitalista e se trata de um tempo de nossa jornada que não é indiferente à produção capitalista, mas o contrário: é utilizado como tempo ótimo para o condicionamento ideológico. É o tempo do rádio, da televisão, dos jornais, do cinema, das revistas e, se apenas se sai de passeio, o tempo dos anúncios luminosos, das lojas das mercadorias: Homo homini mercator. [...] O tempo livre da sociedade capitalista-imperialista não é um tempo livre: é o tempo da produção da mais-valia ideológica*¹⁵⁷ (SILVA, 2017, p. 202-203).

São vários os expedientes utilizados pelo capitalismo para o exercício de seu controle social sobre a população, e um deles é o disciplinamento do lazer. Isso porque são nos espaços próprios de fruição e de convívio que os trabalhadores se encontram, confabulam, planejam e sonham com a possibilidade de uma vida melhor. Sem mencionar os momentos de socialização de experiências, de formação cultural e de educação política, que os círculos de alfabetização e de leitura operária lhes proporcionam. Motivo pelo qual os organismos institucionais, religiosos e empresariais decidiram por intervir, trazendo para a sua esfera de controle e de manipulação aqueles espaços que até então haviam se desenvolvido de forma autônoma e independente¹⁵⁸.

A seca empurrava para o sul os flagelados. Eram homens, mulheres e crianças que saltavam na rodoviária com as suas trouxas. Levando entre eles mais esperança do que dinheiro, essa gente vagava para um e para o outro atrás de um lugar para ficar, até que pudessem embarcar novamente rumo ao seu destino. Eram pessoas gastas pelo sol, maltratadas pela seca e curvadas pela fome. Andavam em grupos com as suas famílias e traziam na pele o verdadeiro

¹⁵⁷ De acordo com o intelectual venezuelano, ao tratar da “mais-valia ideológica”, considera-se: “*Em traços muito amplos, nossa hipótese consiste em perguntar-nos se não é possível, levando em conta a afirmação de Marx de que as relações de produção se reproduzem no plano da ideologia, pensar que, assim como na oficina da produção material capitalista se produz um ingrediente específico a mais-valia, assim também, na oficina da produção espiritual no capitalismo se produz uma mais-valia ideológica cuja finalidade é fortalecer e enriquecer o capital ideológico do capitalismo; capital que, por sua vez, tem como finalidade proteger e preservar o capital material. Como se vê, a analogia se resolve em uma espécie de circularidade: as relações de produção capitalista produzem uma determinada ideologia que, por sua vez, preserva estas relações de produção. Interessa-nos destacar, ainda sem nos determos nisso nesse momento, que tudo começa e termina nas relações materiais de produção, que não por acaso são o determinante fundamental*” (SILVA, 2017, p. 149-150).

¹⁵⁸ Ao estudar a vida dos operários fora das fábricas em São Paulo, nas décadas de 1920-30, Maria Auxiliadora G. Decca (1987) pontuou que o cotidiano dos trabalhadores passou a ser um objeto de interesse das classes dominantes na medida em que eles emergiam como força social na luta por melhorias nas suas condições de trabalho e de vida. Sem querer homogeneizar essa relação de dominação – negligenciando a sua historicidade particular –, o que se pretende recorrendo ao seu estudo é chamar a atenção para o fato de que as múltiplas “estratégias de poder e controle sobre o operariado”, que eram levados “a cabo por agentes históricos concretos”, e que nem sempre estavam “ligados diretamente ao capital”, pois pertenciam a “diferentes grupos sociais, localizados em instituições de natureza, âmbito e alcance diversos”, em agências que poderiam estar “vinculadas ou não ao poder público”. Ressaltando que, “a maneira como o operário e/ou pobre foram vistos na sociedade capitalista foi responsável, de certa forma, pela maneira com que foram tratados, pelos tipos de legislação, modos de administração, tipos de filantropia, formas de política pública e privada que tão concretamente afetaram sua vida e condição”. (DECCA, 1987, p. 49-50) O que poderia envolver uma ingerência direta sobre práticas, hábitos e costumes relacionados aos padrões familiares de higiene, alimentação, educação, vestuário, recreação etc., dos trabalhadores. Sendo que o principal propósito desses agentes era o de conformar o comportamento do operariado à sociedade burguesa.

retrato do capitalismo periférico¹⁵⁹. Depois de conversarem com o preto Henrique e o Vermelho, um grupo desses saiu ao encontro de *seu* Samara, que decidiu por alugar o pátio do cortiço K. T. Espero que ficava localizado no 68.

Já instalados no pátio, a contragosto das lavadeiras que ali estendiam as suas roupas, os “imigrantes” começaram a se ajeitar para logo em seguida iniciar uma cantoria que seria acompanhada de violão e harmônica. Num instante as lavadeiras foram se aproximando dos cearenses que ali estavam para caírem juntos na dança, “esquecidos da escravidão de que vinham, sem pensar na escravidão para que marchavam” (Id. *Ibid.*, p. 127).

Mal haviam saído de sua terra e já pensavam em voltar. Queriam enriquecer trabalhando nas fazendas para então retornar ao Ceará. Alguns adoeciam e morriam pelo caminho enquanto outros iam rapidamente perdendo as ilusões. Se espalhando pelas fazendas, por ali ficavam, longe do tão almejado enriquecimento. Os filhos acabavam sendo educados pelos coronéis para serem cangaceiros. Esqueciam-se das “histórias do Padre Cícero” para aprender as “histórias de Lampião”. Esqueciam-se também “de que tinham vindo para enriquecer”. Agora só “pensavam nas contas fantásticas que deviam aos fazendeiros” (Id. *Ibid.*, p. 129).

Foi o mesmo *seu* Samara despertar a ira dos moradores do prédio 68. Aqueles que adormeciam sob o calor da tarde baiana foram surpreendidos quando dois mata-mosquitos adentraram ao sótão. Estes que realizavam o seu trabalho de vistoria irritaram-se quando perceberam que o *visto* que haviam colocado na porta da latrina tinha sido destruído pela terceira vez. Acontecimento que, de acordo com os mata-mosquitos, deveria resultar em multa para o responsável. Que no caso seria o locatário.

No entanto, *seu* Samara se recusava em pagar. Alegava que o ocorrido era de responsabilidade exclusiva dos moradores e que, portanto, caberia aos inquilinos o pagar pela multa. Por sua vez, os moradores que iam se avolumando tão depressa quanto a sua indignação ia aumentando, falavam aos gritos que o *seu* Samara era o verdadeiro culpado por aquela imundície de latrina. Assim, em meio às trocas de ofensas e acusações, sempre acompanhadas pelos dois mata-mosquitos e também pelo médico que aplicara a multa por ser o responsável pela operação, acabou-se por chegar a um entendimento. O proprietário pagaria a multa.

Depois disso, pode se dizer que o prédio já não era mais o mesmo. Pois todos que

¹⁵⁹ É impossível não se lembrar dessa passagem de Darcy Ribeiro (2015, p. 158-159), em *O povo brasileiro*, que diz: “Com efeito, no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice – como expressão do usufruto da riqueza social – se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiúra da imensa maioria – expressão da penúria em que vivem”.

havam participado da contenta, independentemente de suas inúmeras diferenças, estavam de comum acordo contra a postura do proprietário.

Mais além das rusgas, de indiferença pela vida dos outros, dos comentários malévolos, havia entre eles uma solidariedade de classe da qual não se podia duvidar desde o incidente do sótão.

Prova ainda maior da existência desse sentimento o prédio teve quando rebentou o caso da greve. Parece que a briga com o proprietário e o médico da Saúde Pública acabou com o receio dos habitantes. Eles compreenderam que não era tão difícil a multidão se rebelar. O proprietário deixou de ser um tabu.

O número 68 da Ladeira do Pelourinho já não dormia. Acordara de repente, seus mil e tantos braços estavam inquietos e suas seiscentas bocas não demorariam a rugir (Id. *Ibid.*, p. 152).

Linda, a moça que até pouco tempo atrás tinha a ilusão de se casar com os príncipes que só conhecera nas leituras de suas novelas, conversava atenciosamente com Otávio nas escadas do prédio. Ele, que era um professor que enlouquecera após a perda de sua esposa e filha amada, estava a propor sociedade à Linda para a divulgação de seu grande invento quando foram interrompidos por dois homens que se aproximavam. Ambos foram ao encontro de Linda para uma rápida conversa: “- É para o fim de semana...” (Id. *Ibid.*, p. 158), disse Álvaro Lima se referindo à greve dos bondes que estava sendo planejada para acontecer em breve.

Da escada se escutava de tudo e se projetava muitas coisas, inclusive, a realização de novas greves por aquele grupo. Ao anoitecer, Isaac, o judeu revolucionário, se juntou a eles e disse a Linda:

- Você não vê? Nós fizemos uma outra escada na casa.

- Como? O Vermelho não entendia...

- Sim. A escada era a única coisa que ligava os inquilinos... Hoje há outra, a solidariedade que nós despertamos...

Álvaro Lima comentou:

- Trabalho silencioso...

Linda sorriu. Ouviu os ruídos todos:

- É verdade. Outra escada... (Id. *Ibid.*, p. 158-159).

A greve não tardaria a acontecer e a multidão do prédio de pronto se veria toda envolvida a ela. “Não haviam ainda cessado os falatórios sobre a briga do sótão quando estourou o caso da greve. Desta vez o prédio agiu em conjunto como se os inquilinos fossem unicamente peças de uma máquina” (Id. *Ibid.*, p. 160). O que parecia ser um pouco estranho, já que a greve respondia exclusivamente a uma pauta salarial dos operários da companhia de bondes. Todavia,

era esperada a adesão de outras categorias, tais como a dos operários das estradas de ferro, dos condutores de ônibus e dos “assalariados de várias fábricas”. O que por fim não ocorreu. Os trabalhadores que estavam organizando a greve tinham sido denunciados, o que levou as forças da ordem a realizar algumas prisões e a desbaratar a propagação da greve.

A polícia deu uma batida no 68. O delegado disse a *seu* Samara que desconfiava que funcionasse no prédio uma célula de um partido subversivo. *Seu* Samara subiu às nuvens. [...] O dos dentes de fora, o Vermelho, Isaac e vários outros que nada tinham a ver com o caso pararam na cadeia. [...] No quarto do judeu foram encontrados manifestos revolucionários e livros de Lenine. *Seu* Samara botava as mãos na cabeça, considerando o prédio desmoralizado.

Álvaro Lima, que a polícia procurava ativamente, se escondeu no quarto de Linda. Dona Risoleta, da sua cadeira de entravada, achava aquilo esquisito (Id. *Ibid.*, p. 161).

O número de proletários presos era grande. Além dos operários da companhia de bondes, moradores do 68 e do 77 também se encontravam atrás das grades. Para eles foram organizados comícios pró-liberdade, com os dois primeiros ocorrendo tranquilamente. Assim, homens e mulheres do 68 se juntavam à multidão que “enchia a Ladeira do Pelourinho para protestar contra a prisão dos operários” (Id. *Ibid.*, p. 162).

Com braços erguidos, os moradores se manifestavam aos berros com gritos de “ladrões!”. Álvaro Lima, que subira num caixão, proclamava: “nossos camaradas presos e espancados...” (Id. *Ibid.*, p. 162). Ouviam-se gritos em árabe, outros em espanhol. Manifestos eram arremessados. Todos do prédio ali estavam e desciam a escada como se fossem “um só homem” (Id. *Ibid.*, p. 163).

Os investigadores vinham do Terreiro, subiam da Baixa dos Sapateiros. A primeira bala se perdeu entre as pedras da rua. A multidão não fugia. A segunda derrubou a surda-muda, que soltou um som horroroso de maldição. Álvaro Lima gritou:

- Proletários de todas as nações...

A bala pegou na testa, ele caiu em cima de Linda. A moça sentiu o sangue no rosto e no vestido. Mas não teve medo, nem se moveu. Então a multidão avançou para os investigadores, de braços levantados. (Id. *Ibid.*, p. 163).

Passado o ocorrido, já no inverno de “chuvas longas” e “noites compridas”, Linda se deslocava pela escada. Foi quando cruzou com a moça que sempre andava de vestido azul, e que na maioria das vezes passava despercebida com o seu semblante de tristeza. Só que neste dia, ela que “não trazia no rosto sinais de choro”, tinha uma novidade para contar. Dissera a Linda que iria se casar e que seria com o patrão. E antes de se retirar, desejou uma felicidade igual para Linda. Esta, que a acompanhava com um olhar suave, não fez mais do que apertar

“com o braço o embrulho de manifestos que levava embaixo do capote”, para então descer a escada “onde ratos indiferentes iam e vinham apostando carreira” (Id. *Ibid.*, p. 163-164).

É interessante notar como aquilo que foi escrito por Engels (2015), em 1845, pode ressoar perfeitamente bem na obra de Jorge Amado quase cem anos depois. A saber: “A situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social” (ENGELS, 2015, p. 41).

Foi justamente a partir da mobilização realizada pelo operariado que se encontrava em estado de greve, que a classe trabalhadora como um todo se pôs em movimento para expressar os seus ressentimentos, assim como, os seus desejos por profundas transformações estruturais. Movimento que contemplava a todos em sua composição, tal como é a constituição da classe trabalhadora brasileira: um ser composto e heterogêneo.

Formada por pessoas de diversas nacionalidades e etnias, sendo elas ocupadas e desocupadas, assalariadas e autônomas, formais e informais, letradas e iletradas, homens e mulheres, jovens e velhos. Classe que não pode ser vista de maneira estática e tampouco pode ser entendida através de uma perspectiva restritiva. Daí o significado do texto de Jorge Amado, que na sua abordagem traz alguns elementos para se pensar a existência daqueles que vivem sob o jugo do capital na periferia de seu sistema.

Sujeitos que fazem parte tanto do proletariado quanto do lumpemproletariado. Sendo estes últimos, a fração mais pauperizada da mesma classe trabalhadora superexplorada¹⁶⁰. Realidade que faz com que essa classe apresente uma massa de gente que ao ser excluída do mercado da força de trabalho, não encontre outra alternativa que não seja atuar pelas “margens da sociedade”, o que não invalida a possibilidade de se inserir na luta por melhores condições

¹⁶⁰ Como já escrevera Marx (2011): “No conceito de *trabalhador livre* já está implícito que ele é *pobre*: virtualmente pobre. De acordo com suas condições econômicas, ele é simples *capacidade de trabalho viva*, ou seja, dotado igualmente das necessidades da vida. [...] Se o capitalista não pode utilizar seu trabalho excedente, o trabalhador não pode executar o seu trabalho necessário; não pode produzir seus meios de subsistência. Não pode obtê-los, então, pela troca; ao contrário, só os obtém, quando é o caso, pelas migalhas da renda que lhe caem como esmola. Como trabalhador, só pode viver à medida que troca sua capacidade de trabalho pela parte do capital que forma o fundo do trabalho. Essa própria troca está ligada a condições contingentes *para o trabalhador* e indiferentes em relação ao seu ser *orgânico*. Ele é, portanto, *pobre* em potência. Além disso, como a condição da produção fundada sobre o capital é de que o trabalhador produza sempre mais trabalho excedente, sempre é liberado mais *trabalho necessário*. Consequentemente, as chances de seu pauperismo aumentam” (MARX, 2011, 502-503). “Por isso, o pôr de uma determinada fração da capacidade de trabalho como supérflua, como pôr de superpopulação. Se esta última é conservada, não o é a partir do fundo do trabalho, mas da renda de todas as classes. Tal conservação não se dá pelo trabalho da própria capacidade de trabalho – não mais pela reprodução normal como trabalhador, mas, como ser vivo, será mantido pela piedade alheia; por isso, devém lumpen e pobre” (MARX, 2011, p. 507-508).

de trabalho e de vida de forma coletiva. Visto que o processo de consciência dos sujeitos que se fazem classe é um movimento que precisa necessariamente contemplar a todos¹⁶¹.

Cabe destacar, também, que na vida cotidiana o indivíduo se encontra submetido a uma relação de dominação, que como tal, não se apresenta de imediato a sua consciência. Isso porque, na cotidianidade, o que tende a prevalecer, é a concepção de mundo que visa legitimar e justificar as suas condições de vida como sendo resultado de suas próprias escolhas e atitudes. Todavia, como a cotidianidade constitui-se também como o espaço em que o acaso e o inesperado podem acontecer, esses mesmos indivíduos podem ser surpreendidos mediante um fenômeno que vá justamente de encontro com a sua visão “espontânea” de mundo. Até quando então a sua subjetividade se vê suspendida da cotidianidade. Ou seja, é quando se criam as possibilidades para que ele se reconheça como um ser genérico e um sujeito capaz de atuar coletivamente para promover as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria de suas vidas. Ações que podem ser violentas, assim como também são violentas as atuações da classe que o subjugam e o exploram¹⁶².

Portanto, como já foi dito anteriormente, a classe trabalhadora não pode ser entendida como uma coisa estática ou como se fosse um elemento dado de imediato pelas estruturas econômico-sociais. Como diria Bensaïd (1999),

Enquanto a sociologia positiva pretende "tratar os fatos sociais como coisas", Marx os trata sempre como relações. Não define de uma vez por todas seu objeto por critérios ou atributos. Antes segue a lógica de suas múltiplas determinações. Não "define" uma classe. Antes apreende relações de conflitos entre classes. Não fotografa um fato social rotulado como classe. Antes visa à relação de classe em sua dinâmica conflitual. *Uma* classe isolada não é um objeto teórico, mas um não-senso (BENSAÏD, 1999, p. 163).

Assim, como as diversas personagens fictícias da obra de Jorge Amado sugerem, cada

¹⁶¹ Nesse sentido, concordamos com Thompson (2011, p. 09-10) quando diz: “por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”.

¹⁶² Parafrazeando Fanon (1968, p. 66), podemos dizer que “a violência assumida permite ao mesmo tempo que os extraviados e proscritos” da sociedade “voltem, reencontrem o seu lugar e se reintegrem”. A violência, nesse sentido, é compreendida como a mediação necessária. A pessoa que se encontra subjugada procura “liberta-se na e pela violência”. Esta, que se apresenta como uma “práxis [que] ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim” a ser alcançado.

qual tem a sua própria trajetória de vida, tanto individual quanto coletiva. Tratando-se de pessoas que se veem submetidas a uma mesma situação de descaso e de aviltamento, sob condições semelhantes de exploração e de opressão, e, sobretudo, compartilhando de um espaço que lhes propicia a socialização de ideais e de experiências, a tendência é que esses sujeitos passem a se reconhecer como integrantes de uma mesma classe na medida em que são levados ao questionamento e ao confronto da ordem social regida pela lógica do capital.

Por isso consideramos que a ideia do autor de consubstanciar proletários e lumpemproletários numa mesma classe — isto é: sem fomentar uma segregação *a priori* —, um posicionamento válido. Ainda mais se levarmos em consideração que no capitalismo dependente a superexploração da força de trabalho torna nebulosa a relação entre capital/trabalho. Como já disse Marx (2010a) em seus *Manuscritos* de 1844:

O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, é o produto do movimento total. O homem nada mais é do que trabalhador e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é estranho. [...] Tão logo aconteça ao capital – ocorrência necessária ou arbitrária – não mais existir para o trabalhador, o trabalhador mesmo não é mais para si; ele não tem nenhum trabalho e, por causa disto, nenhum salário. E, aí, ele tem existência (Dasein) não enquanto homem, mas enquanto trabalhador, podendo deixar-se enterrar, morrer de fome etc. O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é para si como capital, e só é, como capital, assim que um capital é para ele. *A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que trabalha (Arbeitsmenschen), na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha (Arbeitsmensch), o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são figuras (Gestalten) que não existem para ela, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora de seu domínio* (MARX, 2010a, p. 91-92)¹⁶³.

Assim sendo, se para a economia política o indivíduo só conta na medida em que ele é produtor, para as forças sociais e organizadas que almejam transformar substancialmente a sociedade, esse mesmo indivíduo não poderia ser visto da mesma maneira, ou, pelo menos não deveria. Portanto, à visão alienada e utilitarista da economia política — entendida como a visão científica e ideológica da burguesia — caberá opor a visão humanista dos comunistas, para os quais, o trabalhador não deixará de ser um sujeito capaz de lutar pela sua emancipação tão logo tenha caído na desgraça do desemprego e da miséria. Afinal, no submundo do sistema do capital, a realidade nua e crua da classe trabalhadora é justamente essa que Jorge Amado buscou nos apontar.

¹⁶³ Os destaques em itálico são de minha autoria.

4 A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO DA CLASSE DE TRABALHADORES ASSALARIADOS NO BRASIL

Não é possível falarmos de racismo em nosso país sem mencionarmos a existência da escravidão que durou mais de trezentos anos e que deixou em nossa sociedade marcas indeléveis próprias do regime de exploração escravocrata que aqui se montou. Seja com argumentos de natureza religiosa fazendo referência, por exemplo, à maldição de Cam — que para muitos trazia na cor preta da sua pele a marca que justificaria a escravização dos povos oriundos da África —¹⁶⁴, seja com argumentos de cunho ideológico, apoiando-se em pressupostos “científicos” ou “biológicos” que assinalavam para uma suposta inferioridade das etnias de matriz não europeia, o certo é que por razões econômicas, uma parte significativa dos povos originários da América e do continente africano foi escravizada, fazendo dessas pessoas bens lucrativos e rentáveis em termos de comercialização e de produção. Tanto que o tráfico negreiro e o sistema de produção escravista aqui imposto se tornaram em pouco tempo uma grande empreitada para os comerciantes de escravos e para os detentores de terras que se dedicavam ao processo de produção nas colônias, pois, como bem assinalou Eric Williams (2012), os escravos negros foram convertidos na verdadeira força motriz do mundo capitalista que nascia no ocidente, ao envolver não só aqueles que se encontravam diretamente implicados na exploração da força de trabalho cativa, como também aqueles que se dedicaram ao aprisionamento e, sobretudo, à comercialização dos africanos escravizados com as colônias. Assim, unidos pelo tráfico negreiro, comerciantes, governantes, religiosos e uma parte significativa da opinião pública se mostravam favoráveis à manutenção e à expansão daquele comércio que era extremamente lucrativo.

Assim, esses interesses que não eram somente das metrópoles para com as colônias, até porque, o escravismo, como relação de exploração e de dominação, se constituiu como um elemento fulcral para o processo de espoliação e de produção dentro das colônias. Desse modo, a comercialização do africano como uma mercadoria e, conseqüentemente, a sua utilização como um sujeito passível de ser explorado de maneira desmedida e desvelada até a sua morte, se apresentava como uma atividade lucrativa para aqueles que davam, internamente,

¹⁶⁴ De acordo com Olivier Pétré-Grenouilleau (2009, p. 48), a “Bíblia (Gênesis, 9) conta a chamada maldição de Cam, que, na verdade, pesa não só sobre ele, que cometeu o ‘erro’ de ver o pai bêbado e nu, mas sobre Canaã, seu filho (no Antigo Testamento, acontece várias vezes de os filhos e sua descendência serem punidos pelos erros de seus pais). Foi sobre essa base mais do que vaga que alguns comentadores afirmaram ter se apoiado para legitimar, muito tempo depois, o comércio de escravos negros tanto para o mundo muçulmano como para a América colonial. Para eles, não havia nenhuma dúvida de que Cam era negro e, por isso, todas as populações negras tinham sido condenadas a ser escravas dos outros povos da Terra!”.

sustentação e dinamização às estruturas coloniais. Portanto, havia uma unicidade das classes dominantes internas e externas com relação à exploração da força de trabalho cativa, assim como, havia uma correlação de interesses entre as forças modernizadoras da Europa e as forças estagnantes das colônias na manutenção da produção de riquezas das últimas para as primeiras. Nesse sentido, diria Florestan Fernandes (1976), o senhor acabava se submetendo ao capital mercantil, ao participar do circuito comercial tanto para obter escravos quanto para negociar os seus produtos coloniais.

Ainda de acordo com Fernandes (1976):

Em termos da apropriação do homem pela violência, a “escravidão moderna” apresenta muitos pontos de contato e de semelhança com a “escravidão antiga”. No entanto, a escravidão moderna é, em sua essência, uma *escravidão mercantil*: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico, ao mercado de escravos e à forma de trabalho), a qual conta, durante muito tempo, como um dos nervos ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil. De outro lado, embora o senhor comprasse o escravo, o que ele queria era a *energia humana*, não como simples variedade ou equivalente da “energia animal em geral”, porém como uma modalidade de energia que podia ser concentrada e utilizada intensivamente, através da organização social do trabalho escravo, como se o organismo humano fosse uma máquina. O inconveniente de que essa máquina não só se desgastava, mas também perecia durante o processo de produção apenas intensificava o circuito da circulação, tornando tal rede de negócios uma inexaurível mina de ouro. (FERNANDES, 1976, p. 16).

Com isso, ocorreu um fluxo contínuo de africanos que eram sequestrados e retirados de seus territórios para serem transmutados em escravos no Brasil, num verdadeiro processo de expropriação de pessoas que deveriam ser submetidas aos rigores do trabalho compulsório e, por isso mesmo, ter a sua condição humana negada. Assim, se estabeleceu uma espécie de rejeição sistemática das tradições socioculturais e político-organizacionais de matriz africana, visando combater regularmente a presença do *ser* africano que deveria se conformar em *ser* escravo¹⁶⁵. O que em linhas gerais significa dizer que no escravismo colonial não havia espaço para a permanência de uma identidade étnica autêntica e, tampouco, havia espaço para a constituição de um território que fosse legatário das tradições africanas no Brasil, o que explica, inclusive, a necessidade das classes dominantes de reprimir brutalmente os movimentos quilombolas.

¹⁶⁵ Com relação a isso, diria Clóvis Moura (2019, p. 84-85): “estabelecido um critério de julgamento a partir dos valores do dominador em relação ao negro *bárbaro* e, por isso mesmo, justificadamente escravizado, o julgamento de inferiorização das religiões e demais padrões das culturas africanas é uma conclusão lógica. [...]. Nesse sentido, apela-se para o aparelho ideológico dominador, no caso e no tempo a Igreja Católica, a fim de desarticular essa unidade existente entre o mundo religioso do negro e a rebeldia do escravo. O antagonismo emergente gera, portanto, as diferenças de julgamento. Os opressores veem nessas religiões elementos de fetichismo, de magia, de forças capazes de fazer-lhes mal, diabólicas, na medida em que supõem que os oprimidos delas se utilizam para combatê-los socialmente ou para se compensarem psicologicamente contra a situação de escravos”.

Entretanto, no que diz respeito ao legado cultural dos povos originários, consideramos que seja necessário apresentar a seguinte observação: por mais que alguns setores das classes dominantes desejassem eliminar totalmente as culturas pertencentes aos povos que estavam sendo subjugados, é sabido que tal feito era algo praticamente impossível de se realizar. Por isso, com a implantação do regime de exploração colonial, o que se pôde observar foi antes a existência de uma agonia constante do que a supressão total das culturas preexistentes. Assim, aquelas culturas que outrora se apresentavam de forma viva e aberta ao futuro, se fecham, se paralisam diante da opressão imposta pelo estatuto colonial. Nas palavras de Frantz Fanon (2021) isso pode representar uma espécie de mumificação cultural, que, por sua vez, geraria nos indivíduos uma mumificação de seus pensamentos, de seus organismos de produção e de suas formas de organização. É como se para ter o devido reconhecimento de sua autenticidade étnica os indivíduos tivessem que ficar num estado permanente de letargia.

Dessa forma, seguindo na esteira de Fanon, a tendência é a de que se estabeleça um falso respeito das classes dominantes com relação às culturas dos povos dominados, traduzindo-se em condutas que buscam não só encapsular em modelos arcaicos, como também em forjar certas caricaturas que seriam autoexplicativas e autodepreciativas dos referidos povos. Assim, o racismo já não precisa se apresentar de maneira tão direta ou de forma vulgar, pois por meio dessa “estagnação cultural” dos explorados a desigualdade entre as classes tende a se aprofundar regularmente¹⁶⁶, visão que parece se adequar perfeitamente para o caso dos povos originários no Brasil.

O certo é que no processo de dominação e de exploração colonial, o uso dos africanos como força de trabalho escravizada constituía-se como o componente principal na extração de riquezas. Agente subjetivo do processo de trabalho, coagido e brutalizado, o escravo operava por meio de um trabalho combinado visando produzir um excedente a ser repartido pelos distintos setores que participavam do circuito de apropriação. Como diria Florestan Fernandes (1976),

o excedente econômico não era produzido para o desfrute exclusivo do senhor, mas para entrar nesse circuito. Aí, senhor, Coroa e negociantes *todos eram “escravos” do capital mercantil*. Nessa relação, o poder político-legal e o poder econômico determinavam desigualdades insuperáveis. (FERNANDES, 1976, p. 21).

¹⁶⁶ Tratando de apontar para os determinantes econômicos da violência racial, Fanon (2021, p. 77) nos apresenta a seguinte observação: “Nós repetimos: o racismo não é uma descoberta acidental. Não é um elemento secreto, dissimulado. Não são necessários esforços sobre-humanos para evidenciá-los. O racismo salta aos olhos precisamente por fazer parte de um todo bastante típico: o da exploração desavergonhada de um grupo de homens por um outro grupo, que atingiu um estágio de desenvolvimento técnico superior. É por isso que a opressão militar e econômica, na maior parte do tempo, precede, possibilita e legitima o racismo”.

Racionalidade econômica-colonial que foi determinante não só para a manutenção das estruturas produtivas e, por conseguinte, para a reprodução das relações escravistas de produção, como também foi para fomentar os anseios emancipatórios de parte dos senhores locais. De qualquer maneira, o que cabe assinalar aqui, é o fato de que a expansão da produção sob o regime de escravidão apresentava-se como uma condição *sine qua non* para a acumulação do capital mercantil nas colônias. Nesse sentido, é possível afirmar que o *arcaico* — entendido como a escravidão — serviu para a promoção do *moderno* — no sentido da acumulação do capital, sobretudo, externo, o que, indubitavelmente, refletiu na incapacidade das classes dominantes internas de promoverem o desenvolvimento de um capitalismo autônomo em seu nascedouro.

O longo período de duração da escravidão no Brasil, que somente terminará já na época da formação do imperialismo, garroteu a possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente, fazendo-nos uma nação subalternizada economicamente às forças do capitalismo internacional, com todas as implicações políticas que isto determina. (MOURA, 2014, p. 87).

Assim, por meio dessa dinâmica, o Brasil foi se transformando em um país poliétnico, contando com a presença massiva dos negros nas fazendas, engenhos, portos, minas, manufaturas, entre outras ocupações. Executando inúmeras atividades produtivas, esse contingente de trabalhadores escravizados era alocado de acordo com os espaços sociais que lhes eram reservados. Ademais, estando inseridos em uma estrutura social rigidamente hierarquizada, a possibilidade de haver alguma mobilidade social enquanto classe por dentro da ordem lhes era vedada. Sendo assim, à ocorrência da miscigenação como fato biológico não poderia corresponder a emergência de uma democracia racial como fato sociopolítico. Delimitando os papéis a serem desempenhados pelos sujeitos pertencentes a cada etnia, tal hierarquia configurava junto à ordem social escravocrata — colonial e neocolonial — os mecanismos de controle, de discriminação e de repressão¹⁶⁷.

Com isso, a naturalização das desigualdades entre sujeitos brancos — que mandam — e sujeitos negros — que obedecem e trabalham — foi se enraizando e se espalhando, de tal forma que a imagem do negro associada ao trabalho se tornou tão forte que mesmo quando um branco pobre se via impelido a trabalhar, a impressão que se tinha era a de que ele havia sido

¹⁶⁷ A respeito das limitações existentes na ordem social escravocrata, cabe reproduzir aqui a seguinte observação feita por Florestan Fernandes (1976, p. 39-40): “Apesar do caráter mercantil da escravidão, o acesso do escravo à liberdade acabava não sendo uma ‘questão puramente mercantil’. Várias barreiras e pressões restringiam o processo de ‘liberação por compra’. O que estava em jogo era a existência e a reprodução do trabalho escravo, base material de toda a economia de plantação e da sociedade correspondente”.

rebaixado em sua condição de ser humano.¹⁶⁸ Isso, pelo menos, até meados do século XIX, quando ainda não havia ocorrido o interdito do tráfico negreiro e a reprodução da escravaria poderia se dar pelo comércio e pela sua procriação nas unidades produtivas.

Já a partir de 1850, com a cessação do comércio de africanos no atlântico sul, o quadro social começa a se alterar, implicando numa mudança no trato com os trabalhadores escravizados que passam a ser mais valorizados no mercado interno, como e enquanto mercadoria, e na conduta de seus senhores com relação à intensidade e às formas de praticar sua exploração. Isso porque, cessada a vinda de novas forças de trabalho do continente africano, a reposição das mesmas passou a ser uma função que deveria ocorrer internamente, seja pela dinâmica do mercado ou pela adoção de práticas que favorecessem a reprodução social dos cativos. O certo é que em meio a essas movimentações a imagem que se tinha do trabalho — enquanto atividade braçal de caráter depreciativo — passa a sofrer uma espécie de reconfiguração, deixando para trás a sua negatividade para assumir então uma posição de positividade, ainda que modo aparente e parcial. Daí a importância de se elaborar uma visão do trabalho como sendo algo dignificante e de grande estima para a formação do indivíduo, numa tentativa de se superar aquele estigma de ser algo vinculado ao sujeito que se encontrava escravizado¹⁶⁹.

Com as mudanças que ocorreram mediante a supressão do comércio externo de escravos, a entrada de imigrantes oriundos dos países europeus — basicamente: portugueses, italianos, espanhóis, alemães, entre outros —, passou a ser uma alternativa para o remanejamento e para a reposição da força de trabalho empregada, tanto no campo quanto na cidade¹⁷⁰. E sendo uma força de trabalho branca, de traços étnicos e culturais semelhantes aos

¹⁶⁸ Conforme aponta Lúcio Kowarick (2019, p. 34), “no final do século XVIII, a população residente no Brasil atingia quase 3 milhões de habitantes, dos quais quase metade era formada por livres e libertos: indivíduos de várias origens sociais, cujo traço comum residia na sua desclassificação em relação às necessidades da grande propriedade agroexportadora. Isso porque, “montado o regime de trabalho escravo, este só poderia gerar a exclusão daqueles que, sendo livres, não conseguiam ser senhores. [...] Dessa forma, para crescente contingente, só restaria o trabalho ocasional, a atividade de subsistência ou o perambular pelos campos e cidades sem destino certo” (Ibid., p. 36). No que o autor insiste, “os livres, na medida em que o cativo fosse o referencial do processo produtivo, só poderiam conceber o trabalhador organizado como a forma mais degradada de existência. A seu turno, como o parâmetro que os senhores tinham do trabalho era pautado na escravidão, do qual os livres procuravam de todas as maneiras escapar, cristalizar-se-ia a percepção de que eram os menos desejáveis: eram vistos como verdadeiros ‘vadios’, imprestáveis para o trabalho (Ibid., p. 52-53).

¹⁶⁹ Nesse sentido, cabe repisar o que foi dito por Kowarick (2019, p. 69-70): “Na medida em que as relações de produção fossem marcadas pelos rigores e horrores imperantes no regime de trabalho escravo, nada mais natural que a população livre encarasse o trabalho como alternativa mais degradada da existência. Os livres transformaram-se em ralé, antes de se submeterem às modalidades de exploração, cujo paradigma estava alicerçado nos grilhões e chibatadas das senzalas. Antes a sobrevivência autônoma, numa espécie de economia natural de subsistência, do que a sujeição a regra de obediência e disciplina, nas quais prevalece um arbítrio, que está contaminado pelo uso e abuso inerente ao cativo”.

¹⁷⁰ Segundo Clóvis Moura (2019), entre os anos 1851 e 1900, entraram no Brasil cerca de 2.092.847 imigrantes europeus. Um montante que ao ser comparado com a massa de nacionais desocupados, que no ano de 1882

dos colonizadores e então proprietários dos meios de produção, a imagem que se busca construir social e idealmente como e enquanto nação passa a ser outra, isto é, uma que não condiga com o que de fato a sociedade é, e, sim, com aquilo que se almeja parecer. Por causa disso, temos toda uma (re)discussão em torno do caráter da escravidão, dos impactos da miscigenação, da constituição da nação e da construção de uma “democracia racial” *sui generis*.

Neste quesito, a importação das instituições e dos valores morais concernentes ao mundo ocidental, ou melhor, pertencentes aos países capitalistas hegemônicos, é um dos elementos desse momento histórico em que se começa a construir um Estado nacional. Todavia, partindo de uma ordem social baseada na espoliação e na exploração de nativos e de negros escravizados, a ideia de que no Brasil se forjou relações democráticas entre os seus habitantes torna-se insustentável. Ainda mais quando se tem um processo de emancipação nacional em que as estruturas e as relações sociais herdadas do período colonial permaneceram praticamente intactas, cobrindo um período que vai desde pelos menos 1822 até 1888, principalmente, no que diz respeito à manutenção e reprodução das formas de exploração do trabalho praticadas pelas classes dominantes. Em vista disso, explica Florestan Fernandes:

Com a emancipação nacional, a economia colonial não entra em colapso. Para que isso acontecesse, de imediato ou posteriormente, seria necessário que os escravos, os libertos e os vários setores da população pobre livre estivessem envolvidos, em massa, no processo de descolonização. O que entra em crise, portanto, é a parte política do antigo sistema colonial, que prendia e subordinava a Colônia à dominação colonial metropolitana. O resto desse sistema apenas se redefine, com a monopolização das funções administrativas, legais e políticas da Coroa pela aristocracia agrária e os estamentos de que esta dependia para controlar o Estado senhorial e escravista. Entretanto, no conjunto tal transformação constituía uma revolução política de profundas consequências econômicas. A questão principal era óbvia. Essa revolução eliminava o controle direto e a mediação econômica da metrópole: o que quer dizer, ela acabava com aquilo que os setores dominantes da economia interna viam como “o esbulho colonial”. Desaparecia a superposição da apropriação colonial sobre a apropriação escravista. A apropriação do produto do trabalho escravo convertia-se numa relação econômica específica, determinada a partir de dentro e regulada pelos interesses coletivos da aristocracia agrária. Isso não impedia que o excedente econômico, gerado pela produção escravista, entrasse no sorvedouro do mercado mundial em condições muito desvantajosas (FERNANDES, 1976b, p. 26-27).

Apesar de longa, essa passagem de Fernandes nos ajuda a entender quais eram os interesses que impulsionavam as classes dominantes internas a promover a sua “revolução emancipatória”. Mantendo o trabalho escravo como sustentáculo de sua acumulação, as forças oligárquicas que controlavam a situação buscarão no capital externo, principalmente, de origem

apresentava a cifra 2.822.583, revelar-se-ia numericamente inferior. Situação que pode ser explicada tanto pela política de marginalização do trabalhador nacional – sobretudo, a força de trabalho negra e mestiça –, quanto pelo interesse das classes dominantes em formar um enorme contingente de força de trabalho excedentária – principalmente, nas regiões economicamente mais dinâmicas.

inglesa, o suporte necessário para dar início ao seu processo de modernização. Processo este que servirá para consolidar a condição de dependência de um capitalismo em estado nascente, além, é claro, para solidificar a presença de um Estado a serviço dos setores economicamente dominantes. O que dilucida, por exemplo, a decisão institucional de se manter a escravidão ao mesmo tempo em que se subsidiava a vinda de imigrantes para trabalhar junto aos cativos nas fazendas de café¹⁷¹.

Ainda no ano de 1850, outro evento histórico viria a se tornar relevante no andamento da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, marcando, inclusive, uma inflexão nas discussões sobre a abolição da escravidão. Trata-se da Lei da Terra, descrita por Clóvis Moura (2014, p. 108) como mais um “mecanismo regulador e controlador montado para equilibrar e preservar os interesses dos senhores fundiários diante da possibilidade de uma Abolição com a integração dos ex-escravos na sociedade via doação de terras pelo Estado aos egressos das senzalas”. De acordo com essa Lei, a terra, que antes era distribuída de acordo com os critérios estabelecidos pela Coroa mediante a prática da concessão real, passa a partir de então a ser comercializada pelo Estado como um patrimônio público alienável através de sua compra. Assim, aquilo que era tido como fruto de uma relação pessoal — a doação de terras pela realeza — se transforma em uma relação impessoal — por meio da compra de terras ao Estado. Com isso, diria Moura, a Lei

deu um cunho *liberal* à aquisição de terras no Brasil, mas visava a, de um lado, impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse a doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos e, de outro, estimular o imigrante que via, a partir daí, a possibilidade de transformar-se em pequeno proprietário, aqui chegando. (MOURA, 2014, p. 110-111).

É claro que havia o problema da ocupação do solo de forma ilegal, isto é, sem que houvesse o consentimento da Coroa para a aquisição de terras como donatário. O que geralmente era levado a cabo por latifundiários e proprietários de escravos que pretendiam expandir as suas posses. Todavia, o que preocupava de fato o Estado era a possibilidade de

¹⁷¹ Sobre essa adoção oficial da política imigrantista, diria Clóvis Moura (2019, p. 126): “Esse complexo mercantil, que se criou em cima da importação do trabalhador europeu, determinou, de modo geral, a exclusão do negro e do trabalhador nacional de uma integração como mão de obra capaz de dinamizar o surto de desenvolvimento econômico que surgiu com o *boom* da economia cafeeira. Podemos ver como há toda uma política que se conjuga – do Estado e dos fazendeiros – no sentido de alegar falta de braços para a lavoura e apelar, sempre, para que essa crise de mão de obra fosse resolvida através do imigrante europeu”. Repisando: “É óbvio, pelo exposto, que havia um mecanismo de barragem permanente contra o ex-escravo, o negro e, de forma mais abrangente, contra o trabalhador nacional. Enquanto se marginalizava este, dinamizava-se, através de várias formas, o *segundo tráfico* na medida em que ele era interessante e lucrativo para as classes dominantes. [...]. Não se tratou de uma crise de mão de obra, [...], mas da substituição de um tipo de trabalhador por outro, o isolamento de uma massa populacional disponível e a colocação, no seu lugar, daquele trabalhador que vinha subvencionado, abrindo margens e possibilidades de lucros para diversos segmentos das elites deliberantes”. (MOURA, 2019, p. 127-128).

negros, mestiços, trabalhadores pobres e imigrantes tivessem acesso à terra e com isso fugissem dos rigores do trabalho explorado nas fazendas de café, por exemplo. Além disso, a regularização da aquisição de terras serviria para a obtenção de recursos visando subsidiar a vinda de colonos estrangeiros destinados a trabalhar nas lavouras dos grandes proprietários, os quais reclamavam pela resolução de seus problemas com o emprego de uma força de trabalho que não fosse escravizada. Assim,

na dinâmica desse processo que culminará com a Abolição em 13 de maio, diminui a população escrava, aumenta a de camponeses sem terra, descendentes de negros e índios – mestiços de um modo geral – e articula-se uma camada que se destaca da população de imigrantes e se constitui em pequenos proprietários. O direito do acesso à terra é, portanto, excluído na prática das duas primeiras populações, permitindo-se, através da poupança individual, ou o apoio institucional, a posse da terra aos imigrantes bem-sucedidos. (MOURA, 2014, p. 116-117).

Com relação ao imigrante europeu, cabe destacar o fato de que a vinda dele para trabalhar no Brasil estava permeada pelas esperanças de assentar a sua família com a obtenção de um lote de terras e assim fazer-se camponês em um novo continente. Entretanto, o que acontecia era que ao chegar no Brasil a maioria dos imigrantes se viam envoltos em contratos de trabalho que apresentavam medidas que eram escorchantes. Dessa forma, o trabalhador encontrar-se-ia endividado em razão de seu traslado e de sua hospedagem, e, estando preso à fazenda de seu empregador ficaria então submetido a um regime de superexploração. Como afirmou Kowarick (2019):

A meta era superexplorar o trabalhador para que os recursos antecipados pelo pagamento das passagens rendam o máximo. Mas, para tanto, torna-se também necessário espoliá-lo para que, endividado, não possa se desligar da propriedade que o importara. O princípio desse processo de criação de riquezas reside em impedir, utilizando-se do aparato coercitivo que o suporta, que o colono salde suas dívidas e possa, com isso, comprar sua liberdade. (KOWARICK, 2019, p. 78).

Para as classes dominantes, a manutenção e a expansão da produção, em meio ao processo de transição do trabalho escravo para o assalariado, passavam necessariamente por aumentar o contingente de trabalhadores brancos — via imigração — e diminuir a presença de trabalhadores negros e mestiços na esfera da produção. Assim, com tal conduta política, os governantes lograriam a um só tempo promover o branqueamento da nação ao passo em que aumentavam significativamente o volume da força de trabalho disponível no mercado¹⁷². A

¹⁷² Para que se tenha uma ideia mais precisa, faço aqui o uso das palavras de Kowarick (2019, p. 139): “Através da Sociedade Promotora de Imigração, chegaram ao porto de Santos entre 1890 e 1914 cerca de 1,5 milhão de europeus, dos quais quase dois terços com passagens pagas, encaminhados através da Hospedaria de Imigrantes para as grandes propriedades produtoras de café: a imigração líquida para o Estado de São Paulo no período foi de 600 mil pessoas. Entre 1893 e 1915 estimou-se que a mão de obra necessária para o cultivo de café era de 216 mil trabalhadores e, nesse período, criou-se um excedente de mais de 300 mil braços. Em consequência, a importação

marginalização dos trabalhadores não brancos surge exatamente nesse momento em que o trabalho escravo era descartado e substituído pelo trabalho assalariado, atribuindo-se à figura do negro de ser o representante do atraso cultural, da insuficiência técnica e da degradação moral.

Já não se trata mais de acabar com a escravidão, mas de enfatizar que os negros eram incapazes ou incapacitados para a nova etapa de desenvolvimento do país. Todos achavam que eles deviam ser substituídos pelo trabalhador branco, suas crenças deviam ser combatidas, pois não foram cristianizados suficientemente, enquanto o italiano, o alemão, o espanhol, o português, ou outras nacionalidades europeias, viriam trazer não apenas o seu trabalho, mas a cultura ocidental, ligada histórica e socialmente às nossas tradições latinas. (MOURA, 2019, p. 110).

Dessa maneira, os negros, que eram a força de trabalho ativa durante o período escravocrata, após a abolição, passaram a ser vistos e tratados como indivíduos pertencentes a uma raça de indolentes e de degenerados. Argumentos que eram utilizados para justificar a exclusão dos negros do mercado da força de trabalho formal enquanto colocava-os em uma situação marginalização social. Nesse sentido, Jacob Gorender (2016) é categórico quando afirma:

os capitalistas agrários e industriais, em nosso país, criaram o exército de reserva às custas da imigração europeia e asiática nas regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros o que, a meu ver, constitui uma *reserva da reserva*. Classificar as pessoas segundo a cor tem sido vantajoso ao funcionamento do capitalismo, pois mantém a reserva de segunda linha dos discriminados, sempre disponível para o trabalho em troca de salários rebaixados. (GORENDER, 2016, p. 223).

Ao que ele acrescenta:

pelas características da sociedade brasileira, na qual a concentração de riquezas atinge extremos raros no mundo, as possibilidades de mobilidade vertical são ínfimas para as classes oprimidas e exploradas, *quer se trate de brancos ou de negros*. Assim, a raiz da pobreza geral está, em primeiro lugar, no capitalismo. Mas a discriminação racista impõe ao segmento negro o fardo mais pesado. A classificação racial não é, portanto, um epifenômeno, porém um procedimento perverso integrado na dinâmica do capitalismo e que precisa ser denunciado e combatido de maneira específica, aqui e agora. (GORENDER, 2016, p. 223).

Com isso, é possível afirmar que através do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, o negro acabou sendo relegado à condição de força de trabalho precarizada, subocupada e aviltada desde sua entrada nas relações de produção capitalista. Vinculando a criação de valor a determinações de caráter racial, com uma clivagem étnica imposta pela discriminação racial, a reprodução ampliada do capital passou a contar não só com

massiva de imigrantes produziu um vasto reservatório de mão de obra, condição estrutural que serviu tanto para desarticular as mobilizações daqueles que levavam adiante o sistema produtivo como para constituir um forte processo de rebaixamento dos níveis salariais”.

a presença do negro no massivo exército industrial de reserva, como também no favorecimento da produção de capital, ou, mais precisamente, na maximização da valorização do valor por intermédio da superexploração de sua força de trabalho. Isso porque, na comparação com os trabalhadores brancos, os trabalhadores negros acabavam por ceder um sobretrabalho superior ao que era cedido pelos brancos. Ou seja, devido ao corte racial que se faz presente de forma discriminatória nas relações sociais de produção, o negro se via condicionado a produzir uma mais-valia maior pelo simples fato de não ser um trabalhador branco, o que em sua forma fenomênica pode ser constatado pelos tipos de empregos e pelos baixos níveis salariais que lhes são reservados.¹⁷³

Portanto, discutir a inserção do negro no regime de trabalho assalariado é discutir como o capitalismo dependente pôde usufruir da sua presença para consolidar a superexploração da força de trabalho. Daí a importância da política de branqueamento promovida pelas classes dominantes, que tanto ajudava a reforçar a discriminação racial existente quanto contribuía para ampliar as hostes de trabalhadores a serem explorados, via imigração europeia. Isso explica, inclusive, o fato de a questão social constituir-se, inicialmente, como uma questão de polícia, já que a força de trabalho não branca era malquista, completamente destituída e miserável. Dessa forma, o medo que o nascente proletariado incutia nas classes dominantes correlacionava-se ao temor que os movimentos de insurgência negra — de escravos e de libertos — causara historicamente no período colonial e pós-colonial. É claro que essa afirmação não visa invalidar a importância dos movimentos de cariz anarquista e socialista que surgiram no seio do proletariado na chamada Primeira República, e, sim, chamar a atenção para o fato de que as lutas dos trabalhadores não começaram no chão das fábricas no início do século XX.

Concordamos com Octavio Ianni (2004, p. 142) quando menciona que “a *questão racial* tem relação direta e profunda com a *questão nacional*”, pois é com base na exploração

¹⁷³ Fazendo um paralelo histórico é possível comparar essa situação com as dos proletários irlandeses que viviam na Inglaterra na época de Marx e Engels. Como a nação irlandesa estava subjugada ao império britânico, o trabalhador inglês se considerava superior ao trabalhador irlandês. Assim, devido ao chauvinismo e ao racismo que imperava, inclusive, no meio operário, a burguesia inglesa conseguia elevar a seu favor o grau de exploração do operariado, como também manipular a consciência dos trabalhadores ao alimentar a divisão que havia entre eles. Realidade que levou a Primeira Internacional a apresentar, através de Marx, a seguinte avaliação: “ao rebaixar ainda mais a classe trabalhadora por meio de imigração forçada da população irlandesa pobre, a burguesia inglesa não apenas explorou a pobreza irlandesa, mas também dividiu o proletariado em dois campos hostis. [...] De fato, em todos os *grandes centros industriais da Inglaterra* há um profundo antagonismo entre os proletários irlandeses e ingleses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que rebaixa seu salário e seu padrão de vida; também alimenta contra ele antipatias nacionais e religiosas. É exatamente o mesmo modo como os brancos pobres dos estados sulistas da América do Norte se comportavam em relação aos escravos negros. Esse antagonismo entre os dois grupos de proletários no interior da própria Inglaterra é artificialmente mantido e alimentado pela burguesia, que sabe muito bem que essa cisão é o verdadeiro segredo da preservação de seu próprio poder” (MUSTO, 2014, p. 275-276).

da força de trabalho escrava que o Brasil se fez nação e foi com base no racismo que a nação não se fez para o negro. Ainda de acordo com Ianni (2004, p. 147), o preconceito racial se apresenta como “uma técnica de dominação, por meio da qual se subordinam amplos setores da sociedade”, envolvendo a todos, brancos e não brancos, numa relação de exploração e de discriminação. Razão pela qual, o “preconceito racial e o preconceito de classe mesclam-se em intolerâncias de vários tipos, manifestas em várias linguagens, com as quais se excluem, confinam ou administram os que são obrigados a vender a sua força de trabalho para viver”. (IANNI, 2004, p. 147).

Como o racismo no Brasil não adentrou no capitalismo de forma institucionalizada, isto é, enquanto segregação legalizada, ele acabou adquirindo uma feição mais velada e difusa. Todavia, na vida cotidiana, o que se constata é uma espécie de segregação do negro enquanto pobre. Com isso, a sua dificuldade em acessar educação, saúde, moradia, emprego, cultura e lazer, se apresenta como sendo inviabilizada por razões socioeconômicas do que por questões formais ou legais. É essa dualidade de sujeito pertencente a uma determinada raça e a uma determinada classe que faz com que o proletariado negro se encontre inserido em uma sociedade cujas desigualdades são inerentes a dinâmica do capitalismo dependente¹⁷⁴, e o tornam numa espécie de "subcidadão"¹⁷⁵.

Malgrado a sua condição de classe, como e enquanto proletário, o negro ainda sofre com as restrições que lhes são impostas pela sua condição étnico/racial. É dizer, há aqui especificidades de que não podem ser negligenciadas, caso não queiramos reproduzir inadvertidamente alguns valores e noções pertencentes ao mito da democracia racial. Como diria Florestan Fernandes (2017):

Os fatos – e não as hipóteses – confirmam que o mito da democracia racial continua a retardar as mudanças estruturais. As elites, que se apegaram a ele numa fase confusa, incerta e complexa de transição do escravismo para o trabalho livre, continuam a usá-lo como expediente para “tapar o sol com a peneira” e de autocomplacência valorativa. Pois consideremos: o mito – não os fatos – permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas, como são as desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas “sobem” – nunca “descem” – na pirâmide racial; e confunde as percepções e as explicações – mesmo as que se têm como “críticas”, mas não vão ao fundo das coisas – das realidades cotidianas. Onde

¹⁷⁴ Como diria Jacob Gorender (2000, p. 83): “Desigualdades existem, não obstante, em todos os países e suas causas são muito variadas, decorrentes, em grande parte, de fatores próprios à história de cada um deles. No caso do nosso país, não se pode omitir o peso da escravidão. Esta constituía a base de uma sociedade marcada profundamente pela dupla clivagem entre senhores e escravos e entre homens livres possuidores de escravos e pobres não possuidores. O ordenamento jurídico impunha e legalizava a desigualdade rigorosamente polarizada entre as classes sociais. A sociedade capitalista, que veio em seguida, suprimiu o ordenamento jurídico escravocrata e estabeleceu a igualdade perante a lei, porém manteve intocados aqueles fatores que imprimiriam o viés socioeconômico da desigualdade extremada na nova estrutura de classes”.

¹⁷⁵ Concepção que nos remete à discussão acerca da constituição do lumpemproletariado, tal como fora desenvolvido no capítulo precedente.

não existe sequer democracia para o dissidente branco de elite haveria democracia racial, *democracia para baixo*, para os que descendem dos escravos e libertos negros ou mulatos?! Poderia existir democracia racial sem certas equivalências (não digamos *igualdades*) entre todas as raças? (FERNANDES, 2017, p. 33-34).

Como o processo de descolonização no Brasil não foi até o fim e até o fundo, possibilitando assim a reciclagem das relações de espoliação e de exploração que se fundaram na apropriação da pessoa e do produto de seu trabalho, as classes dominantes que aqui se forjaram lograram manter o caráter desumano no seu trato com as classes subalternas, fazendo do Estado um instrumento privilegiado para a manutenção de suas prerrogativas e para a reprodução ampliada do capital — interno e externo. Dessa maneira, o prestígio social, político, econômico e cultural que as classes dominantes alcançaram com a constituição da sociedade civil brasileira são diametralmente opostos à depreciação, vilipêndio e degradação aos quais está submetida a maioria das pessoas que integram as classes trabalhadoras, sobretudo, as negras. Como diria Octavio Ianni (1984):

À medida que se formava e desenvolvia o Estado nacional, organizava-se o aparelho estatal de modo a garantir o regime de trabalho escravo. Depois, à medida que o regime de trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho livre, os grupos e as camadas dominantes reorganizaram o aparelho estatal de modo a garantir o domínio dos seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes. Os governantes reagiam negativamente às reivindicações populares. “Na lei e no debate parlamentar sempre se distinguiu revolução, feita por gente igual, e rebeldia, sedição e insurreição, feitas por gente menor socialmente ou por escravos”. Daí a brutalidade da repressão. (IANNI, 1984, p. 13).

Assim vão se moldando as práticas coercitivas e repressivas de cima para baixo, visando perpetuar as desigualdades sociais e raciais. Tanto que no processo de assalariamento da força de trabalho, pós-abolição, a inserção do negro no mercado da força de trabalho foi seriamente dificultada pelos mecanismos excludentes que já operavam por intermédio da discriminação racial. Afinal, como explicar num contexto de expansão da produção rural a exclusão da força de trabalho negra, ou melhor, a sua substituição pelos imigrantes de origem europeia, quando eram eles, os negros, que exerciam essas atividades de forma secular e, portanto, já traziam consigo um vasto acúmulo de conhecimentos e de práticas laborais. Ou então, como explicar o fato de que nas cidades os negros raramente eram aceitos nas fábricas e manufaturas, quando a industrialização ainda era incipiente e o processo de trabalho apresentava uma baixa complexidade laboral, possibilitando, inclusive, o emprego de crianças na produção, senão pela existência de práticas segregacionistas que colocavam o negro no patamar mais baixo da escala social.

É óbvio que essa situação tem uma relação direta com o fato de que as nossas transições históricas foram dirigidas e controladas pelas elites econômicas e militares das

classes dominantes. O explica, portanto, não apenas o processo de descolonização e de transformação capitalista que ocorrera sem que houvesse grandes rupturas ou revoluções, como também elucida a questão de o Estado ter se constituído como um instrumento fundamental para a manutenção e reprodução da ordem social, pois, sem esse instrumento as oligarquias e as burguesias não conseguiriam conciliar os seus interesses, debelar as demandas vindas de baixo e calibrar os seus negócios com o capital externo. Junto a isso, acrescenta-se a ilusão de que o crescimento econômico traria consigo a realização de um ideal de modernização própria dos países centrais. Todavia, o feito de compartilharmos do modo de produção capitalista não significa que o seu desenvolvimento ocorrerá da mesma forma que ocorrera naqueles países e que o “padrão de civilização” a ser adotado aqui seria o mesmo, até porque, os países centrais são justamente aqueles que controlam o mercado mundial, fazendo com que a sua acumulação de capital seja priorizada em detrimento das nações periféricas, configurando-se como o polo oposto à nossa capacidade de modernização.

Com isso, o modelo econômico perfilhado e a forma de desenvolvimento implementada não foi outro senão o do capitalismo dependente. E para que a articulação entre o capital interno e o capital externo tivesse sucesso, foi necessária a utilização do Estado enquanto um aparelho de condensação e de efetivação dos interesses das classes dominantes, o que por sua vez, tornou ainda mais difícil a integração dos negros ao andamento do regime de classes. Em vista disso, diz Florestan Fernandes (1979b),

o Estado não é, para as classes dominantes e com o controle do poder político, um mero comitê dos interesses privados da burguesia. Ele se torna uma terrível arma de opressão e de repressão, que deve servir a interesses particularistas (internos e externos, simultaneamente), segundo uma complexa estratégia de preservação e ampliação de privilégios econômicos, socio-culturais e políticos de origem remota (colonial ou neocolonial) ou recente. Na lógica do uso do Estado como instrumento de ditadura de classe, seja ela dissimulada (como ocorria sob o regime imperial e sob o presidencialismo), seja ela aberta (como ocorreu sob o Estado Novo ou no presente), o *inimigo principal* da burguesia vem a ser os setores despossuídos, na maioria classificados negativamente em relação ao sistema de classes, embora uma parte deles se classifiquem positivamente, graças à proletarização. (FERNANDES, 1979b, p. 29).

Nesse sentido, a proletarização do negro se apresentaria como uma forma de inserção na sociedade civil que se desenvolvia sob os auspícios do capitalismo dependente. Operando a partir de então como força de trabalho vendável, o negro se situaria no quadro social como uma potencial força a ser mobilizada para a valorização de capital. No entanto, esses trabalhadores se transformaram em supranumerários, devido à existência de uma massa de trabalhadores de tez branca a ser explorada. Sendo assim, só lhe foi permitido integrar-se ao “mundo capitalista” de forma paulatina e residual, executando tarefas que se assemelhavam em muitos aspectos com

o seu antigo papel de “besta de carga” do período escravocrata, só que agora desempenhando-o sob outra roupagem¹⁷⁶.

A crença na *comunidade política* ilusória, isto é, na igualação dos sujeitos pelo Estado, faz com que as pessoas assimilem a indiferenciação própria das relações sociais de produção, que tem na abstração dos trabalhos concretos a substância do valor. Dessa forma, os tratamentos desiguais que persistem concretamente na sociedade passam a ser obliterados em sua constatação na medida em que a consolidação da representação burguesa de democracia avança. É o poder da alienação, que faz com que as construções político-sociais e ideoculturais não sejam encaradas como frutos da ação humana — que, em última instância, é condicionada pela produção material inerente à lógica do capital —, e sim, como resultante de forças naturais que se expressam através dos indivíduos. Daí a ideia de que as condutas, os pensamentos, os valores, as capacidades e as limitações dos sujeitos sejam determinadas por razões étnico-raciais, justificando, portanto, a existência de desigualdades em níveis estruturais. Afinal, se os negros se encontram nessa condição e os brancos não, é porque os primeiros não souberam aproveitar as mesmas oportunidades que foram dadas aos segundos, já que sob o Estado de Direito, todos estão ou atuam em pé de igualdade.

Todavia, o que se tinha em tela era a presença de uma subordinação secular do negro. Eivado por uma visão dicotômica que colocava de um lado o mundo do trabalho e do outro o mundo da ociosidade, a ideologia dominante conseguia impor uma moralidade belicosa para com o negro. Este que ao ser visto como o ocupante principal do mundo da ociosidade, era tratado como o malandro, o vagabundo, o preguiçoso e o indecente. Ou seja, uma ameaça constante à regularidade e ordenamento do mundo do trabalho. Portanto, à marginalidade imposta ao negro, mediante a sua exclusão dos espaços formais e regulares de trabalho, construiu-se a imagem reflexa do negro como um potencial criminoso, o que Clóvis Moura (1977) se referia ao tratar do mito do *mau cidadão* negro:

Como vemos, esse mito é uma representação negativa que está vinculado geneticamente à nossa realidade social contraditória: é um julgamento e uma sentença que partem dos valores dominantes de uma sociedade competitiva e se integram no seus *mores*, passando a funcionar indiretamente como elemento de barragem que impede o ascenso do negro a níveis mais altos no sistema de estratificação. O negro

¹⁷⁶ De acordo com Darcy Ribeiro (2015, p. 174-175): “Examinando a carreira do negro no Brasil se verifica que, introduzido como escravo, ele foi desde o primeiro momento chamado à execução das tarefas mais duras, como mão de obra fundamental de todos os setores produtivos. Tratado como besta de carga exaurida no trabalho, na qualidade de mero investimento destinado a produzir o máximo de lucros, enfrentava precaríssimas condições de sobrevivência. Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração que, embora melhores que a escravidão, só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço”.

que compete no mercado de trabalho técnico e qualificado tem de ser barrado através de um processo de achatamento social que o atinja em todos os níveis de interação. A sua permanência no nível de marginalizado socialmente é sustentada por essa ideologia *branca* que o apresenta e ideologiza-o como inferior, malcheiroso, indolente, cachaceiro, ou, então, rebelde, presunçoso, mal-agradecido e agitador. (MOURA, 1977, p. 85-86).

Como se pode perceber, a estigmatização do negro acaba sendo impulsionada em razão da sua marginalização das formas mais depuradas da sociabilidade burguesa, o que significa dizer que ao negro não cabe a sua participação dos progressos civilizatórios tão decantados pelos ideólogos do capitalismo. Assim, sua presença deverá ser marcada pela condição de subalternidade, a qual, por sua vez, demandará pelo uso constante dos mecanismos de coerção que são inerentes à manutenção da ordem. Daí o fato de a violência tornar-se quase que um elemento constitutivo do seu ser, isto é, da formação de sua personalidade como membro socializado em um ambiente saturado pela violência. Esta que se manifesta de diversas formas, atingindo simultaneamente as dimensões físicas, psíquicas, sexuais, morais e comportamentais desses sujeitos vitimizados pela miséria e pela repressão¹⁷⁷. No entanto, tal violência não ficaria sem resposta. A contraviolência vinda de baixo através de suas distintas formas de mobilização, de organização e de luta, fez com que os negros pudessem resistir às agruras da vida durante esses séculos de exploração, pois, como observa Clóvis Moura (2019),

o negro demonstrou, no Brasil, desde os primeiros tempos da escravidão, um *espírito associativo* que foi, inclusive, destacado em estudos especiais sobre o assunto. Não fosse esse espírito, ou melhor, essa tendência criada pela sua situação no espaço social, os escravos teriam uma vida muito mais sofrida sob o cativo, e o negro livre não teria resistido na proporção que resistiu ao chamado *traumatismo da escravidão*, incorporado, por ele, ao seu comportamento após a Abolição. (MOURA, 2019, p. 142).

Portanto, “foram inúmeras as formas através das quais o negro se defendeu social, cultural e biologicamente, criando anteparos à brutalidade da escravidão e, depois, ao seu processo de marginalização que se seguiu à chamada Lei Áurea” (MOURA, 2019, p. 142). Da fuga à capoeira, do quilombo à religião, das greves ao samba, do motim ao carnaval, diversificadas são as formas de expressão e de resistência do movimento negro em consonância com a especificidade de sua situação. Realidade que, bem entendida, não anula a

¹⁷⁷ Embora esteja falando do negro na sociedade brasileira, também é importante registrar que os povos indígenas foram vítimas de uma política genocida de ocupação. “Não existiu, portanto, nada de idílico no (des)encontro entre indígenas e colonos. Segundo a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, estima-se que de 1 milhão a 8,5 milhões de nativos habitavam as terras baixas da América do Sul na época da chegada dos europeus. Se assim tiver sido, é possível considerar que um punhado de colonos teria logrado a triste façanha de despovoar um continente densamente povoado. Os historiadores não diferem ao avaliar a magnitude da catástrofe; variam, porém, nas proporções de perdas. Para alguns, de 1492 a 1650 a América perdeu um quarto de sua população; para outros a queda foi da ordem de 95% a 96%. Em ambos os casos, a certeza é que ocorreu um genocídio”. (SCHWARCZ, 2019, p. 163).

inexorabilidade desses indivíduos de se conformarem enquanto sujeitos pertencentes à classe trabalhadora perante o capital. É certo que a discriminação racial os expõe a uma situação de segregação, inclusive, dentro da classe trabalhadora em determinadas ocasiões. Porém, em face da sua condição de trabalhador no capitalismo dependente, a sua dinâmica de luta social tende a ser a de classes, até porque a sua inacessibilidade a um conjunto de bens e de serviços se dá muito mais pela sua condição de miséria ou de pobreza do que pelo fato de ser um sujeito de pele preta.

Contudo, também sabemos que a sua inserção no mercado da força de trabalho está marcada pelas relações interétnicas que configuram a nossa sociedade. Ou seja, para entendermos concretamente a condição do negro como assalariado é necessário levarmos em conta a histórica discriminação racial que assola o nosso país. Portanto, se não quisermos entender ou tratar a classe trabalhadora de forma abstrata, é preciso considerar o peso que as especificidades étnico-raciais possuem no cenário nacional e no âmbito político-cultural de conformação das classes sociais. Em um país marcado pela discriminação racial, a população que vende a sua força de trabalho para o capital não pode ser vista e tratada da mesma maneira, porque há similitudes e há diferenciais que os fazem todos os trabalhadores, porém, desiguais. Ou seja, a mercadoria a ser vendida pode ser a mesma: força de trabalho; mas o seu vendedor não é visto e nem tratado como o mesmo. Por isso que não se pode negar a existência de duas polaridades, que “não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos — a classe e a raça”, diria Florestan Fernandes (2017, p. 85).

Ainda conforme o referido autor,

se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. A fórmula “proletários de todo o mundo, uni-vos” não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raças. Contudo, uma é a dinâmica de uma estratégia fundada estritamente na situação de interesses exclusivamente de classe; outra é a dinâmica na qual o horizonte mais largo estabelece uma síntese que comporte todos os interesses, valores e aspirações que componham o concreto como uma “unidade no diverso”. Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma *sociedade nova*, por exemplo. Aí está o busílis da questão no plano político revolucionário. Se além da classe existem elementos diferenciais revolucionários, que são essenciais para a negação e a transformação da ordem vigente, há distintas radicalidades que precisam ser compreendidas (e utilizadas na prática revolucionária) como uma unidade, uma síntese no diverso. (FERNANDES, 2017, p. 85).

As lutas de classes não ocorrem de maneira uniforme e a-história, elas possuem as suas formas de manifestação que deverão corresponder ao contexto histórico, bem como, às particularidades que perfazem a situação concreta de sua efetivação. Por essa razão, situar a questão da discriminação

racial, que se inicia no período colonial e se metamorfoseia por dentro do capitalismo, é algo extremamente importante, porque possibilita não só a desvelamento da realidade como também aponta para a necessidade de se conceber essa questão como um elemento intrínseco às formas de exploração de classe que se desenvolveram no território nacional. Sendo assim, se de fato não houve nenhuma espécie de “democracia racial” no Brasil, tampouco houve um entendimento por parte das classes dominantes de que o negro não fosse um trabalhador, ainda que a depreciação de sua pessoa fizesse parte da ideologia imperante. Por isso, é imperativo que toda e qualquer formulação político-estratégica oriunda da classe trabalhadora — seja para orientar a sua ação no intuito de minorar a exploração ou no sentido de promover uma transformação social substancial —, precisa levar em consideração a especificidade do negro como uma força de trabalho degradada e desvalorizada pelo capital em suas relações de produção. Do contrário, a classe trabalhadora seguirá cindida em sua composição social e em sua configuração política. Já que a consciência de classe requer a mais profunda solidariedade entre os seus membros.

4.1 O vir a ser de Antônio Balduino na escrita de Jorge Amado: um protagonista negro e de luta

Obra de maior envergadura e de estilo literário mais apurado, *Jubiabá*, de 1935, registrará a entrada do negro como protagonista no romance amadiano. Assim, com apenas 22 anos de idade, Jorge Amado percorrerá os morros, as ruas, as praias, os bares e os portos da Bahia de Todos-os-Santos através de sua escrita, emoldurando uma cotidianidade concernente às camadas de baixo. Isto é, de um povo preto, pobre e marginalizado em sua grande maioria. Recuperando o poder da oralidade, da religiosidade, da musicalidade e da luta diária pela sobrevivência, como traços marcantes na construção de personalidades, Amado ilustrará a trajetória daqueles que nada tem a não ser os seus laços de solidariedade, de companheirismo e de pertinência. Sujeitos moldados por uma exploração aviltante, que vem desde a escravidão e que persiste na atualidade como se fosse uma chaga que os persegue em razão da cor de sua pele. Daí o desejo perene da liberdade, como o condutor de suas trajetórias de fazer-se gente, como um desígnio que precisa ser reafirmado constantemente.

O herói do romance é Antônio Balduino (Baldo), um menino que vivia no morro do Capa-Negro, sendo criado por sua Tia Luiza e aconselhado pelo velho Jubiabá. Vivia na rua com a molecada, em um ambiente agitado, violento e povoado pelas memórias da época da escravidão. Gostava da companhia dos adultos para escutar as suas histórias, como as aventuras de Camarão ou sobre a existência de um lobisomem que assombrava o morro nas noites

perigosas. Costumava ajudar a sua tia a vender mingau de puba no Terreiro, a tomar aulas de capoeira e a fitar as luzes da cidade que acendiam à noite imaginando como seria a vida dos outros. Estudar não queria, porque para ser jagunço não era necessário saber ler e escrever. Bastava “saber atirar e ter coragem” (AMADO, 2008, p. 20). A razão disso estava tanto nas prosas e cantos que louvavam os cangaceiros, quanto na história que escutara sobre o seu desconhecido pai. Pois, ouvira de sua tia que seu pai “fora jagunço de Antônio Conselheiro quando rapazola” (Id. Ibid., p. 17) e isso já era o suficiente para preencher as suas fantasias de bravura¹⁷⁸. Sobre a mãe, nada sabia.

Jubiabá, macumbeiro e misterioso, era benquistado por todos e cuidava das dores de cabeça da tia Luiza. Ali no Capa-Negro, o que prevalecia era a medicina alternativa que curava as enfermidades através do poder do pai de santo¹⁷⁹. Era o mais velho do morro e com ele “Antônio Balduíno ouvia e aprendia”, pois aquela “era a sua aula proveitosa”. A “única escola que ele e as outras crianças do morro possuíam” (Id. Ibid., p. 30). Dizia-se que Jubiabá era livre, porque “não tinha patrão nem horário de trabalho”, era respeitado porque sabia de tudo, “solucionava todas as questões entre os homens” e “fazia feitiços fortes” (Id. Ibid., p. 43). Ele era a presença viva do conhecimento tradicional, o responsável por reativar as memórias étnicas e recordar as agruras da escravidão. Assim, o pai de santo explicou a origem do nome do morro e do lobisomem que vivia naquela região:

- Ah! ocê não sabe... Pois ele é o sinhô branco que era dono de uma fazenda. Isso foi nos tempos passados, nos tempos da escravidão de negro. A fazenda dele ficava bem aqui onde nós mora agora. Bem aqui. Ocês não sabe por que esse morro chama do Capa-Negro? Ah! ocês não sabe... Pois é porque esse morro era fazenda desse sinhô. E ele era homem malvado. Gostava que negro fizesse filho em negra para ele ganhar escravo. E quando negro não fazia filho ele mandava capar negro... Capou muito negro... Branco ruim... Por isso esse morro é do Capa-Negro e tem lobisomem nele. O lobisomem é o sinhô branco. Ele não morreu. Era ruim demais e uma noite virou lobisomem e saiu pelo mundo assustando gente. Agora ele vive procurando o lugar da casa dele que era aqui no morro... Ele ainda quer capar negro... (Id. Ibid., p. 42).

¹⁷⁸ Ao se referir a situação de miserabilidade dos trabalhadores que vivem na periferia das grandes cidades, Alberto Passos Guimarães (2008, p. 206), classifica essas localidades como sendo “sementeiras de capangas”, ao se utilizar de uma expressão de Rui Facó. Assim, ele diz: “As ‘sementeiras de capangas’ não supriram de homens apenas o coronelismo, mas o pós-coronelismo; elas continuam a suprir as tropas de jagunços dos grileiros, como ainda suprem o banditismo moderno; suprem também a legião dos ‘vigias’ dos latifundiários ‘modernizados’, assim como das fábricas servidas pelas ‘tecnologias de ponta’; suprem, além disso, a fina flor dos esquadrões da morte, as brigadas de choque de algumas instituições policiais e as classes perigosas em geral”.

¹⁷⁹ Sobre o poder de cura da denominada medicina popular, diria Clóvis Moura (2019, p. 161): “O candomblé, como outros grupos específicos negros religiosos, [...] tem outras funções sociais, inclusive curadora: característica importante num país em que o povo sofre com a carência de médicos. Por isso, “a medicina popular, impregnada de elementos mágicos, tem o seu centro mais poderoso nos terreiros de umbanda, que substituem os médicos que faltam e, ao mesmo tempo, exercem um papel de autoafirmação psicológica e cultural muito grande entre os seus adeptos (Ibid., p. 162). Com tratamentos “empírico-mágicos” com altos índices de cura e que só são pagos por aqueles que querem ou que possuem condições para isso. (Ibid., p. 163).

Relato feito por Jubiabá que terminou com a afirmação realizada por um homem que trabalhava no cais de que a escravidão não havia acabado porque ela subsistia na exploração de todos os pobres.

A vida no morro era árdua, de muito trabalho e pouco soldo. Havia estivadores, operários e artesãos. Negras que “vendiam arroz-doce, mungunzá, sarapatel, acarajé, nas ruas tortuosas da cidade”. Mulheres que lavavam roupa e que cozinhavam “em casas ricas dos bairros chiques”. Os jovens também trabalhavam desde muito cedo, como engraxates, vendedores de jornais e “crias de famílias de dinheiro”. Já as crianças, que brigavam, corriam e brincavam pelas ruas, sabiam que seus destinos já estavam traçados, pois seriam empregados dos “meninos das ruas bonitas e arborizadas”. Afinal, era para isto que “existia o morro” e os seus moradores. “Raros eram os homens livres”, como Jubiabá e Zé Camarão. Porém, um era perseguido por ser macumbeiro e outro por ser malandro. Antônio Balduino, que sempre esteve atento aos causos e as modinhas que louvavam o heroísmo daqueles que lutaram pela liberdade, se imaginava livre porque estava disposto a lutar, a seguir o exemplo daqueles que se revoltaram (Id. Ibid., p. 34-35).

As dores de cabeça de sua tia Luiza não cessavam, o que a tornava inconstante em seu comportamento. Relatos de mulheres que “enlouqueceram” eram frequentes ali no morro. Toda vez que ela era acometida pelas dores, Jubiabá era chamado para tratá-la. Entretanto, houve um momento em que isso já não era suficiente e o carro do hospício a levou dali. Balduino, que não tinha contato com mais nenhum familiar, foi levado por sinhá Augusta para ficar na casa dela por alguns dias. Depois, ela se encarregou de levá-lo para a travessa Zumbi dos Palmares, onde seria a sua nova residência. Baldo seria entregue aos cuidados do comendador.

Antônio Balduino é que ficou espantado com o tamanho da casa. Nunca vira coisa igual. No morro do Capa-Negro as casas eram pequenas, de barro batido, portas de caixão, cobertas de zinco. Tinham duas divisões apenas: a sala de jantar e o lugar onde dormiam. Mas o sobrado do comendador, não. Como era grande, quantos quartos tinha, alguns até fechados, um quarto de hóspedes sempre mobiliado esperando alguém que nunca vinha, salas enormes, cozinha bonita, a latrina melhor que qualquer casa do morro! (Id. Ibid., p. 51).

Além da desigualdade que o chamava a atenção, Baldo passou a conviver com outras pessoas que o enxergavam e o tratavam de maneira distinta dentro daquela casa. Com Lindinalva, filha do comendador e seu primeiro amor, Baldo brincava. Já com Amélia, cozinheira da família, ele apanhava. Visitara a sua tia no hospício somente uma vez, e quando voltou para lá foi então para acompanhá-la em seu enterro. Jubiabá, que o acompanhara nas duas visitas à velha Luiza, aproveitara a ocasião para explicar ao menino quem fora Zumbi dos Palmares. O qual, de pronto, se tornara o herói favorito de Baldo. Até porque, a questão da

liberdade era o que mexia com os seus sentimentos. Assim como mexia com ele as “fitas de *cowboy*” que ele assistia no cinema. “Ao contrário de todos os meninos”, Baldo sempre torcia para o “índio mau contra o mocinho branco”. Isso porque, “o sentido de raça e de raça oprimida ele o adquirira a custas das histórias do morro e o conservava latente” (Id. Ibid., p. 58). Ademais, ele tinha de lidar constantemente com a discriminação racial praticada por Amélia. Ela que o chamava de “negro sujo” e que o surrava com frequência, dissera para dona Maria, esposa do comendador, que negro era uma raça que só servia para escravo, porque negro não havia nascido para saber. Isso na ocasião da expulsão de Baldo da escola pública, em razão de suas molecagens (Id. Ibid., p. 55).

Entretanto, foi quando o comendador externou a sua intenção de fazer de Baldo um empregado de sua casa comercial, que a situação piorou. Na época Baldo já tinha quinze anos e levava três suportando o ódio que Amélia sentia por ele. Mas foi com o anúncio do comendador que ela se tomou de raiva. “Ela tinha verdadeiras crises de ciúme, não podia compreender por que os patrões protegiam aquele negro e queriam fazer dele gente. - Negro é raça ruim - repetia sempre. — Negro não é gente...” (Id. Ibid., p. 59). Foi então que ela decidiu forjar uma acusação, alegando para os patrões que Baldo andava espiando a filha deles, Lindinalva. A despeito de todos os argumentos contrários apresentados pelo acusado, o mesmo acabou sendo contrariado e surrado. Fato que o fez odiar ainda mais os brancos, porque se sentia traído justamente por aqueles que ele estimava. Pela madrugada fugiu de casa, para ganhar as ruas como um pedinte livre de qualquer amarra.

É importante notar como a discriminação racial funciona nessas situações. Primeiro, se estabelece um padrão do que é concebido como positivo, civilizado e culturalmente avançado, delimitando de maneira correlata o que deve ser tratado como negativo, bárbaro e culturalmente atrasado. Assim, passasse a identificar como tipo ideal a pessoa branca, como sendo a representação da superioridade étnica — de origem europeia — em nossa sociedade. Ao passo que caberia a essa sociedade, repelir tudo aquilo que se aproximasse ao tipo ideal representado pela pessoa negra. Com isso, constrói-se uma escala de valores que passa a operar socialmente, manipulando as possibilidades de mobilidade dos indivíduos de acordo com a sua cor e classe. Portanto, se o indivíduo é negro e precisa vender a sua força de trabalho para sobreviver, conseqüentemente, a sua condição étnica o colocará em desvantagem diante dos outros que se assemelham ou se aproximam da etnia pertencente à classe dominante. O mito da “democracia racial” que dá a aparência de que todos possuem um lugar ao sol, faz com que os negros sejam encarados como indolentes, desajustados e negligentes. Dado que, se todos gozam das mesmas condições e possibilidades legais, logo, o negro seria o verdadeiro culpado por sua

inferioridade econômica, social, política e cultural. É como se, após a abolição, a integração do negro no capitalismo tivesse ocorrido de forma automática superando linearmente todo tipo de preconceito ou de discriminação racial.

Dessa maneira, chegamos àquilo que Fanon (2008) já apontava em *Pele negra, máscaras brancas*, quando se referia ao procedimento de rebaixamento do negro, que ocorre inicialmente de forma econômica e, de modo consequente, através de um processo de “epidermização” de sua inferioridade enquanto sujeito pertencente a uma determinada raça (Id. Ibid., p. 28). Isso significa dizer que as restrições impostas aos negros acabaram adquirindo, no capitalismo, conotações multidimensionais por meio da interiorização dessa inferioridade que fora historicamente criada e que se apresenta reiteradamente em razão da cor da pele das pessoas. Assim se explica, por exemplo, a comportamento de Amélia com relação a Baldo, já que ela não conseguia lidar com a presença daquele menino negro na casa de seus patrões. Ainda, referindo-se a esse processo de integração/marginalização do negro no capitalismo, Clóvis Moura (2019) diria:

Como vemos, se de um lado os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas iriam compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de barragem social apoiados no preconceito de cor. E esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado. O negro e outras camadas não brancas não foram, assim, incorporadas a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo (MOURA, 2019, p. 94).

Com a fuga da residência do comendador, Baldo se sentirá novamente livre. Transitando pela cidade como pedinte, junto com os seus companheiros de grupo, ele se colocará como o “imperador” das ruas. Moleques que traziam escondido “no cós da calça, navalhas, punhais e canivetes” (amado, 2008, p. 62), e que não se sentiam intimidados por ninguém, mas, pelo contrário, gostavam de intimidar. Com a prática do constrangimento e da coação, iam obtendo no dia a dia o dinheiro necessário para a sua alimentação. Se locomoviam e dormiam de acordo com as suas escolhas, pois amavam as ruas, e quando queriam fazer sexo levavam as meninas para o areal do cais. Bebiam cachaça nos botequins, participavam das “festas pobres dos morros distantes” (Id. Ibid., p. 69) e eram fiéis uns aos outros. Predominava uma ética dentro do grupo, as esmolas eram divididas de forma igualitária e quando um deles adoecia, recebia a atenção e os cuidados necessários. Até chamar o pai Jubiabá eles chamavam. A violência se apresentava como algo intrínseco à realidade das ruas e os assaltos poderiam ocorrer de maneira esporádica. As brigas entre grupos distintos também ocorriam e a história familiar de cada um deles poderia ser um mistério.

Baldo gostava de frequentar o areal do cais do porto para ficar admirando o mar. Fitava os homens que embarcavam nos navios e os que trabalhavam na descarga dos mesmos. Eram negros e pareciam formigas levando enormes fardos. Andavam “curvos como se em vez de sacos de cacau carregassem sobre as costas o seu próprio destino desgraçado” (Id. Ibid., p. 75). Da areia acompanhava os saveiros, quando não estava acompanhado de uma menina ou mulher. “Certa noite, no cais, os homens pararam de repente o trabalho e correram para a borda onde o mar batia”, de lá retiraram um corpo, “um preto velho” chamado Salustiano (Id. Ibid., p. 76). Estava sem trabalho, pois havia sido dispensado das docas.

- Disseram que ele já não dava conta do serviço... Já não tinha força... Andava agora passando fome, cortando uma dureta. Coitado...
 Outro ajuntou:
 - É sempre assim... Matam a gente de trabalho e depois mandam embora. Quando a gente já não pode fazer outra coisa senão se jogar no mar...
 Era um mulato magro. Um negro forte disse:
 - Comem nossa carne e depois não querem roer os ossos. No tempo da escravidão pelo menos roíam os ossos...
 Soou um apito e eles foram voltando aos fardos e aos guindastes.
 Mas antes alguém cobriu o rosto do velho com o velho paletó (Id. Ibid., p. 77).

Do cais do porto também saía gente presa. Um espanhol, que discursava em cima de uma caixa e jogava panfletos para os trabalhadores que ali estavam, foi prontamente levado pela polícia sob protesto de quem assistia. “Ele falava da miséria em que o povo vivia e prometia uma pátria nova em que todos tivessem pão e trabalho” (Id. Ibid., p. 77-78). Balduíno e seu grupo assistia a tudo. Um tempo depois, chegou a vez deles de serem presos, “como malandros e desordeiros” (Id. Ibid., p. 82). Ficaram oito dias na cadeia, apanharam bastante antes de serem fichados e soltos. Aos poucos o grupo foi se desfazendo, Baldo já estava nessa situação de rua havia dois anos. Nela angariara certa experiência e construíra algumas amizades. Com a dissolução do grupo: um virou ladrão; outro operário; teve um que se tornou marinheiro; outro que ninguém mais soube do paradeiro. Um deles morreu atropelado e os demais se distribuíram em atividades diversas, seja vendendo jornais, trabalhando na rua ou carregando coisas no cais. Balduíno voltou para o morro do Capa-Negro e “ficou malandreado com Zé Camarão, jogando capoeira, tocando violão nas festas, indo a macumbas de Jubiabá” (Id. Ibid., p. 84).

Até o momento é perceptível como as personagens negras que acompanham o nosso herói se encaixam naquilo que Clóvis Moura (1977, p. 19) aponta como sendo o *mau cidadão* para a ordem social vigente. Isto é, “aquele que vive nas favelas, nos cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra”. Em sua maioria descendentes de

escravos que não foram incorporados, senão formalmente, como cidadãos, à sociedade civil. Gente que foi relegada à marginalidade, que é preterida para o trabalho e que é retratada como degenerada. Pessoas que, supostamente, não possuem condições para disputar os espaços socioeconômicos e político-culturais com os brancos, mesmo estando em pé de igualdade em termos de liberdade. Portanto, a explicação para o estado de pobreza em que a maioria da população não branca se encontra estaria em sua própria condição de “inferioridade congênita”. Racionalização que, ainda de acordo com Moura, faz com que se estabeleça uma “ligação reificada [...] entre a etnia negra e a situação de pobreza, exploração e delinquência a que os seus elementos marginalizados pela sociedade capitalista chegaram, especialmente nas grandes cidades” (MOURA, 1977, p. 19).

Se na capoeira Baldo era o melhor aluno de Zé Camarão, no violão ele já havia superado o seu mestre, tornando-se tão célebre quanto ele (AMADO, 2008, p. 86). Criando sambas com seu violão, o nosso herói passou a vendê-los para um terceiro, sem se atentar para o sucesso que ele fazia nas rádios com as suas composições. Músicas que chegavam aos ouvintes pela voz de um sambista que interpretava as suas canções e que pagava barato pela fama que sustentava comprando de Baldo aquilo que era criado nos botecos do morro.

Antônio Balduíno estava bem preciso de dinheiro para comprar um sapato novo que vira na feira de Água de Meninos. Foi buscar o violão e cantou vários sambas. O homem gostou de dois.

- Quer me vender estes?
- Para que o senhor quer?
- Porque gostei...
- Vendo.
- Dou vinte mil-réis pelos dois...
- Tá bem pago... Quando quiser mais...

[...]

O homem de bengala que adquirira os sambas disse de noite num café do centro da cidade:

- Fiz dois sambas formidáveis...

Cantou batendo os dedos na mesa. Os sambas depois apareceram em discos e foram cantados no rádio, tocados ao piano. Os jornais diziam: “O maior sucesso deste Carnaval foram os sambas do poeta Anísio Pereira, que são de enlouquecer”.

Antônio Balduíno não lia jornais, não ouvia rádio, não tocava piano. Continuou a vender sambas ao poeta Anísio Pereira (Id. Ibid., p. 87-88).

Das amizades que fizera nas ruas, algumas foram mantidas ou reavivadas. Viriato, o anão, que se mantivera na rua como pedinte, apareceu no Lanterna dos Afogados para celebrar o aniversário do Gordo, outro parceiro da época de mendicância de Baldo. Sozinho, doente e sem perspectivas de melhora, Viriato lamentava a maldita vida que levava. Se retirara do botequim para pegar a saída do cinema, tão curvado quanto esfarrapado. Os amigos se sentiram tocados, mas não imaginavam que dias depois iriam velar o seu corpo naquele mesmo lugar. O anão cometera suicídio, era mais um corpo que se encontrava no cais. Sua morte levou Baldo a refletir sobre a triste vida dos trabalhadores e dos miseráveis, sem saber, ainda, as causas dessas desgraças.

Antônio Balduino já estava com dezoito anos e se encontra com frequência com Joana. No entanto, a moça não era a sua única amante. Baldo se envolvia sexualmente com várias mulheres, pois a sua fama de malandro lhe outorgava certo prestígio. “Ele sabia conversar com elas e terminava sempre por levá-las para o areal, onde se enroscavam sem sentir a areia que entrava pela carapinha. Ele as amava e não via mais” (Id. Ibid., p. 92). Nas obras de Jorge Amado que estão sendo estudadas aqui, nos chama a atenção o fato de que muitas mulheres são ou foram vítimas de estupro. Em sua maioria, mulheres jovens e pobres. Às vezes, na narrativa de tais atos, chega a transparecer uma certa naturalização da violência sexual da qual essas personagens são vítimas. É como se a denominada cultura do estupro não merecesse uma maior problematização. Exemplo disso, é a história contada por Joana, que alega ter perdido a virgindade ao ser estuprada por seu tio. Fato que Baldo parece não acreditar.

- Olhe, eu vi que você é bonzinho mesmo e respeitador...

Pois vou falar a verdade para você. Eu não sou donzela, não...

- Ah! não é, não?

- Foi meu tio, um tio que morava lá em casa. Faz três anos. Eu estava sozinha, mamãe tinha ido trabalhar...

- E seu pai?

- Nunca conheci... Meu tio se aproveitou, me pegou e foi a pulso...

- Que desgraçado... - no fundo Antônio Balduino simpatizava com o tio.

- Nunca mais conheci homem nesses três anos... Agora gostei de você...

Antônio Balduino desta vez estava conhecendo que era tudo invenção da cabrocha, mas não disse nada. Não deixou ela voltar para o emprego naquela noite, e, como não tinha para onde a levar, foi

mesmo para o cais do porto, para diante dos navios e do mar (Id. *Ibid.*, p. 93).

Segundo Lilia Schwarcz (2019, p. 189), “cultura funciona como uma segunda natureza; gruda tal qual tatuagem. Sua inclusão no cotidiano é tão ‘natural’ que esquecemos que ela é feita de muita construção política, social e humana”. É importante lembrar que a prática desse tipo de violência, que é o estupro, vem desde o período colonial, quando a força de trabalho compulsória — indígena e africana —, do sexo feminino, se via forçada a satisfazer sexualmente os homens pertencentes às camadas sociais dominantes. Assim, estabeleceu-se uma regularidade na instrumentalização do corpo feminino, tanto para a produção de riquezas quanto para o prazer e o gozo, daqueles que eram favorecidos pelas relações de produção e de dominação. Daí a ideia da cultura do estupro, como uma violência sistemática que se espalhou e se consolidou ao longo dos séculos (SCHWARCZ, 2019, p. 190). Portanto,

a violência contra a mulher pode ser entendida como uma prática social, e não individual, “sistêmica porque dirigida a membros de um grupo simplesmente porque eles são membros daquele grupo”. O estupro seria “nada mais, nada menos que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres num estado de medo”. É parte da experiência compartilhada do grupo, no sentido de que a vulnerabilidade dos indivíduos à violência se deve a seu pertencimento de grupo. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 113).

Situação que se agrava ainda mais quando se considera a “posição de classe dessas mulheres e possíveis ‘desvios’ em sua vida sexual em relação aos códigos morais predominantes” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 112). Nesse sentido, a banalização da violência sexual que se faz presente nas obras analisadas, parece corresponder a uma acepção que se vincula a existência de uma prática profundamente enraizada de subordinação e de violação das mulheres. O que explicaria, inclusive, a postura adotada pelo autor com a recorrente objetificação das mulheres em suas narrativas¹⁸⁰. Sem esquecer, é claro, que nesse caso nós estamos falando de obras ficcionais.

Jubiabá era uma figura que estava sempre por perto, se fazendo presente nos momentos em que Baldo o necessitava. Da casa do pai de santo “vinham sons de atabaque, agogô,

¹⁸⁰ Nesse sentido, consideramos oportuno recuperar o que foi assinalado por Lélia Gonzalez (2020, p. 36-37), ao tratar, especificamente, da situação da mulher negra no Brasil: “O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: ‘domésticas’ ou ‘mulatas’. O termo ‘doméstica’ abrange uma série de atividades que marcam seu ‘lugar natural’: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo ‘mulata’ implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada ‘produto de exportação’, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além do lucro, se traduz em imagem internacional favorável para a ‘democracia racial brasileira’”.

chocalho, cabaça, sons misteriosos da macumba” (AMADO, 2008, p. 96). Sons que remetiam a uma tradição, tanto religiosa quanto de resistência. Os cânticos em nagô eram feitos sobre o chão batido do terreiro. A casa ficava cheia, o calor tomava conta do ambiente e as mulheres dançavam de pés descalços saudando os santos. Estes, que também dançavam ao som da velha música de origem africana, “eram Oxóssi, o deus da caça, Xangô, o deus do raio e do trovão, Omolu, o deus da bexiga, e Oxalá, o maior de todos, que se espojava no chão” (Id. Ibid., p. 101). Num canto da sala, se ostentava o sincretismo religioso em um altar católico: “Oxóssi era são Jorge; Xangô, são Jerônimo; Omolu, são Roque; e Oxalá, o Senhor do Bonfim — que é o mais milagroso dos santos” (Id. Ibid., p. 101). Aqueles que eram de fora ou que vinham de longe poderiam se sentir prestigiados por assistir à macumba do pai Jubiabá. Gente branca e gente preta, muitas já conhecidas e outras nem tanto. O levantava o temor de ser da polícia que tanto perturbava e perseguia as pessoas do terreiro. Havia quem carregasse no corpo as marcas da época da escravidão e, por isso, outros lembravam da luta travada por Zumbi dos Palmares.

A questão do sincretismo religioso pode ser vista como uma forma de penetração das tradições afro-brasileiras nos recintos pertencentes à religião oficial, como também o reflexo de um processo de assimilação levado a cabo dentro dos padrões do cristianismo dominante. Processo que era concebido como uma forma de incorporar as “religiões fetichistas” expurgando-as dos elementos que seriam perniciosos à civilização. Com isso, estabeleceram-se mecanismos geradores de um “catolicismo popular”, purificado, isto é, sem os perigos que poderiam representar a permanência de uma cultura de resistência que se manifestava através das religiões de origem africana¹⁸¹. Todavia, como foi apontado no início desse parágrafo e compreendendo o movimento contraditório da realidade, essa racionalidade que incluía o processo de assimilação e de diluição das religiões afro-brasileiras, acabou criando, também, um espaço de autoafirmação social e de demonstração da vitalidade que os grupos religiosos de origem negra possuíam perante as camadas proletarizadas e pauperizadas¹⁸². Possibilitando,

¹⁸¹ Na crítica apresentada por Clóvis Moura (2019, p. 70-71), com relação à tal processo de assimilação, pode-se ler o seguinte: “Tomando-se como perspectiva de análise uma visão alienada do problema, a conclusão que se tira é de que, de fato, essas religiões fetichistas existentes devem ser incorporadas às civilizadas, e seus membros ou grupos, não assimilados, transformados em *quistos exóticos*, em *reservas* religiosas que não mais representam os padrões da cultura que foi e está sendo elaborada: a *cultura nacional*. Folcloriza-se, então, esses cultos religiosos não assimilados e eles são apresentados e/ou estudados como representantes de religiões enlatadas, resquícios do passado, fósseis religiosos sem nenhuma função dinâmica no presente”.

¹⁸² Um exemplo disso é relatado por Clóvis Moura (2019, p. 159), quando diz: “Uma das expressões mais visíveis do poder desses grupos religiosos no plano social, embora de maneira simbólica, é, incontestavelmente, a festa do Bonfim, em Salvador, e, em especial, a lavagem da sua igreja, agora praticamente proibida a não ser de forma *folclorizada*. Aproveitando-se de uma data católica, os grupos religiosos negros usavam o dia consagrado ao santo para festejarem Oxalá que, dessa forma, ia mostrar, fora dos terreiros, a sua força, o poder e a influência que exercia no conjunto da sociedade baiana. A trajetória dessa festa é bem uma demonstração da força social e mágica dos grupos religiosos negros que possuem um raio de influência - direta ou indireta - muito maior do que se presume”.

inclusive, uma melhor adaptação de seu papel social em face da situação concreta nacional. Exemplo disso, são os já mencionados centros de candomblé e umbanda que se transformaram em “grandes hospitais” de caráter popular (MOURA, 2019).

Em tempo, cabe ressaltar que Edison Carneiro (2019), através de suas pesquisas, destaca uma série de apontamentos pertinentes à presença da religiosidade afro-brasileira no país. Com efeito, comentando as críticas que foram realizadas aos estudos de Nina Rodrigues, Carneiro chama a atenção para o fato de que muitas das “dessemelhanças formais, que tendem a multiplicar-se com o tempo, mascaram, realmente, a unidade fundamental dos cultos de origem africana” (CARNEIRO, 2019, p. 142). E que, apesar do candomblé, da macumba, do xangô, do batuque, do para, do babaçuê e do tambor, designarem, por exemplo, cultos distintos, haveria uma espécie de matriz que os identificariam. Como foi o caso dos nagôs e dos jejes que ganharam preponderância, sendo que os primeiros se tornaram a força hegemônica no culto de sua religiosidade na Bahia, Pernambuco e Maranhão. Assim, o estado baiano, em particular, passou a ser o principal foco de irradiação graças ao modelo nagô. Daí o uso da palavra candomblé para se referir, inicialmente, de forma genérica aos cultos afro-brasileiros, o que fez, mais tarde, com que o uso dos termos macumba e umbanda se tornassem, também, referências coletivas para a existência dessa religiosidade de raiz negra. Por isso, para facilitar a elaboração desta tese, optamos por fazer uso dessas expressões sem nos atermos às particularidades que existem nos diferentes tipos de cultos.

Dos antigos companheiros de rua de Baldo, uns seguiram ao seu lado, outros haviam se distanciado. Gordo, que era “um sujeito bom” (AMADO, 2008, p. 105), havia recolhido uma senhora que andava sozinha pelas ruas. Dissera para todos que era a sua avó, e passou a sustentá-la e a fazer companhia. Ele que não tinha conhecimento do paradeiro de seu pai e de sua mãe, encontrara naquela idosa debilitada a figura de familiar querido que nunca tivera. Jesuíno, que no passado mendigava pelas ruas com Baldo, estava casado e trabalhava numa fábrica distante de sua casa. Pai de um menininho, convidara Baldo para ser padrinho. Nas palavras de Joaquim, também velho companheiro das ruas, o operário Jesuíno estava “malzinho” (Id. Ibid., p. 108). Magro e pálido, tal como sua companheira, era um trabalhador superexplorado que iria a pé para a fábrica no intuito de assegurar o leito de seu filho. Naquele dia que nascia, para ele sobrara um café ralo para tomar e para sua esposa, que ficara cuidando da criança em casa, não havia mais nada para comer já pela manhã.

Baldo cresceu nas ruas, sabia lutar capoeira e já estava acostumado com a resolução de determinados problemas através da violência. Sua vida de lúmpen lhe dera experiência e a sua habilidade com a navalha lhe dava segurança. Seu envolvimento amoroso com Maria dos

Reis, mulher que era noiva de um soldado, trouxe para ele uma fama inesperada. Isso porque, ao tomar conhecimento do caso, o soldado partiu para a briga com Baldo, que ao desferir um soco certo no rosto do soldado o deixara “estatelado no chão” (Id. Ibid., p. 115), impressionando o gringo que assistiu a luta e ajudara o vencedor a fugir. Dias depois, eles voltaram a se encontrar no Lanterna dos Afogados. O gringo se chamava Luigi, que há muito tempo havia treinado outros na arte do boxe. Ele convence Baldo a virar boxeador, tornando-se seu treinador e empresário. A carreira de Baldo, “o negro”, será tão meteórica quanto efêmera. Fez-se campeão da Bahia, ganhou de outros campeões, virou matéria de jornais¹⁸³ e manteve intacta a sua reputação. Isso porque, ao receber uma proposta para vender a sua derrota, Baldo não só garantiu a sua vitória sobre o oponente, como também pegara o dinheiro do empresário para beber com os seus amigos.

- Ele quis me comprar, gente... Me deu cem mil-réis para eu perder para aquele raquítico... Eu disse que perdia... Engoli o dinheiro dele e derrubei o homem dele hoje... É pra ele não querer comprar homem... Eu só me vendo por amizade, gente... Agora vamos beber o dinheiro dele... (Id. Ibid., p. 122)

Porém, no dia em que subiria ao tablado para lutar contra um *boxeur* peruano, Baldo fica sabendo pelos jornais do noivado de Lindinalva, filha do comendador e o seu primeiro e único amor. Abalado com a notícia, toma “um porra-mãe” (Id. Ibid., p. 122) antes da luta, que perdera no terceiro round pondo fim a sua carreira de boxeador.

A violência se apresenta como algo inerente a sua cotidianidade e, por conseguinte, toma parte na formação da sua personalidade. O livro que está sendo debatido inicia a sua trama com Baldo, em cima do ringue, lutando contra um boxeador alemão. Era o campeão baiano contra aquele “branco que se dizia ‘campeão da Europa Central’” (Id. Ibid., p. 12). Uma figuração que poderia tanto representar um posicionamento do autor diante da ascensão dos movimentos nazifascistas quanto uma demonstração da força negra que contesta e leva à lona a suposta supremacia branca. O certo é que a violência é vista e tratada objetivamente, isto é, como algo que se faz presente mesmo que não se queira admiti-la ou reconhecê-la subjetivamente. Daí a importância de se transmitir as memórias da escravidão, de lembrar dos maus-tratos infligidos aos negros e dos sofrimentos de que seguem padecendo mesmo após a abolição. Mas, trata-se, também, de recordar dos atos de coragem, dos movimentos de resistência e da luta contínua dos negros pela obtenção de sua liberdade. As lutas de classes

¹⁸³ Concernente a supracitada matéria publicada nos jornais, Jorge Amado (2008, p. 118) escreve o seguinte: “Os jornais publicaram o retrato de Antônio Balduino novamente, e um vendeu muito porque trouxe a sua biografia. Foi assim que descobriram que eram feitos por ele os sambas do poeta Anísio Pereira, fato que provocou escândalo nos meios sociais e literários da cidade.

podem e devem assumir distintas dimensões e uma delas é, sem dúvida, a luta contra a escravidão. Pois trata-se da luta contra a propriedade privada vinculada diretamente à luta pela libertação¹⁸⁴.

Os sons de batuque que desciam dos morros, ressoavam como mensagens dos antepassados a lembrar que a luta contra a escravidão não havia terminado, que o negro possuía uma tradição de resistência e de que o uso da (contra)violência também fazia parte de sua história.

Sons de batuque que vinham do morro. Se dirigiam também angustiosos e confusos, sons religiosos, sons de guerreiros, sons de escravos, a Antônio Balduino que estava estendido na areia do cais. Os sons lhe entravam pelos ouvidos e buliam com o ódio surdo que vivia dentro dele.

Antônio Balduino se rojava na areia desesperado. Nunca tivera uma angústia tamanha. Ódio que se revolvía dentro dele. Via filas de negros, via aquele mercado nas costas que ele conhecera na casa de Jubiabá. Via mãos calosas batendo no chão, via negras terem filhos mulatos de senhores brancos. Via Zumbi dos Palmares transformar o batuque de escravos em batuque de guerreiros. Via Jubiabá, nobre e sereno, dizendo conceitos ao povo escravo. Via a si próprio se levantando contra o homem branco. (Id. Ibid., p. 127-128).

Decidido a fugir daquela situação, Antônio Balduino leva seu parceiro Gordo para dentro do mar. Embarcaram no saveiro *Viajante sem Porto*, sob o comando do Mestre Manuel. O céu estava estrelado, a conversa era boa e logo após o encontro do mar com o rio puderam “pegar uma carreira” contra o *Paquete Voador*, que viajava com Guma ao leme. Mestre Manuel, que tinha cor de bronze, era um marinheiro respeitado, com cinquenta anos no costado. Trazia em seu barco, além dos abacaxis no porão, sua companheira Maria Clara, que cantara uma canção para ajudar o vento e o mar a assegurar a sua vitória contra o seu amigo Guma. A canção tinha sido composta naquela viagem por Baldo, era um samba que falava de malandragem e de Maria como sinônimos de liberdade e de mulata.

Ambos optaram por descer no município de Cachoeira. Sentia-se a cidade invadida por um cheiro. Era o “cheiro adocicado de fumo que vinha de São Félix defronte, das fábricas brancas que tomavam quarteirões inteiros e que eram gordas como seus donos” (Id. Ibid., p. 148). Os dois malandros decidiram ganhar as ruas, entre os pescadores que transitavam e o

¹⁸⁴ Nesse sentido, aproveitamos o ensejo para ressaltar que, a despeito do que alguns pensam e outros propagam com relação a uma suposta negligência de Marx diante das lutas de liberação, cabe recordar o posicionamento do velho comunista perante a opressão e a exploração sofrida pelo povo irlandês, quando ele, parafraseando uma frase proferida em 1810 pelo indígena peruano Dionisio Inca Yupanqui, afirmou: “um povo que subjuga outro povo forja suas próprias cadeias” (MUSTO, 2014, p. 276). Também é importante relembrar o seu posicionamento em face da Guerra Civil travada nos EUA, quando criticou as hesitações de Lincoln e apelou para que se armassem os negros naquilo que poderia se tornar uma guerra revolucionária contra a escravidão. Ver: MARX, K; ENGELS, F. **Escritos sobre a Guerra Civil Americana**: artigos do *New-York Daily Tribune*, *Die Presse* e outros (1861-1865). Londrina/São Paulo: Actia Editorial/Peleja, 2020.

cheiro que entontece vindo das fábricas de charutos. Baldo queria arrumar uma mulher e por isso decidiu junto com o Gordo em esperar em uma esquina a saída delas do trabalho que já estava por encerrar. “Mas eis que elas saem e são tristes e cansadas”. Vinham tontas “daquele cheiro doce de fumo”, que estava impregnado em tudo. Em suas mãos, vestidos, corpos e sexos. Saíam “sem alegria e são muitas, é uma legião de mulheres que parecem todas doentes”. Algumas fumando charutos baratos, “depois de terem fabricado charutos caríssimos”. Elas, que haviam adquirido o hábito de mastigar fumo, andavam pelas ruas estreitas em direção aos seus lares. Caminhavam lentamente sem falar praticamente nada, pois ainda vigorava o medo de levar uma multa por conversar durante a jornada de trabalho. Nem uma grávida, que parou por um momento porque a “barriga pesava e doía” (Id. Ibid., p. 150-151), escapou de ganhar uma multa durante o trabalho. O Gordo, que ao presenciar a cena de tristeza dessas operárias que rumavam para as suas casas, não deixou de comentar: “— parece acompanhamento de enterro...” (Id. Ibid., p. 151). Como que em um contraste de imagens, em um hotel cômodo e suntuoso de Cachoeira, jovens alemães bebiam *whisky* e jantavam pratos especiais. Eram os “filhos dos donos daquelas fábricas de onde saíam as mulheres operárias” (Id. Ibid., p. 152). Eram a personificação das classes dominantes, que tinham cor branca e apresentavam outra nacionalidade. Diziam que a Alemanha estava sendo salva pelo hitlerismo e que na próxima guerra mundial eles iriam vencer.

O canoeiro que introduziu os dois na cidade os convidou para jantar em sua casa. Ele levava os peixes que a sua mulher iria preparar, enquanto mascava fumo e ostentava uma “cara amarela de quem sofre maleita”. Já instalados na casa, Baldo pega o violão e Gordo pergunta:

- A vida aqui é difícil?

- Trabalho é difícil, é... Aqui só tem trabalho pra mulher, os homens ficam pescando, ou arranjando uns vinténs com as canoas.

- E as patroas ganham bem?

- Nada... Que bem... E ainda tem as multas, tem as faltas por causa das crianças, as doenças, e ficam logo velhas, acabadas... A gente corta fino aqui, seu mano...

- É triste...

- Triste? - o homem ri. - Tem gente que passa fome que é uma beleza... Quando uma mulher sai de uma fábrica, não arranja emprego na outra. Eles têm uma combinação... E não é todo dia que tem peixe, não... (Id. Ibid., p. 155).

Gordo, que é um sujeito religioso, roga para que Deus os ajude. Ao que foi impugnado pelo canoeiro e por outro sujeito negro que entrava na conversa. Para eles, Deus já os tinha abandonado faz tempo. Quando o jantar foi servido, o rapaz negro se retirou. Meses depois ele seria condenado a trinta anos por assassinato. Matara um dos alemães que havia engravidado uma das operárias antes de demiti-la, deixando-a na miséria sem emprego e com um filho para criar.

É importante perceber como a superexploração ganha corpo nessa passagem da obra. As operárias que têm as suas energias físico-psíquicas sugadas em suas jornadas de trabalho, representam aquela camada cujo desgaste prematuro da força de trabalho ocorre devido ao fato de que ela não é repostada como deveria ser, isto é, em condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho. Assim, a “insuficiência do fundo de consumo provocada pelo rebaixamento do pagamento da força de trabalho influi negativamente sobre o fundo de vida” (LUCÉ, 2018, p. 159). Isso explica tanto esgotamento exacerbado dessas trabalhadoras, assim como evidencia o fato de que elas se encontram subjugadas à lógica da superexploração. Também cabe ressaltar o uso recorrente de artifícios de caráter punitivo pelos empresários, visando promover tanto a intensificação do trabalho quanto o rebaixamento no pagamento dos salários. Sem falar do controle do mercado da força de trabalho que eles exercem ao determinar quem pode ou não ser empregada nas fábricas da cidade. Por último, e não menos importante, é a constatação da divisão que ocorre na esfera da circulação, tendo em vista que os charutos produzidos são destinados à esfera alta de consumo. Uma produção que se encontra nas mãos dos alemães que compõem as classes dominantes da região.

No que concerne ao problema do assédio que era praticado por um dos alemães sobre a operária “mulatinha que ainda não perdeu a cor nas fábricas” (Id. Ibid., p. 151) - e que teria resultado no engravidamento dela e, conseqüentemente, na perda de seu emprego -, é possível afirmar que tal episódio, em termos históricos, não é um fenômeno isolado ou difícil de acontecer. Pelo contrário, trata-se de uma prática costumeira dos homens pertencentes às classes dominantes sobre esse segmento que se constitui como o mais acochado entre os membros da classe trabalhadora, justamente por se tratar de mulheres negras e operárias. Pois, como bem apontou Lélia Gonzalez (2020):

Um ditado “popular” brasileiro resume essa situação, afirmando: “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. Atribuir às mulheres amefricanas (pardas e mulatas) tais papéis é abolir sua humanidade, e seus corpos são vistos como corpos animalizados: de certa forma, são os “burros de carga” do sexo (dos quais as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, verifica-se como a superexploração socioeconômica se alia à superexploração sexual das mulheres amefricanas.

(GONZALEZ, 2020, p. 135).

Assim, as questões de raça, classe e sexo se consubstanciam na figura reificada da mulher negra, que se vê impelida a vender sua força de trabalho em condições precárias e sob o assédio constante dos homens que a cercam no comando do seu trabalho. Como asseverou Angela Davis (2016):

A existência generalizada do assédio sexual no trabalho nunca foi um grande segredo. De fato, é precisamente no trabalho que as mulheres - em especial quando não estão organizadas em sindicatos - são mais vulneráveis. Por já terem estabelecido a dominação econômica sobre suas subordinadas do sexo feminino, empregadores, gerentes e supervisores podem tentar reafirmar sua autoridade em termos sexuais. O fato de que as mulheres da classe trabalhadora são mais intensamente exploradas do que os homens contribui para sua vulnerabilidade ao abuso sexual, enquanto a coerção sexual reforça, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade à exploração econômica. (DAVIS, 2016, p. 201-202).

Ainda, no decurso daquele diálogo entre os personagens, é rememorado o assassinato do coronel Anastácio por um jagunço, que é visto por eles como uma espécie de justiça. Afinal, o coronel teria se relacionado sexualmente com as quatro filhas do Simão Maneta.

Em sua trajetória, Baldo e Gordo foram parar em uma plantação de fumo. Não se sabe ao certo a quem pertencia a fazenda, só se sabia que seu Zequinha era quem comandava. O trabalho era pesado e realizado por pouca gente, diziam não saber como é que o capataz havia aceitado aqueles dois. Muitos ali já estavam corcundas, de tanto carregar os maços de folhas nas costas. Dormiam em quatro casas que formavam um bloco, tendo ao centro um pátio que eles denominavam de terreiro. A força de trabalho era composta majoritariamente de homens, cujas mãos calosas agitavam as suas noites de descanso tocando violão. Essa era a única diversão. A ausência de mulheres naquele ambiente era encarada por eles como um grande problema, a ponto de alguns deles imaginarem a possibilidade de pegar, à força ou não, a filha da sinhá Laura, que era uma menina de 12 anos que trabalhava na fazenda. O certo é que todos estavam ali sob a supervisão de seu Zequinha, que inspecionava o serviço e pagava uma miséria pelo trabalho realizado nas plantações de fumo. Dinheiro que esses trabalhadores praticamente não o viam, “porque já deviam ao patrão quantias desconhecidas” (AMADO, 2008, p. 162). Tal como em *Cacau*, é o sistema de barracão auxiliando o patrão no exercício da superexploração da força de trabalho empregada.

Sinhá Laura faleceu. A causa, ninguém sabe ao certo. Era uma doença esquisita, que deixou ela inchada. Alguns, dizem que era um espírito ruim. Mas o que se sabe é que a sua partida representou, de maneira trágica, o término de uma infância alegre que até então levava a sua filha de 12 anos, que se chamava Arminda. Em sua casa de taipa, de apenas um cômodo,

as pessoas iam chegando. “No meio da sala, estendido em cima de uma mesa, que era nos dias comuns cama e mesa de jantar, estava o cadáver, inchado, parecendo querer estourar” (Id. *Ibid.*, p. 166-167). Uma garrafa de cachaça circulava pela sala, os presentes bebiam no gargalo, ao mesmo tempo em que o Gordo puxava as orações. Arminda que estava a chorar e a soluçar, num misto de inocência e tristeza, não percebera que alguns homens a fitavam com olhos ávidos por sexo. Parecia que a sua pouca idade não importava para os planos de Baldo e Filomeno. Ambos a desejavam naquele momento, apesar do temor que os olhos da defunta, que estava ficando cada vez mais esverdeada e disforme, lhes causava. Situação que fez com que Baldo desistisse de levar adiante a sua ideia de ter a menina à força, enquanto Filomeno parecia não se importar com a presença dos olhos cadavéricos e vigilantes da mãe. Diante do ocorrido, Baldo acusa Filomeno na frente dos outros de ter agarrado a menina. Seu Zequinha, que presencia a cena, retruca Baldo acusando-o de estar bêbado. Dias depois, seu Zequinha e Antônio Balduino se envolvem em uma briga. O primeiro, parte para cima com uma foice nas mãos. Na contenda, o negro leva a melhor, pois sempre carrega consigo dois punhais. Após apunhalar o capataz, Baldo ganha o mato em disparada correndo entre as árvores sem parar. O motivo da briga foi a Arminda, porque seu Zequinha tinha levado a menina de doze anos para a sua casa¹⁸⁵.

Ao escapar do cerco que fizeram para pegá-lo na mata, Baldo ingressa clandestinamente em um trem. No vagão, o nosso herói se depara com mais gente: um jovem, uma mulher e um idoso. Durante a viagem conversam sobre as suas trajetórias de vida, envolvendo tanto as suas aventuras amorosas quanto as suas dificuldades em viver numa sociedade marcada por profundas desigualdades. “Pobre tem que sofrer... Uns nasce pra gozar: são os ricos. Outros pra sofrer: são os pobres. Isso é assim desde o princípio do mundo...” (Id. *Ibid.*, p. 194). Numa sociedade em que as relações sociais se apresentam como relações reificadas¹⁸⁶, a tendência é a de que as pessoas assumam as suas personificações econômico-

¹⁸⁵ Em meio às reflexões que eram realizadas por Baldo durante a sua fuga, essa questão era colocada da seguinte forma: “Ela era uma menina de doze anos... Mas ele matou o capataz foi porque ele ficou com ela, quando o negro a queria no seu jirau. Ela tinha doze anos, mas já era mulher... Já seria mesmo? E se o Gordo tivesse razão? Se ela fosse uma menina e aquilo uma malvadez? Então Zequinha não faria mais, porque estava estendido no barro com um punhal nas costas. Porém de que valeu? Agora o negro Filomeno já a levou para casa, com certeza. Essa é a lei das plantações de fumo. Mulher é bicho raro e quando uma fica sem homem encontra logo outro que a leva para casa. A não ser que ela prefira ir para as ruas de mulheres da vida em Cachoeira, em São Félix, em Feira de Santana. Aí sim que seria uma malvadez. Porque ela é uma menina de doze anos e todos a quererão” (Id. *Ibid.*, p. 175).

¹⁸⁶ Nesse quesito, para uma melhor compreensão do significado desse debate, consideramos importante reproduzir aqui uma passagem de Francisco Fernández Buey (2009, p. 142), que diz: “Na sua crítica às instituições da sociedade, Marx denuncia a ‘indignidade’ contida na avaliação do homem em termos mercantis. No sistema capitalista, ‘a individualidade e a moral humanas se convertem em artigo comercial’ e a consequência última desta ‘mesquinharía’ é a teatralidade mútua nas relações entre os homens, o domínio ‘da dissimulação e da hipocrisia’,

sociais como sendo um dado da natureza. É como se existisse uma força supra-humana e a-histórica a determinar a divisão entre as classes sociais e, por conseguinte, o papel de cada uma na sociedade. O que, através da constatação empírica de seus sofrimentos, pode resultar tanto numa condenação de cunho moral - do tipo: “A vida de pobre é vida desgraçada... Pobre é mesmo que escravo...” (Id. Ibid., p. 189) - quanto na adoção de uma postura de resignação ou de prostração - do tipo: “Esse mundo é ruim [...]. Nós nasce para sofrer” (Id. Ibid., p. 191). Contudo, essa representação fetichista da realidade pode e deve ser combatida em sua materialidade, isto é, mediante o acirramento das lutas de classes. Para isso, obviamente, se faz necessário a ascensão dos trabalhadores como classe organizada e politicamente ciente de seus propósitos. A consciência radical é um constructo social.

Após saltar do trem em Feira de Santana, o nosso herói baiano reencontrará, por acaso, o seu amigo e ex-empresário de boxe, Luigi. Este, ao conversar com Baldo sobre a sua nova empreitada, pois, se tornara sócio de Giusepe na administração de um antigo e decadente circo, o faz uma proposta de trabalho. Baldo, de pronto o aceita, tornando-se a partir de então no “gigante negro”, o “campeão mundial de luta livre, boxe e capoeira” a ser desafiado por qualquer um que topasse enfrentá-lo durante as apresentações circenses pelas cidades. Assim, Baldo passa a integrar a equipe do circo, que contava ao todo com poucos artistas e alguns animais esfomeados, sem saber ao certo quando seriam pagos pelos seus trabalhos. Giusepe, que tivera um passado glorioso com o Grande Circo Internacional, vivia lembrando desses momentos entre um copo e outro de cachaça. O antigo trapezista, que se tornara alcoólatra, era um nostálgico insuperável e um péssimo proprietário. Certo dia, ele entrou no picadeiro pegando todos de surpresa, para dar então o seu último salto do trapézio. Aquele que seria, literalmente, um salto mortal. Depois do ocorrido, “Luigi vendeu as tábuas da arquibancada, o pano grande, o macaco a um dos alemães das fábricas, distribuiu o dinheiro pelo pessoal e declarou o circo dissolvido” (Id. Ibid., p. 233). Na divisão do que não conseguiram vender, coube a Antônio Balduíno e a Rosenda Rosedá ficarem com o urso.

Rosenda, que é a nova companheira de Baldo, vai com ele para Salvador. Ao chegar na capital baiana, vão ao encontro dos velhos amigos, dentre eles, Gordo e pai Jubiabá. Na feira

que conduzem ao extremo de que sobre o homem sem crédito não só recai o juízo simples de que é pobre, mas também o veredito condenatório de que, ademais, não merece confiança e estima, de modo que é convertido num pária sem sociabilidade, num mau homem. Neste sistema, o homem não é julgado pelo que realmente é, mas pelo que tem, pelo que possui [...], de modo que, na realidade, o que aí se chama de moral é a mentira institucionalizada, a hipocrisia e o egoísmo da mera utilidade. Esta situação também tem seu reflexo na linguagem cotidiana: a linguagem se desumaniza a tal ponto que chamar as coisas pelo seu nome parece um atentado contra a dignidade humana, ao passo que, ao contrário, a linguagem alienada dos valores coisificados parece dignidade humana justa, segura de si e conforme a si mesma”.

de Água de Meninos, Gordo e Baldo tentarão conseguir algum dinheiro utilizando-se do urso, enquanto Rosenda se põe a ler a mão dos rapazes. A feira é uma “festa de negro, com música, violas, risadas e brigas” (Id. Ibid., p. 240). Obterão sucesso, tanto na angariação do dinheiro quanto na incitação de uma briga generalizada.

Em Salvador, havia o Liberdade, que era uma “sociedade recreativa e dançante” (Id. Ibid., p 251), a qual muitos se dirigiam nas datas de grandes festividades, como o carnaval, as festas do Bonfim e de São João. Um espaço que reunia a “criadagem das casas mais ricas”, trabalhadores e soldados. Era o “criouléu mais célebre da cidade” (Id. Ibid., p. 247). Um local de música, dança e de discursos. A maioria dos frequentadores era gente conhecida e todos que por ali passavam tinham que zelar pelas regras que faziam daquele clube um lugar respeitado. Baldo, que voltara a vender os seus sambas, escrevera um abc sobre Zumbi dos Palmares, que, embora tenha sido rejeitado pelo poeta que comprava as suas composições, fizera um sucesso tremendo entre os estivadores, malandros, mestres de saveiros e negros da região.

Baldo e Rosenda iriam passar a noite de São João no Liberdade. Antes, ela solicitara que ele fosse até uma loja comprar um colar que a tinha agradado. Porém, no caminho Baldo topou com Vicente que lhe informou sobre o falecimento de Clarimundo, “que morreu debaixo de um guindaste no cais do porto”. Falou que o sindicato iria fazer o enterro e que os estivadores estavam arrecadando dinheiro para ajudar a viúva¹⁸⁷. Balduino de pronto deu dez mil-réis e “ficou de falar com Jubiabá para ver se o pai de santo conseguia arranjar mais alguma coisa para a mulher” (Id. Ibid., p. 252). Sem o colar e com a ideia de passar no velório para se despedir do amigo, Baldo voltou para a casa. Rosenda não gostou muito disso tudo, mas foi mesmo assim. Parecia não entender muito bem a solidariedade que pairava entre aqueles homens na véspera de São João. Aquele não era o primeiro companheiro a morrer trabalhando no cais e, tampouco, seria o último. A viúva ficara sozinha com os filhos para criar e Baldo, naquela noite, decidira se separar.

Ao conversar com Amélia, Antônio Balduino fica sabendo do paradeiro de Lindinalva. Ela que havia noivado com Gustavo, anos atrás, estava solteira e com um filho para criar. O casamento não aconteceu, pois, seu noivo a trocara por outra mulher. Seu pai, que ficou viúvo um tempo depois da partida de Baldo, acabou deixando todo o seu patrimônio nos bares e

¹⁸⁷ Apesar da lei sobre acidentes de trabalho ter sido aprovada na Câmara Federal em 1919, o que se vislumbra na escrita de Jorge Amado é a total ausência de sua efetivação. Ademais, ainda segundo a percepção do autor, o que se pode constatar nesse trecho da obra é de certa maneira uma referência às formas primordiais do movimento sindical, quando se deu a organização das sociedades de socorro e auxílio mútuo como uma prática de solidariedade operária e que, posteriormente, acabaram servindo de referência para a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (na década de 1920) e dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (na década de 1930) no Brasil.

prostíbulos da cidade. Morrerá na cama de uma mulher qualquer, sem deixar nada para a filha além de suas dívidas.

Quando Lindinalva dera à luz fora Amélia quem a ajudara. Abandonara o emprego para vir ficar com a menina, que era como ela chamava Lindinalva. Fora dela o dinheiro para o parto, ela fora enfermeira dedicada e boa. Tão boa que Lindinalva não sentia humilhação. Gustavo, que casara com a filha de um deputado, mandara cem mil-réis para a criança e um pedido angustiado de silêncio. (Id. *Ibid.*, p. 264).

Sem conseguir um emprego formal, Lindinalva decidiu “entrar para a vida”. Começou vendendo sexo no Monte Carlo, a pensão mais cara da cidade. Um lugar que provavelmente era frequentado pelo seu pai, junto com outros coronéis e velhos com muito dinheiro que agora lhe pagavam para tê-la na cama. Todavia, essa parada no Monte Carlo será curta, pois, cedo ela se tornara velha para aquelas pensões caras. Descera para a rua de Baixo, para alugar um quarto na mesma casa em que morava outra colega. Agora ela se chamava Linda, a mulher que conservava “um travo amargo de cachaça” (Id. *Ibid.*, p. 267) na boca. Ela encarava tudo isso como coisa do destino e assim seguia descendo cada vez mais. Com isso, ela foi parar na ladeira do Tabuão, onde as mulheres cobravam pouco e só saíam de lá “para o hospital ou para o necrotério” (Id. *Ibid.*, p. 269). Amélia, que ficou cuidando do Gustavinho, volta e meia recebia a visita da Sardenta, que era como Lindinalva passou a ser chamada no sobrado da ladeira do Tabuão.

Para Antônio Balduino, malandragem é sinônimo de liberdade. Ele e seus amigos gostavam de passear pelas ruas desertas da noite, quando não havia praticamente ninguém fora de casa. Se sentiam os “donos da cidade”, tal qual na época em que mendigavam. Eram os “únicos homens livres da cidade” (Id. *Ibid.*, p. 271). Eram os malandros, que viviam do que aparecia para eles. Gostavam de cantar nas festas, de levar as mulheres para o areal do cais e de determinar os horários das suas rotinas. Para Baldo, se submeter às agruras do trabalho regular era o mesmo que se submeter à escravidão, já que para ele, o antagonismo entre o capital e o trabalho se apresentava como uma oposição entre a escravidão e a liberdade. Por isso, fez de tudo um pouco: foi boxeador, trabalhou nas plantações de fumo e até como artista de circo se apresentou. Mas o que ele gostava mesmo era de fazer samba e de cantá-los para os negros da cidade. Quando criou coragem para visitar Lindinalva, ela já se encontrava com a saúde bem debilitada. De modo que, naquele momento, ao se deparar com o seu grande amor, Baldo nada pôde fazer para ajudá-la perante a morte que se anunciava. Mas antes de falecer, ela pediu ao seu antigo companheiro de infância que ajudasse Amélia a criar o seu filho Gustavinho. Assim, “para ajudar o filho de Lindinalva, o negro Antônio Balduino entrou para a estiva no lugar de Clarimundo, que o guindaste matara. Ia ter uma profissão, ia ser escravo da hora, dos capatazes,

dos guindastes e dos navios” (Id. Ibid., p. 277).

De lúmpen a proletário, dois “ser” em uma mesma forma corpórea. Antônio Balduino é expressão desse limiar existente na constituição da classe trabalhadora superexplorada do capitalismo dependente brasileiro. Ele agora era estivador, descarregava os navios estrangeiros que traziam materiais industrializados e os carregava com produtos de origem agrária. Sentia durante toda a sua jornada de trabalho o peso que tinha o imperialismo. Já era uma figura conhecida entre os seus companheiros de labuta e todos conversavam naquele dia sobre a possibilidade de uma greve: “— a greve do pessoal dos bondes rebenta hoje...” (Id. Ibid., p. 278). Ela já era esperada, havia dias em que se debatia o seu irrompimento. Pois os condutores de bondes, os operários das oficinas de força e luz e os trabalhadores da Companhia Telefônica já não acreditavam mais nas promessas dos empresários, nas mentiras dos patrões. O sindicato deveria agir, diziam os trabalhadores que queriam parar, e foi o que aconteceu. Com a greve deflagrada, outras categorias não tardariam em aderir. Como foi o caso dos trabalhadores das padarias, que decidiram por distribuir os pães para aqueles que se encontravam cedo transitando pelas calçadas.

Baldo que voltava do trabalho, assistia o burburinho das ruas e sentia o clima efervescente das lutas de classes em sua cidade. Um homem loiro, que voltava da noite bêbado, se atravessou na sua frente e o indagou:

- Tu também vai fazer greve, negro? Tudo por culpa da princesa Isabel. Onde já se viu negro valer de nada? Agora o que é que se vê? Negro faz até greve, deixa os bondes parados. Devia era entrar tudo no chicote, que negro só serve para escravo... vai pra tua greve, negro. Os burros não livraram essa cambada? Vá embora antes que eu te cuspa, filho do cão... (Id. Ibid., p. 280).

Por mais que o movimento grevista não fosse puxado exclusivamente por negros e por mais que houvesse trabalhadores brancos e de distintas nacionalidades parados, era a figura do negro insubordinado que parecia de fato incomodar. Embora, como já dizia Jubiabá, todo pobre agora virara negro. Mais tarde, reunido com os seus colegas de trabalho em uma assembleia do sindicato, Baldo se coloca a favor da greve, assegurando a paralisação das atividades laborais por apenas um voto. Depois, se soube que muitos dos que votaram contra a greve não eram da estiva, quanto mais do sindicato.

Diante dos condutores de bonde que o aplaudiram, Antônio Balduino leu o manifesto em que comunicava a adesão dos estivadores ao movimento grevista. Os companheiros da Circular, dizia o documento, “podem contar com os estivadores. Pelo aumento de salários! Por oito horas de trabalho! Pela abolição das multas!” (Id. Ibid., p. 282). O movimento estava forte, houve grande adesão e os operários se encontravam nas ruas debatendo política em cada

esquina. Um advogado — Dr. Gustavo Barreiras —, que preside uma associação de operários, procurou o governador para conversar sobre as reivindicações. Ao retornar, foi até o sindicato para falar que o governador “achava justas as pretensões dos operários e que ia entrar em entendimento com a direção da Companhia”. Alguns acreditaram e o aplaudiam, “o jovem advogado estendia as mãos e parecia já colher os votos que o haviam de eleger deputado”, até Severino gritar: “— Tapeação” (Id. *Ibid.*, p. 283).

Antônio Balduino, que sempre sustentou uma aversão mortal pelo trabalho regular, estava gostando de ver aquilo. Sentia um respeito pelos trabalhadores e enxergava na conduta deles um grande potencial para acabar de vez com a escravidão. Havia um ou outro que titubeava, mas a força da coletividade falava mais alto. “- Rapaz, greve é como esses colares que a gente vê nas vitrinas. É preso por uma linha. Se cortar a linha caem todas as contas. É preciso não furar a greve...” (Id. *Ibid.*, p. 285), explicava Severino ao operário que se chamava Mariano.

O sindicato reunia os trabalhadores, que debatiam a situação da greve sob os olhares vigilantes dos policiais infiltrados. Havia uma grande agitação, o ambiente estava lotado. “Os operários são uma imensa maioria no mundo e os ricos uma pequena minoria. Então por que os ricos sugavam o suor dos pobres? Por que esta maioria trabalhava estupidamente para o conforto da minoria?” (Id. *Ibid.*, p. 286), indagava um operário sob aplausos. Tudo aquilo ali era um aprendizado para Baldo. Era a revelação do poder que tinha o trabalho como categoria histórico-social antagônica ao capital, era a constatação da força política que o proletariado tem quando está organizado enquanto classe e mobilizado para a sua luta. Como dissera Lenin (1988), as denúncias e as reivindicações de caráter econômico constituem-se como um passo significativo no despertar da consciência de classe. Pois, em face das manifestações da opressão e da exploração dos capitalistas, os sindicatos se revelavam como uma importante escola de guerra para os trabalhadores¹⁸⁸.

Alguns gritavam por “greve geral”, outros reclamavam pela unidade de todas as categorias. Antônio Balduino empolgado, fez uma fala. Contara a todos a sua trajetória de vida, dissera que os operários, se quisessem, não seriam escravos e que aos trabalhadores das plantações de fumo só faltava a sabedoria que estava ali presente para que eles fizessem a sua

¹⁸⁸ Ressaltando que, para Lenin, a luta sindical possuía limites que eram inerentes ao seu próprio caráter de ser um instrumento de luta econômica dos trabalhadores pertencentes às distintas categorias profissionais. Daí a importância da ação do partido como centralizador e propulsor do projeto revolucionário – visando à transformação substancial da sociedade – a ser realizado pelo conjunto do proletariado.

própria greve¹⁸⁹. O que se presenciava naquele momento era a construção de um espaço de formação, de agitação e de mobilização. Eram sujeitos que partiam de suas condições concretas de trabalho para reivindicar melhorias em suas vidas. Eram as lutas de classes pulsando em suas formas elementares de organização, nos laços de solidariedade que estavam se constituindo e na reação das classes dominantes que não tardaria em chegar.

Baldo vai até a macumba do pai Jubiabá, sua intenção era a de mobilizar a turma do terreiro para lutar na greve. No sindicato, os trabalhadores esperam algum sinal da conferência que estava ocorrendo no palácio. Severino mantém a sua desconfiança com relação ao Dr. Gustavo. Este, durante a sua fala na conferência, ressalta aos presentes que aqueles homens passam fome, “que trabalham dezoito horas por dia, que morrem tuberculosos” e lembra do “perigo da revolução social se este estado de coisas continuar”. Já “os homens que representam a Companhia (um americano moço e um senhor velho que é advogado da Companhia e fora parlamentar noutros tempos) não cedem”. Eles dizem estar preocupados com os acionistas, pois os “operários só pensam em si, não se recordam dos estrangeiros que confiaram na nossa gente e empregaram seu dinheiro em empresas no Brasil”. Alegam não entender como pode o Dr. Gustavo pensar “tão impatrioticamente”, já que o nome do país seria jogado à lama no estrangeiro, caso atendessem todas as reivindicações feitas por aqueles operários ignorantes. Mas, “para não deixar o povo na falta de coisas essenciais à sua vida”, aceitariam em conceder “cinquenta por cento do aumento pedido pelos operários” (Id. Ibid., p. 291).

Terminado o encontro sem que as partes chegassem a um acordo, Dr. Gustavo se encaminha para o restaurante junto com *mister* Thomas e o Dr. Guedes, ele iria jantar a convite da dupla que representava os interesses da Companhia Circular. E foi durante a refeição que o Dr. Guedes falou ao Dr. Gustavo que eles estavam pensando em convidá-lo para se integrar à Companhia como segundo advogado, já que seria importante ter um representante dos trabalhadores atuando dentro da diretoria da empresa. Assim, ele

¹⁸⁹ Aqui aparece novamente a questão referente à distinta formação ideopolítica dos trabalhadores urbanos e dos trabalhadores rurais, caracterizando a cidade como um espaço superior ao campo no que concerne à constituição do proletariado como e enquanto classe social. Questão que Guerreiros Ramos (1960, p. 237-238) tratou apresentando a seguinte observação: “A tardia formação industrial do Brasil acarreta um acavalamento dos papéis da burguesia nacional e do proletariado, que leva a primeira a frear-se ou a não se lançar em iniciativas arrojadas, temerosa de perder em curto prazo as vantagens materiais de que desfruta. Há que distinguir, porém, o proletariado rural do urbano. Um e outro constituem suportes de tendências distintas. Os trabalhadores do campo, nas condições prevalecentes, são contrapeso das lutas trabalhistas urbanas, oferecendo, como eleitores conduzidos e cidadãos pouco iniciados na consciência de direitos civis, a base social de que necessitam as secções capitalistas mais antigas para manter as prerrogativas de poder que ainda possuem. Mas o desenvolvimento, alterando as relações sociais no campo, não só transforma a consciência dos trabalhadores rurais como, transferindo-se crescentemente para as cidades, aumenta a importância específica das massas populares no balanço geral de forças”.

representaria na Companhia o pensamento daqueles humildes trabalhadores. Seria uma ligação entre o operariado e a Companhia. Os interesses dos operários seriam entregues ao senhor, [dr. Gustavo]. O senhor é moço, tem uma bela carreira na sua frente. O parlamento o espera. O país espera muito do seu talento (Id. Ibid., p. 292).

A cooptação funcionou, Dr. Gustavo iria defender a proposta de aumento salarial em cinquenta por cento, até porque ele era contrário aos excessos e o que estava sendo conquistado pelos operários já era bom demais. Enquanto isso, Antônio Balduino seguia na sua atividade de agitação. Falava para os outros que se encontravam dentro do sindicato que a sua luta era para que o “seu filho”, Gustavinho, não fosse escravo no futuro.

A greve é sempre um momento de tensão, de conflitos de interesses e de contradições. Mariano, ao retornar para casa, teve que lidar com a Guilhermina que era contrária à greve. Achava que aquilo não era certo, que era “coisa que o demônio mete na cabeça dos doidos” (Id. Ibid., p. 294). Já com o negro Henrique foi ao contrário, recebia o apoio da esposa porque não queriam que seu filho, Tição, se fosse escravo no futuro. “A gente é muito, eles são poucos. A gente acaba governando eles” (Id. Ibid., p. 296), explica Henrique à criança. Miguel, que é proprietário da padaria Dois Mundos, conversava com a esposa e a filha sobre a greve dos seus funcionários. O casal dava razão à petição dos trabalhadores. “Eu por mim dava o aumento. Já disse na associação. Os outros, o Ruiz das Panificações, é que não querem” (Id. Ibid., p. 296), dizia Miguel. Ainda que tal posição não fosse do agrado da filha, porque ela queria mais dinheiro para poder comprar um carro, um rádio e outras coisas mais. Para ela, aqueles pretos eram sem-vergonha. Já a sua mãe, é mais compreensiva com os trabalhadores. “A mulher pensa que a filha já nasceu numa casa confortável, não veio, como ela e o marido, das fábricas de Madri na terceira classe de um navio, e não passou fome nunca”, diz o narrador, ao que completa: “os negros querem tão pouco” (Id. Ibid., p. 296-297).

Ao chegar no sindicato, Dr. Gustavo foi logo anunciando a novidade: tinha uma proposta da Companhia Circular. Dissera que para um bom entendimento ambas as partes deveriam ceder e que, por isso mesmo, chegariam a um acordo com a obtenção do aumento em cinquenta por cento nos salários dos operários. Proposta que, ao ser contestada por Severino, recebera reforço do advogado com a condenação aos extremismos dos “agitadores profissionais”. Dizia: “eu sou advogado, entendo destas coisas” (Id. Ibid., p. 298). Foi então que um velho operário das oficinas, conhecido por muitos por sua longa trajetória de lutas, chamado Pedro Corumba, pediu a palavra:

Quando eu saio de casa digo a meus filhos: vocês são irmãos de todas as crianças operárias do Brasil. Digo isso porque posso morrer e quero que meus filhos continuem a lutar pela redenção do proletariado. Companheiros, a gente está sendo traído. Essa não é a primeira vez que eu faço uma greve. Eu sei o que é traição. Operário não pode

acreditar em ninguém que não seja operário mesmo. Os outros tapeiam, enganam. Esse que está aqui - aponta o dr. Gustavo - é um amarelo. Quem sabe se já não tem um emprego na Companhia, se não lhe deram dinheiro?... (Id. Ibid., p. 298).

De nada adiantou protestar, o advogado teve que se retirar da sala. Severino avisa aos outros que agora a greve ficará mais dura de sustentar, mais difícil para acabar, pois os inimigos dirão que foram eles, os operários, que não quiseram negociar. Elabora-se um manifesto a ser distribuído para a população, explicando os reais motivos da greve e da manutenção de sua luta. Todavia, não há consenso. Existem aqueles que estão propensos a aceitar a proposta da Companhia, alegando que o dr. Gustavo tinha razão. Afinal, “cinquenta por cento já é alguma coisa”. Outros contestam. Dentre eles, Antônio Balduino, que diz: “você parece que nem se lembram da gente que apoiou vocês. Os estivadores, os trabalhadores da padaria. Se vocês querem ser traídos, sejam” (Id. Ibid., p. 300). Os trabalhadores estão indecisos, há muita controvérsia e a pauta é então encaminhada para votação. Mas antes que isso ocorra entra um jovem operário no recinto gritando: prenderam o companheiro Ademar! Ele também informa que a Companhia “está alugando gente para furar a greve” e diz “que a polícia vai obrigar os padeiros a entregar pão amanhã”. Com isso, a assembleia vota pela manutenção da greve “com os braços estendidos” e os punhos cerrados (Id. Ibid., p. 301).

A greve continua, manifestos são espalhados pela cidade e, a despeito do boato espalhado pela Companhia de que a vitória dos trabalhadores acarretaria um aumento nos preços dos bondes, da luz e do telefone, a população seguia nutrindo uma forte simpatia pelo movimento grevista. Tudo aquilo era um grande aprendizado para Baldo, pois agora estava encarando a realidade numa perspectiva que nem Jubiabá poderia ostentar. O clima fica tenso, policiais entram em cena. Queriam obrigar os padeiros e entregadores de pão a voltar para o trabalho. Um outro chega no sindicato e comunica que “a Padaria Galega vai mandar entregar o pão dormido”, que tinham ido “contratar desempregados dando o duplo do salário” (Id. Ibid., p. 303). Os trabalhadores que estão no sindicato decidem por tentar impedir tal manobra. Iriam até os que estavam sendo contratados para explicar-lhes o motivo da greve e do porquê eles não deveriam furá-la. Assim, Severino explica aos cesteiros que eles devem “ser solidários com os seus irmãos que pedem aumento. Que não devem servir aos interesses dos patrões. Que não devem entregar aquele pão, que não devem trair a classe a que pertencem” (Id. Ibid., p. 304). O sindicalista consegue persuadir os trabalhadores, que aderem ao movimento da greve.

A luta se acirra, o dono de uma das panificações tenta de toda maneira acabar com a greve dos padeiros. “A Companhia Circular e a companhia que explorava as docas” (Id. Ibid., p. 305) já não querem mais negociar, insistem que a greve deve acabar. Em contrapartida, os

sindicalistas das três categorias que estão em greve, buscam se articular com outros trabalhadores. Já falam em greve geral. Agora, os trabalhadores das padarias, os condutores de bonde e os estivadores formam um corpo só. Uma só massa em movimento. Porém, quando os grevistas chegaram na Baixa dos Sapateiros, para tentar impedir que os trabalhadores contratados furassem a greve dos padeiros, a polícia e os investigadores já estavam lá esperando-os. Mesmo assim, os sindicalistas não se intimidaram e começaram logo a fazer o seu trabalho de convencimento. Foi então que as forças da repressão decidiram agir. “Choveu bala. Os investigadores atiravam, a cavalaria investiu contra os operários. Houve correria, gente pisada, luta de homem contra homem” (Id. Ibid., p. 306-307). Gordo junta do chão o corpo de uma menina morta¹⁹⁰, dois grevistas ficam estendidos pelo caminho. “Um está morto, mas o outro ainda pode sorrir” (Id. Ibid., p. 307). De certa forma, o terror se instaurara na cidade. As ruas andavam vazias, as casas fechadas. Falavam em dezoito mortos e dezenas de feridos, como saldo da repressão policial contra os grevistas.

A solidariedade entre os trabalhadores se estendia para além dos sindicatos, das assembleias e das ruas, chegando, inclusive, nas casas em que mulheres e crianças passam fome e rogam pela vitória dos grevistas. Porque ali, no “beco”, todos são pobres e pertencem à mesma classe. Porém, Helena não aguentava mais ver as crianças passando fome. Decidira que iria até a casa de sua ex-patroa para conversar sobre a situação das famílias operárias e o motivo da greve. Chegando lá, a ex-patroa, que é esposa do proprietário das Panificações Reunidas, recebe a ex-empregada e esposa de um dos grevistas. Compadecida com relato que escutara, a mulher afirma que conversará com o seu marido, Antônio Ruiz, para convencê-lo a conceder o aumento salarial que estava sendo reivindicado. Afinal, seu marido tinha uma alma boa e, por essa razão, haveria de atender o desejo dos seus empregados. No entanto, ao conversar com Ruiz, dona Helena, sua esposa, fica espantada com a reação dele. Ela jurava que o marido não sabia que as famílias operárias passavam fome, que o salário de seus empregados era de miséria e que essa era a verdadeira razão da greve.

- Mas eles querem tão pouco, Ruiz! Não é possível que você goste de ver o sofrimento alheio.

- Eu não gosto de nada. Mas aqui não é questão de sentimentalismo. É coisa mais séria. Eu não sou eu, não tenho nada com meus sentimentos. Eu sou o patrão, tenho que defender meus interesses. Se a gente ceder o pé, amanhã eles quererão a mão... Vocês quer ficar sem automóvel, sem casa, sem criadas para Leninha? Eu estou

¹⁹⁰ Gordo, que era um sujeito muito religioso, já não era o mesmo depois que ele havia presenciado um investigador matar uma menina negra em frente à padaria durante o comício. Tinha enlouquecido. Pois, agora, ele anda pelas ruas “com os braços estendidos como se ainda levasse a pretinha baleada”, repetindo sempre a mesma pergunta: “- Onde está Deus?” (Id. Ibid., p. 307-308).

defendendo isso tudo, estou defendendo o que é nosso, nosso dinheiro... Defendendo o seu conforto! (Id. Ibid., p. 315).

Uma passagem elucidativa, que demonstra o quanto o capitalista está submetido à lógica imanente de acumulação, de como ele é um sujeito cujas ações se dão apenas uma função do capital, de como ele é dotado de uma vontade e de uma consciência que correspondem ao princípio da valorização do valor. Ou seja, de como ele, no modo de produção capitalista, atua como personificação do capital. Portanto, mesmo se tente pintar tais sujeitos com cores róseas, a sua figura como capitalista faz com que a sua pessoa se sujeite às relações econômicas e aos interesses de classes, que são, em última instância, determinantes em nossa sociedade. Assim, a sua alma “bondosa” nada mais é do que a alma do capital, que tem na criação ininterrupta da mais-valia o seu impulso vital (MARX, 2013). E mesmo que em algum momento seu Ruiz tenha pensado em ceder à pressão dos trabalhadores, os seus interesses de classe deveriam falar mais alto, porque, como ele mesmo dissera, ali estava sendo travada uma verdadeira guerra¹⁹¹. O que explica, inclusive, a frustração gerada por aquela conversa, já que ela acreditava que seria possível conciliar os interesses patronais de seu marido com o pedido dos trabalhadores.

Os ânimos estavam exaltados. Alguns grevistas continuavam na prisão, outros seguiam redigindo manifestos, enquanto boatos de invasão policial no sindicato circulavam livremente. À noite, é decretada a vitória dos estivadores. Entretanto, em assembleia realizada em seu sindicato, fica decidido que eles só voltariam ao trabalho depois que as reivindicações dos padeiros e dos trabalhadores da Circular fossem atendidas. Mais tarde, chega a notícia dando conta de que a polícia estava prendendo vários operários e que iriam obrigá-los “a trabalhar debaixo de pancadas” (Id. Ibid., p. 316). Com isso, os operários saem todos visando articular uma reação da classe como um todo.

Em frente aos escritórios da Companhia está parado um automóvel. É o Hudson do diretor, um americano, [que vem] descendo as escadas. O chofer prepara o carro. Antônio Balduino, que vem no grupo de grevistas, grita: - Vamos prender ele, pessoal. Assim a gente também tem um preso.

O diretor é cercado. Os guardas que garantiam o prédio correm. Antônio Balduino o agarra por um braço e rasga a roupa branca. Gritam da multidão: - Lincha! Lincha! Antônio Balduino levanta o braço para descarregar o soco. Mas uma voz se faz ouvir. É Severino quem fala: - Nada de bater no homem. Nós somos operários e não assassinos. Vamos levá-lo para o sindicato (Id. Ibid., p. 316-317).

O estadunidense é levado para o sindicato, a notícia de sua captura corre a cidade. “Os

¹⁹¹ Diz ele durante a discussão com sua esposa: “- Então você pensa, Lena, que eu sinto prazer em saber que tem gente passando fome? Não sinto, não. Mas na guerra como na guerra...[...] E tenta explicar novamente que ali é uma guerra, que se ele der o pé eles tomarão a mão, um mês depois quererão outro aumento: – Hei de sujeitá-los pela fome...” (Id. Ibid., p. 315).

grevistas exigem que sejam postos em liberdade todos os presos políticos”. Lá pelas onze horas da noite os que estavam presos chegam ao sindicato. “Dizem que o cônsul americano pedira que a polícia os soltasse com medo que os operários matassem o diretor da Companhia”. Com isso, o diretor é solto. No sindicato o clima é de entusiasmo, e Baldo avisa que, caso o Dr. Gustavo aparecesse, o desfecho com ele seria diferente. Em seguida chega a informação de que outras categorias iriam parar no dia seguinte, “se a questão dos padeiros e dos operários da Circular não for resolvida esta noite” (Id. Ibid., p. 317).

No palácio do governo, à meia-noite, os representantes da Circular e dos donos de padarias comunicam à comissão de grevistas que resolveram conceder o que eles pedem. As novas tabelas vigorarão do dia seguinte em diante. A greve está terminada com a vitória integral dos grevistas. (Id. Ibid., p. 318).

Antônio Balduino caminha pelas ruas da capital baiana cantarolando um samba que surgiu logo após o término da greve, intitulado “A vitória da greve”, e que em pouco tempo caiu nas graças do povo de Salvador. Uma canção que exalta o feito dos trabalhadores e que levou o nosso herói a refletir sobre os ensinamentos daquela greve. Aprendera que a saída não estava na sua malandragem individual, e sim, na unidade dos operários, na solidariedade dos *de baixo* e na capacidade de resolução das lutas de classes. Para ele, agora, a luta contra a escravidão alcançava um outro patamar, tornando-se a luta de uma classe contra a exploração. A greve, nesse sentido, foi a sua salvação¹⁹².

Tudo aquilo que ele aprendera através das histórias do morro, dos ABCs, dos malandros da rua e do velho Jubiabá, estava sendo superado. Não no sentido de uma negação pura e simples, mas, sim, no sentido de saturação e de elevação dos seus conhecimentos. Agora, Baldo ostenta uma perspectiva e uma conduta que se quer classista, que se quer combativa. É como se toda a sua trajetória de vida tivesse que de alguma forma desembocar ali, isto é, na assunção de uma consciência de classe pretensamente revolucionária pelo personagem. Nesse sentido, Jorge Amado parece apostar na capacidade de absorção do sujeito por meio da empiria, fazendo com que aquela experiência de greve assumisse uma dimensão fundamental na elevação da consciência crítica de Baldo, a ponto de tê-lo dado um novo sentido a sua vida¹⁹³.

É como se o nosso herói, através de sua experimentação no desenrolar do enredo, fosse acumulando dentro de si diversas contradições. Que ao fim e ao cabo romperá a sua forma de lúmpen/malandro para dar ao corpo do personagem uma nova convicção e, conseqüentemente,

¹⁹² Assim nos conta o narrador: “Antônio Balduino pensava que ele e os seus malandros, desordeiros que vivam de navalha em punho, é que eram livres, fortes e donos da cidade religiosa da Bahia. E esta sua certeza fizera que ele ficasse triste e quase suicida quando teve que trabalhar nas docas. Mas agora ele sabe que não é assim. Os trabalhadores são escravos, mas estão lutando para se libertar” (Id. Ibid., p. 320).

¹⁹³ Em mais de uma vez o narrador fala das intenções de Antônio Balduino dar cabo à sua vida entrando no mar.

uma nova conduta ético-política¹⁹⁴. Baldo trazia consigo a sua condição de classe, mas lhe faltava ainda conhecer a classe. Coisa que só foi possível através de sua luta contra as forças que representam o capital. E por mais que as especificidades que cercam a sua vida tenham tido um papel importante na constituição de seu ser, isto é, na formação de sua personalidade, ele só conseguiu se sentir de fato como um sujeito em busca da sua efetiva liberdade quando adquiriu consciência de seu pertencimento de classe. Isso porque, o fato dele ser negro e marginalizado — um órfão oriundo da favela que foi viver na rua como malandro — não era suficiente para que ele obtivesse clareza sobre a sua condição de miserabilidade. Foi necessário o advento da luta coletiva e da proletarização de seu pensamento para que ele soubesse concretamente o que era a escravidão no capitalismo subdesenvolvido e dependente. Ou seja, foi necessário conhecer a classe trabalhadora em suas entranhas e adentrar em suas dinâmicas de luta contra a reprodução ampliada do capital.

Por esse ângulo, para Jorge Amado, o espaço urbano tende a desempenhar um papel fundamental¹⁹⁵. Não só porque na cidade é onde se concentra o operariado fabril, onde a dinâmica de acumulação do capital se torna mais visível e onde se encontram os espaços de formação e de atuação político-partidária. Mas, porque, é na cidade onde a imaginação, os sonhos, as concepções e as representações são mais fortes em suas mediações com o mundo material, fazendo com que a consciência social se desenvolva mais intensamente em meio às relações sociais de produção no capitalismo¹⁹⁶. É claro que o sindicato e a greve operária, na

¹⁹⁴ Cabe aqui realizarmos a seguinte crítica: No início do século XX, havia um debate acerca dos reflexos da miscigenação para o futuro da nação. Debate que dividia opiniões, fomentava distintas elaborações teórico-científicas e servia para “explicar”/“justificar” o atraso do país em termos de desenvolvimento econômico quando comparado com os países de capitalismo central. Tanto que, as discussões a respeito do “necessário” branqueamento da população ainda vicejava nos espaços institucionais, tendo em vista a crença de que o negro seria um elemento deletério da sociedade brasileira. E mesmo que, a partir de 1930, tenha se estabelecido todo um esforço em promover uma outra versão com relação ao legado da escravidão – valorizando-se, inclusive, a existência de uma suposta assimilação cultural –, é certo que a figura do negro seguia sendo vista como a do sujeito avesso ao trabalho regular. Daí a imagem do Baldo sustentada por Jorge Amado, tal qual o “malandro” do samba que tem ojeriza ao trabalho e que gosta de viver na boemia. Assim, nesse quesito, torna-se perceptível o poder da ideologia dominante, na medida em que o autor baiano também compartilha dessa visão do negro como uma pessoa hostil às práticas laborais. Para um melhor entendimento desse contexto, ver: SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

¹⁹⁵ Concepção que aparece reiteradas vezes, tanto direta quanto indiretamente, nas três obras romanescas que foram analisadas.

¹⁹⁶ É importante frisar que o ponto de vista apresentado pelo autor baiano, concernente à relevância da classe operária como a força eminentemente revolucionária da sociedade brasileira, era muito comum entre os partidos e os intelectuais comunistas da época. Ainda que, historicamente, nós tenhamos visualizado distintas manifestações e movimentações de caráter subversivo partindo do campo – motivadas pelas condições de miserabilidade dos trabalhadores rurais – e não das cidades, era no trabalhador fabril que se vislumbrava a possibilidade de se arrefecer e, até mesmo, de pôr um termo ao poder do capital. Concepção que, em termos histórico-estruturais, se revelou não só limitada, como também, pouco fecunda para o espraiamento do seu projeto societário junto à população. Pois, a existência de uma força de trabalho massiva no meio rural, bem como, a irregularidade do trabalho imperante no meio urbano, já davam conta do quanto era sectário e inviável esse tipo de pensamento revolucionário num país de capitalismo subdesenvolvido e dependente.

escrita do autor baiano, ganham uma dimensão extraordinária no processo de formação política do protagonista. Representação que se explica, talvez, por se tratar da trajetória de um indivíduo que buscava fazer com que a sua história ficasse registrada em um ABC¹⁹⁷. Trajetória que, invariavelmente, se conectava com a existência de sua classe.

¹⁹⁷ O livro termina fazendo referência ao sucesso do abc de Antônio Balduino, que diz: “Este é o abc de Antônio Balduino/negro valente e brigão/desordeiro sem pureza/mas bom de coração./Conquistador de natureza/furtou mulata bonita/brigou com muito patrão/morreu de morte matada/mas ferido à traição” (Id. Ibid., p. 323).

CONCLUSÃO

Dentro da tradição marxista é comum pensar a composição das classes sociais a partir da posição que cada coletividade ocupa com relação aos meios de produção. Nesse sentido, ser proprietário ou não das condições materiais de trabalho significa pertencer a uma ou outra classe social. Além disso, existem determinantes político-culturais que também jogam um papel importante nessa situação, a saber: a forma como as relações sociais são processadas ou traduzidas mentalmente pelos indivíduos e grupos pertencentes a cada uma das classes que se encontram envolvidas na produção da vida material e imaterial. Com isso, para além dos condicionantes estruturais, há uma gama de fatores subjetivos que interferem direta e indiretamente na visão de mundo dos indivíduos e na compreensão das suas relações com os outros. Portanto, quando falamos de classes sociais, falamos de uma relação de alteridade, na qual, o fato de um ser proprietário dos meios de produção e o outro não se tornar determinante para a conformação das relações sociais de produção, o que, por sua vez, faz com que as diferenças de interesses venham corresponder a essa relação de desigualdade material. Assim, um conjunto de valores, ideias, imagens e representações tende a se formar por entre e em torno daqueles que ocupam posições distintas e, até mesmo, conflitantes em tal situação. Daí a constituição daquilo que viria a ser consciência de classe *em si*, isto é, o entendimento de que eles pertencem a uma coletividade delimitada e estruturalmente condicionada.

Porém, para falarmos categoricamente de consciência de classe, é preciso antes ter em mente que nem todos aqueles que pertencem a uma determinada classe logram obter o entendimento de pertencimento, ou seja, constroem conjuntamente uma identidade de classe. Isso só é possível no momento em que esses indivíduos se colocam como sujeitos na luta política, movimentando-se coletivamente em defesa de seus interesses e ideais, pois é no plano político-social que a classe se apresenta, de fato, como uma classe *para si*. Já que é através de sua mobilização e organização, em face do capital e de seus representantes, que esses indivíduos irão se comportar como membros de uma mesma coletividade e, por conseguinte, como sujeitos propensos a lutar em defesa de seus próprios interesses. Nesse sentido, a concordância entre si, perante o posicionamento conflitante do outro, faz da classe um agrupamento coeso e disposto a levar adiante as suas propostas, ideias, princípios e representações — seja na forma de reivindicação ou sob forma de resistência — como bandeiras de luta que o identifique enquanto tal. Isso explica, inclusive, as diferenças de relação entre si e entre os membros pertencentes às outras classes em momentos de passividade ou de ausência de uma luta direta.

Realidade que nos leva a trazer outro ponto, que é a presença das relações entre os

indivíduos que se encontram numa mesma condição de classe, mas, que por razões ideológicas e políticas, acabam não se envolvendo ou participando diretamente das movimentações de luta encetadas por seus colegas e companheiros, fazendo deles indivíduos que pertencem à classe trabalhadora, mas que não se veem ou entendem enquanto tal nos momentos de tensão e de atrito. Ou seja, são pessoas que não vão do *em si* em direção ao *para si*, o que seria uma transição necessária para erigir não só o sentimento de pertencimento, como também a consciência social de que há uma relação antagônica entre as classes sociais, a qual, em termos concretos, se apresenta tanto nas divergências subjetivas quanto nas discrepâncias das condições objetivas, em distintos momentos históricos. Sendo assim, é possível afirmar que o *ser* de uma classe está em constante movimento, fazendo com que cada indivíduo se identifique enquanto sujeito de uma classe na medida em que ele se coloca como membro pertencente a uma coletividade, a qual, por sua vez, tem o poder de redefinir a sua identidade.

Assim, se todo vendedor da sua força de trabalho é um proletário, nem todo proletário se vê ou se identifica *a priori* como tal; do mesmo modo que nem todo proletário se sabe ou se sente como integrante de uma classe distinta e oposta à classe de seu empregador, razão pela qual, o processo de consciência ganha um peso fundamental para a compreensão da dinâmica social, afinal, a maioria daqueles que se encontram envolvidos numa relação de exploração não a percebem como tal.

A inserção do assalariado na reprodução ampliada do capital faz com que ele acredite que todo o trabalho realizado está sendo pago, quando, na verdade, somente uma parte do dispêndio temporal da sua capacidade produtiva está sendo contemplada no pagamento pela força de trabalho comprada. Ademais, o próprio invólucro alienante que se assenta sobre tal relação, faz com que a desigualdade que lhe é intrínseca não seja vista de forma clara e direta, o que faz com que uma relação de dominação, estruturalmente hierárquica entre o trabalho e o capital, não seja perceptível para todos aqueles que estão direta e/ou indiretamente enredados no movimento de valorização do capital.

Outro elemento que merece ser destacado, é o caráter compósito atinente ao processo de formação da classe trabalhadora brasileira. Uma classe que em sua origem contabilizava um número significativo de etnias e de nacionalidades distintas, transformando-a em uma massa de força de trabalho internamente diferenciada e, até mesmo, contraditória, visto que basta pensar na variedade de valores, tradições e costumes concernentes a cada fração social para se ter uma ideia das dificuldades de comunicação e de entendimento que atravessava esse sujeito coletivo. Até porque, por mais que se tenha momentos de coesão social e de predominância de uma orientação ideopolítica mais harmônica, a classe trabalhadora não é por natureza uma classe

homogênea e tampouco uniforme em sua projeção ideopolítica, ela é a resultante tanto das condições estruturais de produção, quanto da dinâmica social que preenche o campo relacional a cada momento histórico. Daí a impossibilidade de se obter um retrato exato da classe trabalhadora, porque ela não é algo estático e inanimado. Ao contrário, ela é aquilo que se apresenta a cada momento histórico em oposição à classe dominante. Ela é a encarnação corporal da relação antagônica a presença exploratória do capital e, enquanto tal, ciente da sua posição de hostilidade política àqueles que são os responsáveis pelas suas condições de penúria, opressão e aflição.

Quando há um acirramento das lutas sociais, alterando a correlação de forças entre as classes, a tendência é a de que as divergências internas sejam suplantadas pela emergência do embate direto entre os representantes do capital e do trabalho. O que faz com que determinadas contradições sejam deslocadas em favor de uma unidade necessária entre aqueles que se colocam em movimento na luta política. Portanto, é a oposição externa entre as classes que garante a unidade interna das mesmas. Já que são nos momentos de conformidade ou de resignação à ordem, que os atritos e os estranhamentos internos tendem a assumir uma posição de prevalência. Nesse sentido, ao falarmos de classe em termos abstratos, não só ignoramos a real dimensão humana que a conforma, como também rejeitamos idealmente as contradições que existem concretamente.

Essa situação revela, de um lado, a importância que têm os instrumentos de organização, de mobilização e de politização da classe trabalhadora, como as agremiações de caráter sindical e partidário, e de outro lado, o peso que têm as instituições estatais na manutenção e na reprodução da sociedade, o que, por sua vez, possibilita não só a defesa dos interesses privados de uma classe, mas também assegura a esta mesma classe uma posição privilegiada de manipulação e controle social em uma realidade que se manifesta, seja pelo uso constante da violência — física, psíquica, legal e material —, seja pela perseverança de um conjunto de ideias, valores, representações, crenças, normas, leis e convenções que se expressam cotidianamente por meio do convívio social. Assim, a ordem social que é regida pela lógica do capital, legitima-se e justifica-se perante aqueles que a constituem e a sustentam. Afinal, realidade como tal, não pode ser vista para além de algo natural.

Dessa forma, a naturalização de tudo aquilo que é essencialmente histórico se torna tão banal, que o próprio adoecimento psíquico da força superexplorada — sustentáculo do capitalismo dependente — aparece como o resultado de um conjunto de problemas eminentemente pessoais. É como se os transtornos psíquico-sociais que afetam os indivíduos possuíssem uma dimensão puramente endógena. É como se a depreciação da vida — que é

correlata à “desvalorização” da força de trabalho —, o esvaziamento de significado de um mundo profundamente alienado, a repressão e a regulação dos desejos e dos anseios, não fossem os principais responsáveis por inúmeras enfermidades psicológicas que afetam cotidianamente a maioria da população. Isso, obviamente, não anula o fato de que toda doença mental possui em si uma instância neurológica. Todavia, é certo que tal instância, por si só, não explica a sua causa, pois se as condições de vida e de trabalho — em toda sua precariedade e assombramento — possuem uma causalidade histórica, é certo que é no usufruto e na aniquilação do trabalho vivo pelo trabalho morto que se encontra a razão pela qual uma parte significativa da população psicologicamente afetada.

Considerando que, no capitalismo dependente, não somente os trabalhadores se encontram dilacerados pelo espraiamento da exploração, da violência e da opressão como práticas constitutivas das nossas relações sociais, como também a totalidade da sociedade vê fortemente limitada em suas potencialidades pela racionalidade predatória do capital, em termos práticos significa conviver com a dilapidação da natureza orgânica e inorgânica em razão de uma acumulação de caráter incontrolável e insaciável. Daí a postura negligente, legitimadora e complacente do Estado para com as classes dominantes — internas e externas —, fato que pode ser evidenciado tanto pela ausência efetiva de leis regulamentadoras e protetoras do trabalho, quanto pelo exercício de contenção e de repressão dos movimentos que visam questionar a atuação de setores econômica, política, social e culturalmente dominantes. Vale lembrar que essa atuação é chancelada ideologicamente como sendo a única possível e viável num país capitalisticamente subdesenvolvido.

O que explica a proliferação de uma mentalidade policialesca, higienista e arbitrária nos segmentos sociais que pertencem ou que se encontram de uma forma ou de outra ligados material, política e moralmente às classes dominantes. Haja vista, por exemplo, a própria a conduta das camadas dirigentes através do Estado, as quais jamais deixaram de enxergar nos *de baixo* a imagem de uma ralé que precisa ser constantemente controlada, disciplinada e supliciada para o “bem” de toda a sociedade, pois, caso contrário, os vícios, a imoralidade, a vilania, a preguiça e a corrupção das tradições e dos costumes tomariam conta da população, afetando a produção material e a reprodução da vida social. Não por acaso que concepções de cunho racista e misógino encontraram guarida nessa visão de mundo, fazendo do preconceito para com o negro e a mulher uma questão ordinária que povoa a nossa formação societal.

Essa subjetividade que foi construída historicamente teve por base séculos de escravidão, cuja prática exploratória e opressiva da força de trabalho negra serviu não só para se criar um substrato econômico-material e para forjar e solidificar uma espécie de

comportamento padrão das classes dominantes em relação aos seus empregados e demais subordinados. Tanto que a questão social se tornou uma questão de polícia com o advento do modo de produção capitalista, fazendo com que as reivindicações de caráter popular fossem rechaçadas de antemão por aqueles que ocupavam as esferas de poder. Além disso, a necessidade de manter a força de trabalho subjugada a uma relação de superexploração, ocasionava, também, a necessária exclusão da classe trabalhadora dos espaços de debate e de decisão pertencentes àquilo que se convencionou chamar de (res)pública.

Por essa razão, ao nos debruçarmos sobre as particularidades que fazem da formação social brasileira um país de capitalismo dependente de origem colonial, deparamo-nos com traços constitutivos que revelam o quanto de inumano ainda persiste na conduta da burguesia em face do proletariado brasileiro. Conduta que, por mais que esteja pautada pelo imperativo da acumulação capitalista, não deixa de apresentar na sua cotidianidade a vigência de uma mentalidade oligárquica típica do período escravocrata. Daí o fato, também, de que elementos religiosos e culturais de origem africana sejam tratados com desprezo por aqueles que são alheios ou que acreditam estar acima daquilo que compõe o verdadeiro universo popular. Com isso, a vida do proletariado brasileiro apresenta em si a consistência de dois legados: um que lhe foi imposto pelos dominadores e que se refere às suas condições de vida e de trabalho aviltantes; e o outro que foi construído mediante a resistência dos dominados e que diz respeito às raízes culturais e às tradições de luta de seus povos.

Nesse processo cria-se uma espécie de filtro étnico-racial que passará a funcionar como uma verdadeira barreira social, fazendo do negro o componente excedentário — por excelência — de um contingente significativo de trabalhadores. Em termos práticos, resultará tanto na sua inelutável exclusão do mercado da força de trabalho quanto na sua implacável inclusão nas fileiras do lumpemproletariado, situação que reverbera, primeiramente, nas condições de vida dessas pessoas e, conseqüentemente, na construção de um imaginário social que projeta o negro como um elemento perigoso, indolente, parvo, ardiloso, inescrupuloso, entre outros atributos que só servem para desqualificá-lo como pessoa. Tanto que, seja através da elaboração romanesca ou por meio da produção na dramaturgia, o negro raramente figura como o herói do enredo ou é apresentado como um sujeito digno de nota na trama dos acontecimentos. Isso porque, em tais representações, o que se procura é justamente não confrontar a reprodução do imaginário supracitado.

Com isso, gera-se um ambiente em que o negro não só passa a se sentir desconfortável com a sua identificação étnica e política como negro, como também se vê inserido em contendas que se proliferam, inclusive, por dentro classe trabalhadora. Tudo isso, obviamente, devido à

presença de uma prática segregacionista e de um preconceito racial que tanto marcam a nossa sociedade. Ademais, é no lumpemproletariado que uma parte importante dessa população não branca irá se situar, seja de forma temporária ou de forma permanente. O certo é, que, uma vez relegado a essa camada social, poucos são os trabalhadores que conseguem reingressar formalmente no mercado da força de trabalho e raríssimos são os que logram uma espécie de ascensão social por meios legais. O que nos remete, novamente, ao tema da violência e ao uso da figura do lumpem como elemento de terror na criação de um imaginário social.

Diante da desigualdade econômico-social — fomentada pela existência da superexploração da força de trabalho — e do inexorável incremento da superpopulação relativa, a camada social constituída pelo lumpemproletariado tende a crescer e se tornar em uma realidade permanente em praticamente todo o País, o que, por sua vez, acarreta num aumento nos processos de migração e de rotatividade da força de trabalho que se encontra disponível em território nacional, em um quadrante histórico em que a violência se converterá num expediente imprescindível para a manutenção da ordem social. E quando mencionamos o uso da violência, falamos dela em suas diversas formas de manifestação: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. No que pode ser constatado: seja pela ação de determinados indivíduos, grupos e classes sociais, seja mediante intervenção dos aparelhos pertencentes à sociedade civil e ao Estado. É através dessa violência constante que as classes dominantes logram subjugar e desbaratar toda e qualquer proposta alternativa que possa representar uma ameaça aos princípios da propriedade privada dos meios de produção e ao direito de exploração da natureza e da força de trabalho alheia.

Por essa razão que, ao se falar do lumpemproletariado é impreterível se falar também da violência que se faz presente em sua vida de modo permanente. Uma parcela da população que cresceu em meio à miséria, que se habituou a ver os seus direitos fundamentais serem constantemente negligenciados, que foi forjada nas agruras de um tratamento desumano para consigo, não poderia sobreviver sem conceber a violência como algo que é inerente à formação de seu ser. Daí a sua recorrência à violência como uma forma de se impor, de fazer valer os seus interesses ou de tentar “vencer na vida”. Com isso, além de ser visto como um problema para o estado atual das coisas, o lumpemproletariado é encarado com desconfiança por aqueles que, de uma maneira ou de outra, conseguiram se enquadrar na reprodução social do sistema capitalista. O que explica, inclusive, a dificuldade histórica que os partidos e os movimentos de cunho anticapitalista têm apresentado com relação à aproximação, mobilização, organização e canalização dessa força pertencente à chamada classe perigosa.

É possível que a tradição cristã de pregar o não uso da violência, a crença no

funcionamento das instituições tidas como democráticas e liberais, o constante apelo para a conciliação de classes nos espaços políticos decisórios, entre outros fatores, podem auxiliar na explicação relativa à exclusão do lumpemproletariado do espectro ideopolítico da esquerda brasileira. A despeito, é claro, do histórico de atritos e de guerras envolvendo esses sujeitos na Europa dos séculos XIX e XX.

No entanto, como estamos tratando da formação social e do capitalismo dependente — em suas especificidades —, é preciso estar atento à historicidade e à dinâmica das lutas sociais no Brasil. Por isso, a importância de alguns autores que ousaram em ver no lumpemproletariado um sujeito potencialmente revolucionário, isto é, como uma camada social passível de adquirir a consciência de classe necessária para a luta contra o capital, de modo que é somente por intermédio da aquisição dessa consciência, assim como por meio da sua movimentação na luta política, que os indivíduos se colocam de fato como sujeitos pertencentes a uma classe social. Afinal, a possibilidade de se promover uma mudança substancial da realidade nunca está dada, ela é sempre construída. O que deverá ocorrer inevitavelmente de forma coletiva.

Outra questão a ser destacada é o fato de que na instabilidade econômica-social, própria do capitalismo dependente, absolutamente nada garante a permanência do indivíduo como/enquanto trabalhador segurado. Nesse sentido, se a linha divisória que separa o *ser* proletário do *ser* lumpen é a condição de estar ou não empregado e, conseqüentemente, de ter acesso ou não a um conjunto de bens materiais — mesmo que débil ou precário —, então essa linha é, sem nenhuma dúvida, muito volátil, já que é certo que ao se tornar desempregado, o acesso a tais bens se tornará limitado e, por conseguinte, ele deverá ser rebaixado à condição de miserável. Porém, como não se pode qualificar a relação de pertencimento a esta ou aquela classe tendo por base tão somente os índices de empregabilidade e de consumo dos indivíduos, torna-se necessário que se proceda uma análise rigorosa tanto das relações sociais de produção quanto da capacidade de identificação ideopolítica que cada indivíduo, grupo ou camada social apresenta nos momentos de acirramento das lutas políticas entre as classes sociais. Caso contrário, a classificação do *ser* proletário e do *ser* lumpen poderá se dar abstratamente, desconsiderando objetivamente as especificidades que compõem a realidade de uma determinada sociedade.

Também é importante ressaltar que no capitalismo dependente do Brasil o alvo elementar das políticas de assistência social é constituído, justamente, pelo lumpemproletariado, o que faz deles a camada social a ser privilegiada na intervenção profissional dos assistentes sociais, já que as condições de miserabilidade e de vulnerabilidade

vivenciados por esses indivíduos os colocam como os principais usuários dos serviços e dos equipamentos vinculados à assistência social, se deixar de entender, é claro, que a materialidade das expressões da questão social extrapola a realidade que conforma essa camada social, assim como, as demandas que são apresentadas por ela.

Sendo assim, é notório que na dinâmica de superexploração imposta à população brasileira, as relações entre as classes sociais passam, necessariamente, pela existência de uma opressão visceral. Isso nos remete para a presença sempre atuante dos aparelhos de controle e de repressão estatais, que, ao transformar as suas intervenções em uma espécie de extensão dos interesses particulares pertencentes aos setores econômica e socialmente dominantes, acaba chancelando politicamente a supremacia do capital em face do trabalho. O que explica, por exemplo, as inúmeras interposições e decisões legais favoráveis aos empresários e latifundiários no decorrer das lutas de classes no Brasil.

Quando se fala de lumpemproletariado, se fala de uma gama de indivíduos que moram em diversas localidades, como: favelas, cortiços, albergues ou pelas ruas das cidades; e que exercem distintas atividades, sendo elas: legais ou ilegais, temporárias ou permanentes, remuneradas ou não. Nesse sentido, é possível enxergá-los como sujeitos que estão submetidos ao que há de mais degradante em termos de sociabilidade ou de convívio social. Todavia, tais condicionantes — que caracterizam momentaneamente a existência dessa gente —, não podem ser encarados como se fossem os únicos determinantes da formação de suas respectivas consciências sociais. Afinal, no processo de apreensão da realidade pelo pensamento, o ser humano é compelido a lidar com inúmeras mediações — que vão do estômago à fantasia — na formulação do que seria a sua visão de mundo naquele momento.

O certo é que, no capitalismo dependente, as manifestações ideopolíticas e socioculturais precisam ser entendidas como expressões de um contexto particular de exploração, de opressão e de dominação de classes, o que significa chamar a atenção para o fato de que a lógica que rege a acumulação de capital no Brasil, é a lógica baseada no processo de superexploração da força de trabalho. Por esse motivo, a importância de se estudar a relação entre capital e trabalho sem desconsiderar as especificidades da nossa formação social.

Nas obras de Jorge Amado que foram analisadas, é perceptível a preocupação do autor em apresentar as condições precárias e, até mesmo, paupérrimas de vida de uma parcela da população. Procedendo de acordo com uma narrativa de cunho documental, Amado busca formular através de seu romance uma crítica ao modo como o capitalismo se consolidou no início do século XX. Para tanto, ele não só apontou para as práticas da superexploração no meio rural e urbano, como também logrou visualizar a classe trabalhadora naquilo que havia de

heterogênea e contraditória em sua composição. Além disso, coube ao autor baiano, perceber o quanto havia de desprezo e de arbitrariedade na conduta da burguesia em face da população pobre e desterrada.

É perceptível na escrita amadiana, de 1930, a presença explícita de um posicionamento ideológico de cariz comunista, o que se revela por intermédio de sua caracterização do que seria a burguesia, a oligarquia, os trabalhadores e a população de miseráveis. Ambientado em uma região de forte tradição escravocrata, onde as discriminações étnico/raciais se encontram profundamente enraizadas, os seus romances não deixam de apresentar a resistência negra através de suas expressões religiosas, culturais e físicas. Além, é claro, de projetar a organização sindical e política como um caminho a ser seguido pelos trabalhadores. Assim, as lutas de classes ganham uma representatividade em seus enredos, cujos desfechos apontam para a possibilidade de se fazer frente ao aviltamento imposto pela dinâmica de produção do capital.

Entretanto, diferentemente do que pensava a maioria dos comunistas naquela época, para Jorge Amado a organização das forças contestatórias à ordem poderia contar com a participação de todos aqueles que eram direta ou indiretamente afetados pela lógica do capital. Daí a relevância dada por ele ao contingente de deserdados que vagueavam à procura dos meios de subsistência necessários à sua sobrevivência, o que em termos político-partidários significava propugnar a inclusão desses indivíduos pauperizados como sujeitos potencialmente revolucionários. Com isso, de acordo com a perspectiva amadiana, era possível não só ampliar o horizonte organizacional da classe trabalhadora, como também promover uma maior incorporação das demandas vindas *de baixo* ao seu projeto revolucionário.

Tudo isso em um contexto histórico marcado por turbulências tanto externas quanto internas, como: a crise econômica desencadeada a partir de 1929; o golpe de Estado promovido em 1930; a ascensão do nazifascismo e do integralismo no período entreguerras; a tentativa frustrada dos comunistas de tomar o poder em 1935; e a ditadura do Estado Novo que se iniciou em 1937. Acontecimentos que não poderiam deixar de repercutir tanto nos processos de produção quanto nas movimentações das classes sociais, levando ao engajamento de diversos artistas nas lutas político-sociais daquele momento. Veja, por exemplo, o posicionamento de Jorge Amado por meio de sua escrita e de sua conduta como um romancista que se vinculava ao Partido Comunista Brasileiro. Algo que, posteriormente, já não estará tão presente na vida e nas obras desse autor.

Por essa razão, é importante buscar compreender não só a motivação política, ideológica e ética de um autor, como também é necessário entender o cenário histórico em que ele se encontra inserido. Ademais, todo romance literário traz consigo uma representação da

realidade e, com isso, uma obra impregnada de significados, os quais, via de regra, dizem respeito tanto ao autor quanto à atmosfera cultural e política do momento de sua criação. Por isso, há sempre um substrato a ser extraído de uma obra artística, mesmo quando o seu resultado não coincida — ou, aparenta não coincidir — totalmente com as pretensões e/ou as alusões de seu criador.

Para tanto, é necessário considerar a disposição do autor em ponderar as suas condições, avaliar as suas possibilidades e a sua capacidade de fazer escolhas dentre as diversas alternativas que se apresentam, o que significa dizer que é através da realidade objetiva que o cerca e a adoção de uma indisposição em face do “real”, que o autor poderá proceder em sua elaboração de uma maneira crítica, recorrendo, obviamente, aos recursos e às atribuições que são inerentes à produção de uma obra ficcional. Isso, bem entendido, Jorge Amado faz ao construir uma narrativa que evidencia tanto as práticas de subjugação, de superexploração e de opressão da classe dominante quanto a capacidade de indignação, de mobilização e de confrontação da classe dominada.

Por isso, a obra de Amado, como a de tantos outros romancistas que não se conformam com a existência da miséria e da degradação humana que assola o País, pode nos auxiliar na construção de um diagnóstico particular da realidade social brasileira. Resultando tanto de uma sensibilidade prática quanto de uma capacidade de penetração nas condições de vida da população, a qual se vê representada no drama erigido pelo autor, a obra literária consegue não só passar uma imagem da sociedade ao receptor, como também transmitir um sentido de ação para aqueles que se sentiram tocados pela escrita. Dessa maneira, no romance social, há de certa forma o rompimento com a pretensa divisão entre consciência e prática, isto é, a separação artificialmente imposta entre as formulações de cunho teórico tidas como puras e a ação imediata que se dá no mundo real. Em outros termos, podemos dizer que é a representação do real que anima o autor a fazer de sua obra um reflexo da realidade em suas potencialidades de transformação por meio da atuação social.

Com isso, referimos que as expressões da questão social vão ganhando ossatura em suas análises, pois à medida que vão se apontando as características que conformam a dinâmica de valorização do valor no capitalismo dependente, vão se concretizando os elementos que perfazem as relações entre as classes sociais nessa sociedade, lembrando que, o capital, no fluxo constante entre as suas diferentes formas, subordina o trabalho como um recurso inexorável à sua reprodução. Por esse motivo, as relações de produção que patenteiam a existência da superexploração da força de trabalho, trazem consigo a necessidade de se pensar as particularidades da nossa vida social — desde a presença da escravidão negra até o

desenvolvimento do proletariado e do lumpemproletariado na formação social brasileira, tendo em vista que, pensar a questão social no Brasil é pensar a constituição deste país desde baixo e a contrapelo da aparência histórico-social; é pensar na perspectiva do trabalhador que luta pela transformação substancial da sociedade, isto é, pela superação da ordem social do capital.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. **Jorge Amado: uma biografia**. São Paulo: Todavia, 2018.
- AMADO, J. **Cacau**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- AMADO, J. **Jubiabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMADO, J. **Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei**. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.
- AMADO, J. **Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por Álvaro Cardoso Gomes**. São Paulo: Abril Educação, 1981.
- AMADO, J. **Suor**. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- AMIN, S. **O eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- ANDERSON, K. B. **Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1988.
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015.
- BARRETO, L. **Obra reunida, volumes 1, 2 e 3**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. [recurso digital].
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENSAÏD, D. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BUENO, L. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- BUEY, F. F. **Marx (sem ismos)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CANDIDO, A. **Brigada ligeira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARLI, R. **A estética de György Lukács e o triunfo do realismo na literatura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- CARNEIRO, E. **Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

CARONE, E. **O P.C.B (1922–1943)**. Volume I. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, J. M. **O pecado original da república**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

CHOMSKY, N. **O que o Tio Sam realmente quer**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

COTRIM, A. **Literatura e realismo em György Lukács**: os efeitos da inflexão marxista em suas ideias estéticas. Porto Alegre: Zouk, 2016.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, C. N.; NETTO, J. P. Apresentação. *In*: LUKÁCS, G. **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

CUEVA, A. **A teoria marxista**: categorias de base e problemas atuais. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

DALTON, R. **Un libro rojo para Lenin**. México D. F.: Ocean Sur, 2010.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECCA, M. A. G. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL ROIO, M. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão os precursores do comunismo nacional. *In*: FERREIRA, J; REIS, D. A. (org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUARTE, E. A. **Jorge Amado**: romance em tempo de utopia. Natal: Editora Universitária DA UFRN, 1995.

DUSSEL, E. **A produção teórica de Marx**: um comentário ao Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EAGLETON, T. **Como ler literatura**. Porto Alegre: L & PM, 2019.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

EAGLETON, T. **Marx e a liberdade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

- EAGLETON, T. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, F. **Por uma revolução africana: textos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, F. **A força do argumento**. São Paulo: Editora da UFSCar, 1986.
- FERNANDES, F. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976a.
- FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979a.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FERNANDES, F. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Editora Hucitec, 1976b.
- FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: Difel, 1979b.
- FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FREDERICO, C. **A arte no mundo dos homens: o itinerário de Lukács**. São Paulo:

Expressão Popular, 2013.

FREDERICO, C. **Ensaio sobre marxismo e cultura**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

GALEANO, E. **Días y noches de amor y de guerra**. Habana/Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [versão digital].

GORENDER, J. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016.

GORENDER, J. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 5**. O risorgimento, notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. [Versão Digital].

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

IANNI, O. (org.). **Marx: Sociologia**. (Grandes cientistas sociais, n. 10). São Paulo: Ática, 1980.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

IANNI, O. **O ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

KATZ, C. **A teoria da dependência cinquenta anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KOFLER, L. **História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

KONDER, L. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KONDER, L. **As artes da palavra: elementos para uma poética marxista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

KONDER, L. **O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- KONDER, L. **Os marxistas e a arte**: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- KORSCH, K. **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019.
- LASKI, H. J. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- LENIN, V. I. **Que fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- LONDON, J. **O povo do abismo**: fome e miséria no coração do império britânico: uma reportagem do início do século XX. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- LÖWY, M. **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, G. **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011a.
- LUKÁCS, G. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÁCS, G. **Escritos de Moscú**: estudios sobre política y literatura. Buenos Aires: Gorla, 2011b.
- LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÁCS, G. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. Sociologia. *In*: NETTO, J. P. (org.). **Lukács**. São Paulo: Ática, 1992. (Grandes cientistas sociais, n. 20).
- MANDEL, E. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982a.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982b.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2017.

MARINI, R. M. **Vida e obra**. TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MÁRKUS, G. **Marxismo e antropologia**: o conceito de ‘essência humana’ na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K. **Karl Marx**: sociologia. São Paulo: Ática, 1980. *In*: IANNI, O. (org.). (Grandes cientistas sociais, n. 10).

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **Últimos escritos econômicos**: anotações de 1879-1882. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes

profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família, ou, a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Escritos sobre a Guerra Civil Americana: artigos do *New-York Daily Tribune*, *Die Presse* e outros (1861-1865)**. Londrina: Aetia Editorial; São Paulo: Peleja, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos filosóficos**. Lisboa/Portugal: Editorial Estampa, 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEHRING, F. **Karl Marx: a história de sua vida**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUSTO, M. (org.). **Trabalhadores, uni-vos!:** antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETTO, J. P. **Ensaio de um marxista sem repouso**. Seleção, organização e apresentação Marcelo Braz. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, J. P. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

NETTO, J. P. **O que é marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSORIO, J. Fundamentos da superexploração. *In*: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PEREIRA, A. **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, O. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

RAMOS, G. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

RIBEIRO, D. **América Latina**: a pátria grande. São Paulo: Global, 2017.

RIBEIRO, D. **O dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1988.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

ROSSI, L. G. F. **As cores da revolução**: a literatura de Jorge Amado nos anos 30. São Paulo: Annablume; Fapesp; Unicamp, 2009.

SANTOS, F. G.; RODRIGUES, I. O.; BRICHTA, L. (org.). **Colóquio Internacional 100 anos de Jorge Amado**: história, literatura e cultura. Ilhéus/BA: Editus, 2013.

SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. Versión del original: Dos Santos, Theotonio, *Imperialismo y dependencia*, México: Ediciones Era, 1986.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, R. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, R. **Que horas são?** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEGATTO, J. A. **Breve história do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SCHAFF, 1982. A concepção marxista do indivíduo. *In*: VOLPE, G. D. *et al.* **Moral e sociedade**: atas do convênio promovido pelo Instituto Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, L. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Insular, 2017.

SINGER, P. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual; Campinas/SP: Unicamp, 1987.

SODRÉ, N. W. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

SODRÉ, N. W. **Em defesa da cultura**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SODRÉ, N. W. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SODRÉ, N. W. **Literatura e história no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SODRÉ, N. W. **Quem é o povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SODRÉ, N. W. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

TEIXEIRA, F; FREDERICO, C. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, I: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VÁZQUEZ, A. S. **As ideias estéticas de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VIANNA, A solidão de Pagu. *In*: FERREIRA, J; REIS, D. A. (org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.